Diário de Lisboa

FUNDADO EM 1921 ANO 69 Nº 23156 DIRECTOR **MÁRIO MESQUITA** DIRECTORA ADJUNTA **DIANA ANDRINGA** QUINTA-FEIRA 11 JANEIRO 90 60$00

EDITORIAL

Televisão: a metáfora da livraria

A atitude oficial acerca do problema de re-regulamentação da televisão no nosso País caracteriza-se por uma táctica de adiamento permanente e pelo mutismo, por vezes interrompido pelo discurso da inevitabilidade tecnológica, económica e geo-política.

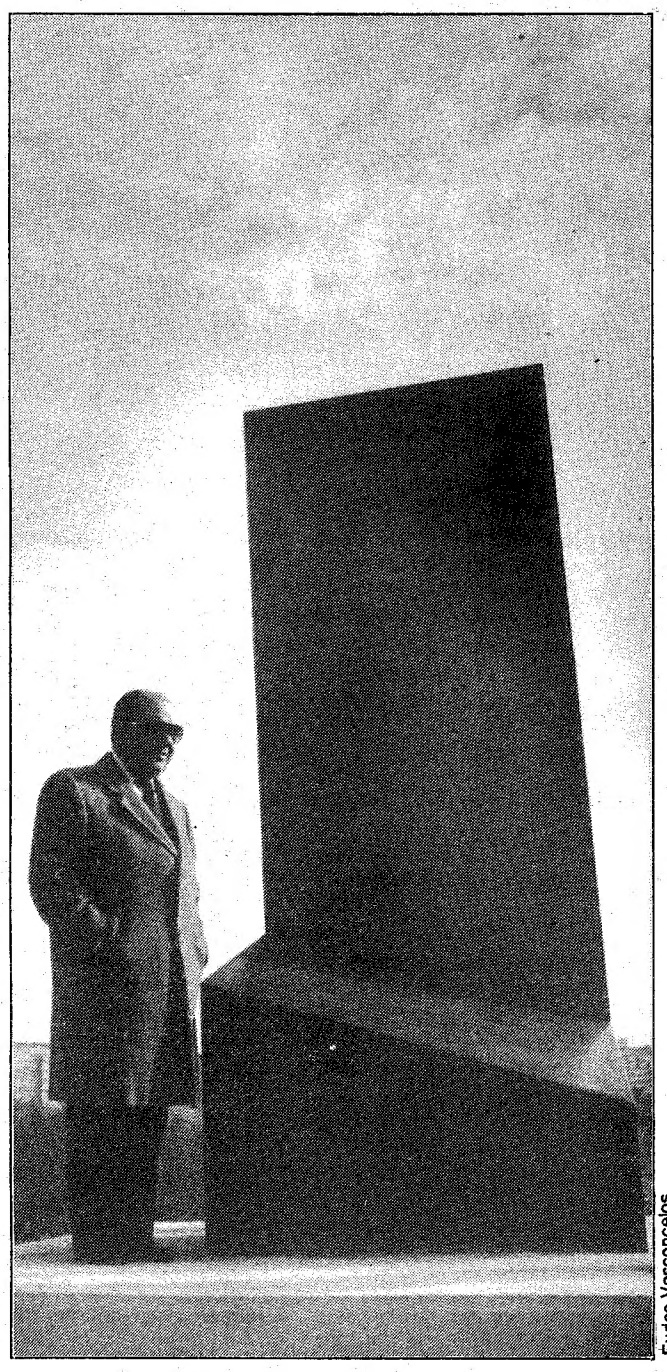
A táctica do adiamento permanente revela uma atitude paradoxal de nostalgia pelo presente - ou seja, enquanto se subscreve no plano teórico o discurso da privatização revela-se, através dos actos, o medo de romper o modelo de televisão estatal. Ao discurso liberal corresponde a alma autoritária. À basófia europeia sobrepõe-se o nacional apego aos pequenos favores da Sub-secretaria de Estado chamada Telejornal.

O discurso da inevitabilidade tecnológica corresponde a uma mistificação destinada a apresentar opções políticas e culturais como resultantes de um imperativo histórico. Não sendo possível pensar a evolução do sistema de televisão na ignorância do contexto político, tecnológico, económico e cultural, tão pouco é legítimo escamotear o debate sobre as escolhas políticas a efectuar nesta área.

Os novos modelos de regulação da TV no espaço europeu apontam para um repensar do papel do Estado e para uma partilha da sua área de influência com o sector privado. As empresas privadas de televisão dispõem de uma maior mobilidade no âmbito internacional e da capacidade de efectuar sinergias com outras áreas de actividade económica, enquanto as televisões públicas podem salvaguardar valores culturais e especificidades nacionais, tarefa que não pode limitar-se à substituição de *enlatados* massificantes norte-americanos por produtos audiovisuais subordinados ao mesmo objectivo de «grande

Mário Mesquita

continua na pág.2



Eurico Vasconcelos

O Poder e a Glória Num acto que a Câmara de Lisboa pretendia simbólico e assinalasse o fim de mandato, Nuno Abecasis inaugurou esta manhã, em Lisboa, um monumento à Glória Efémera. O monumento, que está instalado junto ao Instituto Superior Técnico, é da autoria de Sam e pretende ser uma obra de arte e um acto de humor. Cadeira de espaldar alto com assento em plano inclinado, a estrutura reflecte, realmente, a efemeridade do Poder e Nuno Abecasis (na foto, durante a inauguração) é disso testemunho

Base das Lajes em questão

Bush quer reduzir apoio a Portugal

Do nosso enviado especial, Paulo Martins

A digestão do almoço de trabalho que Cavaco Silva vai ter hoje com o Presidente Bush afigura-se dificil para o primeiro-ministro : a intenção do Governo português de não levantar "a lebre açoriana" parece frustrada, pois a Casa Branca já deixou entender que se prepara para fazer algum "banzé" quando em Fevereiro se tratar da renegociação do acordo relativo à base das Lajes. Nenhuma fonte autoriza a que se estabeleça uma relação entre as intenções dos EUA e o facto de Portugal ter adquirido helicópteros à Grã- Bretanha, preterindo os americanos; porém, parece legítimo supor que existe uma relação. Mas Cavaco Silva colherá algumas rosas nesta visita aos EUA: as empresas norte-americanas sentem-se atraídas pelo nosso país, sobretudo por causa dos baixos salários e preços concorrenciais, e, hoje mesmo, em Washington, será assinado entre a Associação Industrial Portuguesa e a Associação Internacional para o Desenvolvimento um protocolo de cooperação para a criação de "joint ventures".

- *Frustrada a intenção portuguesa de não levantar a "lebre açoriana": a Casa Branca já deixou entender que pretende baixar os níveis de ajuda militar.*
- *Cavaco Silva , que se preparava para fazer da questão angolana tema central das conversações, terá dificuldade em fugir à abordagem do acordo da Base das Lajes*

Pág.11

Unita recua

Savimbi não vem já

A visita de Jonas Savimbi a Portugal foi adiada devido à «situação que o MPLA criou no interior de Angola», disse ontem Alcides Sakala, representante da Unita em Lisboa. Esta foi a única explicação concreta fornecida pelo porta-voz daquele movimento, numa conferência de Imprensa em que abundaram as perguntas mas poucas respostas houve sobre o adiamento da visita. Entretanto, à hora de fecho desta edição, foi anunciado que a Unita atacou a empresa portuguesaPaviterra, sediada a 120 quilómetros de Luanda, provocando sete mortos e quatro feridos.

Pág. 12

Debate sobre a TV privada começa hoje no Parlamento

A propósito, o «DL» publica hoje um amplo «dossier» sobre a controversa questão

Na Assembleia da República começa hoje o debate sobre a criação de emissores privados de televisão, tornado possível após as recentes alterações à Constituição. Porém, muita água correrá ainda até que as imagens das novas estações surjam na pequena tela.A televisão, o mundo do audiovisual, é hoje uma locomotiva em ritmo acelerado, a caminho de novas perspectivas e de novos horizontes, nem sempre pacíficos. Acompanhando o debate parlamentar, o DL oferece hoje uma «Grande Angular» com informação e comentários actualizados e candentes sobre esse tema a que ninguém fica indiferente.

Págs. 2 a 7

Farmácia leva mais que a mercearia

Sondagem «Os Portugueses e o Dinheiro» nas págs. 14 e 15

DL

Agricultores em fúria no Algarve
Pág. 22

Auto-Retrato de Maria Filomena Mónica
Pág. 9

Um artigo de Adriano D. Rodrigues
Pág. 8

Hoje:
Suplemento Literário

EDITORIAL

Televisão: a metáfora da livraria

continuação da 1ª página

público», mas com o rótulo da CEE (co-produções franco-alemãs, por exemplo).

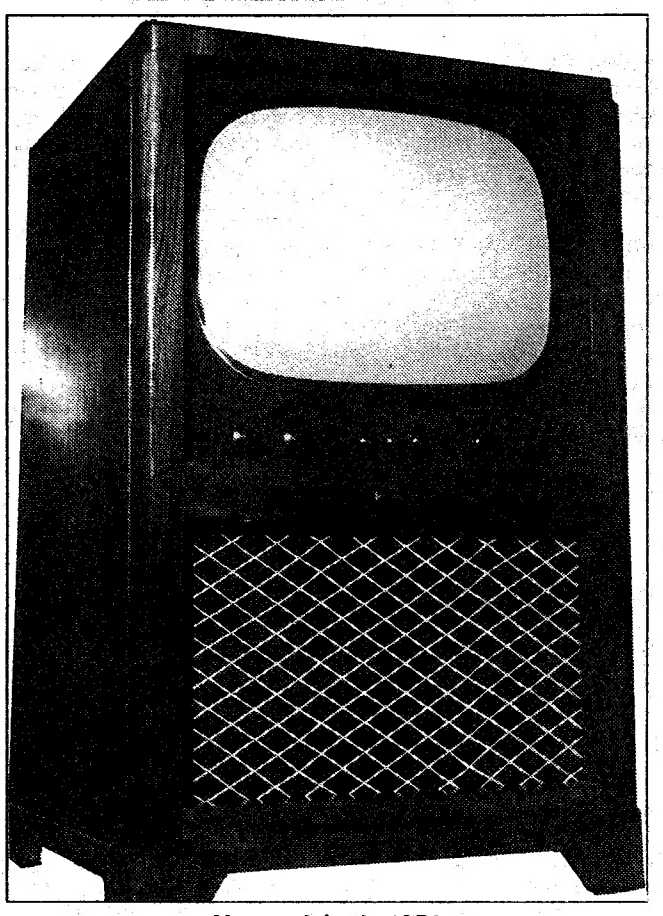
A concorrência com empresas privadas, mais ligeiras, dinâmicas e comerciais, ajudará a sacudir o torpor de uma instituição como a RTP, dotada de estruturas pesadas e burocráticas. Mas, por outro lado, a TV pública, menos dependente da lógica do mercado, pode permitir-se ter o público em conta, sem se deixar subordinar pela «ditadura das audiências». Na área do audiovisual, como escreveu Dominique Wolton, «a procura é, em grande parte, criada pela oferta». Ou seja, se a programação se limita a tentar reproduzir passivamente a procura, o conservantismo instala-se e a possibilidade de criação é reduzida. A "fragmentação" televisiva, através de canais especializados, não substitui a existência da TV pública generalista, na medida em que envolve um apelo «élitista» e favorece a criação de «ghettos» culturais.

A equação entre o Estado, as empresas e os telespectadores, no âmbito nacional e transnacional, pressupõe opções complexas que não se compadecem com uma visão estreita e de campanário. Estão em jogo, não só a política de informação e de gestão dos tempos livres, os valores do pluralismo político e cultural, mas, afinal, todo um modelo de sociedade. Num País europeu onde o debate público é mais exigente do que em Portugal - ou seja, os governantes têm de justificar publicamente as suas decisões - o ministro da Cultura de um Governo conservador disse que «a Televisão é como uma livraria»: o importante é que cada telespectador possa fazer a sua escolha. A metáfora é grosseira e inadequada - nem os livros nos entram pela casa dentro com tamanha facilidade, nem a palavra escrita tem as artes de sedução e envolvimento da imagem -, mas exprime uma ideia válida: assegurar a diversidade de escolha. Só que a lógica comercial tem artes mágicas que lhe permitem programar os «livros» com significado cultural a horas mortas e a «literatura de fancaria» a toda a hora.

M. M.

Audiovisuais: o virar da página

Veio para ficar e já modificou profundamente a vida de toda a gente à face do Globo. A comunicação audiovisual começa a desconhecer as fronteiras, promete nova era e novos caminhos para a informação e a cultura, numa fascinante multiplicidade de meios e processos técnicos, onde não fica esquecida a perigosa hipótese de um caos incontrolável e de uma anarquia total a que nenhuma legislação, por mais severa, conseguirá pôr termo. Os próximos e previsíveis acontecimentos no campo do audiovisual podem converter-se na prova decisiva do nosso futuro tecnológico, económico e cultural. Nas vésperas desse anunciado milagre e da viragem do milénio, o DL faz um balanço do que se passa por trás da « caixinha mágica » que abalou o mundo e não deixará de o continuar a fazer estremecer. Em Portugal, com o useiro atraso, prepara-se a abertura de canais privados de televisão. Pelo prometido, o debate parlamentar já deveria estar a decorrer em S. Bento. Porém, antes daquilo que se diz em público, fazem-se as negociações de bastidores e a legislação ainda levará o seu tempo a surgir no «Diário da República». Para desespero de muitos que já investiram somas consideráveis e continuam a roer as unhas à espera de saber a quem vai sair a taluda televisiva...



Um modelo de 1954

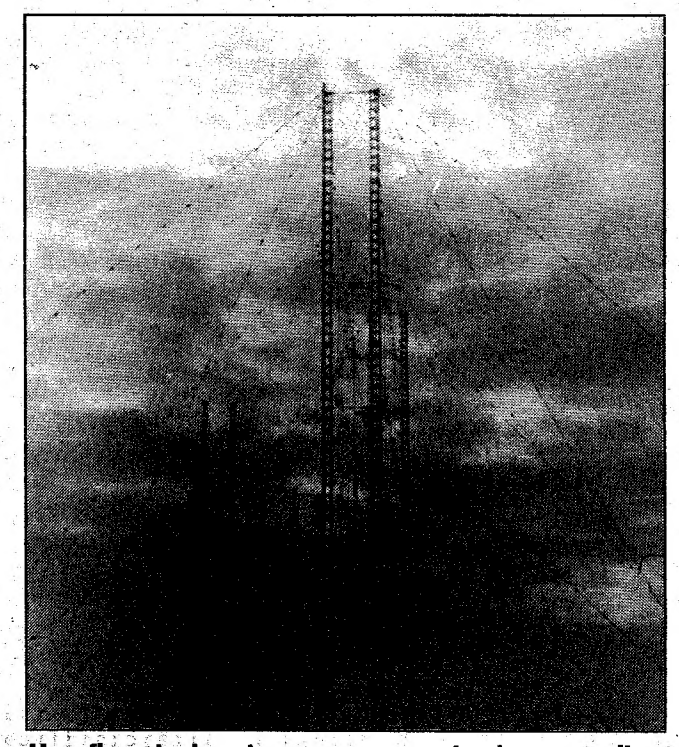
A alta autoridade do Governo

A televisão privada em Portugal foi deixada nas mãos do Governo na última revisão constitucional. Hoje, discute-se o ritmo do processo. Só que a alta autoridade é de Cavaco Silva

A abertura da Televisão à iniciativa privada faz que anda, mas não anda. Há muito que se reivindica a liberalização do espectro televisivo, sobretudo a partir do momento em que desapareceu o imperativo constitucional que consagrava o monopólio do Estado. A revisão constitucional ficou concluida em Julho do ano passado, mas nem por isso a iniciativa legislativa teve a rapidez que o discurso político pretendia fazer crer.

A revisão constitucional operada por acordo entre o PSD e o PS decidiu aquilo que de fundamental havia em termos de capacidade de decisão política com vista ao licenciamento de novas estações de televisão. A revisão acordada consagrou a possibilidade de ser o PSD e o Governo a determinarem quem ganha lugar no espectro televisivo. A criação da Alta Autoridade para a Comunicação Social e a clara predominância da maioria governamental na sua composição decidiram quem ficou com a faca e o queijo na mão. Dos treze membros que vão decidir o licenciamento das estações, uma significativa maioria será afecta ao partido do Governo, a confirmar-se, como tudo indica, a aprovação da proposta governamental já entregue na Assembleia da República.

Foi o Partido Socialista que, na sua qualidade de principal opositor ao Governo, tentou acelerar o processo para «obrigar» o Governo do PSD a abrir mão do monopólio da RTP. Assim, apresentou na Assembleia da República um projecto de lei sobre o exercício da actividade da radiotelevisão, hoje em discussão no plenário, a que o Governo respondeu com uma proposta de lei sobre a Alta Autoridade para a Comunicação Social. Este diploma vai ser discutido na próxima quarta-feira, juntamente com um projecto sobre a mesma matéria entretanto agendado pelo PS.



Uma floresta de antenas para nos entendermos melhor

Governo promete

O Governo não apresentou ainda qualquer proposta sobre a liberalização da actividade televisiva, mas Couto dos Santos, o ministro que tutela a comunicação social, prometeu já que o Executivo irá propôr uma nova lei no prazo máximo de um mês. Este compromisso deriva de negociações levadas a cabo no Parlamento entre o PSD e o PS, tendentes a adiar a discussão do projecto socialista, no sentido de fazer coincidir a sua análise com o agendamento da proposta governamental. O PS não aceitou esta hipótese, mas, em contrapartida dispôs-se a adiar a votação do seu projecto, caso o Governo se comprometesse a apresentar o seu no prazo de um mês. Foi o que aconteceu. Depois do debate de hoje, o projecto de lei socialista baixa à comissão parlamentar respectiva e só voltará ao plenário para ser votado quando estiver a ser discutida a proposta governamental.

O exemplo espanhol parece ser o termo de comparação que fontes parlamentares, contactadas pelo *DL*, usam para caracterizar o processo protagonizado por Cavaco Silva. Isto é, o percurso legislativo da liberalização é para se arrastar no tempo de modo a que, no termo do mandato, esteja decidido quem é que vai ter direitos de operador televisivo. Só que, a acreditar nestas fontes, só haverá televisão privada depois das eleições. A tutela governamental da televisão do Estado em regime de monopólio é um poder fundamental que nenhum Governo até hoje descurou. É que o exercício do poder político também passa por aquilo que circula no pequeno écran. Em Espanha foi assim. Os licenciamentos tiveram lugar antes das últimas legislativas e só depois, há poucas semanas, é que o primeiro operador privado se viu na televisão.

O projecto socialista

O projecto de lei que esta tarde se discute na Assembleia da República define o quadro geral do licenciamento: concurso público, papel da Alta Autoridade e as condições de preferência, entre outras normas. Prevêem-se coberturas televisivas de âmbito geral (as nacionais), regional (um ou vários distritos) e local (concelho, cidade ou vila). O PS propõe ainda o reconhecimento dos direitos de antena, réplica política e de resposta, bem como a criação de um Instituto Português do Audiovisual.

Papel fulcral nesta liberalização desempenha o Plano Técnico Nacional de Radiotelevisão, a aprovar pelo Governo após parecer

GRANDE ANGULAR

prévio da Alta Autoridade. Será ele a apontar o número de coberturas disponíveis e o respectivo âmbito, além dos sistemas de transporte e difusão do sinal televisivo.

RTP expandiu-se

Quanto ao número de coberturas ou de canais a disponibilizar quer o PS, quer o Governo, parecem convergir para a existência de quatro canais nacionais, dois públicos (RTP) e dois privados. E aqui impõe-se dizer que, segundo uma fonte dos Serviços Radioeléctricos, neste momento apenas estão consignadas a Portugal três coberturas nacionais. Foram atribuidas pelo International Frequency Registration Board nos anos 60 e estão ocupadas pela RTP do seguinte modo: a primeira é ocupada integralmente pelo primeiro canal, a segunda é ocupada parcialmente pelo segundo e a terceira - estranhamente - também tem uma ocupação parcial do segundo canal. Ou seja, a RTP «expandiu-se desordenadamente» - afirmou ao *DL* a mesma fonte - e é agora necessário proceder a um novo arranjo do espectro televisivo, de modo a permitir disponibilizar a terceira cobertura nacional. Uma quarta cobertura a colocar a concurso terá que ser negociada a nível internacional. Estas questões técnicas poderão assim atrasar significativamente a instalação da televisão privada em Portugal.

A Alta Autoridade

A criação da Alta Autoridade para a Comunicação Social vai ser decidida na próxima quarta-feira. O plenário da Assembleia da República tem dois projectos para analisar: o do Governo e o do Partido Socialista. As diferenças começam logo no modo de eleição dos quatro membros representativos da opinião pública, da comunicação social e da cultura e que integram a Alta Autoridade. Enquanto o Governo defende a sua cooptação pelos restantes membros, o que daria uma maioria alargada ao PSD, o projecto do PS aponta para a sua indicação pelas seguintes associações: um pela Associação de Defesa do Consumidor, um pelo Sindicato dos Jornalistas, um pelo Conselho de Reitores das Universidades e um pelas organizações representativas dos autores portugueses.

Questões polémicas são também as propostas de extinção do Conselho de Imprensa, defendida pelo Governo, e da Comissão Consultiva da Rádio, projectada pelo PS. As competências destes organismos transitariam para a Alta Autoridade bem como as do Conselho de Comunicação Social a extinguir nos termos da última revisão constitucional.

A discussão promete intensificar-se. Couto dos Santos já afirmou que «uma lei da Televisão que permite a abertura à iniciativa privada é ineficaz, enquanto não existir a Alta Autoridade». O PS contrapõe que é possível avançar já na aprovação daquela lei e depois criar a Alta Autoridade, até porque o processo legislativo da liberalização é moroso. Após a aprovação na generalidade e na especialidade, é necessário regulamentar a lei, depois abrir o concurso público e, finalmente, decidir as atribuições dos alvarás.

Até lá, segundo Couto dos Santos, «o Governo, sem abdicar do seu programa, privilegiará sempre o diálogo e o consenso alargado». Palavras que indiciam a preocupação de se conseguir um consenso entre o Governo e o PS. Indício também de que em matéria de televisão o Executivo pode vir a dar sentido à seguinte frase inscrita no seu programa: «Nesta matéria deve ter-se presente o papel fundamental da Igreja Católica na sociedade portuguesa».

No Governo defrontam-se várias sensibilidades. Fernando Nogueira, através do ministro da tutela, lidera um sector. Dias Loureiro, por outro lado, poderá ter uma palavra a dizer. Por enquanto parece não haver nenhum candidato, além da Igreja, que mereça os favores do poder. Contudo, há já quem fale em Proença de Carvalho como um potencial aglutinador de interesses que poderiam ser apadrinhados ao mais alto nível. Balsemão está de pedra e cal aguardando o evoluir da situação e será muito difícil que veja escapar-lhe o ambicionado canal. A última palavra será a de Cavaco Silva que já chamou a si este dossier. A oportunidade será escolhida por si. Antes das eleições teremos operadores licenciados, mas ao que tudo indica só depois delas é que conheceremos novas imagens. Assim fez Felipe Gonzalez e assim pode fazer Cavaco. É que a abertura da televisão ao sector privado é uma questão política da mais alta importância. Resta saber se as eleições vão compensar o «crime».

António José Teixeira

A Declaração de Delfos

Reforçar a identidade do velho continente

Idas de 24 países europeus, 250 personalidades das artes, das letras e das ciências estiveram reunidas nos últimos dias de Setembro na ilha grega de Delfos por convocatória da Comunidade Económica Europeia e do Conselho da Europa. Os participantes produziram um documento, a Declaração de Delfos, que se considera indispensável e representa o esqueleto das futuras medidas práticas que, nos próximos anos, vão criar o tecido político do futuro *espaço audiovisual europeu* .

O documento, igualmente designado por *Carta do Audiovisual Europeu* , foi já distribuído aos representantes oficiais dos 21 países do Conselho da Europa, reunidos em Estocolmo no passado mês de Novembro.

O meio audiovisual atravessa uma crise cultural e não há quem não se sinta profundamente preocupado com o seu futuro na Europa.

A Declaração de Delfos proclama o direito de todas as pessoas a enriquecerem a sua personalidade com experiências e emoções vividas e compartilhadas, assim como com um maior conhecimento e o direito do público a escolher livremente e o direito dos criadores a exprimirem-se com liberdade. Fundamentalmente, na véspera do mercado livre europeu de 1992 e da chegada do terceiro milénio, os intelectuais reunidos em Delfos entenderam ser sua obrigação recordar aos respectivos Governos que cumpram o seu dever numa luta empenhada pela evolução humana e pela democracia.

São os seguintes os 14 pontos da *Declaração de Delfos* :

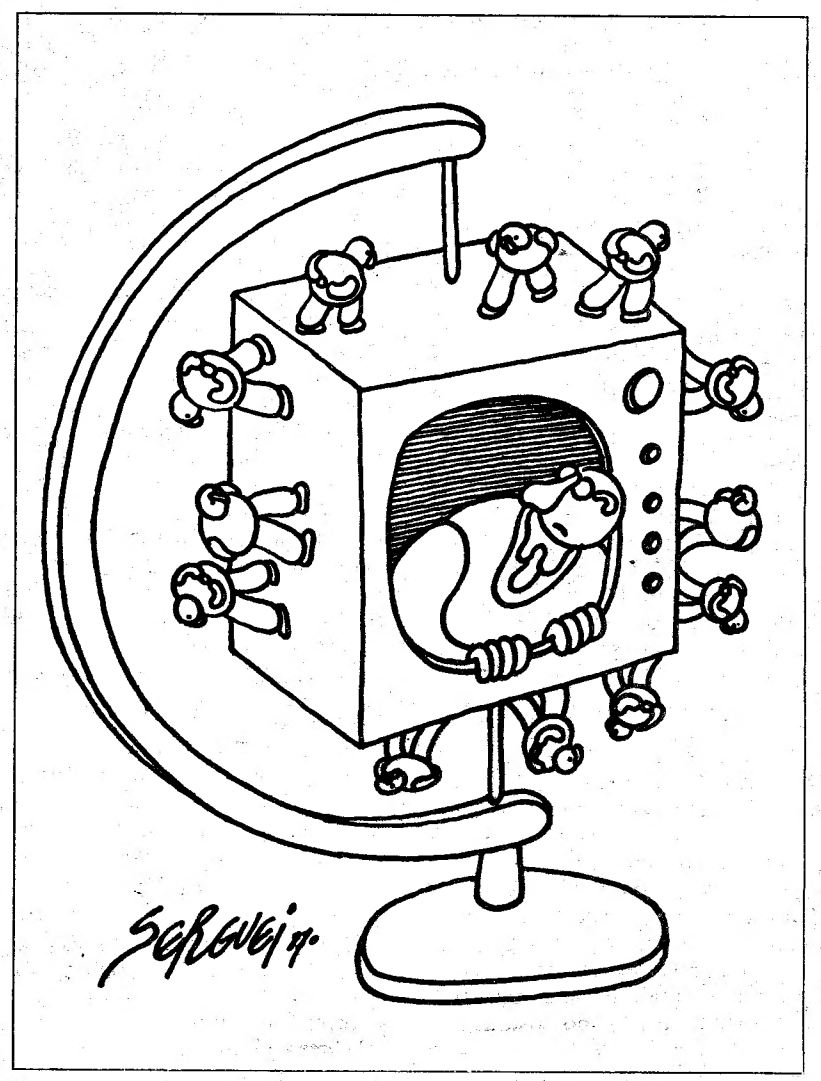
1. A obra cinematográfica e televisiva, que nasce da experiência e da imaginação do homem, é um elemento fundamental da cultura que se considera viva. É a expressão da personalidade do seu autor. Neste sentido, não é um produto como os demais e a sua exploração não pode assimilar-se a um simples serviço. As leis e regulamentos europeus devem tomar imperiosamente em conta esta especificidade.

2. Todos os povos têm direito a aceder à obra cinematográfica e televisiva, que reflicta as suas características sociais e culturais, em cujo primeiro lugar se encontra a sua própria língua. Estimular-se-á no autor, quaisquer que sejam as suas funções, a que realize a criação na sua própria língua. Esta eleição é uma das suas prerrogativas. As leis e os regulamentos nacionais e europeus salvaguardarão as identidades culturais e linguísticas mediante sistemas de apoio financeiro, quotas e protecção da difusão.

3. É necessário um esforço solidário dos Governos de todos os países europeus para suportar o desenvolvimento da produção cinematográfica e televisiva nos países mais débeis do continente do ponto de vista económico. As instituições europeias, e de uma forma especial a Comunidade Económica Europeia (CEE), devem levar a cabo uma política eficaz de apoio e salvaguarda das expressões nacionais minoritárias.

4. A qualidade de autor de uma obra está apenas nas mãos das pessoas físicas que criam uma obra cinematográfica ou televisiva: realizador, autor da obra original, do guião e da música. Pelo simples facto de criar a obra, o autor disfrutará de um direito de propriedade incorpórea exclusivo. Este direito pressupõe atributos de ordem moral, que são perpétuos e inalienáveis, e atributos de ordem patrimonial.

5. O direito moral vinculado à pessoa do autor protege o seu nome e a sua obra, que o público tem direito a ver tal como foi criada. O direito moral inclui o que tem o autor para reivindicar a paternidade da sua obra e opor-se a qualquer modificação, seja sob a forma de adição, supressão ou alteração de qualquer elemento. Todo o contrato que reduza ou suprima este direito moral é nulo. O realizador estabelecerá a montagem definitiva da obra. Os artistas que interpretem obras audiovisuais disfrutarão do respeito à sua imagem.



6. Do respeito à dignidade e independência do criador deriva a garantia de que viva do produto do seu trabalho. Nenhuma autoridade nem norma nacional ou europeia pode privar o autor do direito exclusivo a negociar, individual ou colectivamente, as condições pelas quais autoriza a difusão da sua obra, assim como a sua remuneração.

7. Uma obra cinematográfica e televisiva apenas tem existência real mediante a sua comunicação ao público. Os autores da obra audiovisual disfrutarão do direito a uma exploração contínua da obra, conforme aos costumes da sua profissão. À falta desta, o autor recuperará os direitos da sua obra.

8. Devido ao seu importante papel social, a comunicação audiovisual de massas exerce uma função de interesse geral. O modo de financiar as produções cinematográficas e televisivas é determinante e confere aos seus financiadores um poder de decisão que pode exercer ou não o sentido da vontade criadora e independente do autor. Cabe aos poderes públicos, em cada país europeu, favorecer a criação com diversidade de fontes de financiamento, assim como apoiar a produção independente. Os sistemas de ajuda à produção cinematográfica e televisiva hão-de contribuir para este objectivo.

9. A concentração dos meios de produção e difusão em mãos de poucas pessoas ou empresas multinacionais é uma ameaça para o conjunto dos direitos democráticos. Deve abolir-se toda a forma de censura directa ou indirecta. A independência da expressão artística deve manter-se à margem das pressões políticas e comerciais.

10. As obras cinematográficas são destinadas, antes de tudo, à exploração em sala. Consequentemente, o público tem direito a vê-las nessas mesmas salas. As leis e regulamentos europeus estabelecerão uma ordem cronológica que garanta e reforce a difusão da obra cinematográfica nas salas de cinema.

11. Todo o indivíduo tem direito a aceder a toda a informação e a toda a obra cinematográfica e televisiva. Os poderes públicos nacionais e europeus preservarão o livre acesso a todos os meios de comunicação e cuidarão que os meios de comunicação respeitem na sua programação o pluralismo social e cultural, actuarão contra a uniformidade e o embrutecimento espiritual e colaborarão para que se desenvolva a livre eleição e para que se formem espíritos críticos.

12. O público tem o direito específico, que se distingue do direito de autor e que por sua vez o reforça, em receber as obras íntegras, sobretudo sem nenhum tipo de interrupções publicitárias. O público tem o direito a uma informação completa e objectiva sobre o conteúdo dos programas e deve poder participar na eleição dos programas feitos pelos meios de comunicação de massas.

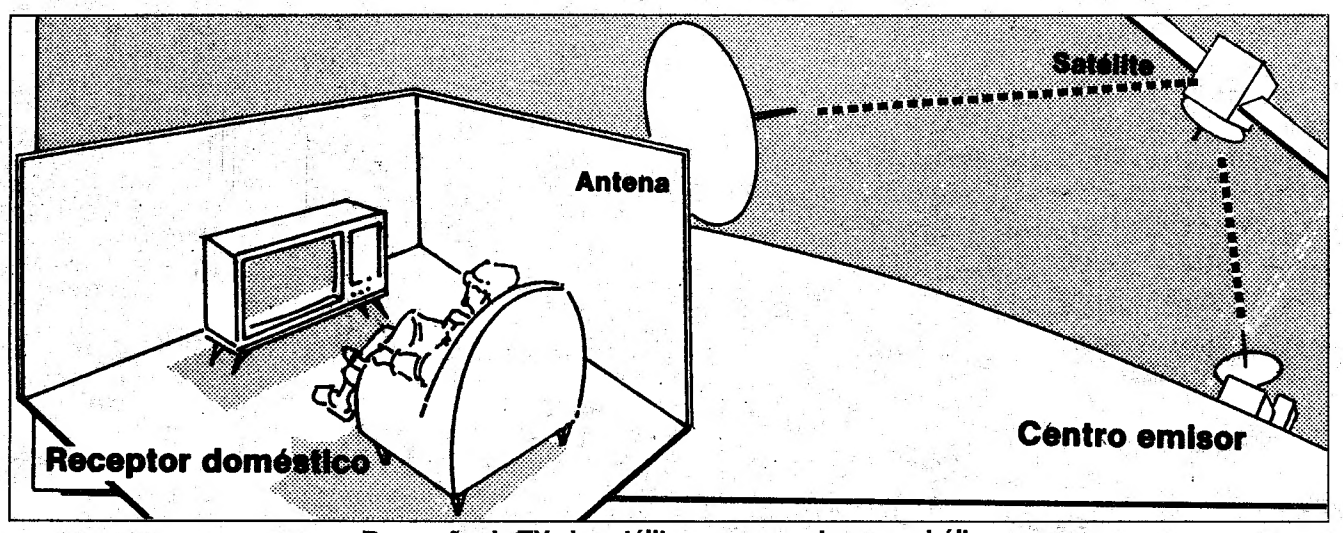
13. Por se tratar de um meio que domina a nossa época, o audiovisual corre o risco de gerar nos jovens uma tendência para a passsividade. Contudo, mediante a difusão de obras pode estimular-se a imaginação criadora, suscitar a renovação da linguagem, incitar a uma atitude crítica frente à invasão das imagens e fazer funcionar o pensamento. As artes cinematográficas e televisivas acharão um lugar nos sistemas educativos das nações da Europa. A evolução do ensino de técnicas especializadas, que se adapta ao progresso tecnológico actual e futuro, será o melhor estímulo para uma participação crítica e inteligente, no seio de um sistema verdadeiramente pluralista e democrático.

14. A salvaguarda e restauro do património audiovisual dos nossos países, que frequentemente tem sido descuidado gravemente, é tarefa primordial de todas as autoridades políticas e culturais. Criar-se-á uma comissão europeia que se encarregue desta responsabilidade. Assim, o património audiovisual, livremente acessível, poderá dar testemunho do nosso tempo para sempre.

R.A.

GRANDE ANGULAR

A televisão está cada vez mais dependente das telecomunicações. Por isso, a liberalização de uma arrasta a da outra



Recepção de TV via satélite por uma antena parabólica

Negócio à vista

A previsão é choruda: os operadores públicos de telecomunicações (OPTs) vão duplicar as suas receitas nos próximos cinco anos, isto é, nenhuma indústria irá beneficiar tanto da *harmonização* da Comunidade Económica Europeia como as telecomunicações.

Pelo menos é o que pensam 200 directores de empresas do sector, inquiridos por «The Economist» a propósito dos benefícios da desregulamentação: aumento da procura, maior rentabilidade, inovação do produto e eficiência - que irão acelerar a transferência de tecnologia entre países europeus.

Ora acontece que um dos maiores clientes das telecomunicações é, precisamente, a televisão. Daí que certos analistas vejam o fim dos monopólios nas telecomunicações como o fim dos monopólios de televisão e das fronteiras hertzianas.

Na verdade, a competição europeia já colocou a Grã-Bretanha como o líder no número de telefones celulares por cada mil pessoas. O valor da Racal (um dos dois operadores celulares britânicos) duplicou desde a sua fundação, atingindo os 3 mil e 500 milhões de libras (854 milhões de contos). Enquanto outros OPTs investem na difusão celular pan-europeia, a indústria britânica de telefones-móveis já oferece inovações como o teleponto, permanecendo assim um passo à frente da concorrência.

As nações que têm protegido os seus monopólios vão ser ultrapassadas e a Europa tornar-ser-á num *patchwork* da diversividade em telecomunicações (leia-se também TVs...). Em 1989, os europeus gastaram apenas 32 dólares (4 800 escudos) por cabeça em telecomunicações, em comparação com os 80 dólares (12 mil escudos) gastos por cabeça nos Estados Unidos. O crescimento do sector vai ser inevitável, muito rápido e, para alguns, altamente rentável.

Muitas companhias internacionais já começaram a estudar as tarifas dos OPTs europeus, quando têm de decidir sobre a localização dos seus quartéis-generais. Dado que os regulamentos restritivos ainda irão persistir em alguns mercados europeus após 1992, as companhias procuram agora um sistema que as habilite a conservarem a competitividade a nível mundial.

Segue-se a descrição sucinta do que é que alguns países europeus estão aptos a oferecer, este ano, na área dos serviços de telecomunicações. A França tem o serviço mais rápido (com um toque «comercial» que favorece os clientes privados). A Grã-Bretanha é o operador mais barato, mas com um serviço prejudicado pela pesada máquina administrativa (a qualidade das ligações é medíocre. Na Alemanha Federal, as multinacionais estão a transferir os seus centros de processamento de dados para outros países, dado o preço exorbitante das taxas de serviço (os velhos monopólios também têm os seus defeitos, apesar da eficiência alemã). A Bélgica oferece um serviço mais rápido do que a Grã-Bretanha , mas não tem uma tão vasta gama de serviços, enquanto a Itália, Espanha, Grécia e Portugal estão muito atrasados em relação a esses países. Resta saber até quando!

EUA à cabeça das exportações

Identidade europeia subjugada pela ficção e interesses económicos americanos. Apenas a Itália parece escapar a esse mal

A Itália foi o país europeu que menos programas importou às televisões estrangeiras, seguido da RFA , da Grã-Bretanha e da França. Telefilmes, séries, recreativos e informação são as emissões mais procuradas.

Segundo um estudo da UNESCO, efectuado nas duas primeiras semanas de Janeiro de 1983, a RAI, cadeia pública italiana havia importado 12 por cento de programas, estando no outro extremo a Irlanda com 57 por cento, a Dinamarca com 43 por cento e a Espanha com 33 por cento.

À excepção da Espanha, as outras grandes cadeias públicas nacionais dos países mais desenvolvidos, não ultrapassam, no geral, os 25 por cento de importações.

No que respeita à informação, os Países-Baixos são os maiores importadores, com 15 por cento, sendo a Alemanha Federal o que menos importa, apenas 2 por cento.

O mercado dos programas recreativos é o mais elucidativo. A Irlanda (78%), a Dinamarca (68%), a Bélgica (63%), e a Espanha (57%) são os países que mais compram, enquanto a RFA (22%), a Grã-Bretanha (30%) e a Itália (31%) se encontram no polo oposto.

O mesmo estudo da UNESCO mostra que o país que mais programas exportou foi o Estados Unidos com 44 por cento, seguido da Grã-Bretanha com 16 por cento, a RFA com 7 por cento, a Eurovisão também com 7 por cento, outros países do mundo com 6 por cento, a França com 5 por cento e a Europa de Leste com 3 por cento. A comercialização das coproduções atingiram os 4 por cento.

As novas cadeias privadas de televisão não fogem à regra. 80 por cento das séries e folhetins são importados dos EUA. As três grandes cadeias do grupo italiano Berlusconi reconhecem que 70 por cento das suas emissões são estrangeiras.

Esta percentagem aumenta no «Canale 5», no «Italia 1» e na «Rete 4». A Rete Italia, por sua vez, propõe para os anos 90, uma baixa para os 50 por cento, enquanto a «Euro-TV», a quarta cadeia televisiva italiana nem sequer se preocupa em entrar em estatísticas tal é a dedicação ao mercado estrangeiro.

Nos Países-Baixos, a cadeia privada «Filmnet ATN» reconhece que difunde, todos os meses, 85 por cento de filmes americanos. O «Canal Plus» francês, no entanto, por obritaroriedade de contrato, emite 60 por cento de filmes franceses, enquanto as cadeias inglesas difundem um grande número de programas, incluindo os infantis, tirados dos catálogos das suas associadas americanas.

A «Sat-1», televisão satélite privada, em língua alemã, entra também nesta corrida, com mais de 50 por cento de produção americana. Este estado de coisas é apenas visto pacificamente pelos patrões das cadeias de televisão europeias porque o público ainda está receptivo ao produto americano. Os anos 90 vão ser os anos decisivos para a industria televisiva europeia. Serão os anos também em que se irá criar uma identidade própria, acabando de vez com o monopólio dos E.U.A.

R.F.S.

Made in USA

A produção televisiva europeia não chega para as encomendas. Por isso, há que fazer mais ficção competitiva com a americana

Em meados dos anos 90, a necessidade total europeia de programas de televisão (ficção e documentários) será da ordem das 125 mil horas por ano. A actual capacidade de produção da Europa Ocidental, incluindo o cinema e a televisão, é inferior a 20 mil horas anuais. Assim, à escala dos Doze, a primeira fonte de programas situa-se noutro continente. A percentagem de emissões «made in USA» no total das cadeias públicas europeias oscila entre 13 e 30 por cento.

Os programas americanos estão especialmente bem colocados no domínio da ficção: 40 por cento dos telefilmes difundidos pelas cadeias públicas europeias são oriundos dos Estados Unidos, elevando-se esta proporção a 50 por cento, quando se trata de canais privados. Novos países extra-europeus têm vindo a ganhar importância a nível mundial, casos do Brasil e da Austrália. O Reino Unido, por seu turno, continua a ser o maior fornecedor comunitário, com uma percentagem de 6 por cento em 1982, os últimos dados disponiveis.

Para alguns, a miragem tem a ver com uma experiência que falhou. A Europa-TV, criada em meados da década de 80 por cinco organismos nacionais de televisão dos Países Baixos, da Irlanda, de Portugal, da Alemanha e da Itália, foi um fracasso. A vida da iniciativa foi curta, mas a ideia de uma cadeia europeia mantém-se através de um grupo composto por políticos, que procura convencer os responsáveis nacionais interessados. É o European Television Task Force.

O sector audiovisual está numa encruzilhada entre a cultura, a economia e a alta tecnologia. O grande mercado de 1992 pode, no entanto, beneficiar produtores e consumidores. O quadro europeu está traçado e assente em três vertentes:

1 - Um mercado de 320 milhões de habitantes oferecerá aos fabricantes de produtos audiovisuais possibilidades mais alargadas. A rendibilidade dos investimentos aumentará e os profissionais não hesitarão em lançar projectos mais ambiciosos;

2 - A nível tecnológico, a Europa sem fronteiras permitirá que profissionais e consumidores beneficiem plenamente de possibilidades já existentes, como, por exemplo, a difusão por satélite e de inovações como a televisão de alta definição (HDTV), que proporcionará a qualidade de imagem do cinema e a pureza sonora do compacto;

3 - No plano cultural, um mercado à escala dos Doze favorecerá o intercâmbio entre países e regiões, oferecendo ao público uma maior diversidade de programas.

A verdadeira revolução produziu-se, de facto, com a chegada dos satélites. Uma outra está em perspectiva; a televisão de alta definição. E neste contexto, a noção quase clássica na Europa, da cadeia televisiva nacional, pública e usufruindo de um monopólio no respectivo país, está posta em causa. O público cede terreno ao privado e o nacional dá lugar ao internacional. Enquanto o despertar europeu não chega, o consumidor continua a ligar o despertador, obviamente *made in USA* .

Público e privado

Para os espectadores de alguns países da Europa Central, a simples atitude de se colocarem diante de um televisor pode levá-los à exaustão: mudar sistematicamente de canal e ficar sem saber onde parar, ou partir com uma ideia pré-concebida e dali não arredar. É difícil definir como actua o espectador. Pela minha parte, opto pelo «ménu», como se estivesse no restaurante, e escolho. Público ou privado? Eu sei lá!

Pode solicitar-se a lista dos canais públicos e dos privados e ficar-se perfeitamente esclarecido. Pode partir-se à descoberta e, salvo raras excepções, provavelmente não se descortinará a diferença. O público concorre com o privado e o inverso também se aplica. Há, de facto, casos em que a diferença é notória. Situações típicas são os canais que emitem uma programação especializada, por exemplo vocacionada para os acontecimentos desportivos. No entanto, em relação à esmagadora maioria dos casos, o espectador não está interessado em saber se por detrás do pequeno *écran* estão capitais públicos ou privados.

A opção pertence-lhe inteiramente. A escolha é livre e não há reclamações. A havê-las, a solução é simples: carrega no botão e está noutro canal. Repete a operação quantas vezes quiser!

José Rui Cunha

Não é fácil contentar milhões de telespectadores

Guerra de audiências

RAI e Berlusconi dividem as preferências do público italiano na televisão mais animada do mundo

Por trinta contos, uma senhora de vestido às bolinhas é revestida de massa de pão debaixo do olho implacável da câmara. Mãos hábeis de mestres cozinheiros espalham sobre ela tomate passado, queijo, alcaparras à vontade e até uma pitada de sal. A senhora ri quanto pode, enquanto o tomate lhe escorre pelos cabelos. No fim, o apresentador sossega-lhe a alma: não irá ao forno como toda a *pizza* que se preze. Afinal , é tudo um jogo.

São estas e outras ainda mais estrambóticas as cenas que se pode apreciar no pequeno *écran* italiano. Nele, tudo é possível: o «vai à m...» com todas as letras e em directo; *replays* e montagens de *gaffes* de jornalistas e pessoas públicas (desde o Papa ao presidente do Conselho), concursos com *streap tease* dos concorrentes, palavras cruzadas, adivinhas, perguntas culturais -- sobretudo *talk shows* intermináveis e polémicos pela noite dentro, ao longo de anos.

Através do pequeno *écran* da República que já foi dos Doges, Medicis, Bourbons e papas, as pessoas encontram-se e às vezes casam-se (como no programa «Agencia Matrimonial»), conversam e são postas a conversar (sobre droga, aborto, leis, racismo), discutem, insultam-se, confessam-se (como no programa «Eu Confesso»), encontram parentes e amigos desaparecidos, compram objectos em leilão e contam histórias pessoais para contar a história colectiva, aquela que não vem nos manuais.

Hoje irreverente, bem humorada, politizada e alienante, às vezes ordinária mas também inteligente, a televisão italiana começou modestamente nos idos de 1957 com o 1.º Canal da RAI (pública). Monopólio monolítico, rígida e directamente controlado pelo executivo, conheceu os seus primeiros ventos de mudança e de contestação nos finais dos anos sessenta para capitular, após sucessivas remodelações e decretos, com a abertura à iniciativa privada que culminou com o recenseamento, em 1979, de 500 emissoras locais.

Passados os anos do monopólio estatal e das antenas selvagens, o sistema televisivo italiano , completamente revolucionado na última década, desenvolve-se e progride graças a uma renhida luta pelas maiores publicidade, prestígio, imaginação e ideias -- em suma, pela maior audiência -- entre os dois colossos do éter nacional: a RAI pública e a privada Berlusconi.

Partilhado frequência a frequência por 20 canais de televisão, o éter italiano reparte-se por três canais públicos (RAI, 1, 2, 3); três grandes canais privados a nível nacional (Berlusconi/ Canale 5, Italia 1 e Retequattro) e quinze pequenas e médias emissoras locais e regionais.

As emissões para os vinte milhões e meio de fiéis telespectadores começam com o dia, às sete horas, e acabam à uma, duas da manhã.

Na programação dos pequenos canais regionais prevalecem as séries e os filmes norte-americanos, as telenovelas brasileiras, os programas informativos relativos a problemas da região ou a realização de leilões via televisão por comerciantes locais. Abundam também, nestes canais, os consultórios astrológicos, médicos, amorosos e de quiromância, enquanto um dedica a totalidade da programação à música.

No império Berlusconi, curiosa e inconfessadamente, o modelo seguido é sem dúvida o da RAI. As emissões dos três canais começam religiosamente às sete, como acontece nos primeiros dois canais da RAI; na guerra da audiência, cronometrada ao milésimo de programa pelos computadores da Auditel (empresa comum RAI/Berlusconi, que controla e mede as audiências das seis emissoras), cada faixa horária da RAI tem nos três canais privados o seu equivalente, a sua sombra e o seu possível substituto: de manhã é batalha dos desenhos animados e das mini-séries contra a Informação, a telescola e outros desenhos animados; de tarde é o festival dos shows ligeiros, entrecortados por pequenos concursos sob a efígie de alguma marca de sabão; de noite, são os duelos à lua entre a estreia televisiva de um sucesso cinematográfico recente, os filmes de autor da RAI 3 ou alguns clássicos de Hollywood, suficientemente cobertos de pó para se poder voltar a vê-los.

As estrelas para a condução dos programas de maior sucesso, os santos milagreiros da grande audiência, como Raffaella Carrá, Pippo Baudo e Enrica Buonaccorti entram e saem de uma e de outra equipe ao toque de caixa de milhões de contos, com clamorosas declarações à Imprensa e muito escândalo por entre os cifrões.

A concorrência também não poupa os cofres de ninguém: a RAI com um orçamento que aumenta 50% ao ano já ultrapassou o limite do alarmante e, para 1990, elevou a sua taxa anual para o equivalente a 12.500 escudos. Berlusconi, que detem 40% da publicidade do inteiro sistema televisivo contra os 47% da RAI, não tem contas a medir no despique pela compra de megaestúdios, mas megaestúdios com supercontratos e equipamentos, para fazer frente a vetusta e bem instalada televisão oficial.

Apesar de toda esta opulência e da variedade de programação oferecida, os italianos preferem o serviço público RAI, que os três canais Berlusconi de facto só conseguem ultrapassar com a ajuda das outras pequenas e médias emissoras privadas.

Da «mamã RAI», os italianos preferem os programas de Informação e os telejornais; logo a seguir vêm as grandes produções e coproduções, na onda do kolossal, como a recente adaptação televisiva do romance do autor clássico italiano Manzoni «I Promessi Sposi» e, no mesmo género, o famoso «Marco Polo», ou noutro, de temática mais actual , «O Polvo», já com a 5.ª série de episódios em produção.

Berlusconi, para ganhar essa fatia de telespectadores da RAI que preferem os noticiários, sai para o contrataque em Fevereiro com o primeiro telejornal nacional da emissão privada.

Para este princípio de anos 90 muitas mais serão as novidades que preencherão o éter do sistema televisivo italiano.

Em Janeiro, a RAI iniciará as emissões experimentais, via satélite da RAI-Europa que a partir da sede na Itália vai abranger uma vasta zona da Argélia à França, da Dinamarca à Inglaterra e a Leste da Polónia à Hungria.

A 28 de Fevereiro começarão também as primeiras emissões da «Pay TV Italian Newark», a primeira televisão italiana a pagamento. Transmitirá, a partir de uma série de emissoras locais, três horas de programas «especiais» com um sinal video criptado. As inscrições para receber o descodificador que permite a visão destes programas «especiais» já vão em 40 mil.

Entretanto, a RAI prepara-se para as transmissões via satélite e a gravação em alta definição do Mundial de Futebol. No Parlamento aguarda-se a discussão da revisão dos tectos publicitários e a lei «anti-trust» para travar o crescente monopólio Berlusconi sobre os meios de Comunicação Social.

Alessandra Balsamo

Cicciolina apadrinha TV pornográfica

Inesperadamente, na televisão italiana, vai acontecer o grande desafio à moralidade conservadora: um canal sobre sexo

Os menos pudibundos seios do planeta, os de Ilona Staller, *Cicciolina* , serão uma presença tutelar no primeiro canal de televisão pornográfico da história de Itália. A célebre pornodiva e deputada do partido radical italiano não podia faltar com os seus conhecidos atributos ao lançamento da referida iniciativa, para a qual jubilosamente se ofereceu, e que está prevista para dentro de um mês.

O novo canal, difundido por uma emissora de Pisa, visa chegar a oito milhões de clientes potenciais detectados por um estudo de mercado, os quais serão os noctívagos italianos que, ao longo da madrugada, procuram programas de impacte nas incontáveis televisões do país, todas elas acorrentadas a uma soporífera castidade pelo temor da censura.

Até agora televisivamente confinada a circuitos internos de clubes e hotéis de luxo, a pornografia passa assim a estar ao alcance de todo o telespectador disposto a desembolsar aproximadamente 25 mil escudos anuais por um descodificador que condiciona o acesso àquela programação, segundo um sistema designado *Pay TV* , também pioneiro em Itália.

Outra condição de acesso é a idade, pois o referido aparelho só pode ser adquirido por maiores de 18 anos.

Não obstante estas restrições, a iniciativa está a constituir um enorme êxito, com cerca de 40 mil candidatos à subscrição já declarados, o que permite uma expectativa de venda próxima de um milhão de descodificadores.

A única sombra ameaçadora sobre o canal pornográfico é projectada por uma legislação que permite intervenções censórias do poder judicial, como aconteceu diversas vezes com a televisão privada. É de facto previsível que apareçam juizes a fazer a vida negra à emissora, proibindo-lhe os filmes *hard*, aliás parte apenas de uma programação que pretende incluir jogos, debates e transmissões directas, sempre na área do sexualidade.

Os satélites de difusão directa dão xeque-mate aos governos europeus e à sua ultrapassada política de fronteiras à televisão. Uma hegemonia apenas contestada pelos competitivos cabos de fibras ópticas

GRANDE ANGULAR

Tradição paternalista

A televisão está a passar, em todo o mundo, por um verdadeiro turbilhão. Poucos países conseguem ainda não ter sido afectados pela revolução na tecnologia televisiva que evidenciou a percepção de que os canais de televisão eram um recurso raro e, por isso, deviam ser fortemente regulamentados.

Os Estados Unidos - de acordo com a revista «The Economist» - lideram o processo, com um sistema de distribuição de satélites e de cabos que permitem a metade das casas dos americanos receber 30 canais diferentes. A Europa Ocidental está agora a viver essa mesma rápida expansão de canais por cabo e satélite. Como consequência, o tradicional «serviço público» europeu de empresas de teledifusão pode preparar-se para ver a sua hegemonia de frequências de onda rapidamente erodida na década de 90.

Mas a supremacia do satélite não é pacífica. Com efeito, o aperfeiçoamento das fibras ópticas veio dar nova vida ao cabo submarino, no preciso momento em que - segundo a revista «Science et Vie» - as telecomunicações de TV por satélite se traduzem num desapontamento.

Tal como qualquer outra grande mudança que ameaça vastos interesses, a revolução da televisão na Europa não deixa de ser polémica. Na Grã-Bretanha, país pioneiro na difusão directa de televisão por satélite, as tradicionais empresas emissoras defenderam vigorosamente as suas posições. A Comunidade Europeia poderia também ser um significativo obstáculo à extensão deste ponto de vista. Uma drástica directiva comunitária recomenda a protecção da indústria europeia de programas, através da fixação de quotas à produção estrangeira (leia-se norte-americana).

A directiva também prevê o reforço das limitações à publicidade e tornará praticamente impossível que a Europa venha a registar o mesmo tipo de desenvolvimento de canais «home-shopping» que os Estados Unidos.

Limitações à competitividade

Existem outros esforços para inibir a competição e a livre circulação de sinais de TV. Como, por exemplo, as frequentes iniciativas daqueles que lutam por conquistar uma posição na nova «ordem» da teledifusão, mas que em simultâneo defendem limitações à competitividade. Na Grã-Bretanha, a empresa «oficial» de difusão directa por satélite, a British Satellite Broadcasting (BSB), persuadiu com êxito o Governo a adiar a inauguração do quinto canal de difusão terrestre, que iria competir com os dois canais da BBC e os dois da Independent Broadcasting Authority's. Aliás, a BSB também requereu legislação para impedir os grupos da imprensa de terem acesso à televisão por satélite.

Por debaixo de este e de outros esforços esconde-se uma atitude. A forte tradição paternalista da Europa - muito mais do que nos Estados Unidos - que protege os telespectadores de tomarem decisões «erradas» sobre o que vão ver nos ecrãs.

A tecnologia de satélite é a chave para dar a volta a esse *status quo*. Na Europa, a difusão directa por satélite foi concebida em meados dos anos 70 como uma maneira de expandir os serviços das já existentes empresas de teledifusão sem abrir o caminho para a competição desinibida. Para conseguir isto, os governos da Comunidade concordaram, em 1977, em permitir cinco canais de difusão directa por satélite para cada estado membro.

Nessa altura, os governos e as respectivas empresas públicas de teledifusão sentiram-se seguros, na convicção de que esse acordo iria restringir com êxito a distribuição e permitir uma cuidadosa selecção daqueles que se candidatavam a novas frequências.

A febre das parabólicas

Só que, entretanto, uma nova tecnologia de satélites de potência média foi sendo desenvolvida nos Estados Unidos. Ao contrário dos satélites oficiais da BSB com o seu limite de cinco canais, os sistemas de satélites de potência média estavam aptos a emitir dezenas de novos canais para uma única antena de recepção.

Dado que estes novos satélites de potência média utilizam as frequências das telecomunicações e não as frequências «oficiais» utilizadas pelas emissoras terrestres, eles estão legalmente à disposição de qualquer novo utilizador.

A primira companhia a explorar na Europa o potencial destes satélites de média potência foi a luxemburguesa Société Européenne des Satelites, que lançou o seu primeiro satélite Astra em Dezembro de 1988. A Sky Television está agora a transmitir quatro programas de serviços a partir do satélite Astra e quatro outros canais de língua inglesa também estão a utilizar o sistema. Assim, hoje em dia, os telespectadores na Grã-Bretanha têm acesso a oito canais, ainda antes da empresa pública BSB ter ido para o ar.

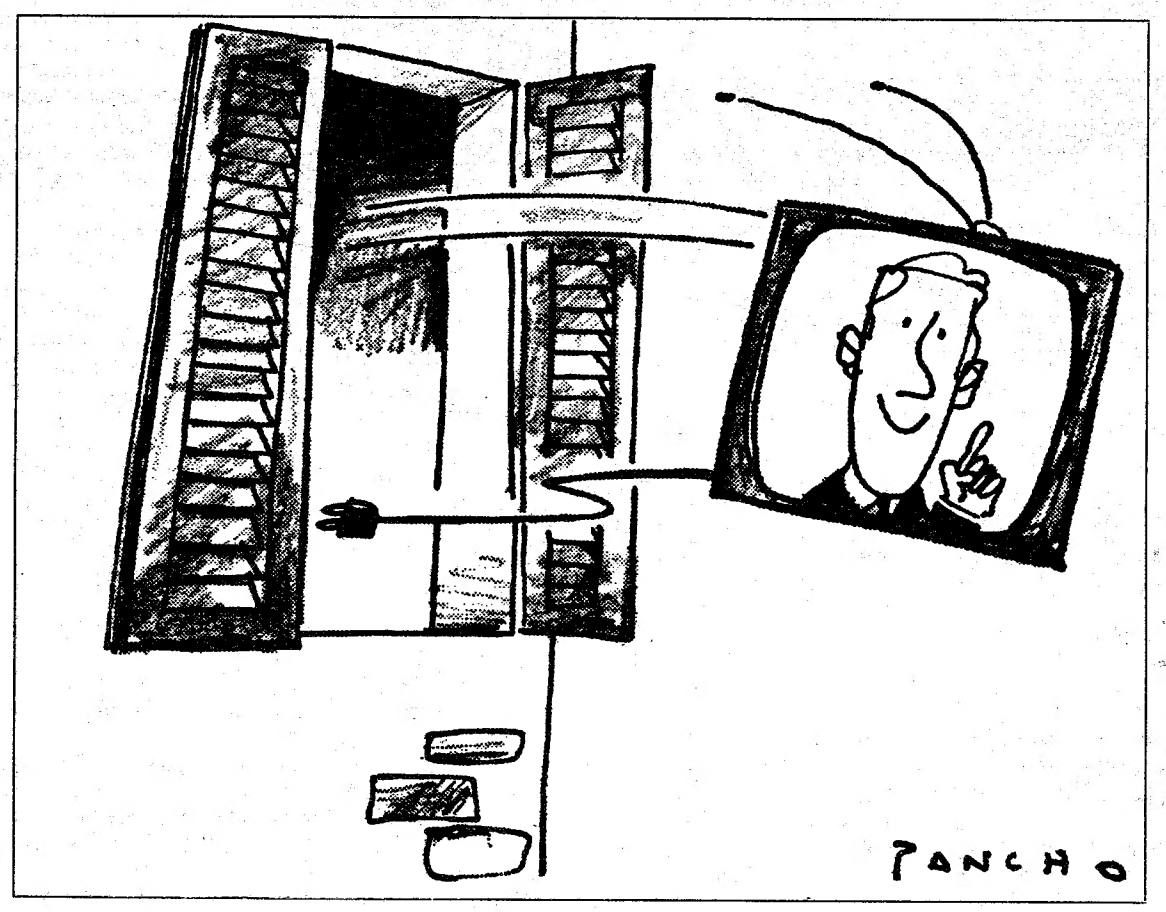
O desenvolvimento da televisão por cabo na Europa tem-se processado a um ritmo muito menos rápido do que nos Estados Unidos. Na Grã-Bretanha, em particular, o custo da rede de cabos tem sido extremamente alto. Por isso, a difusão directa por satélite de média potência parece ser, agora, o método mais aconselhável para os telespectadores receberem novas opções de programas.

O que não acontece noutros países. A Alemanha Federal, por exemplo, onde o monopólio governamental dos telefones tem utilizado financiamentos públicos para instalar redes de televisão por cabo, evidenciando que essa vai ser a dominante tecnologia de distribuição. E em Itália, a teledifusão terrestre tem florescido sob um regime de desrugalamentação que permitiu a competição com a televisão

Abolição das fronteiras

Nos anos 90, a revolução da televisão vai certamente alastrar dos países desenvolvidos para a Europa de Leste e, até, aos novos países industrializados e a alguns do Terceiro Mundo. Acontece que as antenas parabólicas já estão à venda na Polónia e na Hungria.

A *glasnot* e a *perestroika* na União Soviética conduzirão à abertura do seu próprio sistema de televisão. Talvez aquilo que é mais crucial na tecnologia de televisão por satélite não seja a sua particular sofisticação, mas sim a sua relativa rudeza. É possível fazer uma antena parabólica a partir de um cartão coberto por folha de alumínio - recentemente, um reparador de televisões construiu uma a partir da tampa metálica de um caixote de lixo.



A revolução da televisão pode trazer boas notícias para os telespectadores. Os americanos têm um sistema garantido, com canais especializados em quase todos os temas susceptíveis de interesse.

A «TV Guide», a maior revista com conteúdos dos programas de televisão, tem já o tamanho de uma lista telefónica de uma pequena cidade. Um padrão que, naturalmente, vai ser repetido na Europa. Os governos e as empresas de teledifusão estabelecidas eregeram todo o género de cortinas de ferro para impedir os telespectadores europeus de usufruir de uma televisão optativa. A chegada da televisão por satélite pan-europeia circunscreve essas fronteiras à insignificância. Os governos que controlaram tradicionalmente a televisão na Europa estão a perder o pulso ao sistema espectador-dirigido que nenhum grupo dominante poderá vir a controlar.

Cabo *versus* satélite

Em matéria de telecomunicações, o satélite revelou-se uma desilusão, nos últimos anos. A quase totalidade desses sofisticadíssimos engenhos - segundo a revista «Science et Vie» - gira hoje em redor da terra sem render mais do que uma pequena parte do que se pretendia que rendesse, com grave prejuízo para as empresas do sector. Em contrapartida, o velho cabo submarino, graças a uma renovação de material, dir-se-ia que ressuscitou e prospera a olhos vistos.

Depois de crescer à média de 20 por cento ao ano durante a década de 70, a procura das telecomunicações espaciais, repentinamente, afrouxou. Ou, talvez melhor, foi a oferta que, no seu crescimento eufórico, excedeu toda a proporcionalidade e deu por si, a dado momento, em situação de gigantismo desfasado.

Não foi só uma questão de se sobrestimar a procura, acelerando o ritmo de lançamento de satélites; foi também resultado do aperfeiçoamento dos aparelhos, cuja capacidade inicial para 240 circuitos telefónicos e um canal de televisão evoluiu para 12 mil circuitos e dois canais, além da longevidade no espaço aumentar de 18 meses para dez anos. Resultado: já em 1984, a Federal Communication Comission, que superintende às telecomunicações nos EUA, calculou que 42 por cento da capacidade dos satélites não era aproveitada.

Uma das principais vítimas desta evolução inesperada é a Intelsat, organização com um quarto de século que detém o monopólio das telecomunicações internacionais por satélite entre os seus 110 estados membros, que vão da Líbia ao Perú e dos EUA ao Irão. Proprietária da grande maioria dos engenhos que hoje gravitam em redor do planeta, a Intelsat ainda recentemente encomendou a uma empresa norte-americana um reforço da frota. Bem se arrisca a deixá-la estacionada...

É que, a agravar os efeitos deste crescimento eufórico, aconteceu o milagre da ressurreição do velho cabo submarino, na precisa altura em que se o suporia condenado à exposição museológica, milagre originado pelos mais recentes progressos na tecnologia das fibras ópticas. Graças a ele, consegue-se hoje uma circulação da luz através de fio em condições de uma perfeita limpidez, sem a atenuação do ímpeto das ondas electromagnéticas, por maior que seja a distância a percorrer. Assim, o cabo submarino ficou subitamente em condições de assegurar a transmissão por um processo revolucionário, que veicula informações de toda a espécie através de sinais luminosos.

A vantagem do sistema radica sobretudo na durabilidade. Os satélites mais modernos duram sensivelmente dez anos. Um cabo, o dobro. Isto, pelo menos, já que há mais de 30 anos que o Alger I jaz estendido no fundo do Mediterrâneo, sem nunca ter exigido restauro e sempre, sempre operacional.

Chama-se Submarine Lightwave Cable uma pequena sociedade nova-iorquina que decidiu apostar fortemente no que parece serem os novos rumos das telecomunicações internacionais. O seu projecto aponta para a transmissão intercontinental de emissões televisivivas (a TAV, Trans-Atlantic Video).

Como? Através de um cabo submarino englobando um número recorde de fibras ópticas, nada menos do que 24.

O êxito do empreendimento bem poderá significar a derrota do satélite, enquanto instrumento privilegiado da difusão internacional da TV. Pelo menos, até ver.

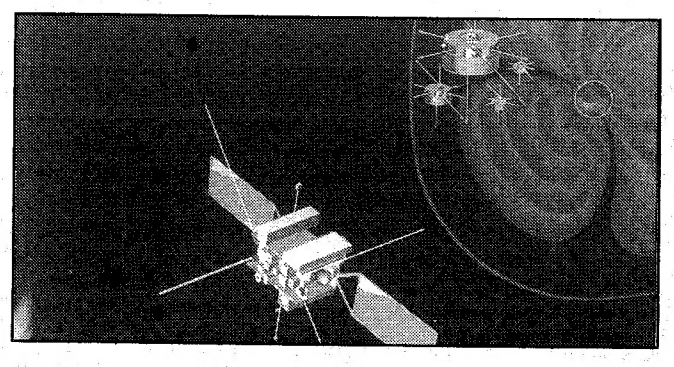
Redacção DL

Coincidentes na esfera da actividade, as multinacionais que dominam os media europeus diferem em tudo o resto: na estratégia de mercado, na filosofia informativa, nos instrumentos utilizados

Seis colossos pouco parecidos

A comunicação social europeia é dominada por seis multinacionais: Thorn Emi, Bertelsmann, Havas, Murdoch, Berlusconi e Companhia Luxemburguesa de Telecomunicação (CLT).

As respectivas dimensões variam muito: em volume de negócios, a Thorn Emi apresenta números vinte vezes superiores à CLT. À escala mundial, todas elas ficam muito longe das suas gigantescas homólogas norte-americanas, como a Westinghouse e a RCA. Mas todas, aparentemente, prosperam, com vantagem para as de menores dimensões: é a CLT que detem o recorde, com 10 por cento de lucros, conseguidos em 1984.



Também o que cada empresa investe no audio-visual é variável. Assim, se para a CLT se trata de um investimento prioritário, para a Bertelsmann não é coisa que absorva mais do que dois por cento do seu orçamento. Só que esses dois por cento equivalem a cerca de 100 milhões de ecus, ou seja, quase metade do volume global de negócios daquela sua concorrente.

Há duas grandes tendências a assinalar dentro destes grupos *multimedia* : a tendência para o empenhamento prioritário no audiovisual e a tendência para privilegiar a informação escrita. Paradigmáticas, da primeira são a CLT e a Berlusconi; da segunda, Bertelsmann, Maxwell e Murdoch, cujo investimento na imagem tem no entanto crescido ininterruptamente, à semelhança aliás do que se passa com empresas como a Springer, na RFA, Hersant e Hachette em França, Ringier, na Suíça, El Pais, em Espanha, VNU, na Holanda, De Standaard e Rossel na Bélgica.

Complementarmente a essas duas grandes orientações, há que referir o caso da agência Havas, empresa de publicidade que opera transversalmente no conjunto dos *media* (Imprensa, cinema, radiotelevisão, telemática), em muitos países da Europa.

No que se refere à expansão geográfica, os mais tentaculares destes grupos empresariais, Thorn Emi e Bertelsmann, ultrapassam as fronteiras europeias, invadindo os EUA. Mas fazem-no nos seus âmbitos tradicionais, ou seja: electrónica popular no caso de Thorn, edição e música no de Bertelsmann. No campo do audio-visual, é reduzida a penetração europeia no mercado americano, couraçado por uma eficaz estratégia proteccionista. As estratégias de mercado também variam, sendo as empresas mais jovens as mais agressivas. Murdoch e Maxwell caracterizam-se por um esforço permanente de ocupação de espaços, em apertadaconcorrência, enquanto a casa Bertelsmann prefere consolidar pacientemente cada avanço. Por outro lado, há os grupos que se empenham nas emissões radiofónicas, como CLT, Bertelsmann e Havas, com muitos interesses em rádios locais, e aqueles que não apostam senão na imagem, casos de Berlusconi, Maxwell, Murdoch e, já anteriormente, Thorn Emi. Uma das mais importantes questões levantadas pelo fortalecimento das empresas europeias do sector audio-visual, necessário ao desenvolvimento dos novos *media* , é a contradição entre esse objectivo e o desejável pluralismo. Para muitos observadores, há que limitar rigorosamente a concentração de *multimedia*. Mesmo em legislações liberais como a dos EUA, existem normas visando salvaguardar o equilíbrio entre a necessidade da concentração e o respeito pela diversidade das iniciativas. Em França, o Conselho Constitucional já tomou posição sobre o assunto, observando que «o pluralismo da Imprensa é uma simples componente do dos meios de comunicação».

Redacção DL

Fim do monopólio

A primeira cadeia de televisão privada espanhola já está a funcionar. Duas outras preparam-se para o tiro de partida

As emissões de Antena 3, a primeira cadeia de televisão privada a funcionar em Espanha, iniciaram-se às 12 horas do Dia de Natal, embora apenas com carácter experimental. A programação regular começará já no dia 25 deste mês de Janeiro. No entanto, duas outras estações foram autorizadas e começarão a emitir brevemente : a Telecinco,a 3 de Março,e o Canal Plus, nos primeiros dias do mês de Abril.

À excepção de Canal Plus, que os espectadores terão de pagar para ver, os programas das duas outras estações são postos gratuitamente à disposição dos espanhois, embora todas elas busquem, obviamente, lucros comerciais.Especialistas de mercado torcem o nariz a tanta fartura e vão desde já anunciando que o volume publicitário é insuficiente para tantas estações (seis para toda a Espanha e, em certas áreas, sete,contando com as televisões regionais). E não falta quem assegure que uma delas será rentavel, uma outra poderá viver com grandes dificuldades, enquanto a terceira está destinada a fechar as portas a médio prazo.

Antena 3 foi a primeira a largar, assim como fora -- já em 1980 -- a primeira a apresentar o pedido de emissão, a primeira a adquirir as instalaçõesdo seu posto emissor, o que não quer dizer que ganhe obrigatoriamente quem parte na primeira posição. A estação está já a transmitir, neste período experimental, dezoito horas por dia (das sete da manhã à uma da madrugada), passando a emissão a durar vinte e quatro horas a partir de 25 de Janeiro.

A programação conta com filmes e séries (já anunciada está a telenovela brasileira «Roque Santeiro»), concursos e blocos informativos, tendo o da noite a duração de uma hora e contando com uma redacção de centena e meia de jornalistas. Os apresentadores são todos eles figuras conhecidas ou da TVE ou da Rádio.

Quanto às duas outras estações, pouco tem transpirado. Telecinco contra entre os seus sócios prinicipais com o potentado italiano da comunicação social Silvio Berlusconi (a sua estação italiana denomina-se precisamente Canal 5), cuja experiência na matéria muito ajudará, de certo, o lançamento da empresa. De Canal Plus (nome idêntico ao da primeira televisão privada francesa, à qual se tem acesso através de um descodificador pago) sabe-se somente que baseará a programação nos filmes.

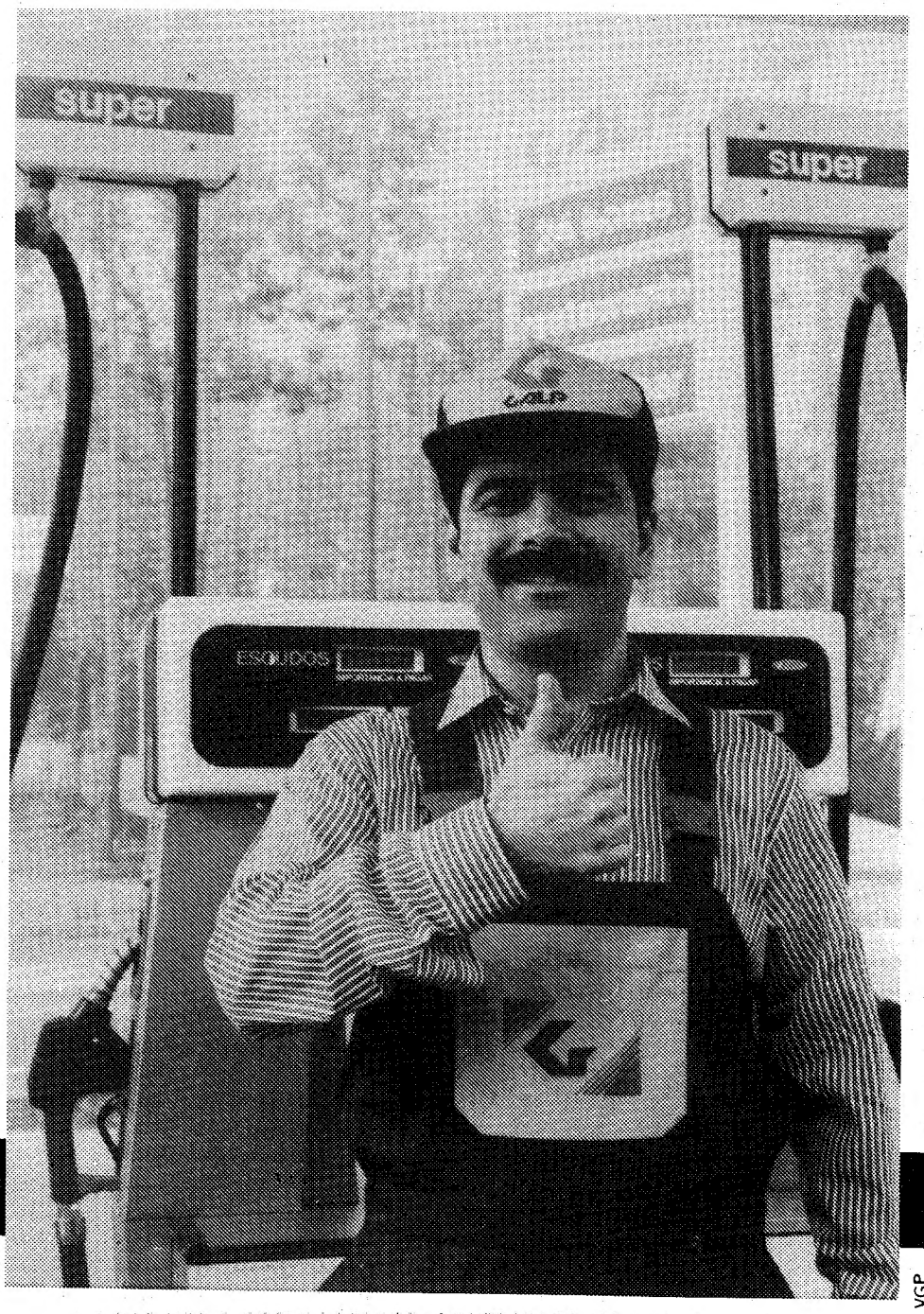
Roby Amorim

LISBOA

Na Av. D. João V, em Lisboa, o posto de abastecimento GALP sofreu uma profunda remodelação.
Você vai notar a diferença na comodidade, no atendimento e na qualidade do serviço.
Aprecie toda a nova imagem que o rodeia enquanto é servido pelo mais eficaz equipamento abastecedor.

Este novo posto GALP tem à sua disposição gasolina sem chumbo e está aberto diariamente entre as 7 e as 22 horas.

A GALP espera por si... Existimos para o servir.



GALP
PARA O SERVIR

VGP

Diário de Lisboa

Fundado em 1921
Editado por Renascença Gráfica, S.A.

Presidente do Conselho de Administração: **António Ruella Ramos.**
Administradores: **Maria do Carmo Ruella Ramos, João Manuel Ruella Ramos, António Brás Monteiro e António Gomes da Costa.**
Secretário-geral: **Jorge Galamba.**

Director **Mário Mesquita**
Directora-adjunta **Diana Andringa**

Exerceram anteriormente a Direcção:
Joaquim Manso (1921/1956)
Norberto Lopes (1956/1967)
António Ruella Ramos (1967/1989)

Chefe de Redacção
Acácio Barradas
Chefes de redacção-adjuntos:
José Leite Pereira, Paulo David, Rodrigues da Silva e Rui Camacho

Redactor-principal
João Paulo de Oliveira
Coordenadores de Secção:
Adelino Cardoso, Eurico Vasconcelos, João Galamba de Oliveira, José Luís Feronha, Maria Guiomar Lima, Neves de Sousa e Vítor Leitão

Redactor-paginador
António Ribeiro Ferreira

Redacção e reportagem fotográfica:
Almeida Henriques, Ana Mafalda Inácio, Ana Paula Sá, António José Teixeira, Augusto Vilela, Carlos Camponez, Céu Neves, Daniel Reis, Dina Soares, Duarte Calvão, Elsa Andrade, Emília Trindade, Ernesto Sampaio, Fernando Brederode Santos, F. Dias de Brito, Gisela Oliveira, João Isidro, Jorge Ferreira, José Rui Cunha (Bruxelas), José Tavares, Júlio Rodrigues, Luísa Alexandra Botinas, Lurdes Féria, Maria Antónia Martinho, Maria João Martins, Maria João Rocha, Maria José Belo Marques, Marina Tadeu, Marina Tavares Dias, Paulo Martins, Pedro Alvim, Pereira de Almeida, Rodrigues Borges, Rui Eduardo Paes, Rui Ferreira e Sousa ,Rui Nunes e Rui Pacheco

Colaboradores permanentes da Redacção: **Alves Henriques, Daniel Oliveira, Francisco Paraíso, Isabel Joyce e Roby Amorim.**

Cartoonistas: **António Alfredo e José Bandeira**

Grafistas:
Ribeiro da Silva (coordenador), **Ermelinda Silva, Filipe Veríssimo e Luís Tenreiro**

Paginadores:
José António Carvalho, Jorge Santos, Nuno Teixeira e Óscar Figueiredo

Secretária de Direcção
Maria Eduarda Soutelo
Secretaria de Redacção:
José Agostinho (coordenador), **António Lima e Maria Helena Matos**

Chefe de Publicidade
Luísa Valadas

Gestor de Informática
Luís Canteiro

Redacção, Administração, Publicidade e Serviços Técnicos: Rua Luz Soriano, 44 - 1200 Lisboa. Telef. 3474870/9 - Telegramas DIBOA - Telex 12363 DIAROP - Telefax 3467134. Impresso na Renascença Gráfica, SA - Rua Luz Soriano, 44 - 1200 Lisboa. Distribuído por Interpress - Rua do Norte, 115-1º - 1200 Lisboa - Telef. 322100/322204/320784. Depósito legal nº 1426/82. Preço do jornal: no Continente, 60$00; na Madeira, 75$00; nos Açores, 85$00.

PORTE PAGO

GENEALOGIAS DA ACTUALIDADE

A actualidade desenrola-se à superfície lisa dos dias que fluem. É uma fonte inesgotável de surpresas, umas vezes tranquilas e serenas, outras vezes violentas. Os acontecimentos de que está povoado o nosso presente acabam assim por emergir ora como um vulcão avassalador que vem romper com as nossas expectativas e as nossas convicções mais arreigadas ora como uma cadência regular de factos previsíveis. Perante a actualidade cada um de nós pode situar-se mais ou menos sereno ou perturbado de acordo com a nossa capacidade para enfrentar o desconhecido e para integrar no nosso mundo as experiências novas que se vão desenrolando diante de nós. Esta capacidade pode ser maior ou menor consoante os recursos de que dispomos para as assimilar. Conheço pessoas que ao virar da esquina da sua rua se sentem completamente confusas e incapazes de enfrentar o desconhecido que as espera, por escapar à repetição regular de um quotidiano familiar. Esta incapacidade está intimamente associada à natureza ritual da vida colectiva e à impossibilidade de identificação das figuras que permitem inserir a novidade nas expectativas da experiência passada. Mas há também pessoas que morrem de tédio no seu meio familiar e perante o desenrolar cadenciado das rotinas do quotidiano, sem que a abertura ao mundo exterior enriqueça realmente a sua experiência. Daí a importância de identificarmos as figuras que permitam ao timorato reconhecer no mundo exterior ressonâncias do seu mundo familiar e ao aventureiro o alargamento do horizonte da sua experiência.

A identificação das figuras que conferem às coisas, aos factos, aos acontecimentos a sua identidade é feita na linguagem. É na linguagem que a actualidade se inscreve no nosso mundo, convertendo o desenrolar caótico dos acontecimentos numa experiência familiar do mundo. É por isso que a fenomenologia nos ensina que só existe realmente para nós aquilo que sabemos exprimir e que o professor tem razão de desconfiar do aluno que no exame lhe diz que sabe a matéria mas não a sabe formular.

A razão de ser desta indispensável inscrição linguística da nossa experiência do mundo tem a ver com o facto de sermos seres situados na linguagem. É da língua que recebemos o mundo como uma herança comum. Os acontecimentos que se perfilam no horizonte do nosso mundo são por ela moldados. Mas é igualmente na língua que elaboramos o nosso mundo próprio. Da encruzilhada deste mundo comum com este mundo próprio na prática discursiva recebe o presente o seu sentido.

O sentido não se confunde com a significação. Não se encontra no dicionário nem na gramática. Tem antes a ver com o destino que damos às palavras ou aos silêncios, aos gestos ou às atitudes, às coisas ou aos factos. Não é por isso da ordem do sistema que organiza as formas verbais nem é da ordem das normas que ditam a conformidade dos comportamentos e das atitudes. O sentido é antes uma génese, realidade histórica em permanente elaboração. Avança diante de nós como uma luz que vai rasgando o horizonte do presente por entre a escuridão de um futuro incerto e confuso. Só é portanto reconhecível na luz que projecta sobre a actualidade informe e por vezes disforme com que nos deparamos no quotidiano.

A tentativa de objectivação do sentido, de o reduzir à significação das formas, embora seja um projecto admirável que tende para o enclausuramento total e último do sentido e, por conseguinte, para o seu domínio, é um desígnio impossível. Não passa de um interminável deslocamento, da «mise en abîme» da nossa subjectividade.

Pretender fazer nestas crónicas a genealogia da actualidade é, por conseguinte, procurar o seu sentido aquém e além da significação das suas formas expressivas; é tentar descortinar no fluxo da nossa experiência presente o reflexo das figuras que nos permitem não só identificar a experiência de um mundo comum e de um mundo próprio mas também compreender a ponto em que ambos se cruzam.

O sentido é sempre exorbitante; situa-se para além (ex-) dos limites do mundo (-orbis) da experiência habitual; está para além do mundo regulado pelas leis que regem o seu funcionamento regular. É uma mais-valia acrescentada aos valores normais das coisas, um excesso que ultrapassa as margens do fluxo regular do tempo. É por isso que o sentido inscreve o curso mortal da vida no destino intemporal do homem.

Ao dar-se assim como excesso e desmedida, o sentido alimenta-se de um fundo ou de uma reserva inesgotável e imemorial. Esta reserva constitui uma espécie de museu imaginário, é o arquivo onde as palavras e os factos vão buscar as figuras que lhes dão sentido. É por isso uma fonte enterrada na memória.

Aristóteles distingula três modalidades de génese: uma génese do acaso, a *tyche*, uma génese poética e uma génese técnica, a *techne*

Para se dar assim de maneira excessiva, o sentido alimenta-se de um fundo ou de uma reserva tanto mais disponível quanto mais enterrada na memória. Em cada gesto, em cada palavra, em cada atitude presentes emergem à superfície figuras enterradas em milhares de camadas subterrâneas que o tempo se encarregou de congelar em formas vazias disponíveis na língua para toda a espécie de investimentos. É sob este modo criogenizado que o passado retorna no presente e o alimenta em permanência de miríades de figuras insuspeitáveis. Há, por isso, neste retorno um funcionamento específico da memória, fazendo intervir os processos ambivalentes da rememoração e do esquecimento. É que as formas do passado só podem retornar no presente como anamnese depois de um trabalho específico de obliteração, de amnésia. Depois de esquecidas permanecem assim como figuras assignificantes, criogenizadas, numa espécie de reserva museal, arquelógica, disponíveis para sempre novos investimentos e configurações.

Cada um dos nossos presentes apresenta uma predilecção especial por determinadas configurações. É uma actualização remitificante, um retorno dos mitos ancestrais entretanto esquecidos que vêm conferir ao nosso presente uma dimensão intemporal, exorcisando assim a nossa finitude.

Etimologicamente, a actualidade é aquilo que está em acto e que, por conseguinte, realiza o que até então estava em potência. Esta realização é o resultado de uma génese, de um processo de engendramento. Aristóteles distinguia três modalidades de génese: Uma génese do acaso, *a tyche*, uma génese da poética e uma génese da técnica, a *techne*.

A génese da *tyche* é a que se encontra na natureza, fruto do acaso, que não é obviamente o resultado de uma acção premeditada.

O ciclo regular dos planetas ou das marés, a irrupção de um vulcão ou o desabrochar de uma flor são processos que se desenrolam sem a intervenção premeditada do homem. A génese poiética é aquela que provém de uma intervenção premeditada do homem, mas em que é o próprio desenrolar do processo gratuito de creação e não a sua utilidade ou o seu interesse que é visado. A génese da *techne*, por seu lado, é a que visa a utilidade prática do resultado do processo de creação. Estas duas últimas modalidades da génese são as que interessam particularmente a actualidade para o homem, visto dependerem de uma escolha deliberada e se destinarem à transformação humana do mundo. Distinguem-se pelo facto de a génese poiética ser gratuita e, por conseguinte, pelo facto de realizar na sua plenitude a natureza racional do homem, ao passo que a génese técnica visa uma utilidade prática e estar, assim, mais distante do destino racional do homem. Embora estas distinções de Aristóteles continuem a modelar a nossa visão do mundo, a nossa época tende, no entanto, a inverter a relação tradicional entre a técnica e a poiética, como resultado do papel espectacular que o desenvolvimento tecnológico desempenha hoje na génese da nossa própria experiência racional do mundo.

Adriano Cunha Rodrigues

público e privado

ATENÇÃO AOS PODERES DA INVEJA

Por que razão os mecanismos de mercado em tudo se mostram superiores aos mecanismos burocráticos do Leste Europeu? Por que razão até experiências de cooperação e de autogestão, como as que foram feitas na Jugoslávia, não resultaram? O mercado é como uma competição desportiva: cada um tem de se confrontar com os outros, lutar com eles, tentar superá-los ou, pelo menos, permanecer no mesmo nível. Se isto não acontece, ei-lo eliminado da corrida. Faz, pois, o mercado, apelo ao espírito competitivo e agressivo dos seres humanos, mas canaliza-o num sentido positivo. Aquilo que individualmente é considerado vício, como a avidez do dinheiro e do êxito, a competitividade, até a inveja, inseridos no mecanismo do mercado produzem bons resultados.

O mecanismo do mercado oferece, inclusivamente, uma via para a inveja transformando-a em emulação e em competição.

A inveja nasce da elementar capacidade instintiva que todos possuímos de nos identificarmos com os outros, para desejarmos aquilo que eles têm; de nos questionarmos «se ele tem, por que razão não tenho também eu?». Este tipo de experiência faz crescer continuamente as nossas aspirações, torna-nos insatisfeitos, inquietos, mas ao mesmo tempo imensamente dinâmicos.

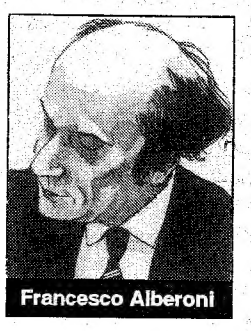
A inveja manifesta-se quando, em vez de nos esforçarmos por obter um resultado igual através da imitação, da emulação, da competição, nos encolhemos e nos limitamos a desejar que o outro também não tenha o que tem.

O invejoso, quando superado por alguém, fica como que paralisado, pensa obsessivamente no seu rival e todo se rói por dentro, esperando que nada lhe corra bem.

Nas vilas e nas pequenas cidades, a inveja transforma-se num poderoso factor de imobilidade. Quando alguém começa a ter êxito, a superar os outros, cem braços se levantam contra ele para o travar ou para fazê-lo retroceder. Contava-me há tempos um famoso escultor - que vive numa dessas pequenas cidades - que à medida que os anos vão passando o número de pessoas que o cumprimentam vai sendo cada vez mais reduzido. Nas sociedades estagnadas toda e qualquer agressividade é utilizada, não com o intuito de superar o outro, mas de o abater, de o aniquilar, de o fazer fracassar.

Isto é o que se passa nos regimes de tipo comunista, sejam estes burocráticos ou baseados na autogestão. O grupo dos parceiros, dos que se encontram no mesmo nível, mal se apercebe de que um de entre eles se evidencia, imediatamente o tenta reter e desacreditar. Têm, portanto, todo o interesse em que o pior aconteça, não o melhor. É este o motivo pelo qual geralmente os movimentos e os sindicatos igualitários se opõem aos exames de selecção. É este ainda o motivo pelo qual, geralmente os sistemas governados pelos sindicatos tendem a uma fraca eficiência.

O mesmo acontece com a autogestão: os que dela fazem parte, sentindo-se iguais entre si, dificultam e destroem todo aquele que os supera, todo aquele que tenta introduzir inovações. Na Jugoslávia, até haver um partido suficientemente forte para poder impor os seus homens e os seus critérios, as coisas foram avançando. Quando, no entanto, a autogestão deixou de ter a ajuda de forças exteriores, caiu-se num autêntico marasmo.


Francesco Alberoni

O mesmo se passa em Itália. Se «O Nome da Rosa» de Umberto Eco tivesse sido avaliado pelos seus próprios colegas de ofício, a obra teria sido ferozmente atacada. Felizmente que foi um juiz externo, o mercado, que lhe decretou o triunfo.

Acontece igualmente no mundo da Ciência. Os colegas do cientista genial levantam-lhe obstáculos; afortunadamente existe uma colectividade científica internacional que vai derrubar esse juízo. Também as empresas não são excepção: o director competente, o inovador de génio, precisa de uma intervenção vinda do exterioor para que o seu trabalho se veja valorizado; algumas vezes será o próprio patrão, outras uma empresa concorrente que o chama para si. Se apenas dependesse dos seus colegas, dos seus parceiros, não teria saída possível.

(Trad. de Manuela Ferreira de Almeida)

AUTO-RETRATO

O auto-retrato é um desafio que o DL está a lançar às mais diversas personalidades da vida pública portuguesa. Duas vezes por semana está nestas páginas. Hoje é a vez de Maria Filomena Mónica

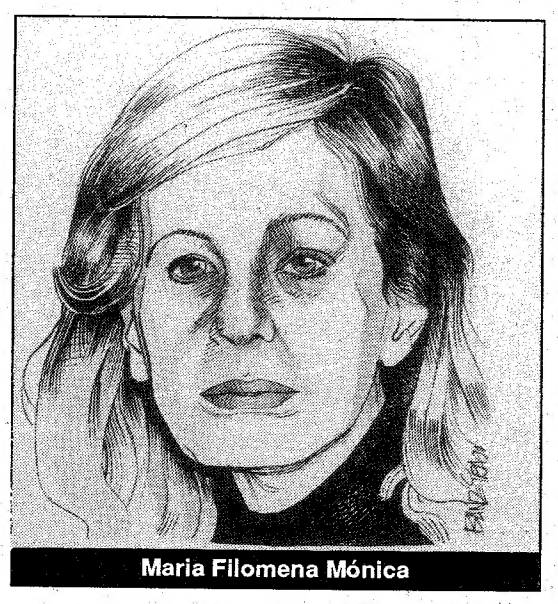
No dia 14 de Setembro de 1971, parti para a Universidade de Oxford, depois de ter obtido uma oportuna bolsa da Fundação Gulbenkian. Antes, frequentara na Faculdade de Letras de Lisboa um curso de Filosofia, sem glória nem proveito. Significativamente, as minhas melhores classificações foram obtidas na cadeira de opção, a História da Literatura Portuguesa, o que diz qualquer coisa sobre o meu interesse pela disciplina central. Quando terminei o curso, em 1969, apenas aprendera que S. Tomás de Aquino era bom e que Hegel era mau. Tirando o espanto perante o professor Oswaldo Market, um espanhol que nos caiu em cima, no 4.º ano, para revelar a extensão da nossa ignorância, a Faculdade nada me deu.

Uma vez instalada em St. Antony's, comecei a ler o que me vinha parar às mãos com uma tal voracidade que as autoridades académicas, na pessoa de Alan Ryan, se viram na necessidade de me alertar para os conhecidos perigos da indigestão intelectual.

Em estado de grande virgindade intelectual, inscrevera-me num curso de Sociologia, uma matéria que tinha o enorme fascínio de ser proibida em Portugal. Durante dois anos, a minha formação prosseguiu entre seminários de teoria sociológica, conversas com o meu supervisor e aulas de Matemática. Quando, numa pausa estival, consegui respirar, percebi que grande parte do que andava a ler não me interessava minimamente.

Com alguns amigos próximos, vindos dos quatro cantos do mundo, comecei então a estudar, a sério, o pensamento de Marx. Mas estas leituras eram desagradavelmente afectadas pelo marxismo importado de Paris, tão esquálido quanto a Sociologia estruturo-funcionalista que nos chegava do outro lado do Atlântico. Ia desesperando.

Por sorte, Oxford permite mudar de orientação a meio caminho. Assim, em vez de seguir pelos áridos caminhos propostos pelo professor Goldthorpe, voltei-me para Burke e Tocqueville, Durkheim e Weber, cujo pensamento viria, alguns anos depois, a ensinar numa malograda experiência docente. Gradualmente, ia deixando a Sociologia, entendida no sentido institucional do termo, para me aproximar da História. Havia, a começar, a questão do estilo: entre as duas disciplinas, não havia dúvidas possíveis sobre qual dava mais prazer. Havia, por outro lado, circunstâncias específicas que afectavam a investigação feita sobre Portugal. De cada vez que tentava analisar o presente, as lacunas da bibliografia eram tais que me via forçada a rasgar o cenário, para olhar para os misteriosos bastidores. Assim, em vez de escrever um livro sobre Marcello Caetano e Veiga Simão, acabei por escrever outro sobre Salazar e Carneiro Pacheco; em vez de estudar os operários de 1974, acabei por conviver com os seus antepassados.


Maria Filomena Mónica

O esforço que me foi exigido para conviver, durante vários anos, com um grupo de salazaristas menores só foi sustentável com base na profunda raiva que instintivamente sentia pela atmosfera claustrofóbica em que fora criada. O resultado foi a minha tese de doutoramente, *Educação e Sociedade no Portugal de Salazar*. O meu segundo livro teve uma génese diferente: em parte, derivou do clima revolucionário que se viveu após o 25 de Abril; todavia, a um nível mais profundo, nasceu da curiosidade que sentira, durante a redacção do primeiro, sobre aquelas ilhas de resistência onde a ideologia salazarista tinha tido dificuldades de implantação.

Parti, por conseguinte, para a Marinha Grande, pronta a descobrir os exaltados operários de que toda a gente falava. Não tardei a descobrir que não só eram muito diferentes do que se proclamava, como me seria impossível explicar o que quer que fosse sem uma ideia de como se formara aquela comunidade. Entretanto, novas ortodoxias ensombravam o horizonte académico português: o neo-platonismo marxista, que postulava um proletariado uno na sua essência mística, invadia os corredores das universidades, com uma desagradável voz totalitária. Decidi fazer uma investigação tão «relesmente empírica» quanto fosse possível. Acabei a estudar o grupo de artesãos e operários fabris que, nos finais do século XIX, tentavam sobreviver, em Portugal, contra ventos e marés: assim surgiu os *Artesãos e Operários*.

Fiz ainda dois livros que utilizaram a fotografia como fonte principal. Gostei tanto de trabalhar no *Retrato de Lisboa Popular*, feito com António Barreto, que, depois, voltei a utilizar a fotografia no *Fim da Monarquia*. Ocasionalmente, tenho voltado ao presente, como o fiz recentemente para a investigação que deu lugar ao meu livro sobre os grandes patrões da indústria portuguesa após o 25 de Abril; mas, lá no fundo, sei que nada me dará jamais tanto prazer quanto passar dias a fio, isolada de tudo e de todos, na grande sala da Biblioteca Nacional. É lá que tenciono passar os próximos anos.

POLÍTICA

Freitas diz que não há crise

O CDS deve 16 200 contos de rendas ao Patriarcado e vai tentar embargar o arresto do subsídio que o Parlamento lhe paga mensalmente

«O CDS vai tentar embargar a decisão proferida pelo Tribunal de Primeira Instância de Lisboa acerca da sua dívida ao Patriarcado», afirmou o presidente centrista esta manhã ao DL, acrescentando que o «caso não tem qualquer significado político, nem há crise». Para Freitas do Amaral, trata-se, no fundo, de uma divergência de fundo entre o CDS e o Patriarcado acerca do montante da dívida, que o Tribunal avaliou em 16 200 contos e que os centristas não contestam, embora coloquem algumas reticências.

O presidente do CDS, que em 1980 delegou em Rui Oliveira a orientação de negociações para um entendimento entre o partido e o Patriarcado quanto ao valor da renda do edifício que os democratas-cristão ocupam desde 1974 no Largo do Caldas, contesta o seu aumento de cem para 200 contos mensais. É isto que está questão: o aumento da renda para o dobro.

A decisão do Tribunal de Primeira Instância de Lisboa é de Outubro, mas só agora deu entrada na Assembleia da República para retenção e arresto de parte da subvenção mensalmente atribuída aos centristas, para pagamento da referida dívida cujo montante é muito superior à diferença de cem contos no valor da renda praticado a partir de 1980.

O CDS recorreu entretanto para o Tribunal de Relação e vai tentar, num prazo máximo de oito dias, embargar a decisão da Primeira Instância, uma vez que o primeiro passo não tem efeitos suspensivos nem trava a executoriedade do arresto.

Freitas do Amaral considerou ainda «um fenómeno estranho» a imposição da providência cautelar determinada pelo tribunal, porquanto até «as regras que mandam ouvir a parte contrária. não foram respeitadas». Na sua óptica, haverá nisso «qualquer irregularidade que só o tempo poderá esclarecer».

O ofício para arresto do subsídio parlamentar ao CDS resulta de uma decisão judicial sobre o conflito que opôs ao Patriarcado acerca do não pagamento do aluguer do edifício da sua sede, no Largo do Caldas.

O Tribunal de Primeira Instância de Lisboa decidiu a favor do Patriarcado, proprietário do edifício, delibertando que parte da subvenção que a Assembleia da República atribui mensalmente ao Grupo Parlamentar do CDS, em função do número de votos que alcançou nas últimas eleições legislativas, dê entrada no tribunal até atingir o montante da dívida.

O partido centrista poder-se-à ver privado, durante cinco meses daquele montante, caso o embargo da acção de arresto não seja deferido.

O Grupo Parlamentar democrata-cristão tem quatro deputados(Basílio Horta, Narana Coissoró, Nogueira de Brito e Adriano Moreira), recebendo mensalmente cerca de três mil contos da Assembleia da República.

Foi em 1980 que as relações entre o Patriarcado e o CDS se começaram a agudizar, quando o primeiro fixou a renda em 200 mil escudos (o dobro da que era então cobrada), invocando uma alteração da lei. Ao tempo, a direcção centrista reagiu a esse aumento, alegando limitação de recursos financeiros. Daí recusar-se a pagar a nova renda, unilateralmente decidida pelo Patriarcado- acusa Freitas do Amaral

Freitas do Amaral afirma que as divergências entre o CDS e o Patriarcado «não têm qualquer significado político»

B R E V E S

Estudantes timorenses feridos em Bali e Dili

Forças de segurança da Indonésia irromperam no passado dia 27 de Dezembro numa festa em Denpassar, Bali, ferindo gravemente três dos 257 estudantes que nela participavam, identificados como Marito Amaral, José Bentes e Horácio Gonçalves - revelaram estudantes timorenses em mensagem captada em Sidney, Austrália. Segundo a mesma fonte, foi acidentalmente morto a tiro um membro das forças de segurança da Indonésia. A comunicação de estudantes de Timor-Leste residentes em Dili, Denpassar (Bali) e Java reafirma a sua determinação de prosseguir a luta pela autodeterminação e independência do território. Antes (no dia 24), um grupo de jovens invadira a «Balai Prajuret House», em Dili, ondedecorria uma festa de altas persinalidades indonésias, ferindo várias e causando elevados prejuízos materiais.

Ministro de Defesa janta com Eurico de Melo

O novo ministro da defesa jantou ontem, em Lisboa, com o seu antecessor, Eurico de Melo, e o chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas (CEMGFA), general Soares Carneiro. O jantar decorreu na messe da Marinha em Cascais, a convite do CEMGFA, e nele participaram também os chefes dos Estados-Maiores dos três ramos das Forças Armadas: Firmino Miguel, Andrade e SDilva e Conceiçãome Silva.

O general Soares Carneiro disse à Lusa que o objectivo do jantar fora «apenas o de reunir o actual ministro da Defesa com o anterior titular do cargo, o secretário de Estado e os chefes dos vários ramos das Forças Armadas». ERurico de Melo e Carlos de Brito não prestaram declarações aos jornalistas no final do encontro.

Cimeira luso-espanhola a 2 e 3 de Fevereiro

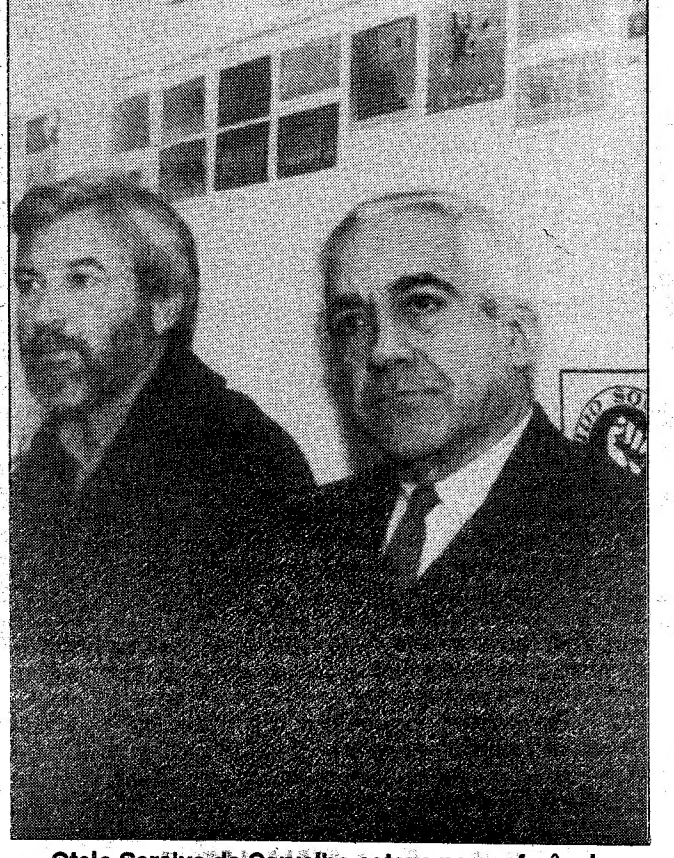
A próxima cimeira luso-espanhola deverá realizar-se nos primeiros dias de Fevereiro, provavlemnte a dois e três - disseram fontes oficiosas de Madrid. A data está praticamente assente, embora se aguarde ainda a confirmação pelas duas partes, acrescentaram as mesmas fontes. Esta cimeira, de carácter anual, que se realiza alternadamente nos dois países, esteve prevista para Outubro/Novembro de 1989, mas foi adiada devido à convocação de eleições gerais antecipadas em Espanha, por iniciativa de felipe Gonzalez.

Otelo solidário com grevistas de fome

O silêncio do estratego do 25 de Abril deve-se a «conflitos políticos e ideológicos»

Otelo Saraiva de Carvalho disse hoje ao DL que as considerações tecidas pela Comissão de Solidariedade Contra a Repressão a propósito de «um silêncio comprometedor» que estaria a assumir, relativamente ao caso dos presos em greve da fome denotam apenas «questões de conflitos políticos e ideológicos».

«Eu não tenho de estar sempre a anunciar solidariedade para com os meus companheiros», sublinhou Otelo acrescentando: «Isto é quase uma questão de preso por ter cão e preso por o não ter, pois se falo é porque falo, se não falo é porque não falo».



Otelo Saraiva de Carvalho esteve na conferência de Imprensa em representação dos presos libertados

Otelo Saraiva de Carvalho esteve hoje presente numa conferência de Imprensa convocada pelo Movimento Pró-Amnistia, destinada a analisar o caso dos detidos do caso FUP/FP-25, em greve da fome.

De acordo com Isabel do Carmo, do Movimento Pró-Amnistia, o preso que há mais tempo se encontra sem comer (31 dias), José Ramos dos Santos está «muito abatido», já que os seus níveis de potássio são cada vez mais baixos. Isto significa que pode ser acometido de ataque cardíaco, acrescentou.

O Provedor de Justiça, o presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Vitor Coelho, e a Presidência da República, além dos diferentes grupos parlamentares, foram as entidades contactadas pelo Movimento Pró-Amnistia, no sentido de debater o caso do excesso de prisão preventiva e os dos outros presos.

«Trata-se de uma luta justa com a qual estamos solidários - disse Isabel do Carmo- «e mais uma vez se coloca a questão da amnistia para esta questão. É impossível pensar que a sua solução é jurídica ela passa antes pela promulgação da lei da Amnistia», sublinhou.

Entretanto, o Conselho Superior de Magistratura (CSM) declarou-se sem competência para interceder em favor dos detidos do caso FUP/FP-25, tendo manifestado no entanto, preocupação pelo estado de saúde dos presos em greve da fome.

Fonte do Conselho disse que aquela instituição «é apenas o órgão superior de gestão e disciplina da magistratura judicial, não tendo competência para interferir junto dos tribunais».

Esta posição do Conselho surge na sequência da notícia de que o Provedor de Justiça iria interceder junto deste órgão a favor dos presos que estão em greve da fome.

Contudo, e segundo a Lusa, até ao meio da tarde de ontem o CSM não tinha recebido qualquer pedido do Provedor de Justiça para se encontrar com membros do Conselho.

Competências

Compete ao CSM, designadamente, nomear, colocar, transferir, promover, exonerar, apreciar o mérito profissional, exercer acção disciplinar e, em geral, praticar todos os actos de idêntica natureza respeitantes ao magistrados judiciais. «O que não compete de modo algum ao Conselho é interferir nas decisões judiciais e, portanto, dar ordens ou instruções aos juízes nesta matéria», concluiu a fonte.

Primeira contrariedade de Cavaco em solo americano

Estados Unidos admitem reduzir ajuda militar

Do nosso enviado especial

Ao admitir ontem a possibilidade de os Estados Unidos reduzirem a ajuda militar concedida a Portugal, como contrapartida pelo uso da base das Lajes, um alto funcionário norte-americano tornou ainda mais complexa a digestão do almoço de trabalho que Cavaco Silva terá, que dentro de horas, com George Bush.

O mais natural é que a questão seja remetida para o secretário da Defesa, com quem o Primeiro-Ministro se encontrará ao fim da tarde de hoje em Washington, noite dentro em Portugal. Mas do que não restam dúvidas é de que a Casa Branca se prepara para fazer algum «banzé» quando, em Fevereiro do próximo ano, os dois países se sentarem à mesa para renegociar as Lajes.

Resultam assim frustradas - tanto quanto é possível avaliar a partir dos dados disponíveis - as intenções do Governo português de nem sequer levantar a «lebre açoriana». Com efeito, Cavaco não está na disposição de tocar no assunto, preferindo insistir no pendor «africano» desta viagem, como fez em Lisboa. Porém, se é certo que, como escrevemos ontem, a situação em Angola se tornou tema obrigatório dos encontros, também é verdade que o chefe do Executivo dificilmente poderá furtar-se a discutir a problemática das Lajes, entendida na sua globalidade.

Em diversos factos se baseia esta conclusão. Ao manifestar o desejo de, a cerca de um ano de distância da data prevista para conservações em torno da base açoriana, estabelecer uma metodologia, a Casa Branca deixa entender que não pretende apenas (re)assinar de cruz. Nenhuma fonte nos autoriza a estabelecer uma ligação entre a hipótese colocada de baixar os níveis de ajuda militar e a questão dos helicópteros, a que ontem aludimos. Porém, parece legítimo supor que exista.

Cavaco e a mulher foram recebidos pelo subsecretário de Estado Lawrence Eagleburger.

Governo escuda-se em «razões técnicas»

Os acordos nesta matéria não prevêem a transferência de verbas de um programa para outro, pelo que, ao optar pela compra de helicópteros à Inglaterra, Portugal desperdiçou - independentemente do mérito da escolha - qualquer coisa como 67 milhões de dólares.

Expliquemo-nos: de acordo com a carta de intenções, o nosso país dispunha-se a adquirir cinco «Kaman», no valor de 92 milhões de dólares - e não de contos, como referimos por lapso no nosso despacho anterior - por apenas 25 milhões, sendo o restante suportado pela Administração americana. Gorado o negócio, a verba não é susceptível de chegar aos cofres portugueses por outras vias.

Segundo conseguimos apurar, Cavaco Silva irá fundamentar em «razões técnicas» a opção pelos aparelhos britânicos Lynx, se for forçado a abordar a questão. O seu argumento base é o de que o destinatário - a Armada - os considera mais adequados ao nosso equipamento. Porém, tocada a ferida da redução da ajuda militar, uma fonte admitiu que Portugal reclame a compensação através de apoios de outra natureza.

A mesma fonte garantiu ao «DL» que o Primeiro-Ministro não deseja levantar qualquer destas «batatas quentes» - Lajes e helicópteros. Uma declaração de intenções que deixa o repórter perplexo. Por que razão, então, o programa oficial prevê um encontro de mais de duas horas com Cheney, o secretário da Defesa? Mais: o que levou Mota Amaral, chefe do Governo Regional dos Açores a integrar, à última da hora, a comitiva oficial? Apenas a oportunidade de contactar as diversas comunidades de ilhéus, cujas direcções se encontram com Cavaco amanhã em Nova Iorque?

Seja como for, a pior coisa que pode acontecer ao Primeiro-Ministro será a reabertura de prolongadas negociações para manter nos níveis de 1989 a ajuda americana. Seria uma «remake» da situação a que se assistiu há apenas alguns anos, quando a Administração americana reduziu os montantes.

Recorde-se que, depois de terem atribuído 144 milhões de dólares em 1987, os Estados Unidos baixaram para apenas 112 milhões no ano seguinte. Só após uma ronda de consultas da iniciativa do Governo português, que considerou estar a ser desrespeitado o acordo de 1983, os americanos subiram de novo o nível para 150 milhões de dólares, em 89.

Paulo Martins

Americanos querem investir em Portugal

Nem tudo são espinhos, no entanto. De acordo com o alto responsável da Casa Branca que citámos no início deste texto, os Estados Unidos estão interessados em aumentar o investimento no nosso país, que aliás duplicou no ano passado em relação ao anterior, atingindo cerca de um bilião de dólares.

Portugal, com os seus salários baixos e preços concorrenciais, tende a tornar-se quase um «paraíso» para as empresas americanas. Não apenas pelos nossos «lindos olhos», evidentemente, mas sobretudo numa perspectiva de participação nesse grande mercado que a Comunidade Europeia esboça para 1992. Não querendo ficar de fora, a Ford vai instalar-se de armas e bagagens em Setúbal, enquanto outras empresas já se encontram em força no terreno, desde a Exxon ao Citibank, passando pela Johnson & Johnson.

A aposta dos Estados Unidos - que naturalmente encontra a maior receptividade da parte de Portugal, empenhado em tornar-se a sua «fronteira europeia» no plano económico - não é nova. A demonstrá-lo está o facto de, conforme revelou o ICEP, as relações económicas entre os dois países se terem intensificado nos últimos tempos. Porém, novos passos vão ser dados nesta visita.

Hoje, aqui em Washington, a Associação Industrial Portuguesa assina um protocolo de cooperação com a Associação Internacional para o Desenvolvimento (AID) cujo principal objectivo é criar condições para a formação de «joint ventures». A AID (que já teve um escritório em Lisboa, na década de 70) é um organismo governamental vocacionado para o fomento do investimento em países em vias de desenvolvimento. Portugal, que já não é abrangido por essa classificação, é o primeiro membro da CEE a usufruir desta estratégia.

Informações recolhidas junto de Edmund Wise, membro do «bureau» para as empresas privadas da AID, confirmam a natureza preliminar do protocolo. «Ainda não discutimos pormenores», frisou o responsável, adiantando que os programas serão detalhados num prazo de 60 dias, para aplicar em dois anos.

O interlocutor português tem a possibilidade de seleccionar os sectores de actividade que vão beneficiar da tecnologia americana, no quadro desta «experiência», como a definiu Wise. É provável que escritórios para abertura de oportunidades - os chamados «Investment Promotional Offices» - venham a ser abertos em Lisboa e Washington. Na capital dos Estados Unidos, estarão a cargo da AISC, a Associação Industrial Americana, com sede em Stanford, no Connecticut.

A estratégia adoptada em Portugal pela Associação Internacional para o Desenvolvimento é semelhante à avançada na Turquia. O organismo - afirmou ainda Edmund Wise - está a desenvolver esforços para «entrar» em alguns países de Leste, como a Polónia e Hungria. No entanto, apesar das transformações políticas operadas, a ausência de sector privado constitui ainda um óbice.

P.M.

I Série
N.º 9
Dia 11
de
Janeiro

DIÁRIO DA REPÚBLICA

SUMÁRIO

Ministério das Finanças

Decreto-Lei n.º 17/90:
Transfere para a Direcção-Geral das Contribuições e Impostos as competências conferidas ao Departamento Central de Planeamento do Ministério do Planeamento e da Administração do Território em matéria de acompanhamento e gestão do Sistema Integrado de Incentivos ao Investimento.

Decreto-Lei n.º 18/90:
Revoga o n.º 2 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 171/79, de 6 de Junho (regulamenta a locação financeira).

Ministério do Planeamento e da Administração do Território

Decreto-Lei n.º 19/90:
Disciplina o regime de caducidade das licenças municipais de obras de construção civil.

Ministério da Agricultura, Pescas e Alimentação

Dez portarias sujeitam a regime cinegético especial as seguintes propriedades:
Sujeita ao regime cinegético especial as propriedades denominadas «Quinta dos Anjos» e «Quinta do Poço», situadas nas freguesias de Várzea e Salvador, concelho de Santarém;

Sujeita ao regime cinegético especial as propriedades denominadas «Herdade da Cavandela», «Monte Costa», «Monte da Caldeirinha», «Herdade das Abicadas» e anexas, situadas na freguesia e concelho de Castro Verde;

Sujeita ao regime cinegético especial as propriedades denominadas «Herdade da Defesa da Bobadela de Baixo» e «Herdade da Bobadela de Cima», situadas na freguesia de Capelins, concelho de Alandroal;

Sujeita ao regime cinegético especial as propriedades denominadas «Herdades da Botelhinha», «Morgadinha», «Limpo» e outras, situadas na freguesia de Santo Amador, concelho de Moura;

Sujeita ao regime cinegético especial várias propriedades, situadas na freguesia de Espírito Santo, concelho de Mértola;

Sujeita ao regime cinegético especial as propriedades denominadas «Herdades da Silveira», «Roquina», «Silveirinha» e «Abadia», situadas na freguesia de Glória e Évora Monte, concelho de Estremoz;

Sujeita ao regime cinegético especial as propriedades que integram a zona de caça associativa do Rendo e Ruivana, concelho do Sabugal;

Sujeita ao regime cinegético especial a propriedade denominada «Herdade dos Carapuções», situada na freguesia de Santana do Mato, concelho de Coruche;

Sujeita ao regime cinegético especial vários prédios rústicos situados nas freguesias de Baraçal, Rapoula do Côa e Vila do Touro, concelho do Sabugal;

Sujeita ao regime cinegético especial a propriedade denominada «Herdade das Figueiras», situada na freguesia e concelho de Salvaterra de Magos.

Ministério da Saúde

Declaração:
De terem sido autorizadas transferências de verbas no orçamento do Ministério da Saúde no montante de 7665 contos.

Ministério do Comércio e Turismo

Portaria n.º 26/90:
Fixa o preço máximo de venda ao público da batata de consumo, bem como a imagem de comercialização para o retalhista. Revoga as Portarias n.ºs 271-A/84, de 30 de Abril, e 10/88, de 6 de Janeiro.

Região Autónoma da Madeira

Assembleia Legislativa Regional

Decreto legislativo Regional n.º 2/90/M:
Aplica à Região Autónoma da Madeira o disposto na Lei n.º 87/89, de 9 de Setembro (estabelece o regime jurídico da tutela administrativa das autarquias locais e das associações de municípios de direito público.

Decreto Legislativo Regional n.º 3/90/M:
Fixa os valores da remuneração mínima mensal garantida na Região Autónoma da Madeira.

✝

DEOLINDA DE JESUS COELHO GOMES

FALECEU

Seu marido, sobrinhos e mais família participam o seu falecimento e que o funeral se realiza amanhã, pelas 11 horas, da Igreja do Lumiar, para o cemitério do Lumiar.

AGÊNCIA SALGADO
RUA DA BENEFICÊNCIA — TEL. 77 13 49

POLÍTICA

Savimbi adia viagem a Portugal

A Unita desencadeou uma série de contra-informações que viria a desmentir ontem à tarde

O delegado da Unita em Portugal, Alcides Sakala, anunciou em conferência de Imprensa o adiamento da visita de Jonas Savimbi a Portugal, justificando esta informação com «a situação que o MPLA criou no interior de Angola». Recorde-se que ainda ontem vários jornais, incluindo o DL, anunciavam a vinda do líder da Unita.Tal sucedeu porque, em poucas horas, os dirigentes do movimento em Lisboa desencadearam uma série de contra-informações a última das quais apontava para a vinda do dirigente angolano, informação que só viria a ser desmentida pela própria Unita, no encontro com os jornalistas, ontem às 15 e 30.

Sakala, acompanhado por Carlos Fontoura, do Comité Central da Unita, e de Fátima Roque, da direcção do movimento em Lisboa, não referiu a data para que teria sido adiada a visita de Savimbi, alegando que «na altura oportuna será anunciada».

Questionado sobre se o adiamento não estaria relacionado com a ofensiva diplomática de Luanda junto do executivo de Lisboa ou ainda com a indisponibilidade de o primeiro ministro-português receber Savimbi, o delegado da Unita não confirmou esta leitura.

Não havendo motivos diplomáticos, restavam os motivos militares referidos no comunicado da Unita. Mas também nesta área Alcides Sakala sublinhou que «a situação militar está controlada, o MPLA recuou para Cuito-Canavale».

Alcides Sakala não deu explicações convincentes sobre o adiamento da visita

Ficou sem resposta a pergunta sobre as razões concretas do adiamento. Se, por um lado, os membros da Unita referem uma «intensa ofensiva» do Governo de Luanda, por outro, salientam a força do movimento no terreno de guerra e lamentam o elevado número de baixas.

A comissão organizadora da visita do líder da oposição angolana admite que Savimbi está fora de Angola, «num país africano», refere ainda que saiu do país recentemente, depois da ofensiva, mas não confirma que o regresso ao território de Angola, que o adiamento da viagem a Portugal faz prever, esteja relacionado com a escalada militar na região de implatação da Unita e com uma eventual perda de posições .

Fátima Roque, outra dirigente da Unita que participou na conferência, referiu que esteve há três dias em Mavinda e confirmou que «a região continua sob controlo da Unita».

Quanto à questão posta sobre a veracidade das informações de que o opositor a José Eduardo dos Santos estaria em Kinshasa, a resposta foi: «Não confirmo nem desminto».

O «suspense» de uma visita adiada

A anunciada estada de Savimbi em Portugal continua rodeada de incertezas e de informações logo desmentidas. Ontem de manhã, poucas horas antes da conferência de Imprensa, Sakala confirmava a visita para dia 13, mas, após uma reunião entre Savimbi e Tony Costa Fernandes, responsável pelas Relações Exteriores da Unita, tudo foi alterado.

Por outro lado, continua a desconhecer-se que país emitirá o passaporte do presidente da Unita, bem como as entidades que vão garantir a sua segurança durante a estada em Portugal. A primeira questão, nomeadamente uma pergunta sobre a possibilidade de ter um passaporte marroquino foi respondida com um «não confirmo nem desminto». No que respeita à segurança, Alcides Sakala disse que será garantida «por amigos que temos no país. E já falámos com os responsáveis portugueses competentes.É claro que não vou revelar os nomes», adiantou.

O delegado do movimento opositor ao MPLA admitiu a presença de seguranças da Unita em Portugal, mas, acrescentou que «não entraram clandestinos nem estão armados». Em contrapartida, Sakala denunciou «a presença de antigos seguranças do MPLA em território português para controlarem a estada de Savimbi em Lisboa». Questionado sobre se já tinha apresentado uma denúncia às entidades portuguesas, respondeu com um lacónico: «Já falei com as entidades responsáveis».Os jornalistas nacionais e estrangeiros que enchiam a sala da conferência de Imprensa, na sede da Unita em Lisboa, nada mais conseguiram saber sobre as razões desta reviravolta.

Judiciária investiga actividades dos «skinheads»

Cunha Rodrigues prepara medidas tendentes à extinção dos «cabeças-rapadas»

O Procurador -Geral da República «deferiu competência à Polícia Judiciária para investigar, em todo o país, actividades de relevância criminal realizadas pelos *skinheads* , anunciou o seu chefe de gabinete.

Aquele responsável decidiu ainda mandar recolher informação complementar e proceder a estudos com vista à eventual adopção de iniciativas processuais «tendentes à extinção destas organizações».

Tal medida do Procurador foi tomada após a análise de um relatório eleborado pela PJ, que efectuou investigações «tendo por objecto a caracterização, identificação e articulação de grupos conhecidos por *skinheads*, geralmente conotados com actividades neo-fascistas.

Também o ministro da Administração Interna, Manuel Pereira, afirmou que a actividade dos *skinheads* vai ser «combatida com toda a determinação pelas autoridades».

«O chamado fenómeno *skinhead* merece do Governo e do ministro da Administração Interna o mais vivo repúdio e vai ser combatido com determinação pelas autoridades», referiu aquele responsável, acrescentando que «as forças e serviços de segurança estão atentos ao desenvolvimento desse fenómeno».

O ministro disse que as forças de segurança vão receber da sua parte instruções para reforçarem a acção contra os marginais racistas «sejam eles quem forem e situem-se onde se situarem».

Africanos querem protecção

Entretanto, uma delegação de cidadãos africanos radicados no Porto entregou ontem uma exposição ao cônsul da Guiné-Bissau exigindo protecção contra os *skinheads*.

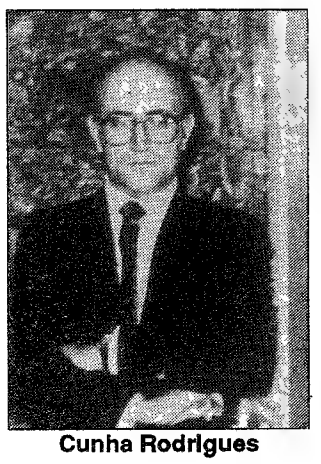
O cônsul da Guiné-Bissau no Porto, major Valentim Loureiro, comprometeu-se a fazer as diligências necessárias, designadamente junto do Governador Civil do distrito, a quem vai solicitar uma audiência para tratar do problema a nível local.

Valentim Loureiro que apelou à calma e à serenidade, aconselhando os cidadãos africanos a evitarem qualquer tipo de contactos e muito menos confrontos com os *skinheads*, criticou igualmente a onda de violência dos «cabeças-rapadas».

Por seu turno, o porta-voz da comunidade, Inácio Sinhá, de nacionalidade guineense, mostrou-se preocupado com a situação e afirmou que tem procurado junto de compatriotas seus desenvolver acções tendentes à resolução pacífica de tais problemas. «Pretendemos apenas que nos deixem viver em paz », sublinhou.

PSR exige punição

O PSR/Porto exigiu, em conferência de Imprensa, a punição dos culpados da morte de José Carvalho e a destruição das organizações e práticas racistas e facistas.



Cunha Rodrigues

Aquele partido pôs a circular um abaixo-assinado subscrito por dezenas de personalidades que «exprimem a sua indignação pela morte do dirigente do PSR, José Carvalho», a qual consideram um crime político.

«Este documento traduz a expressão de um fortíssimo sentimento de repulsa pela actuação dos *skinheads* e mostra a garantia de que é possível constituir neste país um forte movimento de opinião contra o racismo e fascismo», concluiram os dirigentes do PSR.

Amanhã no DL:
Entrevista com um grupo de negros de Lisboa, organizado para combater os «skinheads»

ECONOMIA

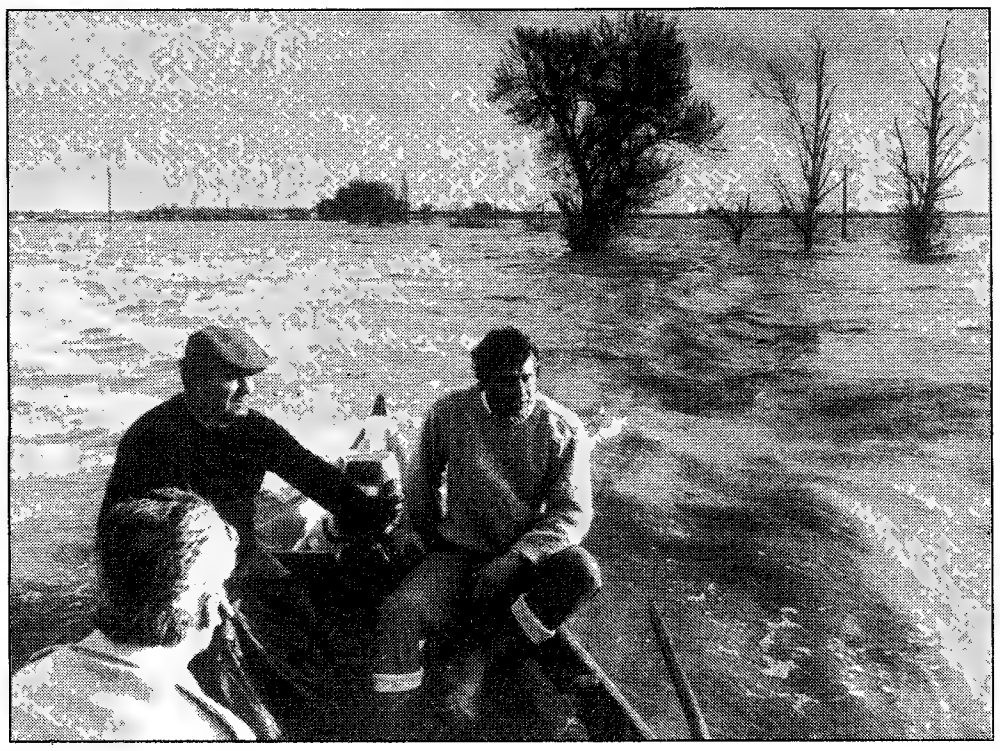
Indemnizações relativas às cheias continuam a gerar polémica

Agricultores da Beira Interior, Ribatejo, Oeste e Algarve querem "medidas especiais" nacionais e comunitárias

Para adoptar as «*medidas adequadas*», o Ministério da Agricultura, Pescas e Alimentação está a proceder à quantificação dos prejuízos das infra-estruturas destruídas pelas intempéries dos últimos três meses.

O Algarve foi até ao momento a única região onde foram tomadas aquelas medidas, consideradas, de resto, pelos agricultores e por vários responsáveis como «*muito insuficientes*» . Por esta razão, realizou-se ontem, em Faro, uma manifestação, como o "DL" noticiou na sua edição de terça-feira.

Estas informações, oriundas do gabinete de Arlindo Cunha - que se manifesta «*reconhecido*» aos agricultores, por saber que muitos já estão a fazer sementeiras -, surgem na sequência de uma conferência de imprensa da CAP, onde foi exigida a declaração de «*situação de catástrofe*» para as zonas agrícolas mais afectadas pelo mau tempo e solicitada ajuda diversa para minimizar os prejuízos.



Não foi só no Algarve que houve cheias. A imagem é do Ribatejo, em Dezembro de 89

Posição da CAP

A confederação dos agricultores identifica a Beira Interior, o Ribatejo, o Oeste, o Alentejo e o Algarve, como as zonas mais afectadas pelas condições climatéricas adversas dos passados meses de Outubro, Novembro e Dezembro, e necessitadas de «*medidas especiais de apoio e solidariedade, de âmbito nacional e comunitário*»

Rosado Fernandes, dirigente da CAP, entende que, além da declaração de «*situação de catástrofe*», são necessárias outras medidas, as quais devem ser tomadas de «*forma rápida e eficaz*».

A atribuição de subsídios a fundo perdido para a recuperação de obras públicas e privadas de protecção de rios, ribeiros e linhas de água, e para ajuda aos agricultores com culturas mais afectadas (cereais de sequeiro, olivicultura, citricultura e horticultura), bem como a criação de duas linhas especiais de crédito - uma para apoio à pecuária extensiva e à produção de leite, outra para apoiar as cooperativas na manutenção do seu fundo de maneio, de forma a fazer face aos encargos financeiros provenientes dos "stocks" de adubos e sementes não vendidos - , são duas das medidas então especificadas.

Outras medidas reclamadas pela CAP são a prorrogação da segunda prestação do reembolso dos empréstimos contraídos ao abrigo da linha de crédito "Intempéries 88" e a isenção da contribuição autárquica, do IRS e do IRC para o ano corrente, «*à semelhança do que ocorreu noutros países da Comunidade em circunstâncias semelhantes*».

Algarve

Começa hoje a entrega dos «*auxílios de emergência*» às vítimas das inundações no Algarve, revelou o gabinete de Cabrita Neto, que anunciou ainda para dia 15 o início do envio dos "avisos" para cerca de 1200 agricultores receberem as verbas atribuídas a fundo perdido.

Aguarda-se, por outro lado, a publicação do "Diário da República" do Decreto-Lei referente às linhas especiais de crédito.

Recorde-se, a propósito, que membros da Comissão de Defesa dos Agricultores do Algarve têm criticado os montantes das verbas destinadas a fundo perdido (200 mil contos) e às linhas de crédito (três milhões) por as considerarem «escassas».

Redacção DL / Lusa

Investimento de 15 milhões

Ramo automóvel atrai brasileiros

Serão assinadas hoje as cartas de intenção com que o Governo português e o grupo brasileiro Cofap (Companhia Fabricadora de Peças), associado ao IPE, que tem 30 por cento, viabilizarão um projecto de investimento de 15 milhões de contos, soube o "DL".

Localizado na área de Lisboa, este projecto contempla a instalação de uma fábrica de produção de componentes automóveis orientada para exportação, que criará cerca de mil postos de trabalho.

Naquelas cartas está definido o que os investidores brasileiros pretendem e o que o Governo oferece.

Neste particular, são definidos os incentivos fiscais, financeiros e à formação profissional. O "DL" apurou que o PEDIP terá uma grande participação nos incentivos financeiros.

As negociações envolveram do lado do Governo o IAPMEI, o ICEP e o IEFP, integrados, respectivamente, nos Ministérios da Indústria e Energia, do Comércio e Turismo e do Emprego e Segurança Social.

CCP quer privatizações para portugueses

A Confederação do Comércio pretende que Lei Quadro reforce competitividade da economia nacional

A Confederação do Comércio Português (CCP) pretende que a Lei Quadro das Privatizações privilegie os investidores portugueses, de forma a dar-lhes o controlo das empresas que passem por aquele processo, embora reconhecendo que será previsível escassez de meios financeiros para atingir aquele objectivo.

Para ultrapassar este paradoxo, a que se junta o da impossibilidade de fechar o mercado de capitais a investidores europeus, a CCP propõe que seja desenvolvida uma estratégia de associação de empresários portugueses entre si e com parceiros estrangeiros; criadas condições para a participação de pequenos aforradores nacionais, nomeadamente através da criação de instrumentos financeiros adequados; e aberta a possiblidade do ex-accionistas das empresas nacionalizadas poderem recorrer à compra de acções utilizando, para o efeito, os seus "títulos de indemnização".

Por outro lado, este organismo empresarial defende que se deve combinar o necessário gradualismo, que os valores envolvidos requerem, com a celeridade que é ditada pela «*reconstrução/consolidação da nossa estrutura empresarial no quadro do embate do Mercado Único*».

Para a CCP, os critérios devem, neste contexto, ser claros e a metodologia flexível, « *de modo a permitir a adopção de formas de privatização casuisticamente apreciadas*».

Ocasião privilegiada

A Confederação do Comércio considera que o processo de privatizações deverá constituir «*uma ocasião privilegiada para reforçar, significativamente, a competitividade da economia portuguesa*».

Afirma que o Estado, ao privatizar «*não está somente a alienar a detenção do capital de um elevado número de unidades empresariais, mas toda uma multisecular tradição de intervencionismo e tutela permanente sobre a economia*».

Tutela que, diz a CCP, se espera ver afastada, com efectiva transferência do poder de decisões e mudança de critérios que lhe estão subjacentes e que atrás, basicamente, referimos.

A eles se juntam para a CCP, a subordinação da lógica financeira e de critérios de intervencionismo especulativos a «*uma efectiva estratégia de reconversão económica e empresarial*».

TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE OEIRAS

ANÚNCIO

O DOUTOR FERNANDO RIBEIRO C. CARDOSO, JUIZ DE DIREITO DO TRIBUNAL JUDICIAL DE OEIRAS

FAZ saber, que na 1.ª secção do 1.º Juízo do Tirbunal Judicial de Oeiras, se encontra designado o dia **14 de Fevereiro de 1990, pelas 10.30 horas,** para arrematação em hasta pública, nos autos de carta-precatória registada sob o n.º 280/89, vinda do 6.º Juízo 2.ª secção do Tribunal Cível de LISBOA, extraída dos autos de Execução Ordinária n.º 5725 que o Ministério Público move contra JOSÉ ANTÓNIO VENTURA COELHO DE CARVALHO, residente no Largo Alberto Sampaio n.º 2 - 1.º Dt.º — Linda-a-Velha, pela 1.ª vez para ser arrematado ao maior lanço oferecido, para garantia da quantia exequenda de 49 350$00, acrescida de juros e custas prováveis tudo calculado no montante de Esc. 90 000$00.

É fiel depositário dos bens abaixo indicados, o executado José António Ventura Coelho de Carvalho.

Bens a Vender:

Diversos bens móveis, compostos por: arca congeladora, frigorífico, máquina de lavar roupa, televisor a cores e vídeo, aparelhagem estereofónica, 1 serviço de copos, 1 serviço de jantar, 2 serviços de café completos, 8 garrafas em cristal clombo, 32 peças de cristal-prata, duas carpetes e diversas mobílias, tudo avaliado em 580 000$00.

Oeiras, 5 de Janeiro de 1990

O JUIZ DE DIREITO

Fernando Ribeiro Cardoso

O Esc. Adjunto

Maria do Céu Fidalgo Lopes

«DL» 11/1/90

COTAÇÕES DE NOTAS E MOEDAS

Companhia Geral de CRÉDITO PREDIAL PORTUGUÊS 125 anos

(Por Unidade)

COTAÇÕES DE NOTAS	COMPRA	VENDA
ÁFRICA DO SUL (rand)	50$10	56$10
ALEMANHA FED. (marco)	87$20	88$40
ÁUSTRIA (xelim)	12$40	12$60
BÉLGICA (franco)	3$975	4$225
BRASIL (cruzado)		
CANADÁ (dólar — notas de 1 e 2)	127$50	130$00
(notas de 5 a 1000)	128$00	130$50
DINAMARCA (coroa)	22$45	22$85
ESPANHA (peseta)	1$304	1$424
EUA (dólar — notas de 1 e 2)	147$60	151$10
(notas de 5 a 1000)	148$10	151$60
FINLÂNDIA (marka)	36$95	37$55
FRANÇA (franco)	25$60	26$30
HOLANDA (florim)	77$30	78$40
IRLANDA (libra)	231$15	235$15
ITÁLIA (lira)	$106	$121
JAPÃO (iene)	$972	1$027
NORUEGA (coroa)	22$55	23$05
REINO UNIDO (libra)	244$65	249$15
SUÉCIA (coroa)	23$90	24$40
SUÍÇA (franco)	96$95	98$45
VENEZUELA (bolívar)	3$251	4$051

OBSERVAÇÕES:

1 — No respeitante a moedas, estas cotações devem ser consideradas a título meramente informativo.

2 — Todas as operações de venda estão sujeitas ao imposto de 6 por mil

Inquérito - Sondagem «Diário de Lisboa» - Euroteste

Onde gasta a maior parte do dinheiro que ganha? Hierarquize as despesas.

%

	CLASSES				
	Total	A/B	C1	C2	D
1.º LUGAR					
Total	7611	1142	2207	2968	1294
Habitação	10,8	12,0	15,5	7,5	9,6
Saúde	7,7	3,7	3,3	8,4	17,3
Alimentação	68,5	61,2	69,2	72,9	63,5
Prazer	3,0	5,9	2,3	2,1	3,6
Poupança	1,1	1,8	1,1	1,0	1,0
Vestuário	4,7	7,2	7,7	3,6	
NR	4,1	8,3	0,9	4,5	5,0
2.º LUGAR					
Habitação	20,0	24,6	25,9	17,4	11,8
Saúde	28,9	11,8	21,4	34,5	43,9
Alimentação	17,0	13,2	17,8	14,4	25,0
Prazer	4,3	5,5	7,4	1,6	3,9
Poupança	4,6	7,7	2,4	5,9	2,7
Vestuário	20,0	27,0	23,3	20,6	6,7
NR	5,3	10,2	1,8	5,7	5,9
3.º LUGAR					
Habitação	22,6	15,8	17,0	22,5	38,5
Saúde	23,3	19,2	26,5	24,6	18,1
Alimentação	4,7	7,5	5,7	3,6	3,2
Prazer	5,1	5,9	6,9	4,2	3,1
Poupança	11,9	15,2	13,6	10,8	8,4
Vestuário	24,3	23,0	26,7	24,6	20,7
NR	8,2	13,3	3,6	9,7	7,9
4.º LUGAR					
Habitação	10,9	11,0	8,8	13,5	8,5
Saúde	12,9	15,7	20,3	10,7	2,9
Alimentação	1,5	2,8	2,7	0,7	
Prazer	11,0	25,3	11,5	6,6	7,3
Poupança	21,7	18,0	22,5	24,8	16,1
Vestuário	26,7	11,5	22,3	25,4	50,4
NR	15,4	15,8	11,8	18,3	14,8
5.º LUGAR					
Habitação	8,0	7,7	6,7	8,4	9,6
Saúde	10,5	19,9	13,6	6,5	5,9
Alimentação	0,7	0,6	1,4	0,2	0,7
Prazer	16,9	17,2	22,7	17,5	5,0
Poupança	29,5	22,4	26,3	25,8	49,6
Vestuário	13,1	14,8	13,6	15,1	6,0
NR	21,4	17,3	15,7	26,5	23,2
6.ºLUGAR					
Habitação	11,6	12,4	14,3	10,9	8,0
Saúde	4,0	12,7	4,6	1,0	2,0
Alimentação	0,2	0,6	0,2	0,3	
Prazer	41,7	25,6	37,0	44,7	57,2
Poupança	15,9	21,9	21,9	13,0	7,1
Vestuário	2,8	7,4	3,3	1,4	1,4
NR	23,7	19,4	18,9	28,7	24,3

%

	IDADE			SEXO	
	15/34	35/54	+ 55	Masc.	Fem.
1.º LUGAR					
Total	3006	2436	2169	3585	4026
Habitação	12,7	11,8	7,2	11,2	10,5
Saúde	2,4	4,7	18,5	5,6	9,6
Alimentação	56,5	81,2	70,7	66,4	70,4
Prazer	7,5	0,1		4,6	1,6
Poupança	12,5	0,5		1,3	1,0
Vestuário	11,4	0,4	0,3	6,9	2,8
NR	7,0	1,3	3,2	4,1	4,1
2.º LUGAR					
Habitação	22,8	23,1	12,5	20,7	19,4
Saúde	10,1	28,6	55,3	24,8	32,6
Alimentação	16,1	15,2	20,3	14,9	18,8
Prazer	7,9	2,5	1,3	5,8	2,9
Poupança	7,4	3,3	2,1	7,5	2,0
Vestuário	27,7	23,7	5,1	21,3	18,9
NR	8,0	3,6	3,3	5,1	5,4
3.º LUGAR					
Habitação	11,6	23,0	37,5	19,5	25,4
Saúde	21,0	33,2	15,2	25,3	21,5
Alimentação	6,9	2,1	4,8	7,2	2,5
Prazer	8,4	2,7	3,1	7,3	3,1
Poupança	13,9	8,4	12,9	12,2	11,6
Vestuário	26,1	25,7	20,3	20,9	27,4
NR	12,1	4,9	6,3	7,7	8,6
4.º LUGAR					
Habitação	6,7	13,4	14,0	7,4	14,0
Saúde	18,0	15,2	3,1	11,9	13,7
Alimentação	3,4	0,3	0,2	1,9	1,1
Prazer	16,3	8,8	6,0	13,2	8,9
Poupança	18,1	24,8	23,2	25,2	18,5
Vestuário	15,0	27,6	41,9	24,6	28,5
NR	22,5	10,0	11,7	15,8	15,1

Os portugueses

Comilões, aperaltados

Parado, o homem continuava a olhar para a montra. Tinham passado 15 minutos. Sentia-se confuso, com medo do que os outros pudessem pensar ao verem-no com «aquilo». Entrou, perdeu a cabeça... mas aquele pullover cor-de-rosa era o máximo. Nunca tinha pensado em usar um tom de senhora. Mas, quando saiu da loja, teve de reconhecer, era outra pessoa. As calças de corte italiano, a camisa de seda e o jaquetão ficavam-lhe mesmo a matar. Para já não falar da gravata às cornucópias. Naquele fim de tarde, tinha gasto todo o dinheiro da sua conta poupança. «É um investimento», pensava. Estava convicto de que o seu visual iria fazer sucesso. O chefe olharia para ele doutra forma e os colegas iriram roer-se de inveja, mas respeitá-lo-iam. Talvez o escolhessem para representar a empresa na próxima viagem. Além do mais, havia ainda uma vaga de coordenador de departamento por preencher. Parece que já estava a ver o seu nome na porta do gabinete, ao fundo do corredor.

Vestir bem é uma preocupação cada vez mais evidente do sexo masculino. Os homens chegam mesmo a gastar mais dinheiro que as mulheres no vestuário. Este um dos dados que nos revelam os resultados desta sondagem. Os homens libertaram-se, finalmente, das cores tradicionais e do estilo único. O rosa deixou de ser para a menina e o azul para o menino. Agora, as cores são universais e tudo lhes é permitido: riscas, bolinhas, xadrez, rosa, roxo, pistachio, calções, collants de lã, maquilhagem... o importante é deslumbrar. Nunca os homens se produziram tanto. Eles trabalham o corpo, arranjam os cabelos e insinuam-se. A própria publicidade cultiva esta imagem, usando e abusando do corpo do homem para tudo o que é anúncio, seja de bebidas, de carros ou pasta de dentes. É a arte da sedução, sinal de que certos padrões e tabus estão a cair na sociedade.

Não é por acaso que lojas de moda masculina invadem o mercado, que os melhores costureiros são homens e que

Na sala do espectáculo do consumo

«Um funcionário da secção ménage à caixa 20. O sr. Joaquim Santos à recepção. O proprietário do automóvel GI-30-40 é favor dirigir-se ao gabinete de segurança, junto à porta de saída...». A voz feminina que ecoava do altifalante do hipermercado não parava de debitar nomes. Corredores cheios, atropelos, choques. «Rui deixa as batatas fritas, a mãe já leva um pacote»- dizia a senhora para a criancinha que se divertia a tirar e a meter os produtos da prateleira. «Quero dois», respondia, mas não teve sorte nenhuma. «Vamos embora. Estou farta de estar aqui. Anda tudo louco» - resmungava uma senhora.

A funcionária continuava a chamar o proprietário do GI, que não aparecia. De certo, andava demasiadamente absorvido pela ânsia de comprar para prestar atenção à voz do altifalante.

O hiper é assim: enlouquece. Tornou-se um lugar de culto, um templo levantado ao ideal do consumo, que provoca reacções antagónicas, exalta o prazer e a indignação. «Detesto vir aqui. Só o faço porque ainda acredito que os preços valem a pena, mas isto transtorna as pessoas. Parece que ficam fora de si. Se tivessem dinheiro levavam tudo quanto aqui há» - dizia-nos Isabel Fernandes, que vai ao hipermercado uma vez por mês e leva já a lista de compras para não ser tentada.

Nem todos fazem o mesmo e as reacções começam cá fora, mesmo antes de se entrar no espaço onde se efectua o acto de compra. Parque de estacionamento cheio. Há quem clame «meu reino por um lugar ou um carrinho de mão». Nada, a impaciência estala. Pensa-se que as compras irão desanuviar a tensão. Mas, os empurrões, a confusão, a espera interminável para pagar ainda exasperam mais.

Visitar o hiper tornou-se um hábito é quase uma peregrinação. Isto, porque comprar, naquele espaço, onde se encontra de tudo e os preços são mais baratos, vale a pena.

O acto de compra é isso mesmo, compensatório. Enquanto fenómeno social funciona como um espaço reservado à loucura, à explosão incontrolada das insatisfações. Por isso, dizer-se que o consumo é muito mais um fenómeno do mundo do espectáculo que económico não é totalmente descabido. Ele vive, sobretudo, de padrões socio-culturais, do desejo de posse, da exuberância e abundância. A lógica é simples: compra-se porque outros também o fazem e deseja-se porque outros também têm. Se a questão é consumir, os 25 mil produtos expostos no hiper facilitam a tarefa.

Na verdade, o consumidor vai lá para comprar produtos essenciais - leite, óleo, batatas, peixe, carne... - e acaba sempre por trazer mais qualquer coisa. Só depende do que estiver em promoção. «Estou fula comigo. Vinha só para comprar uma cafeteira e comida e levo o carro cheio de edredons e lençóis. Bom, também são bons e temos que aproveitar as oportunidades. Levo sempre mais do que queria» - dizia-nos Maria da Conceição. Os comerciantes contradizem esta tendência. O gerente do Continente, engenheiro Jorge Almeida, afirmou ao «DL» que o efeito hipermercado já estava ultrapassado. «As pessoas vêm aqui às compras porque sabem que compensa, mas não levam mais do que tinham pensado. A filosofia de comprar já não é essa» -disse-nos.

Mas, sem dúvida que, as pessoas vão e compram sempre mais, sobretudo, produtos de consumo instantâneo, de prazer efémero. O mês passado foram os chocolates, o vinho do Porto, o espumante e o perú. Vive-se a era dos objectos e da ânsia do uso imediato.

A.M.I

e o dinheiro (8)

e tristes

as mulheres começam a preferir as camisolas e os blazers estilizados para o sexo oposto. Os sociólogos dizem que não se trata de um fenómeno de inversão de valores, mas da aproximação de padrões para os dois sexos. É um fenómeno natural numa sociedade cada vez mais permissiva.

Também não é por acaso que os resultados nos indicam que a classe média e a faixa etária mais jovem são os que mais gastam em vestuário. Tal facto tem a ver com a ascensão social pelo visual. Ser-se por aquilo que se veste, pelo carro e casa que se tem. A regra é: se quero ascender socialmente tenho que seguir os padrões que vêm de cima.

Contudo, não é no vestuário que os portugueses gastam mais dinheiro. A alimentação é o factor que aparece logo no início da hierarquização dos gastos. Tem maior peso nas classes médias e baixa e no escalão entre os 35 e os 54 anos. Segundo dados divulgados pelo INE, em 1981, Portugal era o país da Europa que mais gastava na alimentação. Passados dez anos a situação mantém-se, embora as previsões para 1995 indiquem uma diminuição dos números. O nosso povo gosta de comer muito e bem. Mais do que uma necessidade comer é um prazer. Os estrangeiros dizem mesmo que a comida dos portugueses é como eles «farta e pesada». Estes resultados têm, também, a ver com os rendimentos. Trata-se de uma necessidade e, por isso, é natural que absorva a maior fatia do orçamento familiar das classes média e baixa.

Talvez por estar mais desprotegida e exposta a condições de vida não muito dignas é que a classe D apareça em primeiro lugar nos gastos com a saúde, a segunda despesa eleita por 28.9 dos inquiridos. Em 1981, os portugueses eram os que menos dispendiam dinheiro para a saúde. Os números indicavam 2.6 contra 9.0 da Holanda e 5.6 da França. No entanto, as previsões sempre apontaram uma tendência para subir. Facto que se tem sentido.

Disso se queixam a classe D e os idosos que vêm o seu dinheiro ir quase todo para a farmácia. Foram as mulheres que puseram a saúde como primeira despesa, o que não quer dizer que sejam mais doentes que os homens. Simplesmente, entre nós, o conceito de saúde ainda aparece muito ligado à estética. Daí que, possa estar incluído neste gasto, tudo o que é produtos cosméticos e de emagrecimento, vendidos em farmácias e devorados, sobretudo, pelo sexo feminino dos 35 aos 54 anos.

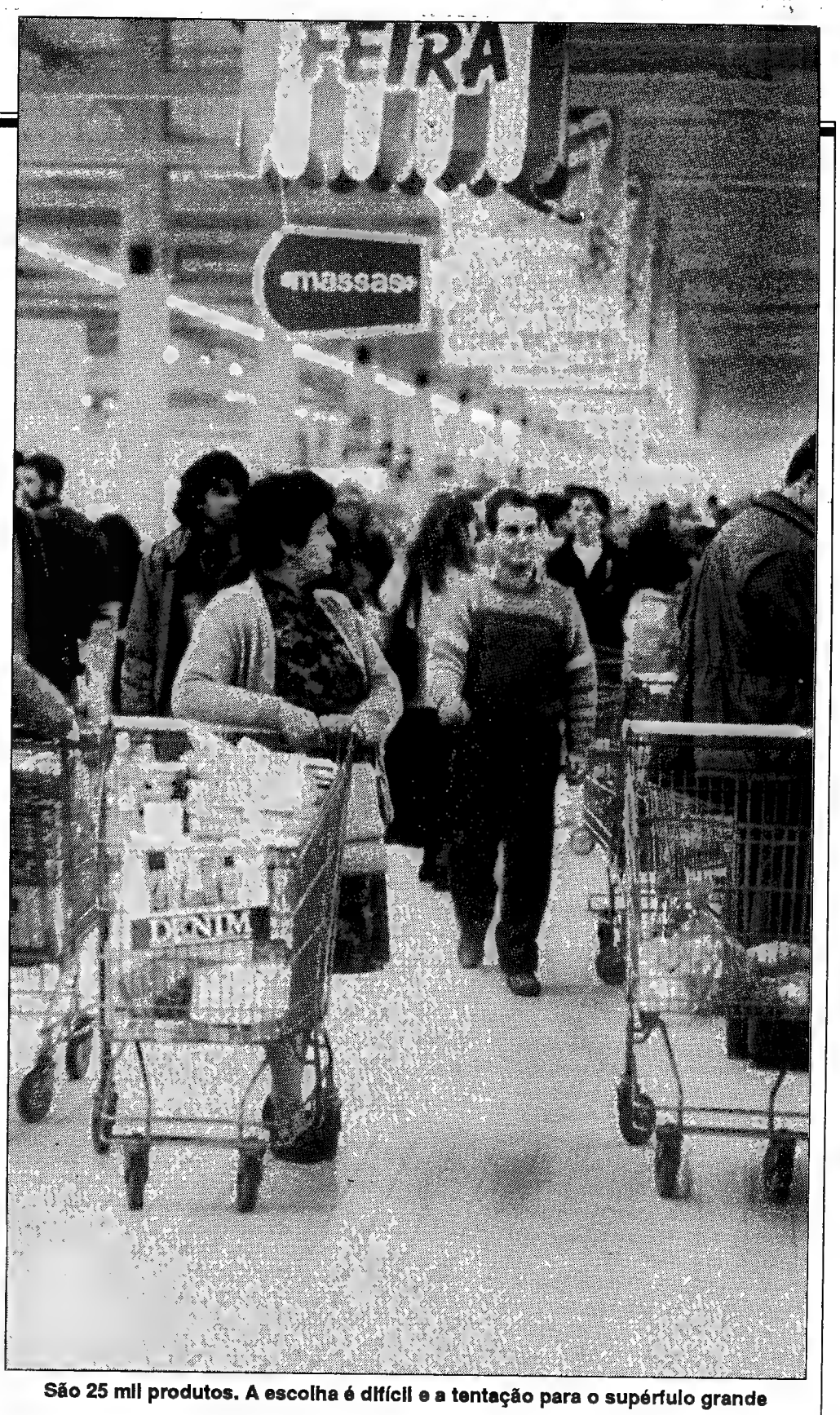
A habitação é uma das despesas que não tem grande expressão para os portugueses se tivermos em conta os níveis atingidos na Europa. Trata-se de um gasto que afecta mais o grupo dos 34 aos 54 anos e a classe média alta. É neste escalão etário que, normalmente, se arrisca na compra de uma casa. A ascensão social e uma certa estabilidade socio-económica são factores que também podem ter influenciado estes dados.

A habitação não tem muito peso no orçamento dos mais novos, que sofrem de indisponibilidade financeira e canalizam os seus rendimentos para outras áreas. Por exemplo, para o prazer.

Embora apareça no fim da tabela, o prazer é importante para os inquiridos mais jovens que, nas primeiras despesas, responderam gastar mais nesta área que qualquer outro escalão. Os restantes relegam-no para último plano, até porque, em Portugal, ainda há muito a ideia de que não se deve gastar dinheiro com o prazer. Há como que uma rejeição imediata do assumir dos gastos neste campo. Os portugueses são uns tristes. A televisão é um dos factores que conduz à apatia cultural. Mas, para 1995 as previsões dizem-nos que o prazer terá maior destaque na vida dos portugueses, o que já acontece nos restantes países da Europa, sendo uma das rúbricas onde se gasta mais dinheiro.

Quanto à poupança só 29.5 dos portugueses a puseram em primeiro lugar. Ficou provado que a Classe A/B não poupa, investe. Quem mais amealha é a classe D, óbviamente que não é por ter mais rendimento, mas por necessidades da vida. Quando há dinheiro há que pensar no futuro e em aferrolhar.

Ana Mafalda Inácio



Rui Vasco

São 25 mil produtos. A escolha é difícil e a tentação para o supérfulo grande

Rui Vasco

A alimentação é a principal despesa dos portugueses

Misérias da saúde

Tem uma figura franzina, as mãos trémulas, enrugadas pelo tempo, e olhos pequenos, que não param de chorar. Sofre do coração e já foi internada quatro vezes. Diz-nos que vai vivendo, às vezes, com muita amargura, e se ainda anda de pé é porque o filho a ajuda. A sua reforma, agora de 11 mil e 200 escudos, não chega para os medicamentos quanto mais para comer ou pagar a renda da casa. Chama-se Ermelinda de Jesus. Tem 80 anos e vive em Alfama. «Se não fosse o meu filho não comia. Não tinha dinheiro para as duas coisas. Ainda agora me trouxe quatro contos de remédios. São tantos que até lhe perco a conta» - disse-nos.

Como ela muitos outros há, que chegam ao fim do mês e vêm uma boa fatia da sua reforma ir para os anti-inflamatórios, para as gotas da tensão, para as injecções do reumático e para os comprimidos do coração. Já sem falar na espera interminável para as consultas, a que se sujeitam para ter desconto nos medicamentos.

Os resultados da sondagem do «DL» não deixam dúvidas quanto a esta realidade. Os números revelam que 43.9 e 34.5 por cento dos inquiridos da classe baixa e média baixa, respectivamente, afirmam ser a saúde a segunda despesa do seu orçamento familiar, depois da alimentação. A percentegam cresce ainda mais se tivermos em conta que o grupo etário com mais de 55 anos é a grande vítima, com 55.3 por cento. O facto de alguns medicamentos terem deixado de ser comparticipados e o aumento exorbitante do preço de outros estão na base destes números.

Os próprios técnicos de saúde dizem-nos que a caixa não dá a assistência que as pessoas precisam, principalmente aos idosos. «É um crime fazer com que velhotes de 60, 70 e até de 80 anos vão às 4 e 5 da manhã para a porta do posto à espera de consulta, que, às vezes, não conseguem. Já tive que pedir a certos médicos para consultarem doentes e não lhes levarem dinheiro ou, então, ser eu a pagar as despesas» - confessou-nos a dr.ª Dilar Lopes, proprietária de uma farmácia, em Alfama.

Trata-se de uma situação que tem vindo a piorar de ano para ano e é cada vez mais sentida nos bairros degradados, onde a população é maioritáriamente envelhecida e de parcos recursos económicos.

Virgínia Amorim tem 78 anos e também vive em Alfama. Para ela o inverno é terrível. Ataca-lhe o reumático e a reforma vai quase toda para a farmácia. Chega a gastar cerca de seis a sete contos, por mês. O que lhe vale é a ajuda do filho, que ainda mora com ela, e do empregado da farmácia onde se abastece. «O sr. Mário é muito bom e deixa-me pagar quando recebo a reforma, senão não sei o que era de mim» - contou-nos a dona Virgínia.

Mário Quaresma trabalha há 25 anos em farmácias. Começou aos 11 a encher sacos de bicarbonato e a entregar encomendas. «Não tinha outra hipótese: era a bata branca ou ferrugem. Por uma questão de limpeza, embora fosse ganhar menos dez escudos, preferi a bata branca e os pózinhos» - diz-nos. Hoje, confessa-nos que não abandona a profissão por nada deste mundo e está sempre pronto a ajudar alguém. Chega a fazer quatro a cinco serviços permanentes por mês e a abrir a farmácia para atender qualquer urgência. «Tento ser o mais humano possível. Não sou capaz de cobrar dinheiro quando vejo que as pessoas não têm, nem para comer. À noite, chego a não meter a taxa. Se se trata de uma urgência e se o medicamento é muito caro. Não há nada como nos ajudarmos uns aos outros. Se o Estado não faz temos de ser nós» - afirmou ao «DL».

A.M.I.

INTERNACIONAL

Declaração Moi-Mugabe

Reproduz-se, a seguir, o texto da declaração elaborada por Arap Moi e Robert Mugabe, apelando para negociações directas entre o Governo de Maputo e a Renamo:

«Nós, os Presidentes da república do Quénia e da república do Zimbabué fomos mandatados por Sua Excelência o Presidente Joaquim Chissano para apoiar a procura da paz em Moçambique, tendo nos encontrado pela terceira vez em Nairobi para analisar qual a melhor maneira de iniciar o necessário processo de paz e reconciliação.

«Nós realizámos contactos directos e indirectos com o Presidente e outros membros do Governo e do povo de Moçambique para tomar conhecimento dos respectivos pontos-de-vista quanto ao necessário processo de paz.

Por outro lado, representantes nossos levaram a cabo debates preliminares intensivos com o Sr. Afonso Dhlakama, o líder da Renamo, para tomar conhecimento dos seus pontos-de-vista acerca do referido processo de paz.

«Nós reconhecemos e declaramos que enquanto a República Popular de Moçambique é claramente soberana e dispõe de instituições legais e constitucionais, a Renamo e a sua liderança procura efectuar mudanças em alguns aspectos, quer de ordem constitucional, quer política, de que discorda.

Nós reconhecemos que ambas as partes estão de acordo em estabelecer uma paz permanente em Moçambique.

«Consequentemente, consideramos agora ter chegado a altura para o início de conversações directas e efectivas entre o Governo da República Popular de Moçambique e a Renamo para resolver o conflito entre si. Estas conversações deverão levar em conta a realidade histórica e a política actual de Moçambique e a realidade da experiência política africana e ter como objectivo a edificação de uma nação moçambicana unida.»

Renamo reivindica greves em Maputo

Afonso Dlhakama anuncia que a paz sindical no país será quebrada também nas cidades da Beira, Nampula e Lichinga (ex-Vila Cabral).

Do nosso correspondente em Washington

A Renamo reivindica estar por detrás do movimento grevista que, nas duas últimas semanas, veio quebrar a paz sindical vigente desde a independência de Moçambique, faz no próximo dia 25 de Junho 15 anos. Entrevistado ontem pela rádio «Voz da América», o líder daquela organização rebelde moçambicana, Afonso Dlhakama, adiantou que o clima de agitação laboral deixará muito em breve de estar circunscrito à cidade de Maputo, fazendo-se igualmente sentir noutras capitais provinciais, tais como a Beira, Nampula e Lichinga (ex-Vila Cabral). Afonso Dlhakama foi categórico nas suas afirmações, adiantando que esta é a forma de «combate urbano», denunciada pelo Presidente Joaquim Chissano, há semanas, e segundo o qual a Renamo iria levar a cabo.

Se se confirmar que a Renamo está a liderar o processo reivindicativo - e o seu alastramento, conforme o anunciado, será um teste decisivo - então está-se perante um facto novo na vida política moçambicana, facto esse que conferirá ao movimento rebelde uma dimensão que excede todas as expectativas.

O surto de paralizações, iniciado com a greve de dois dias, e que envolveu cerca de cinco mil trabalhadores do cais de Maputo, tem vindo a afectar diversos sectores da actividade laboral, ao ponto de o Presidente Chissano, durante um comício realizado anteontem na capital, ter feito uma referência à justeza das reivindicações apresentadas, aconselhando, no entanto, os trabalhadores à moderação.

Durante o referido comício, que durou cerca de cinco horas, Joaquim Chissano revelou alguns aspectos da futura revisão constitucional, incluindo a realização de eleições livres para todos os cargos políticos, incluindo a chefia do Estado, e o início de conversações directas com os rebeldes da Renamo.

Arap Moi e Mugabe decidem conversações directas

A realização de tais conversações sem medianeiros ficou estabelecida num texto conjunto elaborado pelos Presidentes Daniel Arap Moi, do Quénia, e Robert Mugabe, do Zimbabué, documento aprovado pelos chefes de Estado participantes na Cimeira dos Cinco, realizada este mês na cidade da Praia.

Arap Moi e Robert Mugabe: «Consideramos ter chegado a altura para negociações directas e efectivas entre o Governo de Moçambique e a Renamo»

É uma cópia desse documento que o DL publica em primeira mão e na qual se pode ler que Moi e Mugabe foram mandatados por Chissano «para apoiar a procura de paz em Moçambique», tendo-se reunido por três vezes.

Os chefes de Estado do Quénia e do Zimbabué referem ter realizado contactos directos e indirectos com o Presidente e outros membros do Governo e do povo de Moçambique para « tomar conhecimento dos respectivos pontos de vista quanto ao necessário processo de paz». E pode ainda ler-se no documento: «Por outro lado, representantes nossos levaram a cabo debates preliminares intensivos com o Sr. Afonso Dlhakama, o líder da Renamo, para tomar conhecimento dos seus pontos de vista acerca do referido processo de paz».

A República Popular de Moçambique é reconhecida «claramente soberana e dispondo de instituições legais e constitucionais», muito embora a Renamo «e a sua liderança procurem efectuar mudanças em alguns aspectos, quer de ordem constitucional quer política, de que discordam».

«Certos que ambas as partes em luta estão de acordo quanto ao estabelecimento de uma paz permamente em Moçambique», os presidentes Robert Mugabe Arap Moi concluem: «Consequentemente, consideramos agora ter chegado a altura para o início de conversações directas e efectivas entre o Governo da República Popular de Moçambique e a Renamo para resolver o conflito entre si. Estas conversações deverão levar em conta a realidade histórica e a política actual de Moçambique, assim como a realidade da experiência política africana, tendo por objectivo a edificação de uma nação moçambicana unida».

Na entrevista à «Voz da América», Afonso Dlhakama afirmou não ter conhecimento de uma data previsível do início das conversações directas, considerando que as alterações constitucionais avançadas por Joaquim Chissano não fazem sentido e que, neste momento, apenas servem para o adiar do processo negocial».

Filipe Vieira

Embaixada não comenta

Contactado, esta manhã, pelo «DL», o Encarregado de Negócios da embaixada de Moçambique em Lisboa escusou-se a comentar a entrevista dada ontem por Afonso Dhlakama à «Voz da América», afirmando que «oportunamente a Imprensa irá ser informada sobre o caso».

O diplomata moçambicano não forneceu qualquer data para a divulgação dessa informação.

Militares da URSS Cuba e Angola analisam situação na África Austral

Os chefes de Estado-Maior das Forças Armadas da União Soviética, Cuba e Angola, reuniram-se, ontem, em Moscovo, para analisar a situação angolana - anunciou a agência noticiosa soviética, TASS.

O telex, citado pela agência Lusa, não adianta mais pormenores, limitando-se a referir que o encontro se destinou a analisar os acordos de Nova Iorque, sobre a retirada das tropas cubanas de Angola e a independência da Namíbia.

A reunião, recorde-se, dá-se numa altura em que decorre uma grande ofensiva das tropas governamentais angolanas às principais bases da UNITA estacionadas no Sul do país.

Entretanto, no Zaire, Jonas Savimbi reafirmou a sua disponibilidade para assinar, «seja onde for e em qualquer data», um acordo de cessar-fogo com o Governo de Luanda, segundo informações divulgadas pela Rádio Kinshasa.

Savimbi foi recebido, ontem de manhã, em N'Sele, arredores da capital zairense, pelo Presideente Mobuto Sese Seko, medianeiro do processo de paz em Angola.

Segundo ainda a Rádio Kinshasa, o líder da UNITA afirmou ter esperanças no restabelecimento da paz, durante o ano em curso, apesar do reacender das hostilidades entre as duas partes beligerantes no conflito angolano.

Entretanto, na sequência das declarações proferidas pelo embaixador da URSS, em Luanda, o porta-voz do ministério dos Negócios Estrangeiros soviético desmentiu as acusações de Washington, segundo as quais Moscovo tinha conselheiros seus na frente de combate em Angola.

Guennadi Guerrassimov, reafirmou a posição soviética de que os acordos de Gbadolite, alcançados em Junho do ano passado, constituem uma base realista para o desenvolvimento do diálogo angolano visando o restabelecimento da paz e estabilidade no país (ver pág. 11).

Redacção DL/Lusa

Greve nos transportes paralisa Maputo

Os trabalhadores da empresa de Transportes Públicos de Maputo (TPM) iniciaram ontem uma greve exigindo a demissão de alguns gestores empresa, assim como aumentos salariais.

A greve, com uma adesão de cerca de um milhar de trabalhadores dos TPM, empresa estatal de transportes colectivos, surge um dia após o Presidente Joaquim Chissano ter apelado à serenidade social. Cerca de 24 horas, antes o pessoal do sector da Saúde retomava os postos de trabalho, depois de se terem verificado vários incidentes que envolveram a polícia moçambicana de intervenção.

Durante um comício realizado na terça-feira, em Maputo, o Presidente Chissano divulgou alguns pontos do ante-projecto de revisão constitucional, nomeadamente no que se refere à legalização da greve como forma de luta legal dos trabalhadores.

Os funcionários dos TPM queixam-se dos baixos salários auferidos, que oscilam entre os 30 mil e 200 e 53 mil meticais.

Lusa

Um braço de ferro com o Kremlin

Gorbachev vai hoje à Lituânia para tentar dissuadir o PC local de se separar do PCUS e de apoiar o movimento independentista

O Presidente soviético, Mikhail Gorbachev, inicia hoje uma visita de três dias à Lituânia, durante a qual tentará dissuadir o Partido Comunista da república de se separar do PCUS e de apoiar o movimento independentista, particularmente activo nas últimas semanas.

Gorbachev, a braços com a tensão nacionalista latente na generalidade das repúblicas periféricas, já se declarou publicamente contrário à cisão.

Para o Kremlin, ceder às reivindicações lituanas constitui um grave perigo, na medida em que abriria um precedente em relação às outras repúblicas, podendo criar um movimento de separatismo incontrolável.

Segundo activistas do movimento radical *Sajhudis*, cerca de um milhão pessoas provenientes de vários pontos da república deverão marchar pelas ruas da capital lituana, Vilnius, durante a visita de Gorbachev.

Em conferência de Imprensa, o *Sajhudis* apelou aos lituanos para que recebam Gorbachev como "o chefe de Estado de um país vizinho".

O presidente do movimento, Vitautas Lamberguis, disse que, "juridicamente", a União Soviética não é, para a Lituânia, mais do que "um país vizinho" com o qual devem ser mantidas boas relações.

Lamberguis declarou ainda que 1990 será um ano decisivo para a "independência e a retirada das tropas soviéticas" do território.

Com 25.000 quilómetros quadrados de superfície e 3,64 milhões de habitantes, a Lituânia tem fronteiras, a Norte, com a Letónia, a Leste e a Sul com a Bielorússia, e a Ocidente com a Polónia, a Rússia e o Mar Báltico.

Manifestação na véspera da visita

Ontem, dezenas de milhar de pessoas manifestaram-se em Vilnius, em apoio da independência da república.

Cartazes empunhados pelos manifestantes exibiam inscrições em inglês e lituano, saudando Gorbachev ou exigindo o fim da anexação da república, ocorrida em 1940. Num deles recordava-se que Lenine reconheceu a Lituânia como nação independente em 1920 e perguntava-se: "Lenine reconheceu a Lituânia, Estaline tirou-lhe a independência. E Gorbachev?".

Ontem, véspera da visita de Mikhail Gorbachev, milhares de lituanos exigiram, no centro de Vilnius, a independência da república

Através de altifalantes, colocados na praça da catedral, foram lançados apelos à calma durante a permanência do líder soviético na república.

De referir que há 18 meses o movimento vem reivindicando a independência da república, anexada juntamente com a Estónia e a Letónia em 1940.

Um correspondente da rádio Moscovo em Vilnius noticiou ontem que uma sondagem à opinião pública na Lituânia mostrou que a maioria esmagadora da população da república é favorável à criação de um partido comunista separado.

Oitenta e dois por cento dos inquiridos, precisou o jornalista, apovaram a separação.

J.F./Lusa/Le Monde/Reuter

Críticas a programa de Modrow

O primeiro-ministro alemão democrático, Hans Modrow, apresenta hoje no Parlamento um programa de Governo até às eleições livres de 6 de Maio. Os parceiros não-comunistas da coligação governamental estão alarmados com os planos de Modrow de criar uma nova polícia de segurança e com o avanço lento das reformas no país. O chanceler alemão-federal Helmut Kohl, por sua vez, manifestou ontem a sua «crescente preocupação» com a falta de acesso da oposição da RDA aos orgãos de Comunicação Social, tendo em vista as eleições de Maio. Kohl rejeitou, no entanto, sugestões de que deveria cancelar as conversações com Modrow.

Comunistas checoslovacos no desemprego

A partir de 21 de Março, o Partido Comunista da Checoslováquia começará a despedir funcionários, pretendendo reduzir em cerca de 80 por cento os seu aparelho partidário e em 77 por cento o Comité Central, anunciou um porta-voz do PCC. A mesma fonte adiantou que foi criado um fundo de solidariedade para apoiar economicamente os funcionários comunistas no período de procura de um novo emprego.

Ocidente saúda fim da lei marcial em Pequim

O Japão e os países Ocidentais saudaram a decisão da China de levantar a lei marcial em Pequim e fontes oficiais disseram hoje que este facto poderá conduzir ao reatamento da concessão de empréstimos.

Os Estados Unidos também saudaram o levantamento da lei marcial na capital chinesa, mas acrescentaram não estar certos quanto ao significado que a medida terá para os cidadãos chineses.

O *Diário do Povo*, em editorial inserido na sua edição de hoje, diz que o levantamento, decretado a partir de hoje, da lei que vigorava em Pequim desde 20 de Maio do ano passado, "é um importante sinal da estabilidade da China".

Segundo o órgão central do Partido Comunista Chinês, "a experiência dos sete últimos meses mostra que a decisão do Conselho de Estado em impor a lei marcial em diversas zonas de Pequim era necessária e correcta".

O primeiro-ministro Li Peng, que preside ao Conselho de Estado, anunciou ontem o levantamento da lei, numa intervenção ao país, dizendo que isso se devia ao facto de "a situação na capital e no país em geral se ter tornado estável e a ordem social ter regressado à normalidade, desde que os tumultos e a rebelião contra-revolucionária em Pequim foram eliminados".

O primeiro-ministro referia-se aos 50 dias de manifestações pacíficas de estudantes e população em geral, a favor de mais democracia, um movimento que foi reprimido com intervenção do exército e a morte de um número indeterminado de civis. A região autónoma do Tibete, onde nos últimos anos tem havido também manifestações pacíficas, a favor de uma autonomia autêntica, permanece ainda sob lei marcial, imposta em Março de 1989.

"O levantamento da lei marcial em Pequim não significa que tudo está bem" - diz o *Diário do Povo* no editorial. "As forças reaccionárias internacionais não desistirão das suas tentativas de subversão e um pequeno número de chineses que teimosamente aderem ao liberalismo burguês muito dificilmente admitirão o seu fracasso".

Um "duro" para Hong Kong

O levantamento da lei marcial era uma das condições exigidas pelas potências Ocidentais para retomarem os contactos normais com o regime chinês.

A China nomeou entretanto o vice-ministro dos Negócios Estrangeiros para o posto de representante do país em Hong Kong, em substituição de Xu Jiatun, que abandonará o cargo nos finais do mês. Zhou Nan, que participou nas negociações sobre o futuro de Hong Kong e Macau, é considerado um apoiante da "linha dura" chinesa.

Redacção DL/Lusa

Comecon enfrenta desafios do futuro

Os chefes de Governo dos dez países membros do Comecon (Conselho de Ajuda Económica Mútua), reunidos durante dois dias em Sofia, acordaram criar uma comissão incumbida de definir os princípios por que passará a reger-se aquele organismo, que desde 1949 rege as suas relações económicas.

A dissolução do Comecon, não esteve na ordem do dia, mas registaram-se duras críticas da Hungria, Polónia e Checoslováquia, que consideraram o organismo inoperacional. Quanto ao futuro, tudo dependerá da nova estrutura do "Mercado Comum Socialista", que deverá ser estabelecida em moldes a poder fazer face aos desafios da modernização, com particular destaque para a adopção do mercado livre e uma ampla abertura ao exterior.

Redacção DL

o professor

A revista o professor tem o prazer de anunciar a realização do Seminário «**Sistema Educativo: Consensos e Tensões**» nos dias 11, 12 e 13 de Janeiro de 1990 na **UNIVERSIDADE DE AVEIRO/ANFITEATRO NOVO.**

PROGRAMA DO SEMINÁRIO

«Sistema educativo: consensos e tensões»

Dia 11 de Janeiro

9.30 - Recepção e entrega de documentação

10.00 - Sessão de Abertura (Rogério Fernandes, Director de ***o professor)***

10.30 - Intervalo

10.45 - **1º tema: O sistema educativo, o professor e o insucesso escolar.**
(Apresentação dos orientadores: F. Cabral Pinto, da redacção de ***o professor.***
Orientadores: Ana Benavente, Manuel Matos, Rogério Fernandes)

15.00 - **2º tema: Educação estética e inovação curricular.**
(Apresentação dos orientadores: Manuel Matos, da redacção de ***o professor.***
Orientadores: Graça Mota, Helder Pacheco, Isabel Alves Costa)

21.00 - Programa Cultural
Coral Polifónico de Aveiro e Orquestra de Câmara de Aveiro.
(Espectáculo oferecido a todos os participantes no Seminário)

Dia 12 de Janeiro

10.00 - **3º tema: Escolaridade obrigatória e formação profissional.**
(Apresentação dos orientadores; Corália Mota Pinto, da redacção de ***o professor.***

Orientadores: Francisco Jacinto, José Alberto Correia, J. Salvado Sampaio, Stephen Stoer)

15.00 - **Conferência: «As novas tecnologias e a formação de professores»**, por João Pedro da Ponte. Apresentação do conferencista por Rogério Fernandes.

21.00 - Programa Cultural
1ª parte: espectáculo pelo Centro Experimental de Teatro de Aveiro (CETA); Coop. Cultural Nascente de Espinho; Dr. Vieira da Silva.
(Espectáculo oferecido a todos os participantes no Seminário)

Dia 13 de Janeiro

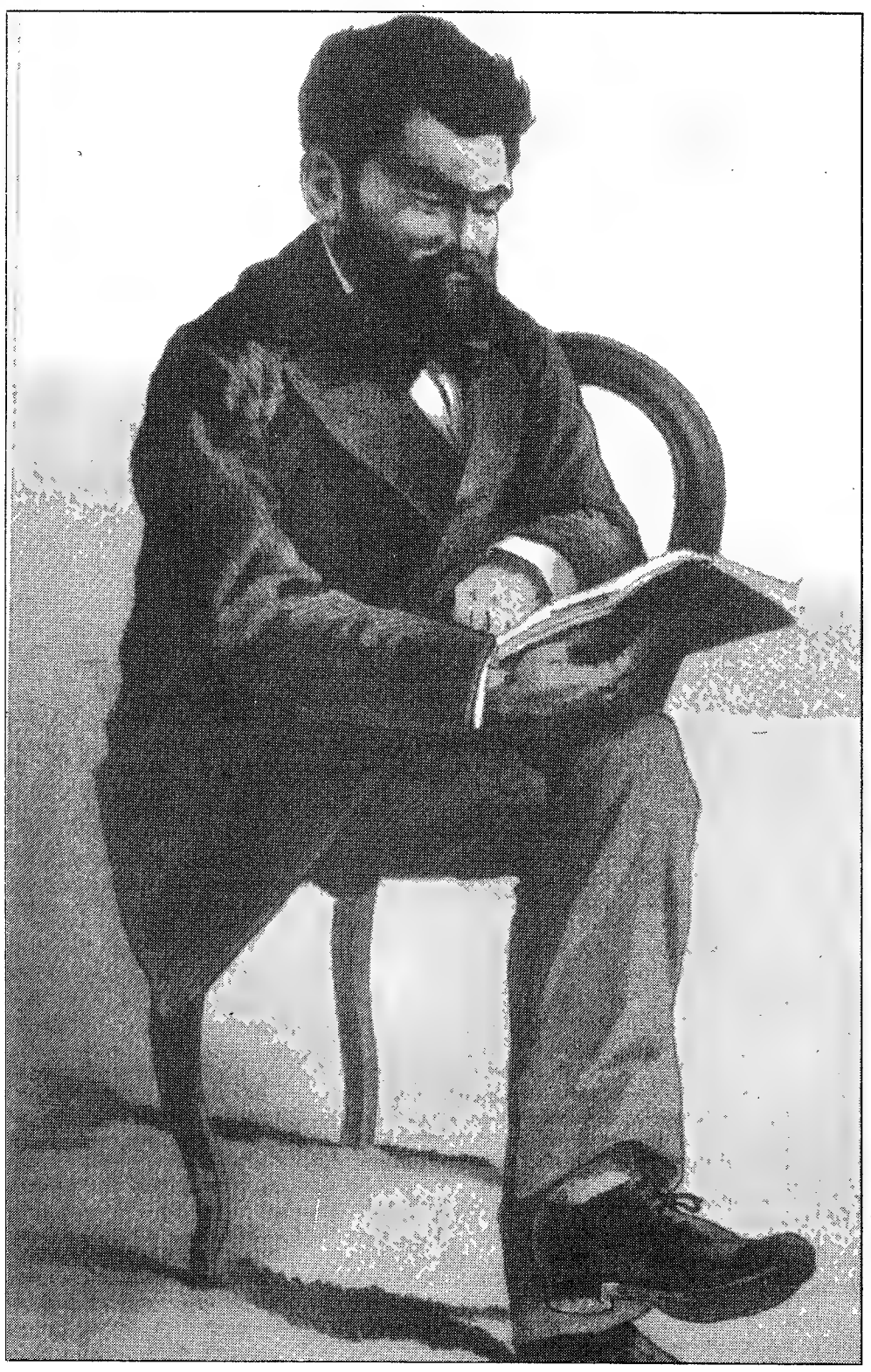
10.00 - **4º tema: O professor na gestão do sistema educativo.**
(Apresentação dos orientadores por Alfredo Reis, da redacção de ***o professor.***
Orientadores: Dulce Lavajo, Isabel Barca, Lucinda Sobral Henriques).

13.00 - Sessão de Encerramento (Júlia Primo Jaleco, Vice-Directora de ***o professor.***)

1890-1990 O Ano do U

Um acontecimento providencial...

Não é fácil explicar por que num século que já não falava latim, como o século XIX, se generalizou o uso da palavra «ultimatum» para caracterizar a agressão verbal extrema entre nações que precede ou contém em germe a guerra propriamente dita. Há cem anos, a nossa velha aliada inglesa enviava-nos uma dessas imperativas missivas, cuja recordação ainda fere o nosso amor próprio. Não era a primeira do século nem, objectivamente, a de maior consequência sob o plano da história universal. A França já nos tinha ameaçado em termos análogos por causa de um barco, e a jovem democracia norte-americana - então só quase ianque - empregara a mesma linguagem para obrigar o misterioso e medievico Japão a abrir-se aos progressos do espírito ocidental que tanto o encantará mais tarde. E não foi apenas a um pequeno país como o nosso, em crise endémica ao longo de séculos, incapaz da mínima resposta, que a Inglaterra imperial e imperialista impôs o «diktat» telegráfico da moda. Fachoda evoca para a, então, grande França uma humilhação bem mais crucificante. Também ela, partindo do oeste africano, pretendia estender-se até Khartum, encontrando o eixo fatídico imaginado por Cecil Rhodes que definia o meridiano inglês da Á frica por uma linha que ia do Cairo ao Cabo. No fim de contas, essas fricções no seio do grande imperialismo europeu a braços com a África foram digeridos em família e não se constituiram - salvo talvez para a memória japonesa, que tem diante dela o novo milénio para apresentar a conta aos Estados Unidos - em «casos» de consciência nacional, provocando na imagem que cada povo se faz de si mesmo um traumatismo duradouro. Mas foi isso o que aconteceu com o «Ultimatum» ingês de 1890. Episódio não apenas de ordem belicoso, mas cultural. E a mesma coisa acontecerá, embora sob forma menos fantasmagórica, com a intervenção dos Estados Unidos em Cuba, provocando na cultura espanhola um estremecimento de que ainda hoje não é difícil de perceber o eco.



Oliveira Martins

Envolvendo dois Estados - seria excessivo dizer, duas potências - o fenómeno do «Ultimatum» teve necessariamente duas faces, a inglesa e a nossa. Sumariamente, a da potência e da impotência. Para a da potência, o caso foi um simples «fait-divers», um, entre outros, criado pelo choque entre a maior potência industrial e naval do mundo e os obstáculos, grandes ou pequenos, que desde Waterloo até 1914 a Inglaterra encontrou no seu caminho. Confesso que ignoro as reacções exactas que, nesse país de Imprensa livre e modelo de democracia, a prepotência banal que nós vivemos como uma afronta intolerável despertou. A oposição inglesa escandalizou-se, comoveu-se com a nossa comoção e superlativa emoção? Foi ao menos sensível aos ecos que o nosso repúdio encontrou nos grandes países hostis à Inglaterra? É natural que qualquer reflexo desse género tenha aparecido na Imprensa internacional já a caminho da planetarização. Há com certeza estudos sérios sobre a questão, mas ignoro-os e não estou em condições de satisfazer uma curiosidade, legítima, mas exterior ao que o fenómeno «Ultimatum» representou enquanto *nosso* .

Exaltação e masoquismo

De vez em quando, há na história dos povos acontecimentos, nem sempre os mais graves, que se constituem em «happenings» autênticos, momentos únicos onde a realidade e o fantasma se misturam a ponto de ninguém, nem mesmo os que neles participaram, ser capaz de explicar o «delírio», o onirismo absoluto, mas extremamente revelador daquilo que se é no mais fundo de nós. Maio 68, a recente queda do Muro de Berlim, o nosso «Ultimatum» fazem parte desses momentos de aparente extravagância ou excesso da História que servem de espelho, tanto como de exorcismo, a uma sociedade inteira.

Passado um século, o fenómeno do «Ultimatum» guarda ainda a mesma ambiguidade com que foi vivido pelo País (ou pelos países dentro do País) nessa época. Foi um momento, acaso único, da intrínseca mistura de exaltação e de masoquismo com que Portugal - mas sobretudo o dessa segunda metade de um século de humilhações e de progresso reais - costuma conviver consigo mesmo. Desde que Portugal resolveu, ao menos em termos de política de equilíbrio europeu, o seu contencioso com a Espanha, inimigo sempre latente, mas cada vez mais imaginário ao longo do século, Portugal *não tem inimigos* . É uma situação rara na Europa e mesmo no mundo. Pode glosar-se este estatuto paradoxal de diversas maneiras. Por um lado, assegura-nos essa existência de país organicamente feliz, ilha sem ser ilha do Ocidente, Irlanda sem ingleses nem em casa nem no inconsciente. Por outro, impõem.nos a obrigação de *criar um inimigo*, que mais não seja dentro de nós, pois ninguém vive feliz sem o «seu» inimigo... Neste contexto, o «Ultimatum» inglês foi, por mais escandaloso que pareça, *providencial*.. Já não sabíamos muito bem quem éramos, ou sabíamo-lo às avessas, como todas as imagens sarcásticas e dolorosas da Geração de 70 - que não estava sozinha - nos descreviam: pobres, incultos, sem ideias,vergonha das nações civilizadas, turcos do Ocidente, etc. Tudo isto,

No Teatro Nacional de D. Maria II, funcionava a Comissã
Através de festas e subscrições públicas, foram reunida
e d

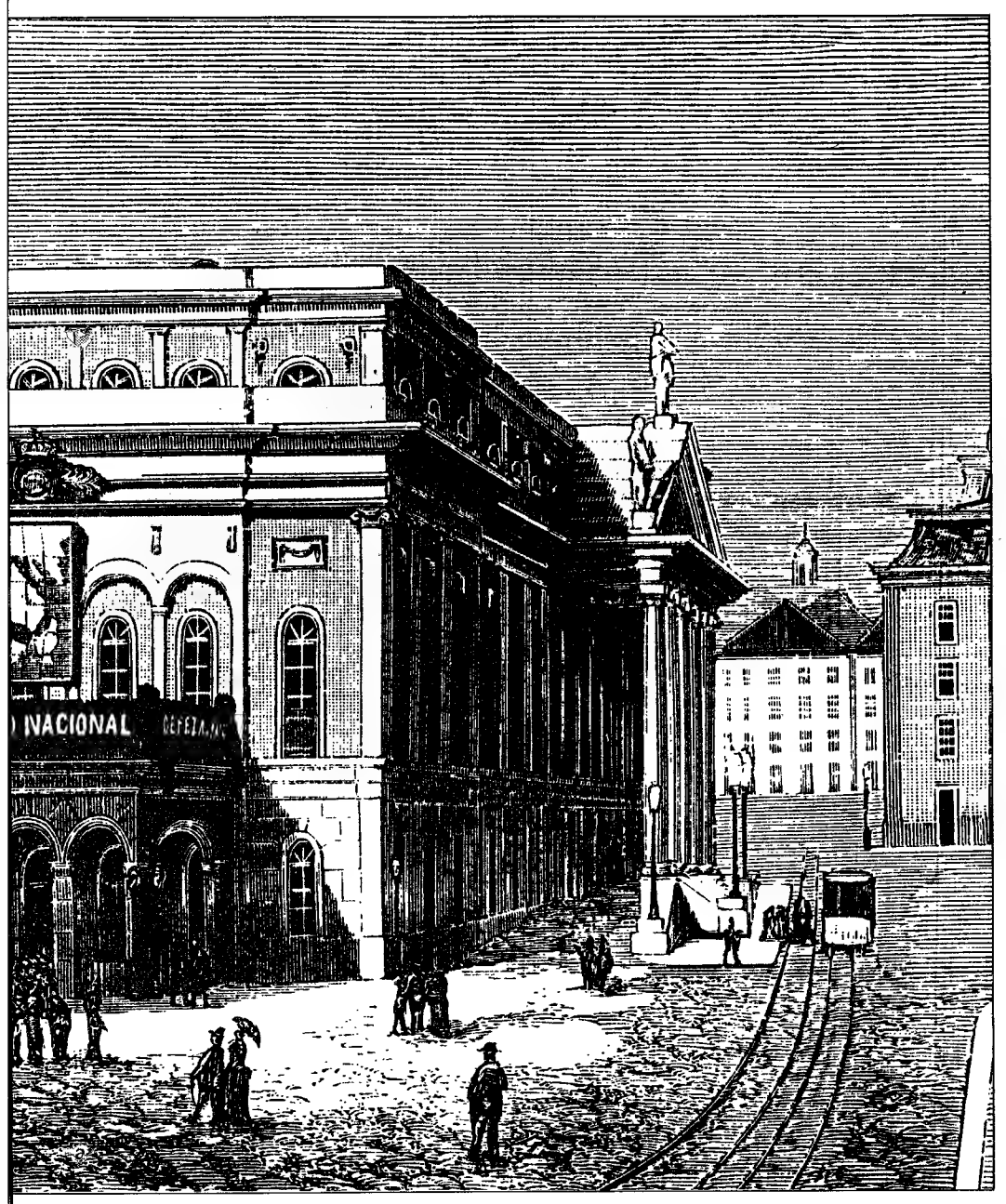
Colóquio na Faculdade de Letras

Uma desatenção, de que nos penitenciamos, fez que tivéssemos anunciado na passada terça-feira a realização de um colóquio na Faculdade de Letras sobre o Ultimatum de 1890, entre ontem e sábado.

Na verdade, esse colóquio decorrerá em Dezembro, conforme se pode ler na carta que os organizadores nos enviaram com o programa.

Para nosso mal, e dos leitores que ontem acorreram em vão à Universidade Clássica, o programa é a tal ponto minucioso que pudemos anunciar dias e horas das sessões, mais os respectivos temas. Infelizmente, os promotores da iniciativa esqueceram-se de referir nele o mês, o que, junto ao facto de hoje mesmo se cumprirem cem anos sobre o Ultimatum, nos induziu em erro. O nosso pedido de desculpas ao Prof. João Medina e aos leitores.

o Ultimatum



Comissão Executiva da Grande Comissão Nacional Nacional para a defesa do País.
n reunidas avultadas quantias, empregues na construção do cruzador «Adamastor»
e da canhoneira «Pátria»

eu-
oso
igo
vez
o do
ini-
ara
no
este
ver-
do,
ncia
eliz,
do
em
no
tro,
de
nais
pois
n o
on-
glês
oso
. Já
em
no-
s as
blo-
que
de-
tos,
das
do
sto,

mais ou menos exacto, mas duplamente fantasmado pela obsessão comparativista com as «civilizações» hegemónicas da época, idealizadas pela referência ao que nelas havia de mais exemplar; e pela memória romanticamente hipertrofiada de nós mesmos como nação épica, descobridora e tudo o mais que sabemos. Do atraso, do real atraso, que não era só nosso, mas nos parecia único, era mais difícil recuperar do que dessa distância interior da nossa memória que, embora percebida, sempre podia compensar-se, tentando, sob a forma de imperialismo pobre, redescobrir a África, *cultivá-la*, como fará mais tarde Gonçalo Mendes Ramires.

Ora, foi neste ponto de honra, neste «brasão» delido pelo tempo, mas ainda recordado como penhor da existência histórica memorável que a «utilitária» Inglaterra, a distribuidora de algodão e gin, segundo Junqueiro, tocou menos com a perfídia que só se usa para quem se teme, do que imperativa e desdenhosa arrogância.

Delírio em público

O que há poucos anos - actualizando um reflexo imperialista anacrónico, mas sempre eficaz quando se empregam os meios apropriados para lhe dar corpo - aconteceu na Argentina com a guerra das Malvinas, dá uma ideia do que aconteceu entre nós. Disse-se então que a Argentina inteira recorrera ao psicanalista. Não era para menos: uma nação «anglófila», leccionada duramente pela «madre» inglesa, tinha de perder o seu já difícil sentimento de identidade. Mas o paralelo acaba aqui. Por maior que fosse a real dependência nossa, em termos económicos e políticos da Inglaterra, por maior que fosse até a boa imagem cultural da pátria de Dickens e de Herbert Spencer nessa época, Portugal é muitos séculos de memória europeia, de coesão íntima, bem mais intensa, de certo modo, que a da própria Inglaterra, mesmo se mal assumida. Não fomos ao psicanalista que estava então no banco da escola. Delirámos em público a nossa impotência, acusámos o céu e a terra, antes de encontar um «inimigo» mais vulnerável que a impávida Inglaterra, a monarquia, a classe dominante de um país indolente e indigente, e prometemo-nos solenemente *regenerar-nos*.

Apanhada de surpresa e, de certo modo, ao revés, a Geração de 70 via, ao mesmo tempo, confirmado o seu diagnóstico premonitório de decadência pátria, utilizado como electrochoque e invertido por uma paranóia patriótica que negava esse diagnóstico para não reforçar a imagem «darwiniana» que a Inglaterra fazia de nós, voltando o amor-próprio ferido e o sentimento nacional contra os famigerados Bragança. Neste transe, até o sarcasmo triste de Oliveira Martins e a ironia «blasé» de Eça soçobram Antero, conhecem por instantes a ilusão de se identificar com um povo que despertara dos famosos «três séculos de decadência» para, diante da realidade menos épica de um fogacho sincero e até heróico de patriotismo à antiga, se afundar de vez neste novo Alcácer-Quibir moral, infligido por aliada e amiga mão. Mas a verdadeira conta do nosso recentimento impotente seria cobrada em África, não a nós mesmos, mas ao «outro», destinado a redourar o brasão historicamente quebrado nos areais de uma outra África.

Contencioso em aberto

Esta «saída» histórica do impasse-desafio que o «Ultimatum» constituiu levará um século a cumprir-se, ou a desejar cumprir-se, e treze anos a desfazer-se, realizando-se noutros termos que não os previstos. De maior consequência no espaço do nosso imaginário cultural foram as metamorfoses poéticas e ficcionais desse traumatismo patriótico. Dele se alimentou, a um nível imediato, o que podemos designar como «imaginário republicano». A um nível mais profundo, e paradoxalmente, as consequências do «Ultimatum» deram expressão nova ao «complexo da Geração de 70», subvertendo ou ampliando a palinódia do prórpio ideário dessa geração. Assim Oliveira Martins e as inconciliáveis leituras que pôde fazer da nossa História se tornaram fonte de uma metamorfose que abrange mesmo o «neo-nacionalismo» integrista dos fins do século e começos deste, o nacionalismo mágico e o universalismo místico e esotérico que, de Junqueiro passa a Pascoaes, a António Patrício, a Raúl Brandão e, por fim, a Fernando Pessoa. A sua obra inteira pode ser lida desde o «Ultimatum» de Campos à «Mensagem» como eco transfigurado, primeiro sob a forma polémica, depois profética, do contencioso com nós mesmo que, por Inglaterra interposta - de fora e de dentro - o «Ultimatum» de 1890 trouxe à superfície da nossa cultura. E é de temer que, apesar dessas saídas «imaginariamente grandiosas», dessas tentativas para inventarmos uma nova vida épica e gloriosa, análoga à perdida na história, esse contencioso continue em aberto. Mas se não formos nós a fechá-lo, alguém - ou a simples História como história objectiva e fatalmente planetária - o fechará por nós.

Eduardo Lourenço

(Subtítulo da responsabilidade da Redacção)

A Liga Patriótica do Norte

Se após o *Ultimatum* Lisboa vibrava de indignação, a segunda cidade do País mantinha-se aparentemente à margem da emotividade geral.

Todavia, no jornal *A Província* preparava-se um número especial - Pela Pátria - que surgiu no dia 26 de Janeiro e onde avultava um artigo de Antero de Quental intitulado *Expiação:*

«Portugal expia, com a amargura deste momento de humilhação e ansiedade, 40 anos de egoísmo, de imprevidência e de relaxamento dos costumes políticos - 40 anos de paz profunda, que uma sorte raríssima nos concedeu e que só soubemos malbaratar na intriga, na vaidade, no gozo material, em vez de os aproveitarmos no trabalho, na reforma das instituições e no progresso das ideias. O nosso maior inimigo não é o inglês, somos nós mesmos... Declamar contra a Inglaterra é fácil: emendarmos os defeitos gravíssimos da nossa vida nacional será mais difícil, mas só essa desforra será honrosa, só ela salvadora. O futuro depende todo da direcção que o movimento tomar no seu ponto de partida. Iniciada pela paixão, urge que o dirija e encaminhe a inteligência serena. E seja a sua orientação o levantamento da vida moral da nossa querida pátria».

Ora precisamente nesse dia 26 teve lugar um comício público no Teatro do Príncipe Real no Porto e foi aí que surgiu a ideia, ainda vaga, de uma liga patriótica - a Liga Patriótica do Norte, como veio a ser conhecida - associação efémera que hoje se recorda apenas pela grandeza intelectual e moral do homem que presidiu ao seu curto destino.

Nesse comício pediu-se principalmente uma trégua aos partidos, subordinando-se tudo co comum ideal da pátria portuguesa.

Era porém imprescindível que à frente dessa liga estivesse alguém cujo nome inspirasse uma confiança absoluta e fosse, simultaneamente, conhecido e admirado.

Dever de cidadão

Luís de Magalhães, o filho de José Estêvão, lembrou então Antero de Quental: «Ninguém como esse homem excepcional concentrava em si faculdades e predicados para personificar um momento daquela ordem». E foi a Vila do Conde convidá-lo. O convite foi aceite e já em carta de 1 de Fevereiro Antero explicava as razões dessa decisão: «Entendo que é dever de cidadão e de homem moral o não ficar espectador egoísta, de forma que resolvi entrar também no movimento, nos limites das minhas forças, e por isso aceitei fazer parte da Liga Patriótica do Norte e empenhar-me-ei aí por que triunfe na direcção deste obscuro movimento que começa uma orientação racional. O País parece caminhar às cegas para uma dessas aventuras em que os instintos e as paixões podem mais que a razão».

E a Oliveira Martins: «Não havia outro homem e desde que me provaram que eu era o *único possível*, entendi que não podia recusar-me.»

Antero chegou ao Porto no dia 6 de Fevereiro, indo hospedar-se em casa de Carolina Michaelis e Joaquim de Vasconcelos, na Rua da Cedofeita, 127. Formou-se então um grande cortejo para o ir cumprimentar rompendo todos em vivas a Antero de Quental quando ele apareceu à varanda para agradecer. «Toda a multidão o aclamava delirantemente, numa dessas saudações únicas que só se fazem a homens como Antero de Quental» escrevia a *Província* no dia seguinte.

Ainda sob um clima de grande entusiasmo se começou a trabalhar. Formou-se uma comissão organizadora e instaladora composta por 30 membros entre os quais Luís de Magalhães, Bento Carqueja, Joaquim de Vasconcelos, Rodrigues de Freitas, Conde de Rezende, que delegou os seus poderes numa comissão de 5 membros presidida por Antero e tendo como relatores Sampaio Bruno e Basílio Teles, que devia elaborar os estatutos da Liga, o que foi feito em 4 dias, sendo submetidos à grande comissão constituinte no dia 12 de Fevereiro.

Desse estatuto, composto por 17 artigos todos com vários parágrafos destaca-se:

Artigo 1 - É constituída com o título de Liga Patriótica do Norte uma associação de cidadãos portugueses, tendo a sua sede no Porto, com o fim de promover a defesa material, o fomento económico, a reorganização financeira e todos os progressos que melhor garantam no futuro a autonomia e prosperidade da nação.

Artigo 3 - Parágrafo 2 - Cooperará na restauração da vida económica portuguesa, pugnando pela nacionalização da indústria das construções e transportes navais, e pela emancipação e robustecimento da agricultura, comércio e indústria fabril e doméstica;

Parágrafo 4 - Contribuirá para o levantamento do nível intelectual do País, pela remodelação e difusão do ensino primário, secundário e profissional, tornando-o acessível a todas as classes.

Ana Maria Almeida Martins

Continua na Pág. 21

A.M.A.
Auto Monumental do Areeiro S.A.
Audi
CONCESSIONÁRIOS
AUTOMÓVEIS • FURGONETAS • PEÇAS • SERVIÇOS • OFICINA
Av. Padre Manuel da Nóbrega, 8 — Telef. 894185/6/7/8 — Telex 63 403 AMACAR — 1000 LISBOA

1890 - 1990 O Ano do

Um dia que valeu séculos

«Eu, rei de Portugal, súbdito inglês, declaro
Que à nobre imperatriz das Índias e ao preclaro
Lord Salisbury entrego os restos de uma herança
Que de um povo ficou à casa de Bragança,
Dando-me, em volta, a mim e ao príncipe da Beira
A desonra, a abjecção, o trono... e a Jarreteira.»

Guerra Junqueiro

A nota do Governo de Sua Majestade Britânica, apresentada pelo representante diplomático da Inglaterra em Lisboa, sr. Petre, ao ministro dos Negócios Estrangeiros do Governo português, Henrique Barros Gomes, e que ficou registada na história como o «ultimato inglês», tinha o seguinte teor:

«O governo de Sua Majestade Britânica não pode aceitar como satisfatórias ou suficientes as seguranças dadas pelo Governo português tais como as interpreta.

«O cônsul interino de Sua Majestade em Moçambique telegrafou, citando o próprio major Serpa Pinto, que a expedição estava ainda ocupando o Chire e que Katunga e outros lugares mais no território dos makololos iam ser fortificados e receberiam guarnições. O que o governo de Sua Majestade deseja e em que mais insiste é no seguinte:

«Que se enviem ao governador de Moçambique instruções telegráficas imediatas, para que todas e quaisquer forças militares portuguesas actualmente no Chire e nos países dos makololos e mashonas, se retirem.

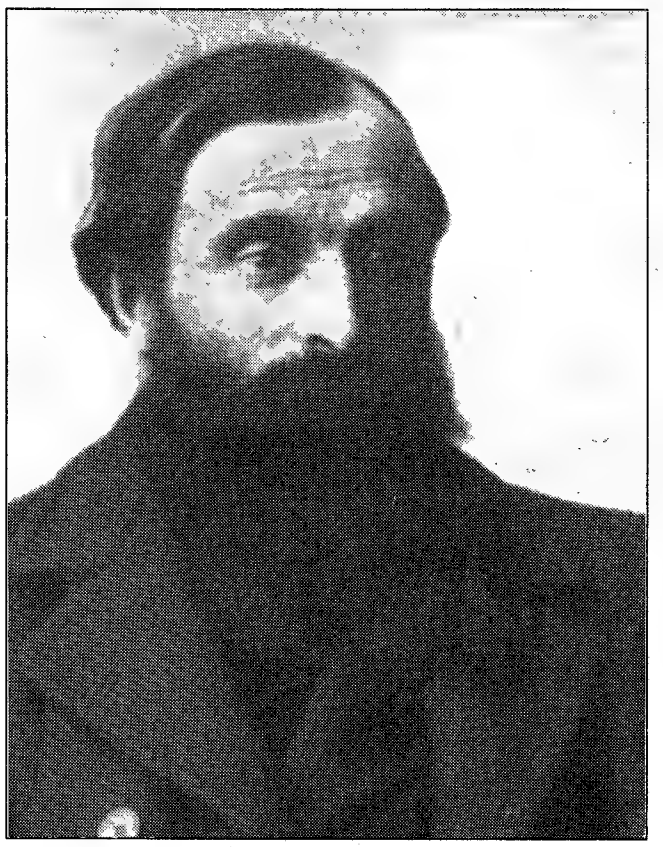
«O governo de Sua Majestade entende que sem isto as seguranças dadas pelo Governo português são ilusórias.

«O sr. Petre ver-se-á obrigado, à vista das suas instruções, a deixar imediatamente Lisboa, com todos os membros da sua legação, se uma resposta satisfatória à precedente intimação não for por ele recebida esta tarde; e o navio de Sua Majestade Enchantress está em Vigo esperando as suas ordens.

Legação britânica, 11 de Janeiro de 1890».

A resposta de Barros Gomes é do próprio dia. Dá à intimação violenta e grosseira uma réplica cortês, argumenta mas cede. Insiste o ministro Barros Gomes nos direitos portugueses e no conteúdo das respostas dadas às exigências do expansionismo inglês. Recorda que nos termos do direito internacional vigente: «O governo de Sua Majestade mantém igualmente o pleno direito que lhe assiste, quando a sua resposta não lograsse satisfazer à Inglaterra, de colocar-se ao abrigo do que preceitua o artigo 12.º da Acta Geral da conferência de Berlim, recente e solene compromisso em que a Grã-Bretanha, como todas as potências signatárias, se obrigou a aceitar a mediação e a recorrer facultativamente à arbitragem como meio de resolver pendências da natureza daquela que inesperadamente se levantou com Portugal.»

Nas diligências junto do Governo português a Inglaterra exorbitava, formulava «uma exigência inteiramente nova» que, segundo escrevia Barros Gomes, lesava os interesses portugueses: a «retirada para o Sul do Ruo, fronteira que não pode ser reconhecida por Portugal, de quaisquer forças portuguesas que se conservassem ainda hoje no país dos makololos e até à retirada de quaisquer postos militares, estabelecidos pacificamente, com a plena e inteira aquiescência dos naturais, nos territórios que a Inglaterra chama dos matebeles e mashonas». Defendia-se, na argumentação, os direitos da ocupação prioritária pelas expedições e forças militares portuguesas, mas: «Na presença de uma ruptura iminente de relações com a Grã-Bretanha, e de todas as consequências que delas poderiam talvez derivar-se, o governo de Sua Majestade resolveu ceder às exigências recentemente formuladas...»



Guerra Junqueiro

Indignação popular

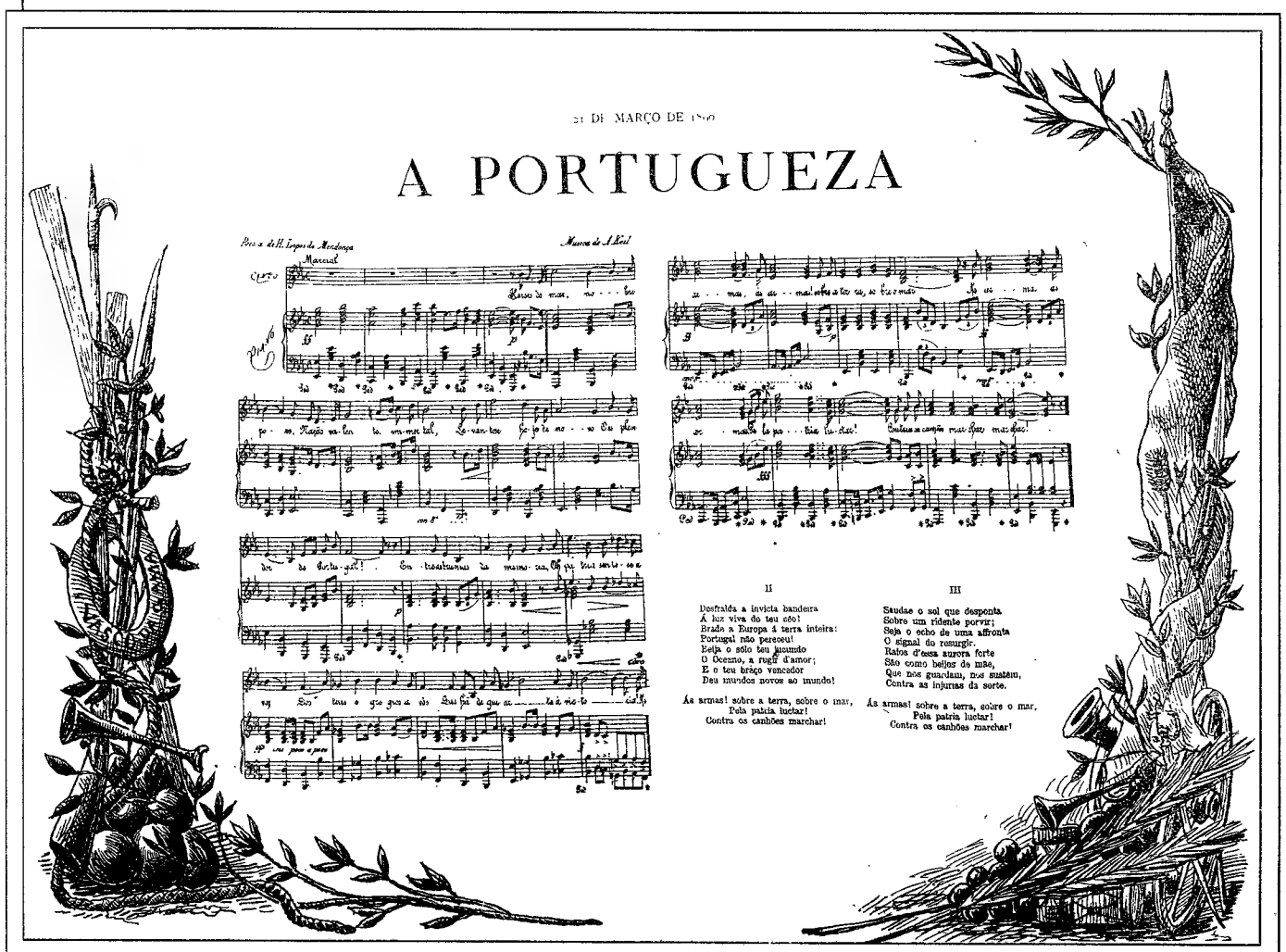
No dia seguinte, 12 de Janeiro, foi conhecido o texto do humilhante e insolente ultimato. Só no dia 14, o país tomaria consciência da débil resposta do governo de D. Carlos: Mas já na segunda-feira, dia 13 desse lúgubre Janeiro de 1890, um pequeno grupo de patriotas saíra do Café Martinho com o propósito de manifestar, junto das residências do ministro Barros Gomes e do cônsul inglês, a indignação popular. Engrossou rapidamente, e ao chegar em frente da Tabacaria Mónaco, no Rossio, reunia umas cinco centenas de pessoas das quais se destacavam Gualdino Gomes, Alberto de Oliveira, Silva Lisboa. Protestaram, dirigindo-se ao Governo Civil, por motivo de prisão de um manifestante mais exaltado, partiram à pedrada os vidros da residência do cônsul inglês, seguiram para a Sociedade de Geografia e pediram que a bandeira nacional fosse posta a meia haste. Voltaram ao Rossio, subiram a Rua do Carmo, foram ao Largo de São Carlos, cujo teatro invadiram ruidosamente. Outros cidadãos exaltados pretenderam aliciar os soldados de Infantaria 5 e de Artilharia 4. Houve prisões. Cita-se o número de 62. O dr. Eduardo de Abreu que discursara em frente do consulado inglês, encabeçou a manifestação, tendo ao seu lado o escritor Fialho de Almeida que conduzia a bandeira nacional. Os estudantes, na véspera, tinham efectuado um comício na Escola Politécnica. Presidira o quintanista de Medicina, Higino de Sousa, e, entre os oradores, contavam-se republicanos como Eusébio Leão e Inocêncio Camacho. Do comício os estudantes dirigiram-se às Cortes para entregar ao presidente o texto da representação adoptada no comício: «A Academia de Lisboa vem, perante a Câmara dos dignos pares do reino, protestar energicamente contra o acto de violência praticado pela Inglaterra e pede que se faça saber ao Governo, que é desejo da Academia que mantenha com dignidade o nosso domínio nas regiões africanas, podendo contar que, para este fim, a Academia está resolvida a todos sacrifícios que a honra do País reclame.»

As manifestações repetiram-se e alastraram por diversos pontos da cidade nesses dias. A 15 de Janeiro estavam publicadas, no «Diário do Governo», as nomeações dos ministros que constituíam o novo Governo. Presidia-o António Serpa Pimentel. Uma subscrição nacional foi aberta com a patriótica intenção de «adquirir ou facilitar a aquisição de todos os meios marítimos de defesa que nos ponham ao abrigo das prepotências dos piratas do mar...»

. O monumento ao «grande poeta nacional que simboliza a alma da pátria» foi envolto em crepes. A Praça de Camões cheia de gente clamando os seus protestos e afirmando uma vontade: «Estes crepes que envolvem a alma da pátria são entregues ao respeito e guarda do povo, da mocidade académica, do Exército e da Armada portuguesa. Quem os arrancar é o último dos covardes vendidos à Inglaterra.»

Grande agitação

Dias de grande agitação. As notícias desencontradas sucediam-se, fervilhavam os boatos: que o duque de Palmela devolvera a medalha que, servindo na Armada inglesa, ganhara na campanha do Báltico; que o rei D. Carlos fizera saber à rainha Vitória que renunciava ao grau de comendador da Ordem do Banho e que não aceitaria a Ordem da Jarreteira; que uma forte esquadra inglesa sulcava as águas portuguesas. Reagindo a esta notícia a Associação Comercial convidou os seus associados a encerrarem os estabelecimentos no caso dos navios ingleses entrarem no Tejo. A cidade do Porto enviou à Câmara de Deputados, datada de 19 de Janeiro, uma mensagem de protesto na qual, após ter



A música de «A Portuguesa» foi composta por Alfredo Keil nos últimos dias de Janeiro de 1890, no calor do protesto popular contra o Ultimatum inglês; nasceu dele. O autor convidou Henrique Lopes de Mendonça a escrever a letra, e o hino foi pela primeira vez executado em público no dia 1 de Fevereiro do mesmo ano, num sarau realizado em Lisboa a favor da subscrição pública para a defesa nacional. A assistência escutou-o de pé e o entusiasmo foi indescritível. Por todo o País foram distribuídos exemplares de «A Portuguesa», que começou a ser tocada frequentemente, e entoada pelo povo nas ruas. Os revolucionários do 31 de Janeiro de 1891 adoptaram-na e fizeram preceder a coluna republicana de uma banda que a executava; apesar de proibida pelas autoridades monárquicas, era tocada nas cerimónias republicanas. O Governo Provisório da República decretou que fosse o Hino Nacional, com todas as honras inerentes. O facto de os versos não terem nascido com a música dificultam a unidade da peça, o que faz que seja cantada de formas diferentes. Por isso, houve tentativas para a unificar, a última das quais data de 1957, que constitui a versão oficial em vigor, amputada, no que toca à letra, de uma estrofe: «*Saudai o Sol que desponta /Sobre um ridente porvir; /Seja o eco de uma afronta /O sinal do ressurgir. /Raios dessa aurora forte /São como beijos de mãe, /Que nos guardam, nos sustêm, /Contra as injúrias da sorte. /Desfralda a invicta bandeira /À luz viva do teu céu! /Brade a Europa à terra inteira: /Portugal não pereceu! /Beija o solo teu jucundo /O Oceano, a rugir d'amor, /E o teu braço vencedor /Deu novos mundos ao mundo!*» Frederico de Freitas, autor da versão para grande orquestra sinfónica, considerava «A Portuguesa» o hino mais belo depois de «A Marselhesa». A imagem que reproduzimos foi extraída da revista «Occidente».

Ultimatum

Fialho de Almeida

referido a violência inglesa, afirmava: «Contra este proceder da Inglaterra, a cidade do Porto, a segunda capital do reino, protesta energicamente com a alma cheia de indignação, perante o país inteiro, e perante o mundo civilizado.

Protesta contra a violência e afronta que nos é dirigida tão imerecidamente, repudiando de hoje para sempre o título de *fiel aliada* com que a menos generosa Inglaterra tem sempre coberto os seus intuitos, nada correctos a respeito das colónias portuguesas.»

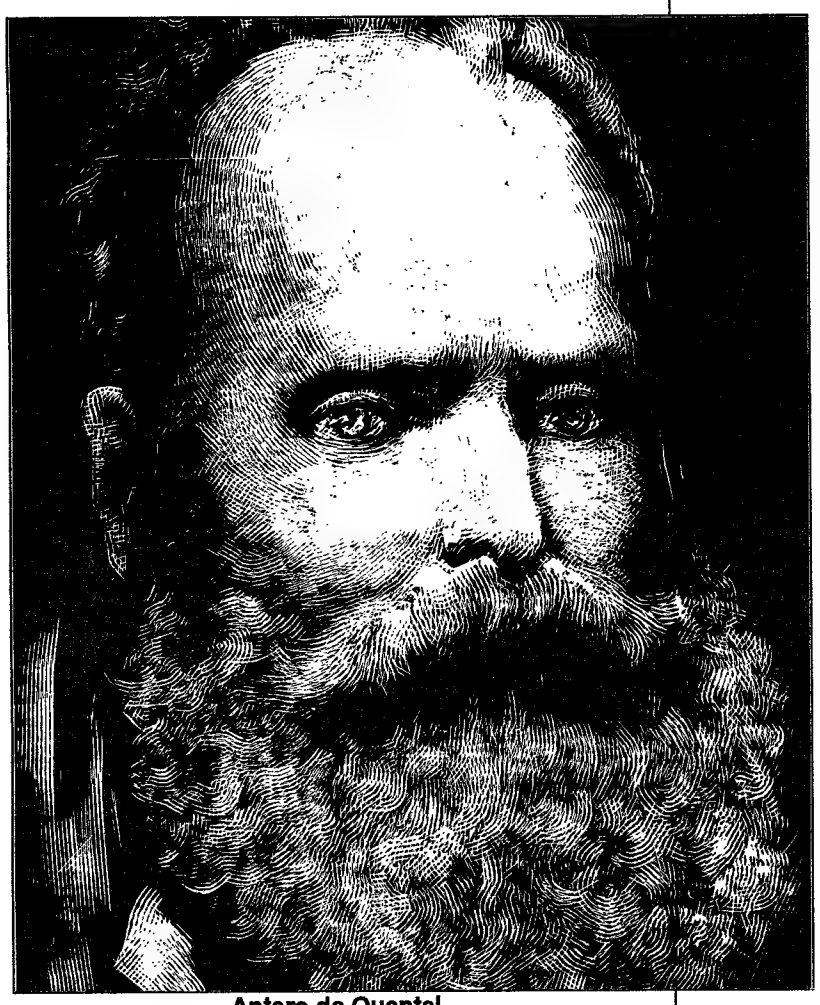
Mas os comerciantes do Porto ressalvavam, no discurso de indignação patriótica, os interesses da presença e actividades inglesas. Não deixaram de advertir: «Perante o protesto, que é o direito sagrado do menos forte, a cidade do Porto, apesar da sua justíssima indignação, não incorrerá em acto algum que ofenda em suas pessoas e bens os cidadãos ingleses que no seu seio exercem a sua actividade... A generosidade é própria de todo o povo civilizado: a cidade do Porto é generosa, e não quer descer ao nível daqueles que cometem o abuso da força, contra o qual protesta.»

Prudentes palavras, palavras hábeis. Os comerciantes do Porto exprimem o seu patriotismo e a consciência dos seus interesses, com cuidado de não inquietar os ingleses estabelecidos na cidade, mas não poderão evitar o contraste vibrante da constituição da Liga Patriótica e o germinar da réplica revolucionária de 31 de Janeiro de 1891. Partiria do Porto o movimento cívico de que Antero de Quental foi o presidente e no Porto eclodiria o protesto insurreccional republicano.

O Ultimato dividira o país: «De um lado fica a monarquia, com a sua velha aliada, a Inglaterra, que não quis repudiar. Do outro lado, fica a nação, contra a Inglaterra e contra a monarquia. É deste antagonismo que vai sair a revolta do Porto.»

Estas palavras de João Chagas e do ex-tenente Coelho no livro de autoria em colaboração «História da Revolta do Porto», e no qual vão ao extremo de afirmar que o «conflito anglo-português de 1890» foi «a causa única da revolta do Porto» (31 de Janeiro de 1891), carecem de exame crítico, justificam uma análise mais profunda das circunstâncias em que ocorrem a conspiração e a tentativa revolucionária. Basílio Teles, o autor dessa obra notável de história política e social, «Do Ultimatum ao 31 de Janeiro», reconheceu a importância política do Ultimato e mostrou como de uma reacção englobante de patriotas monárquicos e republicanos se viria a afirmar o factor democrático e a consciência antidinástica . Escreveu Basílio Teles: «Qualquer que seja o destino reservado à Pátria portuguesa, o 11 de Janeiro de 1890 ficará sendo para ela uma data memorável. Este dia valeu séculos...»

Fernando Pitelra Santos



Antero de Quental

Primeiro título de «Testemunhos Contemporâneos»

A colecção «Testemunhos Contemporâneos», dirigida por António Reis e editada por Publicações Alfa, cuja apresentação oficial está prevista para Abril, antecipou o lançamento por motivo do centenário do Ultimatum.

Assim, foi hoje posto à venda o livro de Nuno Severiano Teixeira «O Ultimatum Inglês - Política externa e política interna no Portugal de 1890».

A colecção «Testemunhos Contemporâneos», pretende, segundo António Reis, «pôr ao alcance dos leitores um conjunto diversificado de vozes, imagens, documentos e estudos da nossa história recente - aquela que, sob o signo da revolução liberal de 1820, foi moldando as transformações políticas, sociais, económicas e culturais dos últimos cento e setenta anos, malgrado sucessivas crises e até retrocessos.»

A Liga Patriótica do Norte

Cont. da pág 19

A Liga seria essencialmente uma escola de civismo, e as questões a debater principalmente as económicas, do ensino e da defesa nacional.

Resposta frouxa

Convém lembrar que, enquanto se elaboravam estes estatutos surgia, a 10 de Fevereiro, a «questão Crawfurd» o cônsul da Grã-Bretanha no Porto. Tendo origem em reais ou supostos agravos feitos por estudantes do Porto a algumas senhoras inglesas, o cônsul publicara uma carta que foi considerada ofensiva da dignidade da Academia. Este conflito chegou à Liga e Antero resolveu dirigir uma carta ao presidente do Conselho, o regenerador António de Serpa Pimentel reclamando uma satisfação. Nessa carta pedia-se a notificação ao governo inglês de que era retirado o *ex equator* ao cônsul como castigo naturalmente indicado para tal desacato.

A resposta de Serpa Pimentel foi frouxa, não satisfazendo ninguém. Mas quando se votou uma moção de censura a essa resposta, houve elementos da Liga, ligados aos regeneradores, que tentaram provocar uma votação favorável. O conde de Rezende, cunhado de Eça de Queiroz, ele próprio regenerador e amigo pessoal do presidente do Conselho, declarou que não conhecia ali partidos políticos e votou a moção de censura.

Mas o fermento da desavença partidária estava lançado e, nessa atmosfera, já não foi fácil a aprovação dos estatutos. Conta Joaquim de Vasconcelos que em vez de se aprovarem rapidamente as alterações julgadas indispensáveis, «entrou-se em disputas infindáveis sobre a redacção de uma frase, até à vírgula e outros assuntos igualmente transcendentes. Renasciam as picuinhices, a retórica estéril».

Os estatutos acabaram por ser aprovados, mas a fadiga e o esmorecimento eram visíveis.

A Liga inquietava os poderes públicos e a sua interferência no caso Crawfurd mostrou que tomava a sério as suas funções de sociedade patriótica. Daí à suspeita que era o embrião de um novo partido foi um passo; era necessário, portanto, acabar rapidamente com ela. A conspiração parece que era dirigida de Lisboa, segundo Basílio Teles, e a ela não seriam estranhos personagens de alta cotação num e noutro dos partidos do regime. De maneira muito velada, apontava-se para Oliveira Martins, cujo ascendente sobre Antero em matéria política era conhecido. Para Joaquim de Vasconcelos, Oliveira Martins não terá conspirado directamente contra a Liga, mas era amigo dos principais vultos políticos do Porto...

Seja como for, na sessão de 7 de Março, Antero leu o seu discurso como presidente da Liga Patriótica do Norte, afirmando logo de início que a vida nacional para ser autónoma e independente teria de ser remodelada, alertando contra a falsa política e, sobretudo, contra uma oligarquia sem escrúpulos que se aproveitava da indiferença e desleixada tolerância de toda a nação para se apossar da administração e do Governo. Criticando esse Governo, que considerava inerte e coacto face às arrogantes imposições dos ingleses, terminava por aconselhar coragem, paciência e esforço para uma tarefa que não podia ser de protesto violento e estéril, mas de concentração da vontade até se conseguir alcançar a desafronta, o sossego e a dignidade, «por ser necessário e inadiável que, unidos nesse só pensamento, todos os portugueses trabalhem sem descanso pelo levantamento da nossa infeliz pátria hoje ludibriada e sem defesa».

Descrença

Juntamente com este discurso Antero preparara um segundo documento onde iria definir a sua atitude pessoal face aos grandes partidos, os monárquicos (regenerador e progressista) e o republicano. Mas esse manifesto nunca apareceu.

Quando a edição se encontrava praticamente pronta na Tipografia Ocidental, Antero escrevia a Joaquim de Vasconcelos pedindo-lhe para destruir as provas, o que foi feito e parece que nem um exemplar se salvou, nem sequer o original.

Ora, uns dias antes, Oliveira Martins tivera um encontro com Antero na Quinta do Eixo, perto de Aveiro, onde vivia Jaime de Magalhães Lima, o secretário da Liga, encontro de resto sugerido pelo próprio Antero: «Precisamos muito de conversar... Não poderíamos encontrar-nos 'casualmente' nalgum sítio, por exemplo em Aveiro em visita ao Jaime ou coisa assim?

Parece-me indispensável que combinemos um plano geral de modo que nunca tenhamos de trabalhar um contra o outro, só por falta de prévia 'entente'».

Foi após este encontro que Antero decidiu mandar destruir o manifesto e, a partir daí, as intrigas políticas em torno da Liga avolumaram-se. Em 22 de Março já Eça de Queiroz, então no Porto, escrevia à mulher: «O Antero esteve cá ontem à noite e não escondeu a sua descrença de tudo e sobretudo da famosa Liga».

Teria sido a necessidade de uma «espécie de reparação» que levou Oliveira Martins a escrever um artigo sobre Antero precisamente em 15 de Abril desse ano na *Revista Ilustrada*? Definindo-o lucidamente como um crítico, alternando com um místico em que as deliberações do pensamento obedeciam ocasionalmente aos vários estados morais ou afectivos do espírito, Oliveira Martins finalizava brilhantemente o seu raciocínio: «Compreende-se portanto, como é que Antero de Quental surja assim abruptamente, como os cometas, no firmamento obscuro da sociedade portuguesa, hoje inflamado por uma questão literária, amanhã capitaneando as levas dos operários anarquistas, outro dia soltando um canto de desespero, no imediato aclamado pela população do Porto chefe da Liga Patriótica do Norte, no momento de angústia dilacerante provocado pelo conflito inglês».

Nesse mesmo dia, 17 de Abril, a *Província* trazia esta local envergonhada: «Por falta de número legal de sócios, não reuniu ontem a assembleia geral da Liga Patriótica do Norte, a fim de se apreciarem os últimos decretos ditatoriais referentes à liberdade de Imprensa e de reunião. deve porém reunir-se hoje.»

Não se reuniu. E o presidente apresentou a sua demissão. É ponto assente que o fracasso da Liga constituiu um desgosto para Antero.

Meses mais tarde, ao responder a Oliveira Martins, que se mostrava preocupado com o seu estado de espírito, tranquilizava-o afirmando-lhe que se sentia ainda um pouco irritado com «as coisas daquele Inverno», mas que era uma questão de tempo.

Não foi, todavia, uma resposta inteiramente sincera, já que é conhecida uma outra carta sua onde a Liga e os seus resultados práticos são analisados com grande acuidade: «Constituiu-se uma Liga Patriótica no Porto da qual fui presidente e se nesse posto só tive sérios desgostos, adquiri ao menos experiência do estado de espírito público, que lhe posso dizer ser deplorável.

A Liga morreu afinal de inanição por que ninguém, no fundo, queria saber nem de colónias, nem de desforra, nem de reformas sociais... Berrou-se muito e, afinal, chegaram as eleições, e toda a gente, movida cada qual por mesquinhos interesses, votou nos partidos do Governo, Governo apoiado pela Inglaterra e que nessa ocasião estava lançando a política sobre os que faziam manifestações patrióticas.

A assinatura do Tratado de 20 de Agosto com a Grã-Bretanha constituiu afinal o remate lógico da «aventura» do *Ultimatum*. Mas na verdade não nos restava outra saída.

A. M. A. M.

QUOTIDIANO

Agricultores algarvios querem mais dinheiro

Os cultivadores do sul, irados com o baixo montante das indemnizações prometidas, avançaram com os tractores

Eram cerca das 7 horas da manhã de hoje quando cerca de duas centenas de agricultores abandonaram o aeroporto de Faro, dando por terminada, assim, a manifestação que iniciaram ontem à tarde no Chelote, arredores da capital algarvia, e onde esteve presente o actual presidente da Câmara de Faro, o socialista João Botelheiro.

Cerca de duas centenas de agricultores dos concelhos de Faro, Olhão e Tavira permaneceram durante a tarde de ontem junto ao Governo Civil de Faro e deslocaram-se depois para o aeroporto, ocupando a Estrada Nacional 125 durante hora e meia, o que levou a grandes engarrafamentos.

Dissuadidos pela PSP, os manisfestantes encostaram os tractores e máquinas agrícolas à berma da estrada e dirigiram-se à gare do aeroporto, onde fizeram uma vigília.

Segundo um elemento da PSP de Faro, «os agricultores limitaram-se a permanecer junto à gare durante sete horas e depois dispersaram sem receberem qualquer membro do Governo nem o ministro da Agricultura».

Os agricultores exigiam a presença de Arlindo Cunha no sul do país e pretendem que o ministro lhes dê garantias de maior apoio financeiro e clarifique as regras para acesso ao crédito especial que visa minorar os prejuizos provocados pelo mau tempo.

Durante a tarde os agricultores haviam mantido uma conversa telefónica com o ministro da Agricultura. No entanto, « nada foi esclarecido», o que os levou a deslocarem-se ao aeroporto.

Os agricultores dizem que não estão dispostos a aceitar uma «esmola» de 200 mil contos a fundo perdido (100 contos a cada agricultor) e que a «ajuda» de 50 contos «aos chamados casos sociais é uma vergonha com que não se pode pactuar».

O governador civil, Cabrita Neto, contactado pelo DL, disse que «foi feita uma análise criteriosa e justa dos diversos casos.

Sem ser demasiada, a quantia atribuída é suficiente para solucionar os problemas dos agricultores. Para além disso foi-lhes concedido um crédito especial com um juro muito bonificado.

Resolvemos tudo isto num mês e eles ainda dizem que demorámos muito tempo e acham pouco as verbas atribuídas. Quando se pede é sempre pouco».

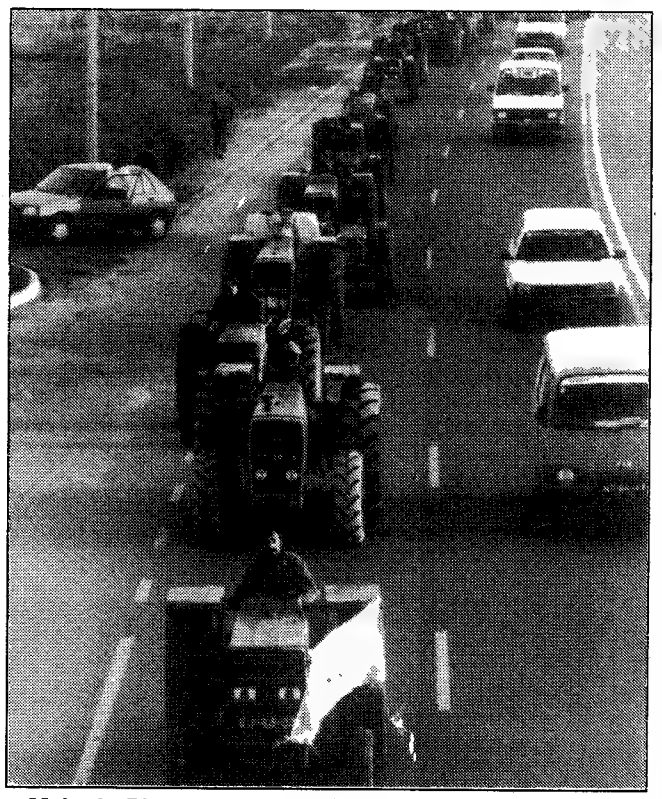
Segundo Cabrita Neto, as verbas destinadas às vítimas da catástrofe «começaram a ser distribuidas esta manhã». Entretanto, o Ministério da Agricultura anunciou para esta manhã um comunicado sobre a matéria, mas ao príncipio da tarde ainda não tinha sido concretizada qualquer iniciativa neste sentido.

Os agricultores têm outra visão do problema e por isso se manifestaram contra a «passividade dos órgãos do Governo face aos problemas causados pelas intempéries».

Por seu turno, a Associação dos Engenheiros Agrónomos e Silvicultores do Algarve (Asgrave) defendeu ontem o alargamento das ajudas decretadas pelo Governo para as vítimas do temporal de Dezembro a todos os concelhos da região.

A Asgrave manifestou a sua solidariedade aos agricultores atingidos pela catástrofe, apelando para que sejam tomadas decisões mais adequadas e justas.

Para os engenheiros agrónomos e silvicultores, o Algarve é a região agrícola que apresenta melhores condições a nível nacional e pode enfrentar, com êxito, o desafio da CEE, «não devendo deixar-se deteriorar aquelas condições, sob pena de transformar a esperança num pesado e profundo fracasso».



Mais de 50 tractores e alfaias agrícolas provocaram algum congestionamento de trânsito na Estrada Nacional 125, perto de Faro

MUNICÍPIO DE LISBOA

EDITAL
N.º 177/89
TOPONIMIA

Faz-se saber que ao abrigo do disposto no art.º 90.º do Decreto-Lei n.º 100/84, de 29 de Março e no prosseguimento de uma política de recuperação da antiga toponímia de Lisboa e de valorização dos valores mais significativos da história do local, aos arruamentos do Bairro do Alto da Serafina (CP 1000) abaixo referidos, foram atribuídos os topónimos que vão indicados:

Rua 1 RUA DAS COSTUREIRAS

Rua 2 RUA ANASTÁCIO DA CUNHA
Poeta e Matemático
Século XVIII

Rua 3 RUA DE SÃO VICENTE DE PAULO
Padroeiro da Paróquia

Rua 5 RUA JOSÉ DA SILVA PAIS
Mestre do Aqueduto
Século XVIII

Rua 6 RUA RODRIGO FRANCO
Mestre do Aqueduto
Século XVIII

Rua 7 RUA MIGUEL ÂNGELO BRANCO
Mestre do Aqueduto
Século XVIII

Rua 8 RUA FRANCISCO ANTÓNIO FERREIRA
Mestre do Aqueduto
Século XVIII

Rua 9 RUA DOS DEITA-GATOS

Rua 10 RUA DO CENTRO DE TRABALHADORES

Rua 11 RUA DOS CALCETEIROS

Rua 12 RUA DO ANDADOR DAS ALMAS

Rua 13 RUA DOS BOLEEIROS

Rua 14 RUA DA EDUCAÇÃO POPULAR

Rua 15 RUA DOS CATRAEIROS

Rua 16 RUA DOS COCHEIROS

Rua 17 RUA DOS AMOLADORES

Rua 18 RUA DOS TREMOCEIROS

Rua 19 RUA DOS ARDINAS

Rua 20 RUA DOS CAUTELEIROS

Rua 21 RUA DOS CHUMECOS

Rua 22 RUA DOS CHANFANEIROS

Mais resolveu a Comissão propôr que o troço da Rua 4 paralelo ao Aqueduto das Águas Livres e o arruamento vulgarmmente designado por Rua dos Arcos, passem a constituir um único arruamento com a denominação de RUA DOS ARCOS e que o restante troço da Rua 4, compreendido entre o Aqueduto e o Bairro da Liberdade passe a denominar-se RUA DOS AMIGOS DOS ANIMIAIS. E, para geral conhecimento, se publica o presente edital.

Paços do Concelho de Lisboa, em 28 de Dezembro de 1989

O Vereador
Manuel Mário de Menezes Pinto Machado

Silva Dias contra actos levianos na construção civil

Francisco Silva Dias tomou ontem posse como presidente da direcção da Associação de Arquitectos Portugueses e assumiu o compromisso da arquitectura até 1993 : pôr cobro aos actos levianos da construção nacional, restituindo aos arquitectos a cultura arquitectónica .

O novo presidente recebeu o testemunho das mãos de Nuno Teutónio Pereira, que, por seu turno, assume agora o exercício das funções de presidente da assembleia geral da Associação. Na sessão, Francisco Silva Dias considerou «históricos», na vida da Associação, os resultados das eleições autárquicas de 17 de Dezembro. Entre as individualidades presentes na cerimónia viam-se o presidente eleito da Câmara Municipal de Lisboa, Jorge Sampaio, o novo secretário de Estado da Cultura, Santana Lopes e os vereadores Rui Godinho, Vasco Franco e Rego Mendes.

«Aglomerados agressivos, incómodos e inseguros» são, cada vez mais, o reflexo de uma «envolvente quotidianamente ferida» que nada tem a ver com o «sonho» de todos os profissionais de vocação e formação arquitectónica. A arquitectura nacional está em crise e a Associação de Arquitectos mostra-se disposta a participar numa luta sem tréguas para impedir a descaracterização do nosso espaço edificado.

. Por isso, os arquitectos lançaram o repto ao Governo e estabeleceram, desde logo, as condições ideais para a recuperação do nosso património: uma nova Lei Quadro da arquitectura capaz de permitira urgente revogação do decreto lei 73/73 e devolução da arquitectura aos arquitectos (e só a eles).

Pretendem ainda uma maior clarificação e transparência das regras de licenciamento e o reconhecimento dos direitos de autor. Reunidas as condições «necessárias mas não suficientes» da profissão, «poderemos então garantir a qualidade e por ela nos responsabilizaremos» afirmou o presidente empossado.

Silva Dias reclamou urgência para a tomada destas medidas face à perspectiva da integração próxima de Portugal no Mercado Único. «O cair de fronteiras na Europa faz desaparecer a concorrência interna de profissões que sem vocação nem formação projectam, mas não evita, antes encoraja, a invasão de 93», sublinhou.

É preciso criar condições para a dignificação da profissão e para uma igualdade real com os congéneres da Comunidade.

Apenas dessa forma os arquitectos portugueses poderão responder ao desafio de 93. Silva Dias deixou o alerta: « Só faltam 154 semanas...».

Governo lança ultimato às rádios locais

O Governo deu o prazo de uma semana aos «promotores de emissões de rádio em cadeia» para que as mesmas sejam suspensas, sob a pena de aplicação de multas elevadas e até mesmo a suspensão do alvará - anunciou hoje o secretário de Estado, Albino Soares.

Segundo este membro do Governo, tais emissões são «ilegais» uma vez que fazem com que «as rádios que as promovem - TSF e Radiopress - consigam dispor do emissor e da frequência de mais de uma rádio local para transmitirem, em simultâneo, os seus programas, transformando a rádio originariamente local em rádio regional ou nacional, contrariando assim a lei».

QUOTIDIANO

Alfândega de Lisboa descalça dois mil pares de botas

Objectos singulares em leilão pouco animado

Dois mil pares de botas e sapatos, alguns deles de um só pé, foram finalmente descalçados pela Alfândega de Lisboa, na manhã soalheira de ontem. O leilão não foi dos mais concorridos, nem sequer dos mais recheados mas, entre os cerca de trezentos lotes, havia objectos singulares cuja disputa apimentou a sessão.

O lote de sapatos, onde se incluíam os exemplares únicos, foi arrematado por 305 contos – uma centena para além da base de licitação. Quarenta cabeleiras e tranças, depositadas por alguém na CP, sem posterior recuperação, não mereceram a atenção de nenhum dos compradores, aparentemente pouco dispostos a pagar 150 contos pelas fartas melenas.

Algumas peças menos atraentes não conseguiram uma só proposta de licitação e regressaram uma vez mais aos gélidos e húmidos depósitos da Alfândega. Outras foram avidamente disputadas e arrematadas por quantias substancialmente superiores às estipuladas. Um BMW em estado de conservação considerado «regular» foi comprado por 8 mil e 600 contos. A base era de 4 mil 455 contos, com imposto automóvel incluído. O iate, encostado nos estaleiros de Portimão, foi pela terceira vez a hasta pública e pela terceira vez foi retirado por ausência de interessados. Um recheio de casa quase completo não despertou a atenção desejada, apesar das honras do catálogo e do preço aliciante de 700 contos.

De tudo um pouco, em grandes quantidades, se vendeu no leilão. Quilos de roupa, nova e usada, toneladas de bugigangas com alguma utilidade ou mesmo sem utilidade nenhuma, máquinas industriais e litros de bebidas alcoólicas, renderam a módica quantia de 20 milhões e 160 mil contos ao Estado.

João Santos, coordenador responsável pelo leilão, mostrou-se satisfeito com o montante conseguido e afirma que haverá mais e melhor. No próximo leilão, 19 mil cartões de felicitações dão os parabéns com música, .Para mais tarde, está também prevista a licitação de um lote de diamantes.

Dezanove mil cartões de parabéns com música

Gripe australiana ronda Portugal

O surto de vírus gripal pode assumir situações de epidemia caso não sejam tomadas precauções. Segundo nos esclareceu Raul Amaral Marques, médico no Hospital Pulido Valente, as análises efectuadas, até este momento, no Centro Nacional de Gripe, indicam ser possível tratar-se do vírus H3N2, o mico-organismo da gripe australiana. Este especialista acrescenta que já em Outubro era previsível este problema:« Habitualmente de 10 em 10 anos há uma epidemia grave. Foi a pneumónica, 1917/18, matou 20 milhões de europeus, a gripe asiática de 1957/58 e a gripe de Hong Kong de 1967/68. A doença, actualmente identificada na Europa, teve origem na Austrália, daí também se chamar a gripe de Sydney. Como somos o país mais a Oeste do continente europeu, é natural as coisas chegarem mais tarde. Mas, tratando-se de uma propagação quase geométrica, concerteza que seremos afectados. Temos de nos prevenir com vacinas anti-gripais. No meu hospital já me apareceram doentes vindos da Inglaterra com este vírus. Neste país morreram, nas primeiras semanas de Dezembro, 1254 pessoas.

Em Portugal, tem-se registado um aumento do número de indivíduos que ocorrem aos hospitais com sintomas desta gripe. No entanto, segundo Raul de Amaral Marques, não há razões para alarme. «É natural que o vírus se esteja a propagar, advinhando-se uma situação de perigo. Mas, se as pessoas forem vacinadas, isso pode ser evitado. Apesar do vírus da gripe ter características muito particulares, pode mudar todos os anos, o que dificulta a previsão das vacinas adequadas, existem no mercado nacional os medicamentos para neutralizar o H3N2».

Os principais sintomas da doença são febre bastante elevada, tosse seca e dores musculares. As pessoas com doenças crónicas pulmonares, cardíacas, renais e hepáticas ou por diabetes «mellitus», com mais de 65 anos e as crianças devem ter cuidados particulares. Ao mínimo sinal devem consultar o médico. As situações mais preocupantes ocasionadas pela evolução do vírus são a pneumonia e a traquiobronquite.

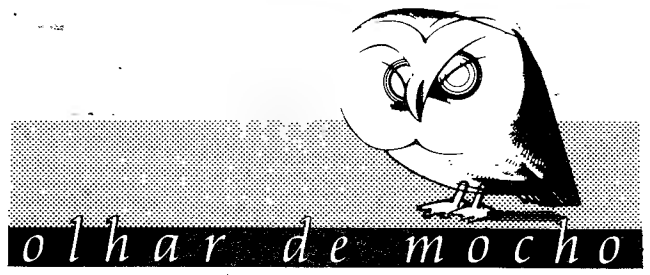
O comunicado do Ministério da Saúde, alertando para a necessidade de vacinação, resultou do aumento de afluência nos hospitais, em especial no Dona Estefânia, pediatria de Santa Maria e Coimbra. Contactado o serviço de urgência do Hospital Dona Estefânia ,não nos foram prestados quaisquer esclarecimentos sobre o caso.

Doença no coelho bravo dos Açores

O executivo açoriano alertou as populações das ilhas de S. Jorge, Faial e Terceira a evitar o consumo de carne de coelho bravo devido a uma doença que está a afectar esta espécie.

Segundo a nota da Direcção Regional do Desenvolvimento Agrágrio, trata-se de uma doença que afecta exclusivamente o coelho e não oferece, portanto, perigo a outras espécies nem ao homem.

A doença, que está apenas a atacar os coelhos bravos de S. Jorge, Terceira e Faial, é provocada por um vírus e causa elevados índices de mortalidade na espécie.



Os novos novos-ricos

Não tenho culpa das imagens televisivas da grande informação que ficaram coladas à retina para além das 24 horas que são usuais nos mecanismos biológicos da óptica. Mas de facto aquela história do avião militar português atracado há mais de um dia na Portela ou imediações, aguardando licença para descolar rumo à Roménia e levando no bojo não sei quantas toneladas de auxílios nacionais às vítimas de Ceausescu, mais as explicações do entrevistado e dos comentaristas, ainda não foram libertadas do meu inconsciente.

Vamos por partes. Primeiro, mais de 15 dias após o final da semiguerra civil de Bucareste o que é que nós ainda teremos para oferecer como auxílio de emergência e primeiros socorros? Em segundo lugar: um avião não se faz para estar parado; imobilizado ele custa dinheiro. Não haverá uma costa portuguesa com 200 milhas de águas exclusivas para nela vigiar os pesqueiros espanhóis, russos e japoneses? Em seguida: o que é isso de querer ajudar à força? Se as autoridades romenas não deram autorização - durante 24 horas, pelo menos - para a Força Aérea os ir lá ajudar, precisarão eles, romenos, das nossas oferendas?

Quem ajuda quem, afinal? Tudo indica que ~~neste~~ caso foram os romenos a ajudar os lusitanos, dando-lhes ensejo de exibirem o seu novo-riquismo próprio a «meninos bem» da CEE. E também o novo-riquismo da Televisão que não gosta de ficar à porta sempre que há exibicionismos.

Convenhamos que o espectáculo informativo da nossa ajuda à Roménia está mais perto da comédia do Parque Mayer que da reportagem noticiosa. Se ao menos a nossa TV se tivesse lembrado, a propósito da ajuda à Roménia, do Eugénio Ionesco e da sua «Cantora Careca», ainda se poderia vislumbrar uma certa ponte unificadora de povos e de culturas.

Mas colaborar na rábula sem fomentar o intercâmbio de mentalidades culturais é um novo-riquismo que lembra mais o Conducator extinto, que sentimentos de solidariedade.

Está em jogo a cumplicidade ou a valorização crítica entre a notícia em si e a notícia espectáculo. É claro que no caso vertente, exibir um Hércules da Força Aérea a rodar nas pistas em nada valoriza o conteúdo crítico do serviço informativo. «Solidariedade para com o Leste» - será mesmo isso? Para mim, se calhar, para nós, portugueses, o Leste começa em Espanha que já se solidarizou com Leste deles, espanhóis, a Europa civilizada: por solidariedade com esse Leste, a Espanha já iniciou a televisão privada. Ao que julgo saber a nossa TV ainda não noticiou este facto em horário nobre (se realmente o fez, desde já apresento as minhas desculpas à 5 de Outubro). A ter eu razão, para que serve o correspondente da TV em Madrid? Tanto novo-riquismo em relação à Roménia e tão pouca solidariedade para com o Leste que é nosso vizinho directo, a Espanha da Televisão privada: Arriba España!

José S Monteiro

CULTURA

O valor das palavras

Um mês depois da morte de Madalena Perdigão, o ACARTE continua vivo. Ontem à noite, o «Jornal Falado da Actualidade Literária» demonstrou-o

Foi perante um público interessado, jovem e muito numeroso que ontem à noite, na sala polivalente do Centro de Arte Moderna da Gulbenkian, decorreu a segunda edição da segunda série do «Jornal Falado da Actualidade Literária». Moderada por um homem versado na ciência dos debates - o jornalista Miguel Sousa Tavares-, esta iniciativa do serviço Acarte, cuja adesão demonstra a conquista de um lugar próprio na dinâmica cultural portuguesa, teve como objecto de discussão entre críticos, autores e alguns elementos da assistência, os livros «Duas Águas, Um Rio» escrito «a quatro mãos» por Casimiro de Brito e António Ramos Rosa, «O Dicionário de Camilo» de Alexandre Cabral e ainda «Eugénia e Silvina», da autoria de Agustina Bessa-Luís.

Todos eles foram publicados há menos de três meses para agora serem eleitos os livros do trimestre por Fernando Martinho, Paula Morão e Abel Barros, os críticos presentes neste «jornal» literário que não usa o papel como suporte de divulgação. A sessão iniciou-se sob os auspicíos da poesia ou não fôssemos nós esta nação de poetas que, como já ficou escrito no «DL», se recusa muitas vezes a dispender economias com os livros ou revistas que a divulgam. A discussão de «Duas Águas, Um Rio» pautou-se, todavia, por um entusiasmo que os dados fornecidos pelos «tops» do mercado livreiro não permitiriam prever.

António Ramos Rosa e Casimiro de Brito foram, com efeito, insistentemente solicitados pelo público e pelo crítico Fernando Martinho a explicarem um pouco da feitura do livro comum que ambos editaram sob a chancela das Publicações Dom Quixote. Foi ao longo dessa conversa agradável e informal, que se desenrolou um pouco como a apanha das cerejas, que partilhámos com os autores pequenos segredos do início das suas existências literárias.

Foi assim que soubemos da influência, determinante parece, que o Algarve, região natal de ambos os poetas, exerceu sobre este livro em que ambos trocam cartas rimadas à boa maneira das epístolas portuguesas do século XVI, embora ambos admitam que a semelhança não foi buscada, nem sequer intencional.

Uma troca de cartas

O tema do livro em questão vai mais longe, ao mesmo tempo que se torna extremamente simples porque qualquer ser humano está à altura de perceber em si a dor de existir ou o mistério da vida, ainda que nem sempre lhe chame os belos títulos concebidos pelos poetas.

Segundo afirmações proferidas por Casimiro de Brito ao longo do «Jornal Falado», a obra escrita em parceria com António Ramos Rosa não foi pensada com propósitos editoriais, ainda que - acrescentou- a ideia de publicação em si não lhes haja subtraído a inocência de que inicialmente estavam imbuídos . Brito referiu ainda que, ao contrário de boa parte dos seus originais que permanecem durante anos na gaveta porque requerem uma revisão paciente, todas as cartas constantes de «Duas Águas, Um Rio» foram sendo organizadas conforme as iam enviando um ao outro.

A história deste livro jamais se faria, porém, sem o poderoso contributo que é a mútua amizade de três décadas, iniciada em Faro quando Lisboa, «atormentada» pelos cataclismos ditatoriais, fazia delegar muitas das suas responsabilidades em regiões que hoje estão entregues a um estado de desprezível negligência. Como a chamada capital do Algarve no final do século XX. Repleta de abomináveis complexos de betão, há muito que ela perdeu tudo o que ainda lhe proporciona alguma identidade. Quem, senão os mais idosos participantes neste «Jornal Falado», se lembra ainda de iniciativas tão diversificadas da Faro cultural como os «Cadernos do Meio-Dia» fundados por este par de poetas que se conheceu quando Casimiro de Brito frequentava as explicações que Ramos Rosa então ministrava aos meninos do liceu? Só que, conforme nos seria contado pelo primeiro, as lições de inglês ou francês cedo deram lugar às conversas sobre poesia.

O «Dicionário de Camilo» de Alexandre Cabral, comentado por Paula Mourão, proporcionou, por outro lado, a abertura de um debate não tão apaixonado, mas quase de certeza tão importante porque lançou à reflexão dos presentes uma série de questões relacionadas com as dificuldades de um trabalho de investigação cuidadoso e cientificamente honesto. A propósito desta recente edição da Editorial Caminho falou-se do avançado estado de degradação em que se encontram as colecções de jornais do século XIX, que pecam ainda por não estarem completas quer nas bibliotecas de Lisboa, quer nas do Porto, sujeitando, assim, o pesquisador a viagens morosas e dispendiosas que seriam desnecessárias se o alegado intercâmbio cultural entre as duas maiores cidades do País funcionasse de facto. Mas falou-se, e de que maneira, do livro propriamente dito.

Acerca dele, Paula Mourão teve ocasião de destacar a agradabilidade da leitura que permite àquele que o consulta partir com facilidade do que já conhece sobre a vida e obra do autor de «Amor de Perdição» para a descoberta de aspectos tão inesperados como a frequência com que ele se servia de pseudónimos bizarros, no intuito de colaborar em diferentes jornais de interesses ideológicos muitas vezes antagónicos.

O livro e a autora mais esperados estavam, no entanto, guardados para o final desta espécie de serão literário. Agustina Bessa-Luís e o seu «Eugénia e Silvina», um dos «best-sellers» do Natal que passou, foram soberanamente elogiados e tudo quanto se disse foi, sobretudo,um agradecimento colectivo a esta mulher de aspecto doce que conhece como poucos o valor das palavras.

Maria João Martins

António Ramos Rosa, Casimiro de Brito, Agustina Bessa-Luís e Alexandre Cabral, eis o quarteto de escritores participantes no «Jornal Falado da Actualidade Literária» de ontem à noite

Festival Asiático de Artes

A criação de um festival asiático de artes deverá ser decidida em Macau na VIII Conferência Anual da Federação de Promoção Cultural na Ásia (FPCA) - disse à agência Lusa Jorge Forjaz, secretário-geral do Festival Internacional de Música daquele território. O Festival decorrerá em Macau de hoje até domingo inclusive, sendo Ileana Cotrubas condecorada pelo governador de Macau, Carlos Melancia, num recital programado para o último dia. Durante os dias de trabalho, cerca de cem delegados das instituições culturais que constituem a Federação irão também debater a política geral da organização e o desenvolvimento de centros culturais na Ásia (Macau tem em fase de estudo o projecto do seu próprio centro cultural) e eleger os corpos directivos da FPCA.Uma análise retrospectiva das três edições do Festival Internacional de Música de Macau faz também parte do programa de trabalhos dos participantes na conferência.Portugal está representado, como observador, por Pinheiro Nagy, da Associação Europeia de Festivais de Música, e por Ferreira Lobo, maestro da Camerata Musical do Porto.

Crítica de Teatro

O Verão, antes do frio

VERÃO, de Edward Bond. *Tradução:* Manuel João Gomes. *Encenação:* Carlos Fernando. *Cenografia:* José Manuel Castanheira. *Figurinos:* Mariana Sá Nogueira. *Iluminação:* Carlos Fernando e João Miranda. *Produção:* Manuel Mendes e Vanda Leitão. *Interpretação:* Isabel de Castro, Maria José Pascoal, José Wallenstein, Fernanda Alves e Ruy Furtado. *Teatro Hoje.* Estreia: Teatro da Trindade/27-12-89.

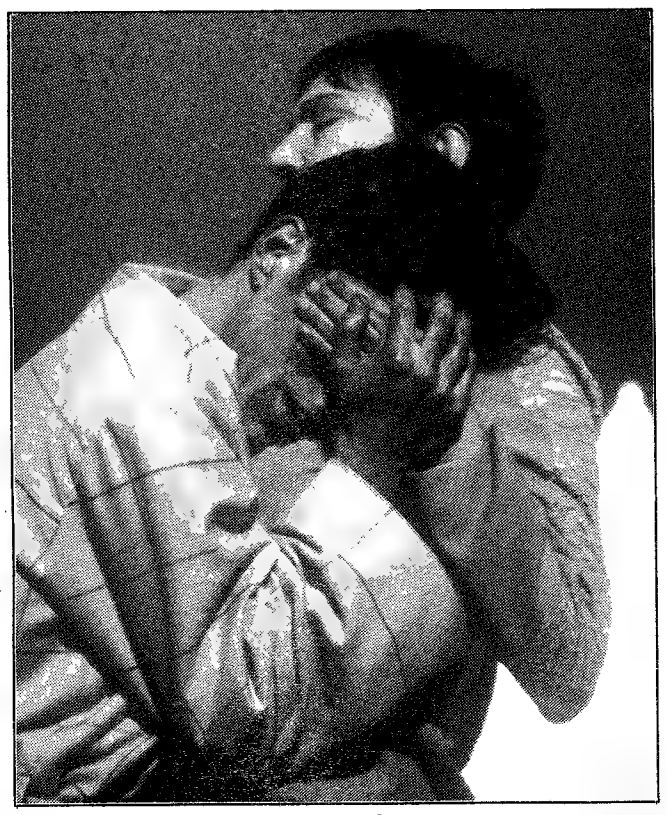
Na peça de Edward Bond que o T.H. acaba de estrear no Trindade, um Verão esconde um outro Verão. No Verão do presente vemos uma mulher, Zínia, que chega a um lugar que fora seu há muitos anos, acompanhada pela filha, Ana. Ela vai mergulhar até ao fundo da memória pungente de um outro Verão, no qual o presente se incrustra num jogo de espelhos que se vai transformar num teatro de morte.

Zínia, descendente de uma família proprietária do lugar, fora desapossada dos bens familiares em virtude duma revolução (a acção decorre num país socialista não identificado que se presume seja a Jugoslávia); tendo compreendido as razões dos revolucionários, embora considerando-se injustificada pela colaboração que a família e ela própria tinham dado à Resistência, Zínia fugira para Inglaterra depois de ver o pai morrer, vítima dos trabalhos forçados a que fora condenado. Zínia passa as suas férias na antiga casa da família agora ocupada por Marte que fora criada da família, e que vive com o filho, David, médico de profissão. Ana e David mantêm relações íntimas que, nesse ano, ela põe em causa.

O passado mais doloroso destas personagens - o Verão da guerra - torna-se presente por razões várias: Zínia descobre que Marta (Marte é o nome do Deus da Guerra) tem uma doença mortal, situação que provoca uma espécie de exame de consciência entre as duas; passa pelo lugar um antigo soldado nazi que participou nos fuzilamentos de muitas pessoas durante a guerra e foi guarda de um campo de concentração ali criado, e agora faz turismo, feliz da vida. Zínia recorda como conseguira salvar Marta, prestes a ser fuzilada, graças às relações que a família mantinha com as autoridades alemãs, relações que serviam de biombo para a sua colaboração com a Resistência.

O fim do Verão é o fim de Marta: David chora o calor que as mãos da mãe vão perdendo, o calor do Verão que desaparece. Até que o frio do Inverno, o gelo da Morte cubram tudo.

Esta peça de Bond, a meu ver, menos interessante que a «Trilogia da Guerra» e em especial a última parte, «A Grande Paz» (espectáculos da Cornucópia), exprime algumas das preocupações mais constantes do autor, mesmo a do perigo da guerra nuclear, embora menos evidenciada. Bond é um autor essencialmente político, ou seja, um animal raro nos dias que correm, mas isso não o impede, seja dito sem nenhum cinismo, de ser um grande dramaturgo. No centro desta sua peça de 1982, está uma controvérsia essencial no nosso tempo, a da Revolução, sobrevinda após a guerra em que o nazismo foi vencido. Marxista, Bond aceita e sublinha a capacidade dialéctica do outro: a discussão entre Marta e



José Wallenstein e Fernanda Alves

Zínia põe-nos perante argumentos que estão longe de ser discipiendos, pelo contrário, nos obrigam a reflectir (hoje mais do que nunca), embora o autor não deixe de tomar partido e de nos dar razões para tomarmos partido. Pode dizer-se, sob esse aspecto, que o teatro bondiano atravessa fulgurantemente o terreno das mais duras, graves, complexas questões ideológicas, políticas, culturais, sociais dos nossos dias, ao mesmo tempo perturbantes e exaltantes. Porque aceitar e condenar as culpas dos crimes, as nossas culpas, não implica repelir as razões que os explicam, sem os justificar nem tornar aceitáveis, e sobretudo não torna aceitável o esquecimento, tão praticado, das outras vítimas, dos milhões que deram a vida elos seus ideais do triunfo da vida sobre a morte.

Mesmo que não tenha sido essa a intenção de Bond, talvez se possa ver na doença de Marta, um cancro cuja evolução terminal o filho descreve à sua frente com uma crueldade quase insuportável, a parábola de uma doença mais vasta que ataca perigosamente não apenas um dos lados da guerra (o que Marta representa) mas todos eles (o de Zínia eo do nazi da sociedade de consumo); e talvez Ana e David, amantes e livres, simbolizem um possível mundo novo, sem muros nem dogmatismos, mas também sinais de exploração, sem guerras nem tiranias situadas noutros domínios.

Com passagens excessivamente prolixas, que teria havido vantagem em depurar, a peça de Bond encontrou em Carlos Fernando um encenador sensível que compreendeu a necessidade de sublinhar a relação essencial entre a peça e os intérpretes. É de facto através do trabalho de Fernanda Alves (Marta) e de Isabel de Castro (Zínia) que o espectáculo resolve os principais problemas que a passagem da peça à cena implicava: cada uma conserva a sua diferença que é a marca dos mundos que encarnam e que se projectam no presente como reflexos do passado. Essa diferença *interior* é também a diferença *exterior* de cada actriz, embora seja em Fernanda Alves que surge, nítida e poderosa, a presença da tragédia.

Ruy Furtado, grande actor, é o intérprete de uma personagem perigosa cuja máscara cómica tende a fazer esquecer o seu verdadeiro rosto, que é o rosto do horror.

Temo que algum público da estreia se tenha deixado levar pela máscara. Em David e Ana, personagens convencionais e por isso mais difíceis, José Wallenstein e Maria José Pascoal não conseguiram, pareceu-me, atingir a zona mais perturbada e perturbante das suas verdades, mesmo que alguns momentos de José Wallenstein (descrição da doença da mãe, a morte desta) sejam difíceis de esquecer.

José Manuel Castanheira criou para este espectáculo um cenário compósito que funciona também ao colocar-se contra o «décor» do próprio teatro. Cenário na vertical, blocos brancos que sinalizam a casa antiga, uma esplanada junto ao mar e, na segunda parte, a ilha; sobre este cenário, uma «passerelle» que atravessa o palco, uma barraca, candeeiros, a zona do porto; as duas zonas ligadas por um barco de pescador que desce e sobe à teia. As paredes da sala e a zona do porto cobertas por material que imita o zinco, sugestão do mundo concentracionário que ali reinou. Mais um bom trabalho do grande cenógrafo que é José Manuel Castanheira (bem acompanhado pela figurinista Mariana Sá Nogueira), que já, anteriormente, colaborara com Carlos Fernando. Este assina, com João Miranda, um excelente desenho de luzes que é aqui elemento primordial na definição dos tempos da acção.

A tradução desta peça de Bond é de Manuel João Gomes, um trabalho cuidado como habitualmente, em que por isso nos choca mais a presença repetida da expressão *é evidente*, que podia ser substituída.

O Teatro Hoje dedica este espectáculo a Alda Rodrigues, recordando assim aquele que foi o último e genial trabalho da actriz, em *A Grande Paz*.

Carlos Porto

O Corão em banda desenhada

Destinados nomeadamente aos adolescentes dos doze aos dezasseis anos, os primeiros volumes, em francês e em árabe, do Corão em banda desenhada, apareceram nas livrarias de Paris. Até ao momento, o livro da revelação islâmica não havia ainda sofrido semelhante "tradução".

Nascido em 1943 em Tozeur, antigo professor de Filosofia que, a determinada altura, ingressou no jornalismo e na actividade editorial, o tunisino Youssef Seddik, estabelecido em Paris desde 1983, tinha já publicado em 1986, em Angoulême, um tomo de bandas desenhadas corânicas em árabe, tentando junto da juventude francesa e maometana explicitar de maneira clara os indecifráveis mistérios do Corão. Semelhante iniciativa só encontrou acolhimento na editora La Charente Libre. De Tunis ao Koweit e a Argel, os teólogos muçulmanos logo se ergueram, em protesto, contra o iconoclasta, afirmando que este tinha ousado aproveitar alguns versículos, fora do contexto, apresentando-os ilustrados de modo «humorístico» e de «jeito confuso». Fiel obediente a Alá, Youssef Seddik retirou, então, as bandas desenhadas do mercado.

No entanto, Seddik não desistiu do seu projecto - e procurou adaptá-lo às exigências canónicas sem renunciar aos seus objectivos pedagógicos e lúdicos. O problema não se circunscrevia a apresentar, em desenho, Maomé ou os outros profetas reconhecidos pelo Islão, nem tão pouco o arcanjo Gabriel, tido como responsável pela entrega do Corão ao Profeta por ordem divina.

Outra era a questão: extrair do livro sagrado do Islão os acontecimentos históricos ou simbólicos (o Corão compreende unicamente vinte por cento de prescrições doutrinárias) e apresentá-los em desenhos acompanhados de citações corânicas exactas, recorrendo Seddik a fontes fidedignas, como, por exemplo, os historiadores árabes Tabari (838-923) e Kortobi (falecido em 1112).

Embora «a representação figurativa dos seres vivos» constitua uma interdição islâmica, Seddik tinha a seu favor determinadas miniaturas persas, que, em certa medida, lhe facilitavam o caminho. Optou, porém, por uma cautelosa referência à Sunna (Tradição), amplo campo temporal que nos mostra o Profeta Maomé interessado pelas bonecas da sua esposa Aïcha, com quem se casara era ela ainda uma criança. Maomé não tinha condenado semelhantes representações (as bonecas), pelo que Seddik resolveu incluí-las nas bandas desenhadas

Mas tais desenhos saíram de mãos não muçulmanas: quem os concebeu foram desenhadores como Gioux, Philippe Teulat, Philippe Jouan, Benoît de Pelloux... Ao todo, seis volumes de bandas desenhadas. O estilo dos ilustradores pode ser considerado discutível, mas o desenvolvimento da história é atractivo. A caligrafia árabe é da autoria de Mekzi, do jornal tunisino "El Goumhourya", que se deu ao trabalho de utilizar duas escritas diferentes, uma destinada às palavras próprias do Corão, a outra para ser usada nos "balões" dos desenhos.

Prudente, a Imprensa dos Estados muçulmanos ainda não se pronunciou sobre o acontecimento, inédito na História do Islão. Efectivamente, os doutores árabes da Fé e da Lei não lançaram, até ao momento, nenhum *imprimatur* sobre as BD - e Youssef Seddik alimenta a esperança de que esta neutralidade se manterá.

Le Monde
Diário de Lisboa

Crítica de Música

Prossegue a temporada musical da Gulbenkian

O segundo trimestre da temporada de concertos da Fundação Gulbenkian começou já. E com manifestações estimulantes e significativas: a presença de um intérprete paradigmático da chamada «nova música antiga» - Frans Bruggen - e uma vibrante realização do *Requiem* de Mozart, em homenagem à memória de Madalena Perdigão, por iniciativa do Coro e da Orquestra da Fundação.

Um Haydn inesquecível

A eclosão da sinfonia clássica, tal como ela se nos apresenta nos anos 60 e 70 do século XVIII, é a resultante de vários factores. Para tal agiram contributos italianos e franceses, a famosa «Escola de Mannheim» (com um estilo de execução e interpretação cheio de contrastes e muito evoluído para a época) e ainda músicos vienenses.

Joseph Haydn não «inventou», portanto, nem a sinfonia nem os seus moldes formais mais salientes, como chegou a dizer-se repetidamente com pouco rigor. Mas não é descabido acrescentar que nenhum outro mestre, antes dele, conferiu ao género tão autênticas e prestigiosas cartas de nobreza. Ao longo das suas cento e tal sinfonias, Haydn dá provas de fantasia inesgotável e espontaneidade aliada ao saber, assim como de uma atitude constantemente despreconceituosa quanto a arquétipos, estilos e sugestões. Nada, pois, de observância de padrões rígidos. O que se verifica é grande diversidade formal, com o interesse suplementar do elemento «surpresa» e do pormenor «inesperado».

A *Sinfonia n.º 88, em sol maior* constitui exemplo do que fica dito. Para interpretar hoje, para a restituir na sua frescura mas também nos seus carácteres expressivos mais autênticos e originais, impõe-se uma grande transparência do tecido sonoro, uma elocução muito correntia, um jogo não espartilhado da linguagem rítmica. Numa palavra: aliviar o discurso de certa pesantês de proveniência sobretudo romântica.

Foi isto que Frans Bruggen conseguiu admiravelmente, à frente da Orquestra Gulbenkian. Aquelas qualidades que o tornaram impar executante de flauta como que foram transpostas noutra vertente da sua arte interpretativa: a de regente. Mostrou que sabe o que quer, mas igualmente como chegar lá. Os excelentes resultados provaram-no. A própria disposição menos habitual, que adoptou, do conjunto instrumental, com os contrabaixos no fundo, ao centro e em plano elevado, e o sopro em conjunção espacial com os timbales, correspondeu, aliás, ao teor estilístico e instrumental da partitura. De resto, a direcção de Bruggen (dispensando a batuta) é extremamente clara, isenta de exibicionismo, plena de maleabilidade, eficacíssima em suma.

Resultados não menos gratificantes em sentido semelhante puderam apreciar-se também nas páginas de Mozart (a música de bailado da Ópera *Idomeneu)* e no 2.º *Concerto* para piano e orquestra de Beethoven. O solista, nesta obra, foi, Ronald Brautigam, um jovem holandês que ultimamente se tem destacado no tablado internacional. Possui estofo interpretativo e desenvoltura técnica, e evidenciou uma sonoridade burilada.

Homenagem a Madalena Perdigão

Registe-se ainda o concerto, igualmente no Grande Auditório, com o *Requiem* de Mozart. Foi uma versão intensa a do maestro Michel Corboz, na qual participaram, com garbo, os promotores da audição - o Coro e a Orquestra Gulbenkian - e o naipe dos quatro solistas vocais: Elsa Saque, Ana Ester Neves, Fernando Serafim e José de Oliveira Lopes. Homenagem justíssima e impressiva - que se iniciou com um minuto de silêncio respeitosamente observado de pé por uma sala à cunha - à memória de quem fica, na nossa história cultural, como um caso invulgar de determinação, sentido organizativo e capacidade de imaginar e incentivar projectos. O Coro e a Orquestra Gulbenkian conta-se, afinal, entre as inúmeras realidades tornadas possíveis, graças, em primeiro lugar, a Madalena Perdigão. Que os dois agrupamentos não o tenham esquecido é reconfortante.

Nuno Barreiros

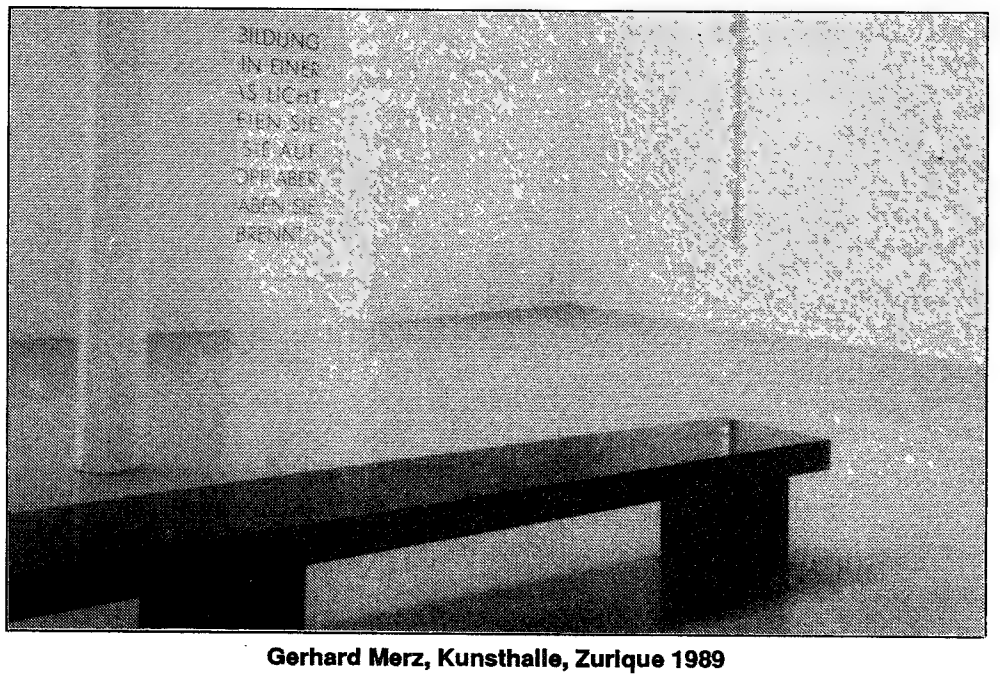
Quando logo à tarde a Galeria Cómicos apresentar a instalação Costruire, de Gerhard Merz, assistiremos sobretudo a uma manifestação de Mnemosyne, a deusa da memória e de todas as artes

Gerhard Merz ou a Arte da Memória

O ano de 1990 constituirá o ano da internacionalização da Galeria Cómicos que, ao completar no próximo mês de Fevereiro seis anos de actividade, adoptará o nome do seu director, Luís Serpa, à semelhança de uma estratégia de personalização ao fim e ao cabo de quem é, com os seus artistas, uma galeria de arte na inequívoca acepção da palavra.

Vocacionada desde a sua abertura para a apresentação em Portugal de artistas contemporâneos que, aliada ao esforço em realizar conferências por críticos de arte internacionais (Aspectos da Arte Contemporânea, no Forum Picoas), têm contribuído significativamente para a compreensão da História de Arte dos nossos dias. Sem desperdiçar a oportunidade histórica de participar com artistas portugueses nos principais certames internacionais (Feiras de Londres, Los Angeles e ARCO, de Madrid), um dos métodos mais aliciantes que tem caractirizado a metodologia de trabalho da Galeria Cómicos, consiste em convidar os artistas estrangeiros que apresenta, a produzirem as suas exposições em Portugal.

Foi o caso recente do italiano Gilberto Zorio, e a apresentação esta tarde da instalação **Costruire**, de Gerhard Merz, a que se seguirá a exposição **Je *est* un autre**, sob o tema dos auto-retratos e da auto-representação, que inclui presenças como Warhol, Christian Boltansky, Tonny Cragg e Thomas Ruff, entre outros, e que, pela sua extensão, será dividida em duas partes, conhecendo posterior divulgação na Casa de Serralves, Porto. A companhar a exposição será editado um catálogo com ensaios de Chaké Matossian, Pedro Frade e do *enfant terrible* da crítica de arte norte americana, John Yau.



Gerhard Merz, Kunsthalle, Zurique 1989

A obra de Gerhard Merz é uma encenação do espaço, cor, forma, imagem e texto que evocam uma perversa atmosfera de uma memória histórica, vagamente percebida pelo presente facturado, dada a economia do seu vocabulário artístico. O seu trabalho desenvolve-se sob a égide de Mnemosyne (a musa da memória e da apropriação colectiva celebrada na Antiga Mitologia Grega como a deusa da memória) mãe de todas as musas, e de todas artes.

A instalação de Merz, subordinada ao tema da Arquitectura (**costruire**), invoca a Arte como ordem e forma, referenciando-a com aquilo que a circunda; arquitectura e ambiente. As referências à validade da linguagem formal da arte, segundo Merz, encontram as suas origens e o desenvolvimento consequente na época moderna, em Cézanne, com a introdução da cor como valor espiritual da pintura. Assentando um dos pilares desta concepção na arte abstracta de Malewic ou Ad Reinhardt, ou nos anos 20 e 30, na arquitectura racionalista de Terrangni, Alberto Libera e, sobretudo, em Mies Van der Rohe, a instalação de Gerhard Merz na Galeria Cómicos, reflecte o dualismo que o Modernismo dos anos 20 tinha recebido da história como bagagem hereditária e que, indiscutivelmente, implementou.

A instalação de Gerhard Merz, **Costruire** (que faz parte de uma intervenção mais vasta, denominada **Archipittura**), pretende, através da colocação de um banco em granito preto no eixo central da galeria, cercado por uma parede pintada também de negro a que se sobrepõe uma peça de latão, repropor a obra de Mies Van der Rohe.

Este banco de granito, reconstrói à escala natural o original do Pavilhão de Barcelona (1929), e se **Costruire**, em Mies circunscreve uma esfera ideal de sinceridade e pureza, em Merz opera a reunião, graças aos meios da arte moderna, do pensamento estético e humanístico do classicismo. Objectivo que Jurgen Habermas define como "il moderno come progetto inadempiutto".

Jorge Fallorca

BREVES

Almanaque da Cultura Europeia

Estudos dos cientistas soviéticos sobre a civilização europeia vão ser editados sob a forma de uma nova revista, o «Almanaque Europeu - História, Tradições e Cultura», em breve à venda na capital soviética.

No primeiro número constarão análises da formação de uma determinada comunidade histórico-cultural, dos traços específicos e do papel da Cultura europeia no mundo contemporâneo. A revista inclui ainda materiais sobre a Revolução Francesa, a história das ideias europeias, a Rússia e a Europa, a história do europeísmo italiano, a Europa da Idade Média, etc.

A revista é da responsabilidade do recém-criado Centro para o Estudo da Civilização Europeia.

Prémio angolano de Literatura 89

O Prémio Nacional de Literatura 1989 foi atribuído pela União dos Escritores Angolanos (UEA) ao poeta Aires de Almeida Santos pelo seu livro «Meu Amor da Rua Onze».

O diploma, a estátua de bronze e o cheque de um milhão de kuanzas (cerca de 4500 contos) que acompanham o Prémio foram entregues ao galardoado pelo comissário provincial de Benguela, Paulo Jorge, durante uma cerimónia realizada na passada segunda-feira com a presença da secretária para as actividades culturais da UEA, Gabriela Antunes.

A Rua Onze do Bairro Benfica, em Benguela, onde Aires de Almeida Santos se revelou como poeta nos fins da década de 40 (tal como Agostinho Neto, Alexandre Dakalos, António Jacinto e Viriato da Cruz) foi palco de um grande espectáculo cultural, com danças e canções executadas por centenas de residentes.

Pintura de Bual na Multiface

O pintor Artur Bual, que iniciou a sua actividade como abstraccionista em finais dos anos 40, expõe na Galeria Multiface, ao Rêgo.

Há cerca de um ano, Bual fizera expressamente para a inauguração da Galeria Ícaro, às Janelas Verdes, uma série de óleos de tendência figurativa, onde além do Ícaro vieram pela primeira vez a público os Cristos. Essa exposição, embora a preços fora do comum, foi rapidamente adquirida, o que levou Artur Bual a anunciar que preparava uma exposição não comercial, e fora dos compromissos das galerias, que, naturalmente, não é esta patente até ao fim do mês na Galeria Multiface.

DESPORTO

Árbitros de futebol foram aumentados

• a subida das compensações destina-se a despesas de alojamento, deslocações, alimentação e prémios de jogo

Lourenço Pinto, presidente do Conselho de Arbitragem da Federação Portuguesa de Futebol, conseguiu que os dirigentes do executivo federativo anuíssem ao pedido de aumento de 12% da tabela da arbitragem. À reunião, realizada ao fim da tarde de ontem, na Praça da Alegria, estiveram presentes João Rodrigues, Ribeiro de Magalhães e Lourenço Pinto e decorreu de forma satisfatória: o novo líder da arbitragem futebolística conseguiu a primeira vitória para os seus filiados.

Outra questão agendada, ficou para discussão futura e filia-se na desejada autonomia financeira do sector arbitral, uma vez que segundo se refere no lacónico comunicado da FPF **«a questão da autonomia financeira do CNA era um falso problema, dado que todos os órgãos da Federação têm que se integrar numa contabilidade técnica».**

Além da revisão da tabela salarial dos árbitros, foram tratados «*outros assuntos de interesse para a arbitragem*« visando uma melhor articulação entre todos os serviços da FPF.

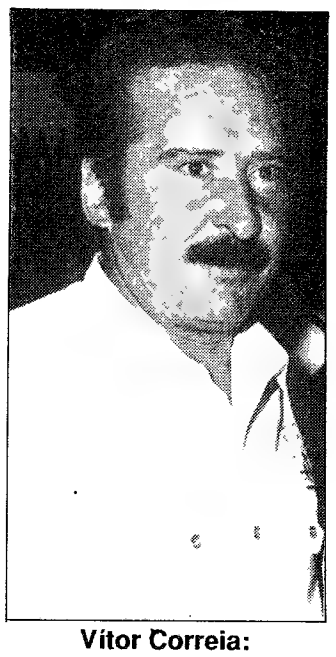
Naturalmente que Lourenço Pinto conseguiu melhorar as condições económicas para os árbitros, mas as questões que afectam o sector não cessam aí e, durante o «encontro nacional» que recentemente ocorreu em Lamego, foi, (uma vez mais) erguida a ponta do véu. Está por ser feita a revisão (profunda) da orgânica do sector, tarda executar-se o saneamento de muitos incompetentes (dirigentes, funcionários, delegados técnicos e alguns árbitros que têm vindo a demonstrar total falta de atributos para o exercício da função). O «curso» de reciclagem e actualização, feito semestralmente, também se nos afigura insuficiente para que se consiga a tão desejada e forçosa uniformidade de critérios e, quanto aos «observadores» (delegados técnicos), cremos que andam por aí muitos sem centelha de competência, pelo que seria útil que Lourenço Pinto procedesse, sem demora, à elaboração de testes a tais *mestres* da ciência arbitral.

Atlético pretende tribunal

Sentindo o seu clube defraudado pela actuação do árbitro Ezequiel Feijão, no encontro do passado domingo (frente ao Louletano) o vice-presidente do Atlético Clube de Portugal (Ângelo Mesquita), defende a criação de um tribunal para julgar os árbitros de futebol.

Trata-se de um desabafo: e nada mais. Os juízes, tal como os demais agentes do futebol, não se encontram situados à margem da justiça federativa.

Ainda outro aspecto: o futebol, em todo o mundo, rege-se por normas estabelecidas pela FIFA e aquele organismo não permite intromissão alheia. Compreende-se que os dirigentes do Atlético se sintam prejudicados pela actuação do competentíssimo Ezequiel Feijão, mas o que certamente não pensarão é que existe na arbitragem quem cometa erros premeditados: e só esses é que poderão ser condenáveis, existindo na legislação federativa punição prevista para tal tipo de falhas. Errar premeditadamente, corresponde a irradiação arbitral.



Vítor Correia: travagem forçada

O credenciado árbitro «internacional» Vítor Correia falhou nas provas físicas a que todos os «juízes da bola» foram submetidos, no passado sábado, no complexo desportivo de Lamego. Vítor Correia falhou no *teste de Cooper*, em que lhe era exigido correr 2600 metros em 12 minutos. Ao que se consta, Vítor Correia sofre da pubalgia: e até realização de novas provas fica suspenso de toda a actividade, de acordo com as determinações regulamentares.

Quanto eles ganham

Após a actualização agora formalizada vejamos quanto ganhavam e quanto passam a receber os árbitros de futebol:

	Tabela anterior	Tabela actual
ESCALÃO A (até 150 km)		
I Divisão	19 500$	21 840$
II Divisão	11 000$	12 300$
III Divisão, juniores, juvenis, iniciados e femininos	9 000$	10 080$
ESCALÃO B (de 151 a 350 km)		
I Divisão	34 500$	38 640$
II Divisão	17 750$	19 880$
III Divisão, juniores, juvenis iniciados e femininos	15 550$	17 360$
ESCALÃO C (de 351 a 600 km)		
I Divisão	62 500$	70 000$
II Divisão	37 000$	41 440$
III Divisão, juniores, juvenis, iniciados e femininos	30 000$	33 600$
ESCALÃO D (de 601 a 900 km)		
I Divisão	97 000$	108 640$
II Divisão	60 000$	67 200$
III Divisão, juniores, juvenis, iniciados e femininos	49 500$	55 440$
ESCALÃO E (mais de 901 km)		
I Divisão	110 000$	123 200$
II Divisão	60 000$	67 200$
III Divisão, juniores, juvenis, iniciados e femininos	49 500$	55 440$

B R E V E S

RÂGUEBI: amanhã, pelas 16 horas, o eng.º Krus Abecasis (presidente da Câmara Municipal de Lisboa) acompanhado pelo dr. Victor Gonçalves (vereador do pelouro do Turismo e Desporto) visitará a sede do Grupo Desportivo de Direito (Rua do Salitre, Lisboa) assinando a escritura de cedência de terrenos no Parque de Monsanto, para que o GDD (prestigiosa colectividade com largo incremento dado ao desenvolvimento do râguebi no nosso país) possa concluir o seu complexo desportivo e colocar o novo edifício da sede social. Antigos e actuais dirigentes e atletas assistirão ao acto, acompanhando a presente direcção, que é presidida pelo dr. Miguel Nobre Ferreira, também dirigente do Comité Olímpico e da Ordem dos Advogados.

ANDEBOL: a selecção «A» de Portugal venceu a de «Esperanças», por 27 - 17, no encontro inaugural do Torneio Internacional de Loures, que ontem se iniciou no Pavilhão «Paz e Amizade». No outro jogo da ronda, a selecção da URSS derrotou a sua congénere polaca, por 29 - 22. As representações lusas integraram os seguintes elementos:

SELECÇÃO «A»: Santa Bárbara, Carlos Resende (3 golos), José Luzia (1), António Leite (3), Paulo Carneiro (2), Rui Ferreira (5), Alberto Cabaço (3) e ainda Jorge Rodrigues (2), José Santos (2), Manuel Pastor (3) e Mário Macedo (3).

«ESPERANÇAS»: Carlos Ferreira, Nuno Infante (1), Eduardo Barros (1), Luís Garret (3), Ricardo Plácido (2), Luís Gomes (1), João Duarte (7) e ainda Alberto Oliveira, Luís Graça (1) e Rui Veiga (1).

Juca e Federação em litígio

«Não desconto nem um centavo»

Dois dos membros demitidos do grupo técnico da Federação Portuguesa de Futebol (Juca e Barnabé) insistem em recusar a proposta de indemnização feita por João Rodrigues (presidente da direcção do organismo federativo) não abdicando da verba que julgam ser-lhes devida. Tendo falhado as conversações entre as partes em confronto, Juca já entregou o caso ao advogado Dias Ferreira (antigo vice-presidente do Sporting) para que este accione os mecanismos judiciais para resolução do conflito e Barnabé mantém igual firmeza, admitindo-se que venha a tomar posição idêntica à seguida por Júlio Cernadas Pereira. Quanto a João Costa, terá acedido em solucionar a questão de «comum acordo», formalizando já a rescisão do contrato.

Depois de solucionar o problema levantado por Lourenço Pinto, acedendo a aumentar os árbitros, o executivo federativo tem agora mais um conflito para resolver: e, pensamos que deveria tê-lo conseguido antes de ter nomeado nova equipa técnica.

Hernâni continua na Luz

O «parecer» do técnico Eriksson (secundado por Toni) terá sido decisivo para que se gorassem as negociações entre o Benfica e o Múrcia, com vista à cedência do futebolista Hernâni para aquele clube secundário espanhol. Entretanto, sabe-se que Manuel Barbosa, empresário do jovem futebolista, tem em carteira um convite do Nice que, naturalmente, irá ser estudado pelo atleta e pela direcção benfiquista, mas, a avaliar pela posição agora assumida por Eriksson, Hernâni irá manter-se na Luz, pelo menos até final da presente temporada.

Eskilsson seleccionado

O futebolista Hans Eskilsson, que no final da temporada se transferiu de Alvalade para Braga, foi convocado pelo técnico da selecção sueca (Olle Nordin) para integrar a turma nacional que, em Fevereiro, fará uma digressão pela Arábia Saudita.

Futebol por aí fora

• Jogou-se para a «Taça de Portugal»: e o Paredes qualificou-se para a 4.ª eliminatória (na qual recebe o FC Porto) ao vencer a Quimigal, por 4-0, em encontro de desempate. No primeiro jogo entre as equipas da 3.ª divisão (que teve lugar no campo da Quimigal) registara-se empate sem golos.

Os 16 avos de final da «Taça de Portugal» estão marcados para o dia 4 de Fevereiro.

• Segunda divisão: o Olhanense empatou (em casa) a um golo, com o Torreense, em jogo atrasado da 9.ª jornada da Zona Sul do nacional da 2.ª divisão. Agora, o Olhanense reparte o 7.º lugar da classificação com o Juventude de Évora e o Alverca (15 pontos cada, menos oito que o guia Farense). O Torreense mantém o 10.º posto (com 14 pontos, mais um que o trio formado pelo Seixal, Lusitano de Évora e Silves).

O outro encontro em atraso, marcado inicialmente para ontem (Guarda-Mirense, da Zona Centro) foi adiado para 4 de Fevereiro.

• Terceira divisão: em sua casa, o Oliveira do Hospital venceu o mealhada (4-2) em jogo atrasado da 12.ª ronda da Série «C» do nacional da 3.ª divisão, e o Sabugal impôs-se ao Mortágua (2-1) em duelo-repetição da mesma jornada. Apesar da derrota, o Mealhada mantém o 8.º lugar na série liderada pelo Santacombadense (16 pontos, contra 25 do guia) e o Oliveira do Hospital permanece no 10.º posto (10 pontos). Ao vencer o Mortágua, 14.º na Série «C» (11 pontos), o Sabugal totalizou 10 pontos e entregou a «lanterna vermelha» ao Valecambrense (9 pontos), alcançando o Seia na 16.ª posição.

• Noutro jogo em atraso (da 11.ª ronda da Série «F») os «leões» venceram em Tavira o Sesimbra (2-0) e repartem agora o 12.º lugar com o Palmelense, Desportivo de Beja e Estrela de Vendas Novas. O trio soma 12 pontos, menos 11 que o líder (Amora) mantendo o Sesimbra o penúltimo lugar, com oito pontos, mais três que o último classificado (Trafaria).

Na Série «A», o Mirandela alcançou o Moreirense e o Santa maria no 3.º lugar (com 19 pontos, menos dois que o Esposende ao empatar (0-0) no campo do «lanterna vermelha» (Vila Pouca) em partida de repetição da 12.ª jornada.

• Nacional de juvenis: o Sporting consolidou o comando da Série «C» do nacional de juvenis, ao golear o Estoril, em Alvalade, por 5-0, no jogo em atraso da 12.ª jornada. Os verde-brancos totalizam agora 28 pontos, mais oito que o Benfica (2.º classificado) que tem um encontro em atraso, com o Damaiense, último da tabela classificativa. O Estoril conserva o 8.º posto, com 11 pontos.

No estrangeiro

• Taça de Espanha: no seu campo, o Real Madrid venceu o Valladolid por 3-0, em jogo da 1.ª «mão» dos quartos-de-final. O Gijón recebeu o Cadiz num encontro saldado por empate sem golos. O Saragoça triunfou (2-1) no seu recinto, frente ao Valença. O último jogo desta eliminatória (Real Sociedad-Barçelona) realiza-se na próxima 4.ª feira.

DESPORTO

Philips/Cidade de Lisboa na final: Sporting, 2 – Ajax, 0

Fujam que o leão está solto!

Palavrinha: durante muito tempo, a figura central do duelo em Alvalade foi Jorge Gonçalves, o carismático «homem dos bigodes» que a agência Lusa anunciara estar em Luanda refazendo a vida e, afinal, calmamente sentado num camarote, preparava-se para observar o Sporting-Ajax.

— Nunca fugi e cá estou à espera do julgamento dos sportinguistas. Acontece apenas que fui a Angola passar uns dias, ver como estava a hipótese de ir novamente radicar-me por lá, encetar outra vida comercial. Afinal, uma das alternantes que tem sido a minha carreira: por isso estou muito admirado com essa notícia que me dava, com armas e bagagens, já implantado na capital angolana. Só digo mais isto: desde a véspera do fim de ano que estou em Lisboa, com um ataque de paludismo.

Levantei-me ontem (3.ª feira) e hoje aqui estou: para ver o meu Sporting, como qualquer outro associado no pleno direito que isso me autoriza!

Bem: pelos vistos e até ver, Jorge Gonçalves não esquece que a assembleia geral espera que, dentro do prazo de 90 dias (que se extingue em princípios de Fevereiro) as contas dos tais 220 mil contos de que não aparecem documentos sejam apresentadas publicamente.

— Isso não é comigo: tinha vice-presidentes que tratavam da área do dinheiro...

Jorge Gonçalves defende-se: contra-atacando. Tal e qual como o «team» do Sporting, perante um deslavado Ajax que, com jogadores de classe, em certa medida bem capazes de desequilibrarem uma balança, não patenteiam a ligação ou o espírito de ambição que seria lógico admitir-lhes se tivesse já sido inoculado por Leo Beenhakker, um treinador reputado que (todavia) parece não estar viajando nas ondas mais acariciadoras.

Os triunfantes

Raul Águas dispôs as suas unidades com quatro defesas (João Luís, Miguel, Venâncio e Leal) protegidos por Ali Hassan, que faria uma boa actuação em função de «trinco» solto. Depois, a linha intermediária (Marinho em subida vertiginosa, Silas excelente na recuperação de alta fama e Carlos Xavier apenas e só o melhor artista no palco) dominou completamente a situação, fazendo Cadete tornar-se o primeiro goleador (soberano endosse de Carlos Xavier e o lourinho a isolar-se, simular e logo atirar para o viveiro), ainda os holandeses estavam reparando na bela noite de Ivkovic, o *mãos de aço.*

Na vanguarda, ao lado de Cadete, colocou-se Fernando Gomes: porém, o *bibota* de ouro precisa (mesmo) de ir à bruxa. Tanto aos 70 minutos (falhando o remate) como aos 83 (disparando sem alça afinada) perdeu dois tentos que não desperdiçaria em recente passado. Mas os «leões» refastelaram-se no 2-0, mercê de uma grande jogada de Silas que, batendo em corrida e em técnica o opositor directo (Larsson) esperou pelo adiantamento de Menzo e aplicou-lhe uma *chapelada* digna de vénia para salão nobre.

Diria mais tarde Raul Águas:

— Vejam bem: gostava que o Sporting jogasse como o Ajax: rápido e com futebol moderno.

O seu técnico está a fazer belo trabalho: e a equipa já atinge um grau muito bom, o que mais valoriza o triunfo do Sporting, onde procedi a algumas modificações, até para ir conhecendo perfeitamente o rendimento que posso extrair dos meus jogadores.

Modestamente, Raul Águas adiantou:

Na 1.ª parte, creio que o Ajax esteve melhor que nós.

Mas no segundo período, a nossa concentração foi maior e justificou a vitória, sempre apetecida porque foi obtida perante um adversário de prestígio mundial. Contudo, se querem saber, preferia que a final tivesse como oponentes os dois clubes portugueses...

Beenhakker (engripadíssimo) foi poupado nas palavras:

— O sucesso do Sporting foi merecido, ainda que por número excessivo: o 2-1 estaria mais certo. É uma equipa muito perigosa no contra-ataque: e torna-se difícil actuar como nós o fizemos, de forma aberta e atacando sempre. Quero salientar Ivkovic, que é um dos melhores guarda-redes do mundo. Também gostei de Cadete. Quanto ao estágio que viemos fazer em Portugal, não foi tão proveitoso como desejávamos, pois choveu muito, apanhámos um frio tremendo e ficou muita gente com gripe.

Ainda que a TV transmitisse directamente o embate, o Sporting conseguiu a melhor bilheteira do torneio. Em cena, foram distribuídos prémios ao melhor guarda-redes (Ivkovic), melhor jogador (Carlos Xavier) e melhor goleador (Paulinho Cascavel).

Ontem, os aplausos maiores foram para o guarda-meta jugoslavo, para Xavier, Ali Hassan, Marinho, Silas e Cadete, muita gente interrogando-se das razões que levaram Raul Águas a manter no banco Paulinho Cascavel e a prolongar o repouso caseiro de Carlos Manuel. Na turma do Ajax, não aconteceram destaques para algum relevo, em espectáculo onde o juiz Pinto Correia foi várias vezes vaiado mas sem ter qualquer interferência no desfecho de um «show» que prolongou a vitoriosa carreira do novo comandante de Alvalade.

Com arbitragem de Pinto Correia (Lisboa) que esteve acompanhado por Moisés Ferreira e Hélio Santos, alinharam:

SPORTING: Ivkovic; João Luís, Miguel, Venâncio e Leal; Ali Hassan; Silas (Lima, 90m), Xavier e Marinho; Cadete e Gomes (Filipe, 84m).

AJAX: Menzo; Blind, Larsson, Vink e Jonk (Bergkamp, 65m); Ronald de Boer (Willems, 77m), Winter e Van't Scip; Roy, Pettersson e Witschge.

Golos: Cadete (26m) e Silas (90m).

Cartão amarelo para Blind e Van't Schip.

«DL» distinguido pelo Carcavelos

Em assembleia geral extraordinária do Grupo Sportivo de Carcavelos foi aprovado (por aclamação) um *voto de louvor* ao «Diário de Lisboa», pela «*grande colaboração prestada quando das comemorações dos '100 anos do futebol em Portugal'*«. Simultaneamente, também o nosso redactor Neves de Sousa foi igualmente distinguido com outro «*voto de louvor por aclamação, pelo grande empenho e apoio à iniciativa das festividades do centenário do futebol no nosso país, apoio esse que nos deu o ânimo necessário para empreendermos tais comemorações. Neves de Sousa muito contribuiu para mais uma página do historial do Grupo Sportivo de Carcavelos*«, escreve-se nos ofícios emanados da colectividade carcavelense, rubricados pelo seu presidente José A. Ruas.

Nada têm que nos agradecer. Desde sempre que o nosso jornal está aberto à divulgação de todas as causas justas.

assim vai o totobola

Penalti: X11 111 1X1 1X11; Jornal da Beira: 111 11X X2X 1221; Correio de Coimbra: 111 11X XX1 1221; Correio do Vouga: 111 1X1 1X1 1221; A Defesa: 111 11X XXX 122X; Defesa de Espinho: 111 111 X11 1X2X; O Diário: 111 112 X11 122X; Diário de Lisboa: 111 11X 1X1 X221 ; Diário de Viseu: 111 11X XXX 1222; Ecos de Cacia: 111 1X1 11X 122X; Eu Sei Tudo: 22X 112 X12 1X2X; O Jornal de Felgueiras: X11 1XX 1XX 12XX; Jornal do Fundão: 111 11X XX1 XX2X; Gazeta das Caldas: 111 11X X11 XX2X; Rádio Guarda: XX2 2X2 X22 X221; Rádio Totobola: 111 11X XXX 1X2X; Linhas de Elvas: 111 111 111 1X21; Litoral: 111 1X2 1X2 122X; O Jornal da Lixa: 111 11X 11X 1221; Maria da Fonte: 111 11X 11X 122X; No Estúdio e no Estádio: 111 111 XX1 1X21; Notícias de Felgueiras: X11 1XX 1XX 12XX; Notícias de Gouveia: X11 1XX 111 1221; Notícias de Viseu: X11 1XX 121 1X2X; Notícias de Viana: 11X 11X XXX 122X; Informação Desportiva/Rádio Altitude: 111 111 111 12XX; Bom Dia: 111 1X1 XXX 1221; A Voz do Domingo: 111 11X 1XX 1221; Voz de Lamego: 111 112 1X2 12X2; Desporto/Rádio Guarda: 221 X21 222 XX21; Contacto/Rádio Guarda: 111 21X 122 21X1; Meia Tarde: 111 X12 XX1 1211; Encontro Com a Manhã: X1X 111 1XX X1XX; Convidámos Para Lanchar: 111 1X1 X21 2X22; Sons da Madrugada: 111 11X XXX X222; Tarde Desportiva: 111 11X 21X 1221; Livre e Directo: 111 1X2 121 1X21; Um Caso Por Semana: X11 XX1 XX2 1221; Foi Notícia: 11X X22 X21 X211; Desporto e Música/Rádio Covilhã: 111 11X 221 XX1X; Cultura e Recreio: 11X 211 121 1X21; De Tudo Um Pouco/Rádio Covilhã: 111 1XX XX1 122X; O Jornal de Amarante: 111 11X XXX 1221; O Comércio de Leixões: 11X 121 11X 1X21; De Tudo Um Pouco: 111 1XX XX1 1221; Jornal de Gaia: X1X 11X X11 1XXX; Jornal da Graça: X11 11X XX2 12XX; Jornal de Notícias: 111 11X X2X 1X2X; Notícias de Chaves: X11 11X XX1 12XX; Quadrante Norte: 111 111 X1X 122X; Semanário da Região Bairradina: X11 111 12X 1X21; Tempo e Resultados: 111 11X 1X1 122X; Secção Desportiva/Rádio Comercial: X11 112 11X 1222; Tempo de Desporto: 111 11X 12X 122X; Resenha Desportiva: 111 11X 1X1 XX21; Panorama: 111 1XX 11X X12X; Placard Desportivo: 111 11X 111 X111; Alvo Desportivo: 111 111 111 1XXX; Rádio Alvo: 111 11X XX1 1221; Alvo: 111 1XX 1X1 121X; Alvo Suplemento: 111 112 X21 1221; A Voz dos Ridículos.

PROGNÓSTICOS DOS ÓRGÃOS DE INFORMAÇÃO PARA O CONCURSO N.º 2/90 DE 14 DE JANEIRO DE 1990

	RESUMO 1	X	2	BOLAS (a) 1	X	2
1. Porto - Guimarães	47	13	2	9	2	1
2. Benfica - E. Amadora	59	1	2	10	1	1
3. Sporting - Belenenses	54	7	1	10	1	1
4. Chaves - Nacional	55	4	3	10	1	1
5. Penafiel - Beira Mar	43	16	3	8	3	1
6. Portimon. - Setúbal	17	35	10	4	6	2
7. Marítimo - U. Madeira	30	29	3	6	5	1
8. Braga - Boavista	19	29	14	4	5	3
9. Feirense - Tirsense	31	23	8	6	4	2
10. Varzim - Freamunde	48	12	2	9	2	1
11. Oliveir. - Académica	4	20	38	1	4	7
12. Malgualde - Espinho	6	10	46	1	2	9
13. Barreirense - Louletano	29	28	5	6	5	1

(a) Nos termos do Art.º 14º do Regulamento Geral dos Concursos, se houver necessidade de sortear o resultado dos jogos não realizados na data do concurso, as bolas entrarão na esfera do sorteio nas quantidades do presente mapa.

A «CHAVE» LÓGICA SERÁ:
111 11X 1X1 1221

Jogos Olímpicos: entre Olímpia e Barcelona (2)

Spiridon, Thorpe e Johnny Weissmuller: primeiras figuras do «livro de ouro»

A 6 de Abril de 1896, o rei Jorge I (da Grécia) declarou inaugurados os Jogos Internacionais de Atenas. Eram os 1.ºs Jogos Olímpicos da Era Moderna. Apesar de muitas pessoas considerarem que a restauração dos Jogos era uma loucura, Atenas desmentia o conceito pessimista propondo-se (mesmo) acolher todas as futuras edições do extraordinário acontecimento desportivo. Os grandes vencedores foram os americanos (uma nação jovem) e a verdade é que todo o Mundo se interessou por esta impressionante manifestação olímpica.

O príncipe Constantino (da Grécia) correu os últimos metros da maratona ao lado do vencedor (o pastor grego Spiridon Louis) a quem ofereceu um carro e um cavalo como reconhecimento pela vitória.

Participaram, nesta primeira edição dos JO, 295 atletas em representação de 13 países, realizando-se 43 provas distribuídas por 10 disciplinas.

Paris: 1900

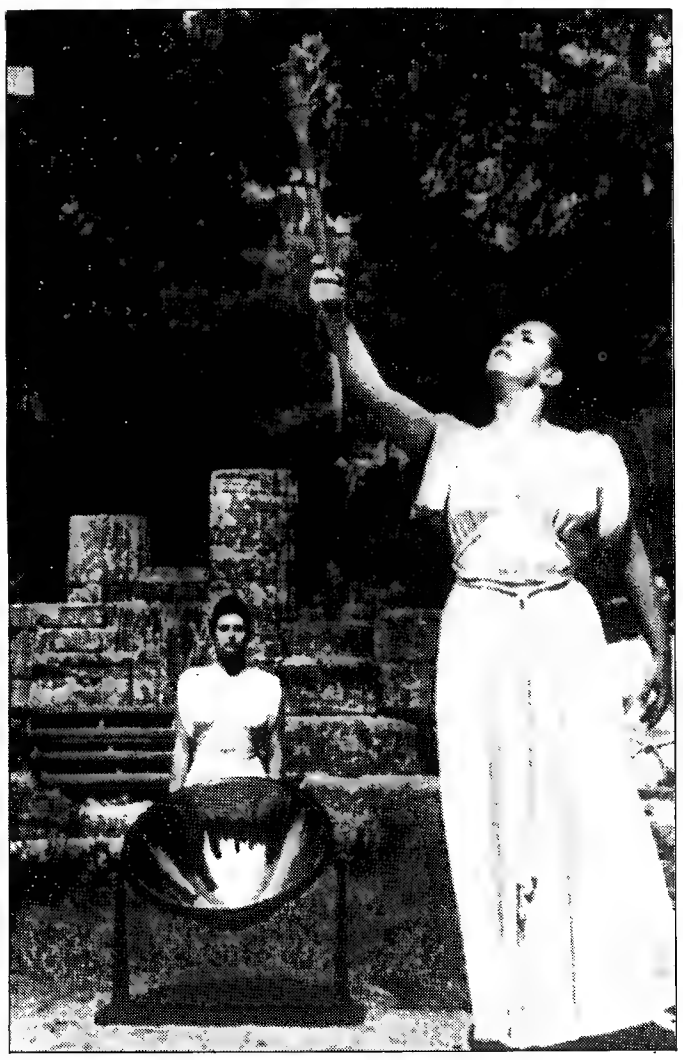
Pierre de Coubertin continuava com a ideia de fomentar a prática do desporto e, para isso, propôs-se realizar os 2.ºs Jogos Olímpicos no seu país: foram um fracasso e chegaram (mesmo) a chamá-los de «concurso de exercícios físicos e de desportos». Os americanos, tal como havia acontecido em Atenas, colocaram-se como grandes triunfadores, principalmente no atletismo. A organização foi extremamente deficiente, ao ponto das primeiras provas se terem realizado no dia 14 de Maio e as últimas efectuadas em 28 de Outubro e, quanto às medalhas, só foram entregues nos finais do ano de 1902. Participaram 1077 atletas de 21 países, tendo-se disputado 98 provas e desfilado 22 disciplinas.

Saint Louis (EUA): 1904

No dia 20 de Maio de 1901, o Comité Olímpico Internacional acordou em confiar a organização dos Jogos aos Estados Unidos, cujos atletas haviam vencido (claramente) em Atenas e Paris. Tal como em 1900, esta 3.ª edição dos Jogos foi (também) um desastre internacional. Os norte-americanos conseguiram 78 medalhas, seguidos de Cuba e da Alemanha, com cinco medalhas cada. Estiveram presentes 554 atletas, em representação de 21 países, sendo disputadas 102 provas de somente 14 modalidades.

1908: Londres

Os Jogos Olímpicos de Londres foram (de certo modo) a confirmação do olimpismo moderno. Participaram 2034 atletas (dos quais 36 mulheres) representando 22 países. Os Jogos foram inaugurados pelo monarca Eduardo VII, para gáudio de milhares de espectadores que assistiam entusiasmados a novas modalidades desportivas: lançamento do dardo, estafetas de 4X400 metros, natação e saltos de trampolim. A grande vencedora na classificação por nações foi a Inglaterra, ao arrecadar 56 medalhas.



Ritual que se repete de quatro em quatro anos: atear da pira em Olímpia

Johnny Weissemuller: pelo meio, ficaram cinco décadas

1912: Estocolmo

A V edição dos Jogos teve o condão de, pela 1.ª vez, mostrar ao Mundo as primeiras «estrelas» olímpicas. Os Jogos de Estocolmo foram considerados os mais fiéis ao espírito de Coubertin, sendo acompanhados, desde o atear ao apagar da pira, por muito público entusiástico e correcto. James Thorpe foi o grande triunfador individual, devido às vitórias no pentatlo e no decatlo, tornando-se o «grande herói de Estocolmo» e o seu nome, só não surge no livro de ouro das Olimpíadas porque, entretanto, enveredou pelo profissionalismo. Em representação de 28 países estiveram em Estocolmo 2504 atletas, sendo 15 as modalidades em parada.

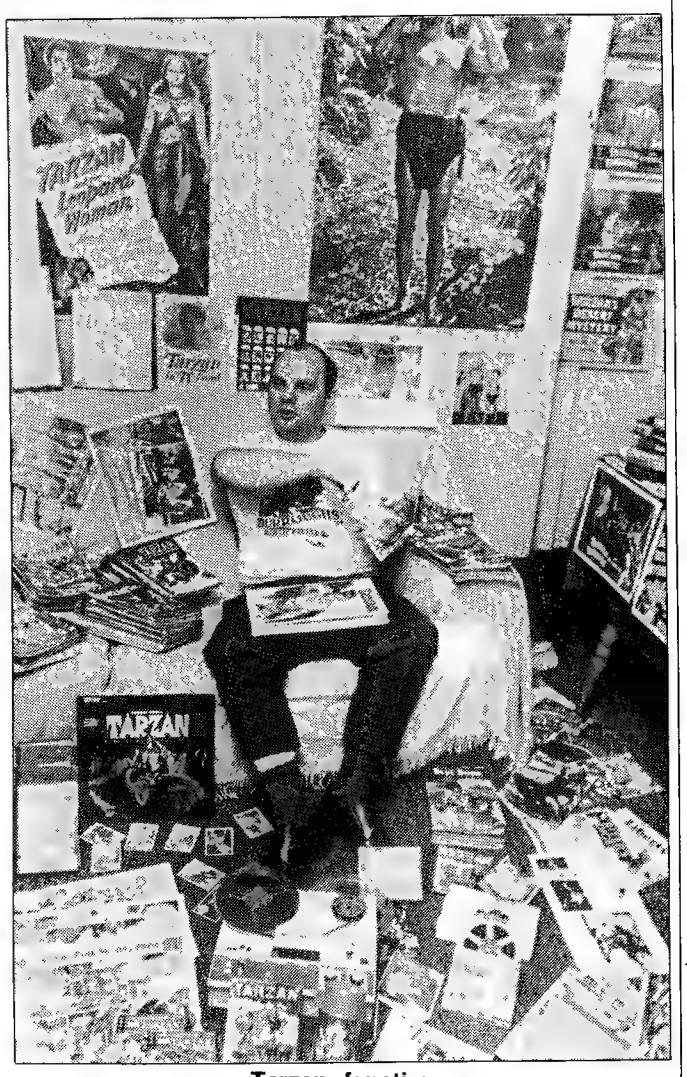
Paris: 1924

Devido ao eclodir da 1.ª Grande Guerra Mundial não se realizaram os Jogos de 1916 e de 1920. Paris foi a cidade escolhida para nova edição, talvez porque Pierre de Coubertin tenha pretendido dissipar a péssima imagem deixada pela organização de 1900. Dois atletas se distinguiram de forma especial: o finlandês Paavo Nurmi (triunfador em quatro especialidades e, muito justamente, chamado «o atleta-cronómetro») e o conhecido Johnny Weissmuller, que pulverizou todas as provas de natação, conquistando três medalhas de ouro e baixou a barreira dos 60 segundos, nos 100 metros. Estiveram presentes 2591 atletas de 29 países, realizando-se 160 provas, distribuídas por 20 disciplinas.

Amesterdão: 1928

O saldo final dos Jogos de 1928 foi extremamente positivo. A organização dos holandeses foi espectacular, apesar da falta de pistas. No atletismo, os americanos deixaram de ser os crónicos vencedores, tendo que suportar a competição de canadianos, ingleses e alemães. Amesterdão também foi importante porque, pela primeira vez, se decidiu pela participação feminina de pleno direito. O número de países subiu a 44, que se fizeram representar por 3075 atletas (136 mulheres).

José Delgado/EFE
Adaptação: Alves Henriques/«DL»



Tarzan: fanatismo

Francisco Lázaro: morte e medalhas

• Estreia dramática de Portugal nos «JO», com a morte do maratonista Francisco Lázaro. O drama ocorreu no dia 4 de Julho de 1912, quando Lázaro tombou não resistindo à insolação que o vitimara por, na véspera, ter corrido a maratona sem qualquer protecção na cabeça em dia extremamente quente. Para além de Francisco Lázaro, integraram a representação portuguesa, os velocistas Armando Cortesão e António Stromp, os lutadores Joaquim Vital e António Pereira e o esgrimista Fernando Correia. Quanto aos resultados obtidos foram modestos.

• Cinco esgrimistas e outros tantos atiradores formaram a nossa embaixada aos JO de Antuérpia (1920). Na prova de espada, Portugal conseguiu a honrosa 4.ª posição entre 11 países concorrentes, tendo Mascarenhas Meneses averbado o 6.º lugar individual. Em tiro de revólver, Portugal obteve o 30.º posto.

• Finalmente, uma medalha para Portugal. Aconteceu em 1924 (Paris) quando a nossa equipa de hipismo formada por Borges de Almeida, Hélder Martins, Mouzinho da Silveira e Luís Meneses, obteve o 3.º lugar colectivo. Em esgrima, conseguimos a 4.ª posição.

Portugal esteve representado por 25 atletas participando em oito modalidades (esgrima, tiro, hipismo, atletismo, halterofilismo, natação, ténis e vela).

• A esgrima proporcionou mais bronze para Portugal, através do 3.º lugar, averbado pela equipa formada por Frederico Paredes, Henrique Silveira, João Sasseti, Jorge Paiva, Mário Noronha e Paulo Eça Leal.

Refira-se que foi o ano de estreia do futebol nos Jogos Olímpicos e a seleção lusa conquistou o 4.º posto, tendo sido escolhidos os seguintes futebolistas: Roquete, Jorge Vieira, Armando Martins, José Manuel Soares «Pepe», Vítor Silva, Valdemar Mota e Augusto Silva.

Nestes JO (e, para além dos onze futebolistas e dos seis esgrimistas) tivemos a participação de mais 12 elementos, sendo três no atletismo, vela e hipismo e um no pentatlo, luta e halterofilia.

AGENDA

HOJE

CONTINENTE

Regiões do Norte: - céu limpo ou pouco nublado aumentando de nebulosidade para o fim do dia. Vento geralmenta fraco de Leste rodando para Sul. Ocorrência de geadas em especial em Trás-os-Montes e Alto Douro. Mar encrespado com ondulação Noroeste de 1 a 2 metros.

Regiões do Centro e Sul: - céu geralmente limpo. Vento fraco predominando do quadrante Leste. Ocorrência de trovoadas em especial nas regiões do interior. Mar encrespado com ondulação Noroeste de 1 a 2 metros na Costa Ocidental e encrespado com ondulação Sueste de um metro.

MADEIRA

Períodos de céu muito nublado. Vento Nordeste moderado. Mar de pequena vaga com ondulação Noroeste de 2 metros na Costa Norte e mar encrespado com ondulação inferior a 1 metro na Costa Sul.

Amanhã: - períodos de céu muito nublado. Vento Nordeste moderado, sendo fraco na região do Funchal.

Depois de amanhã: - períodos de céu muito nublado. Vento Nordeste moderado, sendo fraco na região do Funchal.

AÇORES

Grupo Ocidental: - períodos de céu muito nublado. Vento Noroeste moderado, rodando para Nordeste. Aguaceiros. Mar de pequena vaga com ondulação Noroeste de 4 a 5 metros.

Grupos Central e Oriental: - céu muito nublado, alternando com abertas a partir da tarde. Vento Sudoeste moderado rodando para Noroeste. Períodos de chuva passando a aguaceiros. Mar de pequena vaga a cavado com ondulação Noroeste de 3 a 4 metros

Amanhã: - céu muito nublado. Vento Sudoeste moderado, por vezes forte no Grupo Ocidental. Períodos de chuva em especial neste grupo.

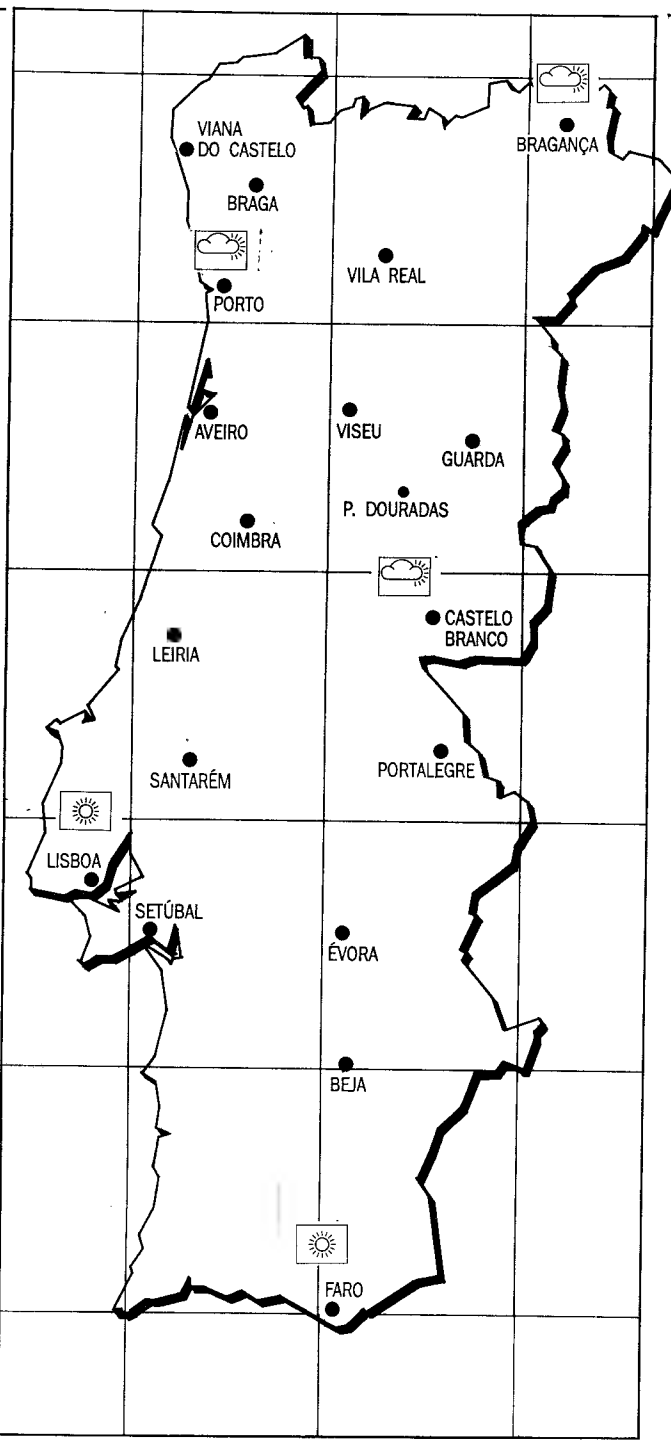
Depois de amanhã: - céu pouco nublado, temporariamente muito nublado no Grupo Ocidental. Vento fraco a moderado de Sudoeste.

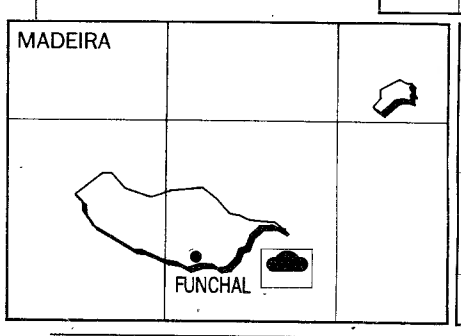
AMANHÃ

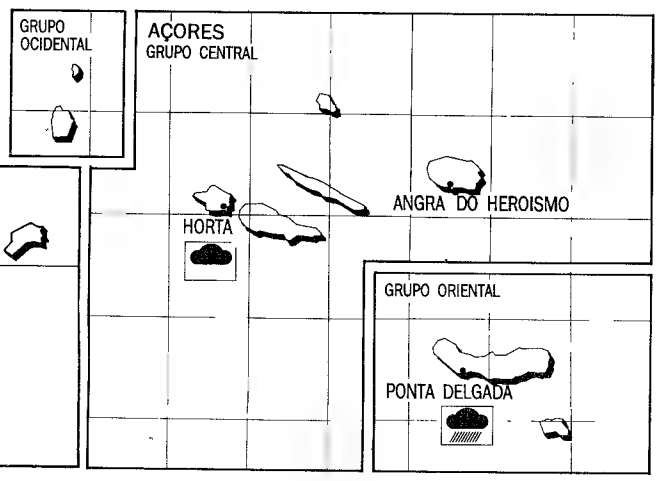
No continente: - céu pouco nublado, temporariamente muito nublado nas regiões do Norte onde há possibilidade de aguaceiros fracos. Vento fraco. Neblinas ou nevoeiros matinais em especial no litoral Norte. Ocorrência de geadas nas regiões do interior.

Depois

No continente: - céu limpo ou pouco nublado. Vento fraco. Neblinas ou nevoeiros matinais no litoral e geadas no interior do território.







- Céu limpo
- Céu pouco nublado
- Céu muito nublado
- Chuva
- Trovoada
- Neve
- Vento
- Mar calmo
- Mar encrespado

MARÉS

PREIA-MAR		BAIXA-MAR	
02.58	3,9m	08.49	0,7m
15.26	3,7m	20.56	0.8m
Amanhã			
03.43	4,0m	09.31	0,6m
16.09	3,7m	21.36	0,7m

* Informação do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica

PORTUGAL

	Min.	T. 6 h	Às 18 h.
Bragança	-2	-1	Limpo
V. Castelo	2	2	Limpo
Vila Real	-1	-1	Neblina
Porto	4	5	Limpo
P. Douradas	-	-	-
Coimbra	4	4	Limpo
C. Carvoeiro	7	7	Limpo
C. Branco	2	3	Limpo
Portalegre	4	5	Limpo
Lisboa	6	6	Limpo
Évora	4	5	Limpo
Beja	3	3	Limpo
Faro	7	7	Limpo
Sagres	7	7	P. nub.
P. Delgada	15	15	Chuva
Horta	14	14	M. nub.
Funchal	14	15	M. nub.
Sines	-	-	-

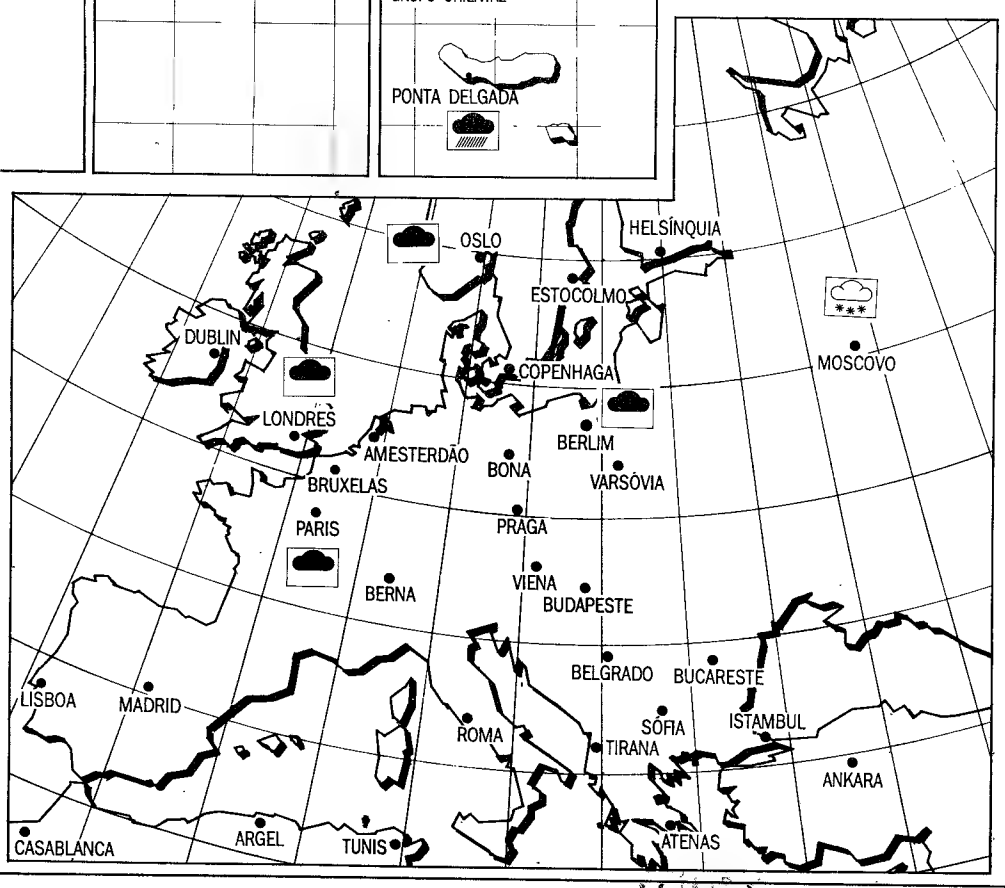
Tem. máx. prevista para hoje: Lisboa, 13; Porto, 13; Faro, 14; P. Delgada, 17; Funchal, 19.

EUROPA

	Min.	T. 6 h	Às 18 h
Madrid	-1	-1	P. nub.
Londres	10	11	M. nub.
Paris	2	2	Neblina
Bruxelas	4	5	Encoberto
Amesterdão	6	7	Neblina
Genebra	-2	-1	Neblina
Roma	2	2	Neblina
Oslo	0	0	M. nub.
Copenhaga	6	6	Neblina
Estocolmo	1	4	Chuva
Berlim	2	2	Chuvisco
Viena	-10	-7	Nev. e gelo
Varsóvia	2	4	Encoberto
Atenas	-	-	-
Moscovo	-1	-1	Neve

MUNDO

	Min.	Máx.	Às 13 h
Chicago	-3	4	Limpo
Houston	10	23	Limpo
Los Angeles	12	21	Nevoeiro
Montreal	-12	-7	Neve
Nova Iorque	1	6	Aguaceiros
S. Francisco	12	17	M. nub.
Toronto	-3	0	Neve
Vancover	1	7	Limpo
Washington	2	9	Aguaceiros
Hong Kong	14	22	Chuva
Melbourne	17	26	Chuva
Pequim	-8	1	Neblina
Perth	12	24	Limpo
Singapura	24	30	Chuva
Sydney	18	22	Limpo
Tóquio	8	14	Chuva
Wellington	10	21	Limpo



HÁ 20 ANOS

A GUERRA DOS SEIS DIAS NA AMÉRICA VISTA POR CHANG TE-CHANG (PAG. 3)

Diário de Lisboa

Biafra: cessou a resistência

passa-se em Libreville

MANTÉM-SE A SITUAÇÃO DO PAQUETE «IMPÉRIO»

AS ÁGUAS GALGARAM O DIQUE DOS VINTE NA ESTRADA CHAMUSCA-GALEGA

INICIAMOS HOJE A REPETIÇÃO DAS GRAVURAS

A INICIATIVA CONTA MILHARES DE CONCORRENTES

EMIGRANTES:

Biafra: cessou a resistência

Parece ter cessado toda a resistência organizada no Biafra. No sector sul, as unidades dispersam-se perante a investida nigeriana e tornou-se impossível reagrupá-las. Nos sectores do Norte, os combates prosseguem. Biafra está agora completamente cortado em duas partes. Às primeiras horas da manhã, o aeroporto de Uli continuava nas mãos dos biafrenses, mas as forças estavam a cerca de 25 quilómetros.

Spiro Agnew a caminho de Bali

O vice-presidente dos Estados Unidos, Spiro Agnew, partiu hoje por via aérea, de Singapura, a caminho da ilha indonésia de Bali, onde vai contactar com Adam Bali, ministro dos Negócios Estrangeiros da Indonésia. Trata-se de uma viagem a onze países asiáticos e do Pacífico.

Pintura contra a cárie

Há esperanças de que uma camada de pintura, com um material plástico, possa reduzir a cárie dentária. Aplica-se como o verniz para as unhas e seca-se com raios ultra-violetas, deixando nos dentes uma camada resistente, suave - e quase invisível.

EFEMÉRIDES

1580

Início das Cortes de Almeirim, que, em vida do cardeal D. Henrique, reconheceram o direito de Filipe II de Espanha ao trono português (Filipe I).

1890

A Inglaterra dirige o «Ultimatum» a Portugal.

1919

Rosa de Luxemburgo e Karl Lisbknecht, fundadores do Partido Comunista Alemão, são executados.

1935

Realiza-se a sessão de abertura da primeira assembleia nacional do regime salazarista.

1946

A assembleia constituinte albanesa proclama a República Popular da Albânia.

1984

Ao cabo de uma semana, termina, em Albufeira, o julgamento do palestiniano Al Awad, com a aplicação de uma pena de três anos de prisão por uso de passaporte falso, tendo o júri dado como não provada a acusação de homicídio consumado do dirigente da OLP Issam Sartawi.

1986

Inicia-se a campanha eleitoral para as eleições presidenciais portuguesas, a que concorrem Mário Soares, Freitas do Amaral, Salgado Zenha, Maria de Lourdes Pintasilgo e Ângelo Veloso (candidato do PCP que apelaria ao voto em Zenha).

1989

O governo açoriano anuncia a privatização da transportadora aérea regional, Sata/Air Açores.

AGENDA

FARMÁCIAS

LISBOA

PERMANENTE

Ajuda: Mendes Gomes, Calçada da Ajuda, 222, Tel. 3638256; **Alto São João:** Zional, Rua Morais Soares, 56-C; Baixa: Cortez, Rua São Nicolau, 93, Tel. 325378; **Campo Grande - Av. Brasil:** Rainha Santa, Rua Afonso Lopes Vieira, 57-B, Tel. 7652621; **Campolide - Águas Livres:** Rualto, Lda., Rua Alto Carvalhão, 5, Tel. 651721; **À Av. Estados Unidos n.º 39:** Celta, Rua Moura Girão, 3-B, Tel. 890621; **Lumiar:** São Tomé, Estrada do Desvio, Lote 12-C, Tel. 7590704; **Madre de Deus:** Romana, Rua Actor Augusto Melo, 7-A, Tel. 383800; **Rato:** Albano, Rua Escola Politécnica, 59, Tel. 326750; **Rego:** Prates & Mota, Rua Beneficência, 91-93, Tel. 773728; **Saldanha:** Avenidas, Av. da República, 27-A, Tel. 533688; **Vale Santo António:** Santo António, Rua Leite Vasconcelos, 72-C, Tel. 862333; **Brandoa - Amadora:** Tavares Matos, Rua Irene Lisboa, Lote 108, Tel. 993220; **Carnaxide:** H. Amaral, Praceta António Boto, 11-A, Tel. 4104556; Odivelas: Leitão, Rua Guilherme Gomes Fernandes, 62, Tel. 9320051; **Pontinha:** Flora, Azinhaga dos Besouros, Lote R8.

REFORÇO

Alfama - São Tomé: Ziler, Rua São Tomé, 54-56, Tel. 862835; **Av. D. Rodrigo da Cunha:** Aeroporto, Av. Almirante Gago Coutinho, 101-D, Tel. 882384; **Benfica - 2.ª Circular:** Benfiluz, Estrada Benfica, 444-A, Tel. 7141206; **Cais do Sodré:** Central, Rua São Paulo, 108, Tel. 320389; **Calvário:** Monge, Rua Lusíadas, 30-32, Tel. 3636704; **Estrela:** Marques Freire, Rua Santo António à Estrela, 96, Tel. 665196; **Intendente:** Intendente, Largo Intendente Pina Manique, 50-51, Tel. 547838; **Jardim Constantino:** Portugal, Rua Rebelo da Silva, 11-13, Tel. 543340; **Olivais Sul:** Lemos, Rua Cidade da Beira, 46-C, Tel. 331692; **Praça de Londres:** Algarve, Av. Roma, 7-B, Tel. 801478; **Picheleira:** Marluz, Calçada da Picheleira, 140 B-C, Rua Prof. Mira Fernandes, MAF, Tel. 880703; **Saldanha - Hotel Sheraton:** Oliveira Viegas, Rua Viriato, 29-29-A, Tel. 548966; **Buraca - Amadora:** Vaz Martins, Praceta Fernando Pessoa, Loja E - 36 B, Tel. 970660; **Olival Basto:** Nova, Rua Açores, 11-A, Tel. 9810305.

LINHA DE CASCAIS

Algés: Combatentes, Av. Combatentes G. Guerra, 166, Tel. 4104953. Permanente; **Linda-a-Velha:** Melo Almeida, R. D. Diogo Couto, Lote 182, Tel. 4191697. Permanente; **Tires:** Guimarães, L. Duartes, Lote A - r/c, Tel. 2441616. Até às 22 h; **Alcabideche:** Carvalho, B.º Padre P. Correia, 4, Tel. 2690363. Até às 22 h; **Porto Salvo:** Ferreira Bastos, R. D. Firmino Rebelo, Tel. 2421015. Até às 22 h; **Carcavelos:** Central, R. 5 de Outubro, 25, Tel. 2470037; **S. Dom. Rana:** Godinho Silveira, R. A. Albuquerque, Lote B - Lj. 2, Tel. 2470361. Até às 22 h; **Malveira da Serra:** Luz, Estrada Nacional, Tel. 2850635. Até às 22 h; **Oeiras:** Godinho, R. Cândido Reis, 98, Tel. 4430090. Até às 22 h; **Parede:** Guincho, Av. da República, 87-A, Tel. 2471204. Até às 22 h; **S. João do Estoril:** S. João, Quinta da Carreira, 29-A, Tel. 2681186; **Sassoeiros:** Amaral, Quinta da Encosta, Tel. 2461312. Até às 22 h; **Birre:** Imani, Lote 7-B - Hera, Tel. 2852121; **Madorma:** Madeira, Rua A, Tel. 2476362. Até às 22 h; **Amoreira:** Abrantes, Viv.ª Maria Carlos Anjos, Tel. 2682313. Até às 22 h; **Cascais:** Nova Farmácia, Estrada de Alvide, Fontainhas, Tel. 281044. Até às 22 h.

LINHA DE SINTRA

Amadora: Confiança, Av. D. Nuno Álvares Pereira, 15-A, Tel. 4938149. Permanente; Tavares de Matas, Rua 8, Lote 308, Brandoa, Tel. 4743220. Permanente; Jardim, Av. Cidade Oeiras, 12-D, Reboleira, Tel. 4938424. Até às 22 h; **Damaia:** Damaia, L. Alex. Gusmão, 9-A, Tel. 970523. Até às 22 h; **Queluz:** Correia, L. do Mercado, 3, Tel. 4350905. Permanente; Albergaria, L. Prof. Dr. Jorge Mineiro, 42, Queluz de Baixo, Tel. 4356487. Até às 22 h; **Cacém:** Rico, Av. dos Bombeiros Voluntários, Tel. 9244002. Permanente; **Algueirão:** Vítor Manuel - Est. Algueirão, 123, Tel. 9217814. Até às 22 h; **Mercês:** Claro Russo, R. Abade Faria, 2-A, Tel. 9215275. Até às 22 h; **Rio de Mouro:** Riomouro, Av. Óscar Monteiro Torres, 6, Tel. 9260194. Até às 22 h; **Sintra:** Teresa Garcia, L. D. Afonso, 3-A, Pendoa, Tel. 9232747. Permanente; **Colares:** Abreja, Tel. 9290088.

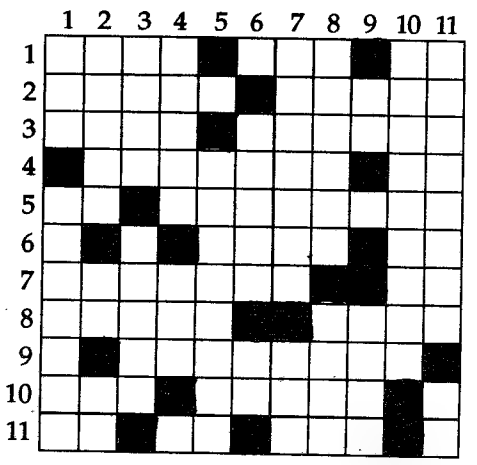
OUTRA BANDA

Almada: Nuno Álvares, Av. D. Nuno Álvares Pereira, 39, Tel. 2750504. Permanente; **Cova da Piedade:** Rainha Santa, R. Soc. FUA Piedense, 50-A, Tel. 2294182. Permanente; **Monte de Caparica:** Nova, R. Trab. Rurais, 82, Tel. 2954436. Até às 22 h; **Costa de Caparica:** Carlos, Av. do Mar, 34, Tel. 2901060. Até às 19 h; **Laranjeiro:** Almeida Araújo, R. D. Duarte, 7-B, Tel. 2532324. Até às 19 h; **Sesimbra:** Leão, Av. da Liberdade, 13, Tel. 2233471. Até às 19 h; **Lavradio:** J. Consolado, Av. Joaquim J. Fernandes, 17-C, Tel. 2043126; **Barreiro:** Central, Av. Alfredo da Silva, 48, Tel. 2073207. Permanente; **Baixa da Banheira:** Cardoso, Rua da Liberdade, 59, Tel. 2041044. Até às 19 h; **Corroios:** Bento Lino, Estrada de Vale Milhaços, Tel. 2532601. Até às 19 h; **Amora:** Moura Carneiro, P. General Humberto Delgado, 16-A, Tel. 2243729. Permamente; **Seixal:** Soromenho, P. Paiva Coelho, 38, Tel. 2213560. Até às 22 h; **Montijo:** Borges da Cruz. Até às 22 h; **Moita:** Assoc. Soc. Mútuas «União Moitense», Av. Dr. Teófilo Braga, Tel. 2390025. Até às 19 h; **Alhos Vedros:** Gusmão, R. Cândido Reis, 30, Tel. 2040020. Até às 19 h; **Alcochete:** Gameiro, L. Ant.º Santos Jorge, 15, Tel. 2340100. Até às 19 h; **Setúbal:** Alice, P. do Quebedo, 6, Tel. 23743. Permanente; Nova, R. Gen. Gomes Freire, Tel. 22052. Permanente; Isabel, L. Batalha Viso, Lote 86, Tel. 21677. Até às 22 h.

MÉDICO DE URGÊNCIA

☎ 766171 766178 766179

PALAVRAS CRUZADAS



PROBLEMA N.º 17 834

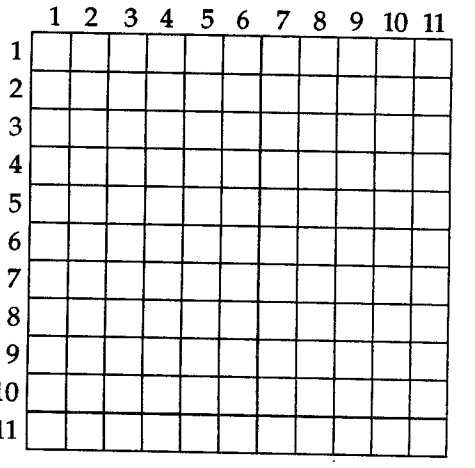
HORIZONTAIS:

1 Aquele que. Gosta muito de. Antes de Cristo.
2 Marido de Betsabé, oficial hebreu. Mimo.
3 Pequeno barco de recreio. Finalmente.
4 Esposa de Santo Adriano, morta em Bizâncio. Solitário.
5 Cobalto (s.q.). Fracas.
6 Rogas. Duas consoantes desiguais.
7 Ceifaras. Hólmio (s.q.).
8 Atraiçoar. Grande desordem.
9 Estremeceras.
10 Distrito da ex-Índia Portuguesa. Desfrutar.
11 Arsénio (s.q.). Pronome pessoal. Guarneço de asas.

VERTICAIS:

1 Letra grega. Pune.
2 Nome de planeta. Érbio (s.q.). Ósmio (s.q.).
3 Rio de Portugal. Patrona da ilha de Malta.
4 Colchão (ant.). Oásis.
5 Enfada.
6 Içara. Moderato.
7 Indígenas vátuas das proximidades de lago Niassa em Moçambique. Ave pernalta.
8 Aguçais. Acreditas.
9 Prefixo de privação, Ilha do Pequeno Belt.
10 Peças de roupa para resguardar do frio.
11 Pessoas agigantadas (pl). Boro (s.q.).

Resolveu completamente este problema? Procure, agora em segundo passatempo, o provérbio nele inscrito.



PROBLEMA N.º 16 644

HORIZONTAIS:

1 - Radio (s.q.). Cabo. Senhor.
2 - Recuar. Freguesia do concelho de Torres Novas.
3 - Fruta seca. Aborrecer.
4 - Matei. Avarento.
5 - Chefe etíope. Matemática.
6 - Fluído aeriforme. Serra do Território de Roraima, perto da fronteira venezuelana.
7 - Armaria. Preposição. Espaço de trinta dias.
8 - Zomba. Nesse lugar. Antes de Cristo. Solitário.
9 - Inflamação dos ouvidos. Pífaro.
10 - Sacerdote budista. Desfalques. (fig.).
11 - Lavrais. Escudeiros.

VERTICAIS:

1 - Garoto. Mentira.
2 - Rei de Israel, marido de Jezabel. Bradar.
3 - Empregaram. Magnete natural.
4 - Raças. Prendei.
5 - Verbais. Reme para trás.
6 - Boro (s.q.).
7 - Domesticam. Dor de alma (fig.)
8 - Içavam. Nome genérico das divindades do Japão.
9 - Venerem. Concelho do distrito de Cabo Delgado.
10 - Fechar as asas para descer mais depressa. Ágeis.
11 - Invulgares. Ecoas.

SOLUÇÃO N.º 17 833

HORIZONTAIS: 1 - AMOR. Cm. COM. 2 - Marema. Cria. 3 - Orara. Iro. 4 - Rir. Rebeca. 5 - Af. Ciosos. 6 - Odes. 7 - EC. Ia. Camba. 8 - Agruparias. 9 - Mac. Ar. Ras. 10 - Aprel Camela. 11 - Oaú. Asam. **VERTICAIS:** 1 - AMOR. SE. 2 - Maria. Campo. 3 - Orário. Garã. 4 - Rer. Dirceu. 5 - Marceau. 6 - Ca. Eis. PAGA. 7 - Ibo. Canas. 8 - Crestar. Má. 9 - Croco. Mirem. 10 - Oi! As. Baal. 11 - Mas. Passas.

SOLUÇÃO N.º 16 643

HORIZONTAIS: 1 - Guadalaxara. 2 - Rimar. Galos. 3 - Ovas. Ioda. 4 - Sás. Fam. Res. 5 - Ar. Pó. Aa. Ms. 6 - Fermelã. 7 - Abel. Arem. 8 - Armão. 9 - Dás. Ais. Era. 10 - Ovar. Alar. 11 - Ramos. Adoro. **VERTICAIS:** 1 - Grosa. Dor. 2 - Uivar. Brava. 3 - Amas. Fé. Sam. 4 - Dás. Pela. Ro. 5 - Ar. For. Rã. 6 - Pã. Múmia. 7 - Ag. Mãe. Ás. 8 - Xai. Alão. Ad. 9 - Alor. Ar. Elo. 10 - Rodem. Errar. 11 - Asassem. Aro.

PROVÉRBIO: AMOR COM AMOR SE PAGA

RÁDIO ANTENA 1

Desdobramento em Onda Média - Emissores do Litoral e 99.4 em FM - Zona de Lisboa

14.00: O Linho e a Seda; **15.00:** Contraste; **17.00:** Antena 1 - Regiões; **17.15:** Porto d'Abrigo.

Onda Média e FM Estéreo

17.00: Sete Mares; **19.00:** Música; **20.00:** No Estúdio e no Estádio; **20.15:** Musical; **20.30:** A Viver Também se Aprende; **21.00:** Diálogo; **21.30:** Imaginário. Noticiários de hora a hora.

PROGRAMA 2

Rede Nacional FM 2 Estéreo

16.30: Ao Correr da Pena: Arnold Schoenberg; **18.15:** Ângulos e Reflexos; **19.00:** Integrais - os 23 quartetos de cordas de Mozart; **19.33:** Album Músical - obras de Alexander Zemmlinsky, Tschaikovsky, Stavinsky, John Cage, Faure e Gimenez; **20.40:** Esta Madrugada no Dois; **21.00:** Histórias de Música e Outras - ciclo Mahler - regresso a Bach; **21.30:** O pianista Vlasdimir Horowitz interpreta obras de Domenico Scarlatti, Franz Liszt, Scriabin e Schubert; **22.00:** Música Vocal Comentada; **23.00:** Novidades Discográficas; **02.00:** Música na Madrugada. Noticiários hora a hora.

RÁDIO COMERCIAL

Onda Média 283, 290 e 397m

14.00: Não há duas sem três; **17.00:** Contactos; **19.00:** Peça que a Gente Passa; **21.00:** Pela Estrada Fora; **22.00:** Portugal e a CEE; **22.15:** Religiosos; **22.30:** Tempo de Desporto; **23.00:** 24ª Hora; **01.00:** Fantástico; **02.00:** Serviço Nocturno. Noticiários de hora a hora.

RC-FM-Estéreo 97.4 MHz

15.00: Casa da Música; **16.00:** Rock em Stock; **18.00:** Círculo em FM; **19.00:** Ao Fim e ao Cabo; **20.00:** Topo de Gama; **22.00:** Pessoal e Transmissível; **00.00:** Morrison Hortel; **01.00:** Som da Frente. Noticiários de hora a hora.

RÁDIO RENASCENÇA

Canal -1 - Rede Nacional de OM-FM

16.00: Banda da Amizade; **18.00:** Bola Branca; **18.30:** Transmissão do Terço; **19.00:** A Viagem Continua; **20.00:** Boa Nova; **20.30:** Conversa de Amigos; **21.00:** Sequência; **22.00:** Revista; **22.30:** Bola Branca; **23.30:** Suplemento especial da BBC; **23.55:** Meditando. Noticiários de hora a hora.

RFM

RFM- Canal 2 - Rede Nacional de FM Estéreo

16.00: Fórmula três;: 19.00: Atlântida; 20.00: Serra de Estrelas; 22.00: Oceano Pacífico. Noticiários de hora a hora.

VOZ DE LISBOA

15.00: Equipa da Tarde; **18.00:** Jornal da Tarde - Bola Branca; **18.30:** Sete Colinas; **20.00:** Diálogo; **20.30:** Transmissão do Terço; **21.00:** Lisboa à Noite; **23.00:** Ligação ao Canal 1.

VOZ DO PORTO

18.00: Jornal da Tarde - Bola Branca; **18.30:** Transmissão do Terço; **19.00:** Grande Porto... Informação; **20.00:** Boa Nova; **20.30:** Conversa de Amigos; **21.00:** Palácio de Cristal; **22.30:** Bola Branca; **23.00:** Ligação ao Canal 1.

CARTAZ

CINEMAS

LISBOA

ALFA CLUB
Avenida Almirante Gago Coutinho Tel.806496
ENTRE PRIMOS
Filme de Joel Schumacher c/ Ted Danson e Isabella Rosselini.
Maiores de 12 anos
Sessões às 14,00 16.30, 19.00, 21.30 e 2400 horas.

ALFA 1
REGRESSO AO FUTURO PARTE II
Filme de Robert Zemeckis com Michael J.Fox e Christopher Lloyd.
Maiores de 6 anos.
Sessões às 14.00, 16.30, 19.00, 21.30 e 24.00.

ALFA 2
OS CAÇA FANTASMAS PARTE II
Filme de Ivan Reitman com Bill Murray e Den Aykroyd.
Maiores de 12 anos.
Sessões às 14, 15, 16.45, 19.15, 21.45 e 00.15 horas.

ALFA 3
OS DEUSES DEVEM ESTAR LOUCOS II
Um filme de Jamie Uys com Nixau e Lena Farugia.
Maiores de 6 anos
Sessões às 13.45, 15.45, 17.45, 19.45, 21.45 e 00.15 horas.

ALFA 4
COMO O CÉU SE ENGANOU
Filme de Emile Ardolino c/ Cybill Shepperd e Robert Downey.
Maiores de 12 anos.
Sessões às 14.15, 16.45, 19.15, 21.45, 00.15

AMOREIRAS 1
Shoping Center de Lisboa
Telef. 691275
REGRESSO AO FUTURO PARTE II
Um filme de Robert Zemeckis.
Maiores de 12 anos.
Sessões às 13.30, 15.30, 16.30, 19.30, 21.30 e 24.00 horas.

AMOREIRAS 2
OS DEUSES DEVEM ESTAR LOUCOS II
Maiores de 6 anos.
Sessões às 14.00, 16.30, 19.00, 21.30 e 24 horas.

AMOREIRAS 3
PERIGOSA SEDUÇÃO
Um filme de Harold Becker com Al Pacino e Ellen Barkin.
Maiores de 16 anos.
Sessões às 14, 16.30, 19, 21.30 e 24 horas

AMOREIRAS 4
O MEU AMIGO MAC
Maiores de 6 anos
Sessões às 13.30, 15.30, 17.30, 19.30, 21.30 e 24 horas.

AMOREIRAS 5
SEXO, MENTIRAS E VIDEO
Filme de Steven Soderbergh c/ James Spader e Andie MacDowell
Maiores de 16 anos.
Sessões às 13.30, 17.30, 19.30, 21.30 e 00.15 horas.

AMOREIRAS 6
ENTRE PRIMOS
Maiores de 12 anos.
Sessões às 13.45, 15.45, 17.45, 19.45, 21.45 e 00.15 horas

AMOREIRAS 7
OS CAÇA FANTASMAS PARTE II
Maiores de 12 anos.
Sessões às 15.30, 17.30, 19.30, 21.30 E 00.15 horas.

AMOREIRAS 8
ABISMO
Maiores de 12 anos.
Sessões ás 14, 16.30, 19, 21.30 e 24 horas.

AMOREIRAS 9
A SENHORA
Maiores de 16 anos.
Sessões às 13.45, 15.45, 17.45, 10.45, 21.45 e 00.15 horas.

AMOREIRAS 10
COMO O CÉU SE ENGANOU
Maiores de 12 anos.
Sessões às 13.45, 15.45, 17.45, 19.45, 21.45 e 00.15 horas..

APOLO 70
Av. Júlio Dinis, 10-A
Telef. 763319
REGRESSO AO FUTURO PARTE II
Maiores de 6 anos.
Sessões às 14, 16.30, 19 e 21.30 horas.

BERNA
Av. Marquês de Tomar, 10
Telef. 776098
OS DEUSES DEVEM ESTAR LOUCOS II
Um filme de Jamie Uys com Nixau e Lena Farugia.
Maiores de 6 anos
Sessões às 15.15, 18, 21.30

CINE CAMÕES
R. do Loreto, 15
Telef. 324194
A FÚRIA DO DRAGÃO
De Raymond Chow
Maiores de 12 anos
Sessões às 14.15, 16.30 e 21.30 horas

CAPITÓLIO
Parque Mayer
CASTA MATULONA
Hard-core-1º escalão (porno)
Maiores de 18 anos
Sessões às 15, 17, 19, 21 e 23 horas.

CINEBOLSO
R. Actor Taborda, 27
Telef. 573407
A TURMA DO SEXO
Hard-core-1ºescalão (porno)
Maiores de 18 anos.
Sessões às 12.30, 14.3, 16.45, 19, 21.30 e 23.30.

CINE 222
Av. Praia da Vitória, 37
Telef. 533253
ABISMO
Maiores de 12 anos.
Sessões às 14.00, 16.30, 19.00 e 21.30 horas.
NICO-À MARGEM DA LEI
De Andrew Davis
Maiores de 18 anos
Às 24.00 horas

CINE PORTELA
ESTÚDIO ANUSHA
Telef. 9434762
O VELHO GRINGO
Com Jane Fonda e Gregory Peck
Maiores de 12 anos
Sessões às 15.30 e 21.30 horas.

.CINE PORTELA
ESTÚDIO SHEZA
ABISMO
Maiores de 12 anos.
Sessões às 15.15 e 21.15 horas.

CITY CINE
R. Tomás Ribeiro, 34
Telef. 549999
REGRESSO AO FUTURO PARTE II
Maires de 12 anos.
Sessões às 14.30, 16.45, 19.00 e 21.30 horas.

CONDES
Av. da Liberdade, 2
Telef. 322523
ABISMO
Filme de qualidade de James Cameron.
Maiores de 12 anos.
Sessões às 14, 16.30, 19 e 21.30 horas

ESTÚDIO
Alameda D. Afonso Henriques, 35
Telef. 555134
OS CAÇA FANTASMAS II
Filme Ivan Reitman com Bill Murray e Den Aykroyid.
Maiores de 12 anos.
Sessões às 14.30, 16.45, 19 e 21.30 horas.

ESTÚDIO ACS
Av. da Igreja, 17-F
Telef. 8487255
O APELO DO AMOR
Com Brian Keith e Alexandra Paul
Maiores de 6 anos.
Sessões às 15.30, 18.30 e 21.30 horas.

FONTE NOVA 1
Estrada de Benfica 503
Tel 7145088
REGRESSO AO FUTURO PARTE II
Maiores de 6 anos.
Sessões às 14.30, 16.45, 19 e 21.30 horas

FONTE NOVA 2
OS CAÇA FANTASMAS II
Filme de Ivan Reitman
Maiores de 12 anos
Sessões às 14.15, 16.30, 18.45 e 21.15

FONTE NOVA 3
OS DEUSES DEVEM ESTAR LOUCOS II
Um filme de Jaime Uys com Nixau e Lena Farugia.
Maiores de 6 anos.
Sessões às 14.45, 16.30, 18.45 e 21.15.

FORUM PICOAS
Av. Fontes Pereira de Melo
Telef. 541037
AUDITÓRIO 1
RECORDAÇÕES DA CASA AMARELA
Filme de qualidade de João César Monteiro.
Maiores de 16 anos
Sessões às 14.00, 16.30, 19.15 e 22 horas.

FORUM PICOAS
AUDITÓRIO 2
A BELA DE DIA
Filme de qualidade de Luis Buñuel com Catherine Deneuve e Jean Sorel.
Maiores de 16 anos.
Sessões às 14.00, 16.00, 19.00, 20.00 e 22.00 horas.

IMPÉRIO
Alameda D. Afonso Henriques
Telef. 555134
OS DEUSES DEVEM ESTAR LOUCOS II
Filme de Jamie Uys.
Maiores de 6 anos
Sessões às 15.30, 18.30 e 21.30

KING GEMINI
R. Sousa Lopes
Telef. 8480808
ESTRANHA ATRACÇÃO
Maiores de 16 anos.
Sessões às 15.30, 18.30 e 21.30 horas.

KING TRIPLEX 1
Rua Bulhão Pato, 1-C
Telef. 8480808
OS CAÇA FANTASMAS II
Filme de Ivan Reitman com Bill Marray e Dan Aykroid.
Maiores de 12 anos.
Sessões às 14, 16.30, 19 e 21.30 horas.

KING TRIPLEX 2
O VELHO GRINGO
Maiores de 12 anos.
Sessões às 14.15, 16.45, 19.15 e 21.30 horas.

KING TRIPLEX 3
COMO O CÉU SE ENGANOU
Maiores de 12 anos.
Sessões às 14.30, 17.00, 19.30 e 21.45 horas.

LAS VEGAS 1
Pingo Doce - Alcântara
Telf. 3631162
ENTRE PRIMOS
Maiores de 12 anos
Sessões às 15.15, 18.30 e 21.30 horas.

LAS VEGAS 2
OS CAÇA FANTASMAS II
Maiores de 12 anos.
Sessões às 15.30, 18.45 e 21.45 horas.

LONDRES
Av. de Roma, 7-A
Telef. 801313
REGRESSO AO FUTURO PARTE II
Maiores de 6 anos.
Sessões às 14, 16.30, 19 e 21.30 horas.

MUNDIAL 1
R. Martens Ferrão
Telef. 538743
REGRESSO AO FUTURO PARTE II
Maiores de 6 anos.
Sessões às 14, 16.30, 19 e 21.30 horas.

MUNDIAL 2
OS DEUSES DEVEM ESTAR LOUCOS II
Maiores de 6 anos.
Sessões às 14.15, 16.45, 19.15 e 21.45 horas.

MUNDIAL 3
ENTRE PRIMOS
Maiores de 12 anos.
Sessões às 14.15, 16.45, 19.15 e 21.45 horas.

NIMAS
Av. 5 de Outubro, 42-B
Telef. 574362
TAP-A DANÇA DE DUAS VIDAS
Filme de Dick Castle
Sessões às 14.00, 16.30, 19.00 e 21.30 horas.

ODEON
R. dos Condes, 4
Telef. 326283
BRAÇO DE VINGANÇA
Maiores de 18 anos.
Sessões às 14.15, 16.45, 19 e 21.30 horas.

OLIMPIA
R. dos Condes, 13
Telef. 325309
ACADEMIA DE DEVASSAS
Filme porno
Maiores de 18 anos
Sessões contínuas a partir das 14 horas.

PLAZA 1
Centro Com. Alvalade
ABISMO
Maiores de 12 anos
Sessões às 14.00, 16.30, 18.45 e 21.30 e 23.45 horas.

PLAZA 2
OS DEUSES DEVEM ESTAR

Regresso a Viena PUB

Em exibição na sala 3 Quarteto Filme de qualidade M/12 anos

TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DA MOITA

ANÚNCIO

A DR.ª FILIPA BERBEREIA MONIZ, Meritíssima Juiz de Direito do Tribunal Judicial da Comarca da Moita.

FAZ SABER QUE no dia 14 do próximo mês de Março de 1990, pelas 10 horas, neste Tribunal Judicial, nos autos de Carta Precatória n.º 267/889, 2.ª secção, vinda da 2.ª secção do 7.º Juízo Cível de Lisboa e extraída na Execução de Sentença n.º 623/877 que a UNIÃO FABRIL FARMACÊUTICA, S.A. move contra MOITEX-SOCIEDADE COMERCIAL DE MERCEARIAS, Ld.ª, com sede na Av.ª Miguel Bombarda, n.º 53 Moita, hão-de ser postos em praça pela primeira vez, para serem arrematados ao maior lanço oferecido acima dos valores indicados no processo, os seguintes bens:

Um veículo automóvel de marca Austin-Mini, de cor «Branco sujo» e de matrícula BN-91-54.

Uma máquina facturadora eléctrica, de marca «Olivett».

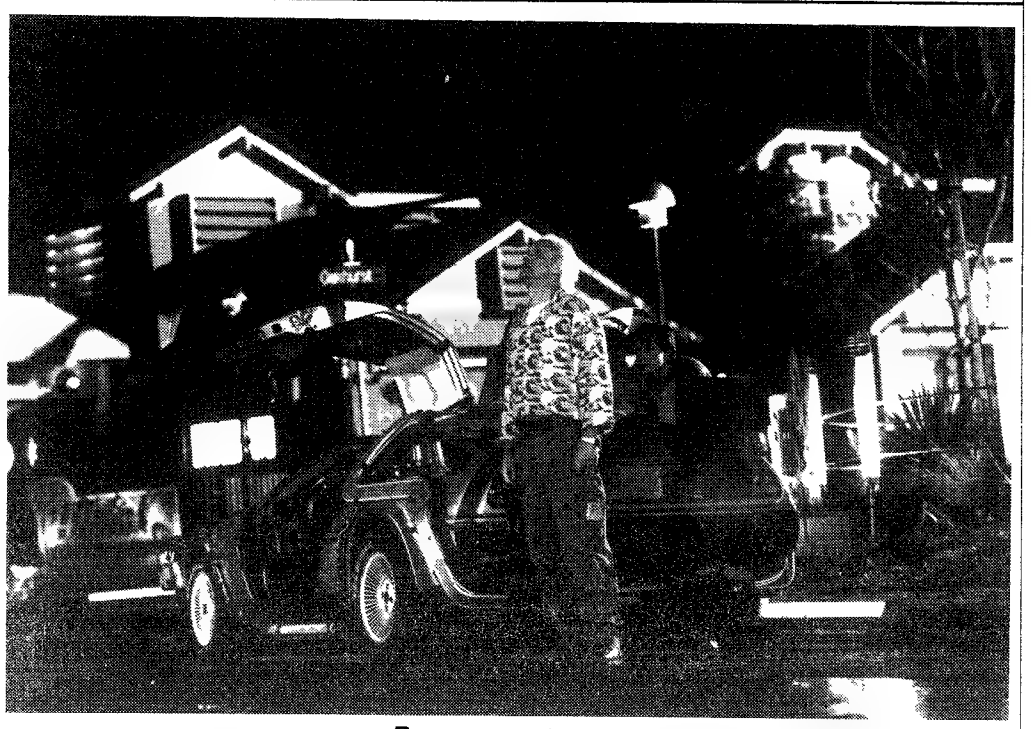
Moita, 21 de Dezembro de 1989.

A Juiz de Direito

a) Filipa Berbereia Moniz
A Escrivã-Adjunta

a) Alierta G.R. de Jesus

«DL» 11/1/89 — 1.ª Pub.



Regresso ao futuro

CARTAZ

LOUCOS II
Maiores de 6 anos.
Sessões às 14.15, 16.45, 19.00, 21.45 e 24.00 horas.

POLITEAMA
R. Portas de Stº Antão
Telef. 326305
ENTRE PRIMOS
Maiores de 12 anos.
Sessões às 14.00, 16.30, 19.00 e 21.30 horas.

QUARTETO 1
R. Flores de Lima, 16
Telef. 771378
SEXO, MENTIRAS E VIDEO
Maiores de 16 anos.
Sessões às 14.15, 16.15, 18.15, 20.00, 22.00 e 24.00 horas.

QUARTETO 2
TAP - A DANÇA DE DUAS VIDAS
Filme de Nick Castle.
Maiores de 12 anos.
Sessões às 14.00, 16.00, 18.00, 20.00, 22.00 e 24 .00 horas.

QUARTETO 3
REGRESSO A VIENA
Filme de Alex Corti
Maiores de 12 anos
Sessões às 15.00, 17.15, 19.30, 21.45 e 24.00 horas.

QUARTETO 4
SKINDEEP - O AMOR É UMA GRANDE AVENTURA
De Blake Edwards.
Maiores de 12 anos.
Às 14.30, 16.30, 18.15, 20, 22 e 24 horas.

SÃO JORGE 1
Avenida da Liberdade, 175
Telef. 579144
REGRESSO AO FUTURO PARTE II
Maiores de 6 anos
Sessões às 15.30, 18.30 e 21.30

SÃO JORGE 2
OS CAÇA FANTASMAS II
Maiores de 12 anos.
Sessões às 14, 16.30, 19 e 21.15 horas.

SÃO JORGE 3
OS DEUSE DEVEM ESTAR LOUCOS II
Maiores de 6 anos
Sessões às 14.15, 16.45, 19.15 e 21.45

7ª ARTE
Av. da República
Telef. 730715
OS CAÇA FANTASMAS II
Maiores de 12 anos.
Sessões às 14.45, 17, 19 e 21.30

STAR
Av. Guerra Junqueiro, 14-C
Telef. 804210
OS DEUSES DEVEM ESTAR LOUCOS II
Maiores de 6 anos.
Sessões às 14, 16.30, 19 e 21.30.

TERMINAL
Estação do Rossio
Telef. 371573
OS CAÇA FANTASMAS II
Maiores de 12 anos.
Sessões às 13, 15, 17, 19 e 21.30

TURIM
Estrada de Benfica, 723-A
Telef. 706666
PERIGOSA SEDUÇÃO
Maiores de 12 anos.
Sessões às 15, 17.30 e 21.30 horas.

XENON
Av. da Liberdade,9
Telef. 368446
O ÁS E O JOKER
Maiores de 16 anos.
Sessões às 14.15, 16.30, 19.00 e 21.30 horas
A NOITE DE ESPANTO Nº2
Maiores de 18 anos. Às 23.30 horas.

SINTRA

AMADORA BABILÓNIA
Centro Comercial Babilónia
Telef. 4934871
OS DEUSES DEVEM ESTAR LOUCOS PARTE II
Maiores de 6 anos.
Sessões às 14, 16.30, 19 e 21.30 horas.

CACÉM- ESTÚDIO FLORES
Telef. 9247570
ASELHAS AO VOLANTE
Maiores de 6 anos
Sessões às 15.00 e 21.30 horas

QUELUZ - KING D. PEDRO III
Telef. 4364845
SALA 1
OS CAÇA FANTASMAS II
Maiores de 12 anos
Sessões às 14, 16.30, 19 e 21.15 horas
SALA 2
CYBORG
Maiores de 16 anos
Sessões às 14.15 e 16.45 horas.
SALA 3
SEXO, MENTIRAS E VIDEO
Maiores de 16 anos
Sessões às 14.30, 17, 19.30 e 21.45 horas

CASCAIS

OEIRAS ALTO DA BARRA 1
Telef. 4439759
REGRESSO AO RIO KWAI
Maiores de 12 anos.
Sessões às 15.15 e 21.30 horas

ALTO DA BARRA 2
AS VOZES DA IRA
Maiores de 12 anos.
Sessões às 15.30 e 21.45 horas.

NOVA OEIRAS - CINE PALMEIRAS 1
Telef. 2479144
CAÇA FANTASMAS PARTE II
Maiores de 12 anos.
Sessões às 15.15 e 21.30 horas

CINE PALMEIRAS 2
REGRESSO AO FUTURO PARTE II
Maiores de 12 anos
Sessões às 15.30 e 21.45 horas.

CARCAVELOS - ATLÂNTIDA CINE
Telef. 2465653
OS CAÇA FANTASMAS II
Maiores de 12 anos.
Sessões às 15.30 e 21.30 horas.

CASCAIS - MIRAMAR 1
Telef. 2841744
REGRESSO AO FUTURO PARTE II
Maiores de 12 anos.
Sessões às 15.15 e 21.15 horas.

M IRAMAR 2
O ABISMO
Maiores de 12 anos.
Sessões às 15.15 e 21.30 horas.

ALMADA

ALMADA ACADEMIA ALMADENSE
Telef. 2752127
REGRESSO AO FUTURO PARTE II
Maiores de 12 anos.
Sessões às 15.30 e 21.30 horas.

COSTA DA CAPARICA
CINEMA PESCADOR
Telf. 2905350
SEXO, MENTIRAS E VIDEO
Maiores de 16 anos
Sessões às 15.30, 21.45

TEATRO

LISBOA

A BARRACA - CINEARTE
Largo de Santos, nº 2 - Telef. 665360 ou 686300
De 3ª a Sáb. às 21.30 e Dom. às 16 horas.
MARGARIDA DO MONTE
De Marcelino Mesquita

TEATRO DA COMUNA
Praça de Espanha - Telef. 7260818
De 2ª a Sáb. às 21.30 horas. Dom. às 17.00 horas, descanço à 4ªFeira.
SALA 1
PÉCORA de Natália Correia.
SALA 2
Sexta às 21.30, Sáb. às 16.00 e 21.30; Domingo às 16 horas.
A PREGAÇÃO
De João Brites, pelo Grupo O Bando

RITZ CLUB
R. da Glória, 57 - Telef. 325140
De 3ª a Sábado às 21.30; Sábado e Domingo às 16.00 horas.
O REGRESSO DE BUCHA E ESTICA.
Encenação de Mário Viegas.

TEATRO ABC
Parque Mayer - Telef. 3466783
De 3ª a Domingo às 20.30 e 22.45. Domingos e Feriados às 16 horas.
AI CAVAQUINHO
De Eduardo Damas c/ Camilo de Oliveira, Miguel Simões e Paulo César.

TEATRO ABERTO
Praça de Espanha - Telefone 778898
De 5ª a Sábado às 21.30 horas. Domingos às 16 horas.
HAPPY END
De Dorothy Lane/Bertolt Brecht.

TEATRO DA POLITÉCNICA
R. da Escola Politécnica, 58 - Telef. 674474
De 3ª a Sábado às 21.00; Domingos às 16 horas.
D. JOÃO E A MÁSCARA
De António Patrício

TEATRO DA TRINDADE
R. Nova da Trindade - Telef. 320000
De 3ª a Sábado às 21.30; Domingos às 16 e 21.30 horas.
«VERÃO»
De Edward Bond c/ Fernanda Alves e Isabel de Castro.

VARIEDADES
Parque Mayer - Telef. 326037.
De 3ª a Domingo às 21.30; Domingos e Feriados às 16.00 horas.
OS MENINOS À RODA DA MAMÃ.
Versão livre de Henrique Santana.

TEATRO VILLARET
Av. Fontes Pereira de Melo, 31-A - Telef. 538586
De 3ª a 5ª às 21.30, 6ª e Sáb. às 20.30 e 22.45; Domingos e Feriados às 16.00 e 21.30 horas.
ORA
BATE...BATMAN'SO

OUTRAS LOCALIDADES

ESTORIL
TEATRO DO CASINO
Telefone 2684521
WHAT HAPPENED TO MADALENA IGLÉSIAS?
Texto e encenação de Filipe La Féria.

ODIVELAS
TEATRO DA MALAPOSTA
R. de Angola, Olival de Basto - Telefone 9873299
De 3ª a Sába. às 21.30; Domingos às 16.00 Horas.
O RENDER DOS HERÓIS
De José Cardoso Pires.
Encenação de José Martins, pelo Centro Dramático Intermunicipal
Almeida Garret.

PORTO
TEAR
R. do Heroismo, 86 - Telef. 573265.
De 3ª a Sáb. às 21.30; Domingos às 16.00 horas.
JARDIM DAS CEREJEIRAS
De Anton Tchekov, pelo TEAR. Encenação de Rogério de Carvalho.

EXPOSIÇÕES

LISBOA

MUSEU NACIONAL DE ARQUEOLOGIA (Jerónimos): de terça a domingo, das 10 às 12,30 e das 14 às 17, uma exposição permanente que integra centenas de milhares de peças, entre as quais um conjunto pré-histórico de 300 peças de ouro.

MUSEU NACIONAL DO TEATRO: até 27 de Março (Dia Mundial do Teatro), "Amália, 50 Anos" com entrada gratuita aos domingos de manhã.

MUSEU NACIONAL DO TRAJE: até Abril de 1990, "Tramas e Sortilégios" de Teresa Segurado Pavão;

PALÁCIO NACIONAL DOS COCHES: até 17 de Janeiro, a exposição "Falcoaria Real".

BIBLIOTECA NACIONAL: a exposição "Portugal no Século XVIII: de D. João V à Revolução Francesa

PALÁCIO FOZ: até 15 de Janeiro, a exposição «Desporto é Vida» integrada na VII Quinzena Cultural Bancária, organizada pelo Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas com a colaboração da Direcção-Geral da Comunicação Social.

PALÁCIO GALVEIAS (Campo Pequeno): integrada nas comemorações do 125º aniversário do Diário de Notícias, uma exposição subordinada ao tema "A Vida dos Imagens", reunindo um importante conjunto de documentos fotográficos recuperados nos arquivos do "DN".

ALFAMA-GALERIA DE ARTE (R. das Flores, 109): Pintura e Escultura Espanhola Contemporânea.

BAR IMPREVISTO (Tv. da Laranjeira, 35): até 21 de Janeiro, Pintura de Wanda Campos.

GALERIA EMI-VALENTIM DE CARVALHO (R. da Cruz dos Poiais, 111): até 31 de Janeiro, de segunda a sexta das 11 às 13 e das 15 às 19, sábados das 15 às 19, uma exposição de escultura e desenho de José Barrias intitulada "Vestígios".

GALERIA ARTELA (R. Prof. João Barreira, loja 15-Telheiras): até 14 de Janeiro, "Ideias Soltas", pintura de Rui de Azevedo.

GALERIA JOÃO HOGAN (R. Voz do Operário, 13): até 27 de Janeiro, de segunda a sexta das 14 ás 20 e sábados das 15 às 19, Pintura de Ormond Fannon.

GALERIA BARATA (Av. de Roma, 11A): Fotografia de Antón io José Alegria.

GALERIA DIFERENÇA (R. S. Filipe Nery, 42): até 28 de Janeiro, Fotografia de Mafalda Reis Moore (Branca de Neve) e de Eduardo Nery (Lugares).

GALERIA 111 (Campo Grande, 113): até 12 de Janeiro, de segunda a sexta das 10 às 13 e das 15 às 19 e sábados das 10 às 13, Pintura de Eduardo Batarda.

GALERIA RESTAURAÇÃO (Av. Guerra Junqueiro, 18-C): até 13 de Janeiro, de segunda a sábado das 9,30 às 13 e das 15 às 19, colectiva de Pintura com obras de Alfredo Luz, Artur Bual,

PATENTE

Vende-se ou concede-se licença para exploração em Portugal da Patente de Invenção n.º 80 787 para: «PROCESSO PARA A PREPARAÇÃO DE PIPERIDINO (OU PIRROLIDINO) — BUTANAMIDAS E DE COMPOSTOS COM ELAS RELACIONADOS».
Trata: CLARKE, MODET & C.ª, LDA.
Patentes e Marcas
Rua Castilho, 201-3.º-Esq.º
1000 LISBOA
Telefs. 651339-654613-692815

GRUPO TEATRO HOJE/TEATRO DA GRAÇA
NO TEATRO DA TRINDADE
SÓ ATÉ DIA 21

«Elenco de Ouro». «O duelo Isabel de Castro, Fernanda Alves é algo de inesquecível, os jovens M.ª José Pascoal e José Walenstein não deixam os seus créditos por mãos alheias, Ruy Furtado é só por si um espectáculo» — **Diário de Notícias**
«Um festival de interpretações e uma das melhores encenações de Carlos Fernando» — **A Capital**

3.ª a Sáb. às 21.30h. Domingos às 16.00h.
Marcações pelo Telef.: 32 00 00 SUB. SEC

PATROCÍNIO Círculo de Leitores

APOIOS:
Lanalgo, Louis Vuitton, Paris em Lisboa, Pinhol, Pollux, Antena 1, Rádio Comercial, Rádio Minuto, Diário Lisboa, JL, Vitor Hugo, Voz do Operário, Ytong Ibérica.

CARTAZ

Cruzeiro Seixas, Fernando Ançã, Helena San-Payo, Ribeiro Farinha, Rogério Amaral e Silva Palmeira

.

GALERIA TRIÂNGULO 48 (Av. D. Vasco da Gama, 48.A): até 2 de Fevereiro, exposição de homenagem a Tomás Mateus, com venda de algumas das suas obras.

GALERIA EUROARTE (R. Rodrigo da Fonseca, 107-C): até 22 de Janeiro, de segunda a sexta das 10,30 às 13 e das 15,30 às 19- sábados das 10,30 às 13 e das 16 às 19 horas, Pintura de Margarida Vigoço.

GALERIA ESPIRAL (Pª Ilha do faial, 14-A): Pintura de Luísa Costa Cabral.

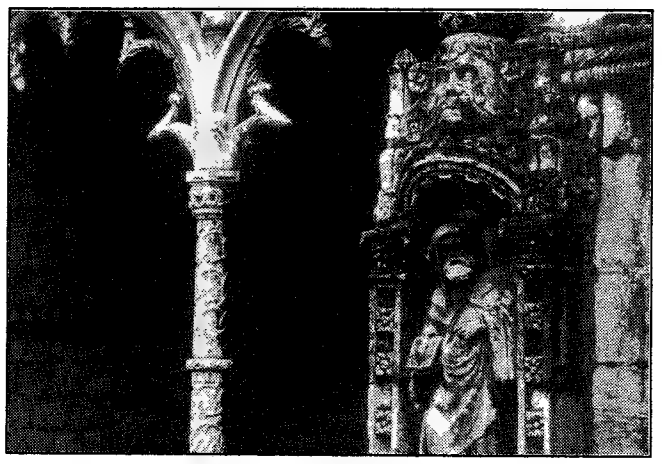
GALERIA MULTIFACE (C. Comercial Gemini, loja 65-R. Sousa Lopes): até 15 de Janeiro, Pintura de Bual.

GALERIA NÁRTICE (R. Augusto Rosa, 18): até 18 de Janeiro, Pintura de Inácio Matsinhe.

GALERIA NOVO SÉCULO (R. do Século, 23): até 20 de Janeiro, de terça a sábado das 14 às 20, «Arremessos», Pintura-Video-Instalação de Miguel Telles da Gama e Paulo Cancela d'Abreu

HOTEL ALFA LISBOA (Av. Columbano Bordalo Pinheiro): até 15 de Janeiro, de segunda a sábado das 16 às 20,30, Pintura de Sérgio Ribeiro.

HOTEL MERIDIEN LISBOA (R. Castilho, 149): até 22 de Janeiro, diariamente das 9 às 23,30, a exposição de Pintura e Escultura do «GAP - Grupo de Artistas Portugueses».



Fotografias de Pedro Mónica, no espaço 2 da Galeria do Casino Estoril

AAPACO (Ex-Atelier 15-R. Freitas Gazul, 24D): a "Colectiva Fim de Ano", de terça a sexta das 18 às 21, sábados das 15 às 19 horas.

ALFA MIXTA-ESPAÇO D'ARTE (R. Escolas Gerais, 34): até 13 de Janeiro, Pintura de José Mouga.

LOJA DA ATALAIA (R. da Atalaia, 63): até 18 de Janeiro, os "Encontros de Fotografia de Coimbra" apresentam em Lisboa uma exposição com trabalhos de Joel Peter Witkin.

RATTON-CERÂMICAS (R. Academia das Ciências, 2-C): Exposição de obras de Graça Morais, Jorge Martins, Luisa Correia Pereira, Mafalda Reis Moore e Júlio Pomar.

GALERIA PRÍNCIPE REAL (Pª Príncipe Real, 32 r/C): até 13 de Janeiro, «Paisagens» de Olivero Masi.

GALERIA MOIRA (R. Nova da Piedade, 33): até 19 de Janeiro, de segunda a sexta das 14 às 19,30 (excepto feriados), escultura em grés de Jorge Mealha.

GALERIA DE SÃO BENTO (R. do Machadinho, 1 - ao Quelhas): até 16 de Janeiro, uma colectiva de Pintura e Escultura.

SOCIEDADE NACIONAL DE BELAS ARTES (R. Barata Salgueiro, 36): a exposição "Salão Convívio" com obras de artistas sócios da SNBA.

GALERIA S. MAMEDE (R. da Escola Politécnica, 167): até 24 de Janeiro, Pintura e Escultura de Francisco Simões.

CASA DO HUMOR (Museu Raphael Boldallo Pinheiro-Campo Grande, 382): Encontro Luso-Brasileiro de Humor - caricaturas de artistas brasileiros e portugueses.

GALERIA GRAÇA FONSECA (R. da Emenda, 26 c/v): de terça a sábado das 15 às 20, Pintura de Graça Pereira Coutinho

.

GALERIA DIVERSA (R. dos Sapadores-à Graça- nº 85): até 13 de Janeiro, pintura de Glória Elena e escultura de Silvia Westphalen

LIVRARIA BARATA (Av. de Roma, 11-A): a exposição "Suportes e Contentores" de Cristina Ataíde.

POLIGRUPO/RENASCENÇA (R. Ivens, 14): a exposição "O Algarve e os Descobrimentos" da autoria de Maria Carolina Alho.

SOCIEDADE PORTUGUESA DE AUTORES (Av. Duque de Loulé, 31): até 19 de Janeiro, "Linhas do Desejo", fotografias de Guilherme Silva.

ARREDORES

GALERIA MUNICIPAL DA AMADORA: até 28 de Janeiro, a exposição «Francisco Valença - a Vida e a Obra»

RECREIOS DA AMADORA: até 21 de Janeiro, das 15 às 23, a "Exposição de Arte da Quirguizia - URSS".

GALERIA JF DE CASCAIS: até 31 de Janeiro, desenhos de Hector Ramsay.

CASA MUSEU DE VERDADES FARIA (Av. Saboia-Monte Estoril): "Um Olhar sobre Cascais através do seu património", uma iniciativa da Câmara Municipal e da Associação Cultural de Cascais.

GALERIA DO CASINO ESTORIL (Espaço 2): até 17 de Janeiro,, todos os dias das 15 às 24 horas, uma exposição de fotografias intitulada "Série Quadrada", de Pedro Mónica.

GALERIA O PATAMAR (R. da Ferraria, 13-Sintra): até 12 de Janeiro, pintura e escultura de Hélio Xavier, João Mário, Maria Fernanda Amado, Vítor Vieira e Tina Passos.

HOTEL TIVOLI SINTRA: até 12 de Janeiro, uma colectiva com óleos de Artur Bual, Cohen Fusé e Pinheiro de Santa Maria e aguarelas de Paulo Ossião.

O OUTRO LADO DO ESPELHO (R. Dr. Alfredo Costa, 14 - Sintra): até 31 de Janeiro, Pintura de Hugo Ferrão "Cabeças de Estrela".

PALÁCIO NACIONAL DE QUELUZ: até Junho de 1990, com entrada livre, em exposição uma colecção de Pintura Portuguesa de 1842 a 1979.

ATELIER EC (Várzea de Colares): até 21 de Janeiro, exposição colectiva de pintura e escultura, comemorativa do 2º aniversário.

GALERIA DE SANT 'IAGO (Centro M. Bica, loja 63 - Almada): Pintura de Maria José Camões.

BIBLIOTECA MUNICIPAL DO BARREIRO: até 15 de Janeiro, uma exposição sobre "O Distrito de setúbal e a Leitura Pública".

SETÚBAL (Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito): a exposição "Produção de Azulejos Artesanais da Região de Setúbal".

ELEIÇÕES ANTRAM

ESTAMOS FARTOS

Somos **SÓCIOS DA ANTRAM** — Associação Nacional dos Transportadores Rodoviários de Mercadorias — e consideramo-nos enganados e desprezados pelos actuais dirigentes da associação.

Estamos fartos de promessas não cumpridas.

Queremos que os nossos problemas sejam resolvidos com eficácia e justiça.

Queremos acabar com o escândalo das reomologações: exigimos a devolução das importâncias pagas pelos associados ou a remodelação imediata das viaturas.

Queremos transparência na regulamentação de alvarás.

Queremos a revisão do seguro das guias de transporte.

Queremos ter acesso a novas linhas de crédito e fundos comunitários para a reestruturação do sector.

Por isso, nos candidatamos aos corpos gerentes da ANTRAM para o triénio 1990/93 nas eleições que se realizam no dia 13 de Janeiro (sábado).

Somos um grupo de associados que quer

LEALDADE — TRANSPARÊNCIA — JUSTIÇA

Estamos conscientes dos desafios que nos serão colocados pela integração plena na CEE. Temos um programa realista para solucionar os problemas do sector.

Aposte na mudança! Pela dignificação da **ANTRAM**!

VOTE LISTA B

SNOOPY POR SCHULZ

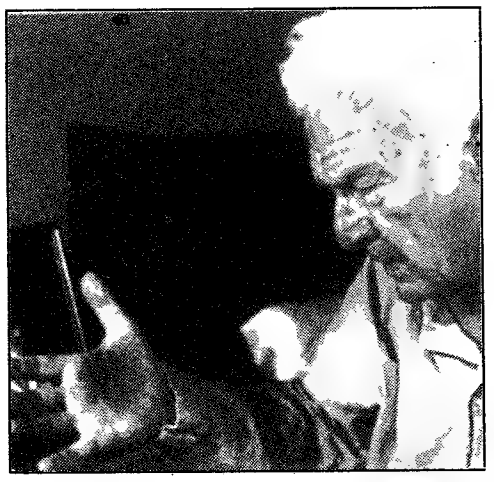
CARTAZ/TELEVISÃO

HOJE

RTP-1

16.40 - HOSPITAL CENTRAL
17.25 - BRINCA BRINCANDO
O "bebé Virgul" e "Decimal, a Baleia" marcam uma presença divertida no início do programa. O ilusionista Rovit e os seus convidados oferecem "um toque de magia" e haverá ainda espaço para Tom Sawyer e as suas aventuras no Mississipi
18.40- RUA SÉSAMO
19.05 - JOGO DE CARTAS
Concurso
19.30 - TELEJORNAL
20.00 - BOLSA DIA A DIA
20.05 - O TEMPO
20.08 - BOLETIM AGRÁRIO
20.11 - DESCOBRIR OS DESCOBRIMENTOS
20.15 - VALE TUDO
Ivan convida Raquel para passar um fim-de-semana fora. Em Búzios, Lais, surpreendida com a presença de Ivan e raquel, mostra-se muito satisfeita, dado que, após a inauguração do aeroporto, a afluência à pousada é enorme. Já reconciliada, Raquel passeia com Ivan pela praia, mas continua a achar muito esquisito que Odete Roitman o tenha convidado para jantar, chegando ao ponto de sugerir que talvez tivesse pretendido dar-lhe Helena como "presente". Entretanto, na casa de Celina, Odete resolve não regressar a Paris tão cedo. Por outro lado, César aparece em casa de Solange e diz precisar de ter uma conversa muito séria com ela. Solange hesita, mas acaba por concordar.
21.05 - JUSTIÇA CEGA
1º episódio: Gora Davis, uma mulher irlandesa de meia idade, vestida de freira, é presa quando se dirigia para o aeroporto. A polícia encontra cinco quilos de heroína escondidos no corpo de Gora. Katherine Hughes é a sua advogada, que se vai envolver num mundo de corrupçãp e subornos, para a defender. Vai contar também com a ajuda de Frank Cartwright, outro advogado, que se vai interessar pelo caso.
Produção de Michael Wearing, com interpretação de Jane Lapotaire e Jack Shepherd.

No 1º canal ás 20.15, mais um episódio da telenovela "Vale Tudo"



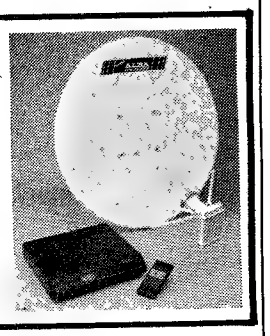
"Quinta Dimensão" encerra a programação do 2º Canal, a partir das 22.50

22.45 - 24 HORAS
23.15 - REMATE

RTP-2

16.55 - BENJI E O PRÍNCIPE EXTRA
TERRESTRE
17.20 - UM BILHETE PARA O MUNDO
9º episódio: «Buzakashi» é a versão afegã para o jogo do polo, tornada inclusivamente desporto nacional. Actualmente, os jogos são disputados em terras paquistanesas pelas guerrilhas Mujahedin, transpondo a própria filosofia do desporto para se tornar um rito. O jogo transcende o próprio desporto, revelando-se uma "política" de forças pelo poder e controlo de um outro povo.
17.50 - O MEU PÉ DE LARANJA LIMA
18.25 - OS HENDERSON
4º episódio: Wheeler pede à filha, Glynnis, que o ajude a persuadir os Henderson a vender a propriedade, mas Steve começa a desconfiar das atitudes e intenções de Glynnis e prepara-se para descobrir os planos de Wheeler.
19.20 - CLÁSSICOS DA TV
«O Homem da Carabina»
20.10 - MAGAZINE MUSICAL
20.40 - PROGRAMA MUSICAL
Gilberto O'Sulivan e Ney Matogrosso
21.00 - JORNAL DAS NOVE
21.30 - MAUDE
140º episódio
21.55 - SINAIS DOS TEMPOS
Israel
22.50 - QUINTA DIMENSÃO
5º episódio: um idoso tem um estranho sonho. Uma mulher está aterrorizada com algo que se encontra por detrás de uma porta. Quando acorda, o homem descobre que existe qualquer coisa de real no seu sonho e a sua vida começa a ficar em jogo.

ALBA
ANTENAS PARABÓLICAS ACESSÍVEIS A TODOS
INFORME-SE NA
AUDIMAX
TEL. 410 62 75
ALGÉS



AMANHÃ

RTP-1

09.01 - BOM DIA
10.00 - ÀS DEZ, COM RUA SÉSAMO
12.05 - FERA RADICAL
13.00 - JORNAL DA TARDE
13.27 - BOLSA DIA A DIA
13.30 - GLOSS
14.15 - PALAVRAS CRUZADAS
15.15 - AFRICAN RAINBOW
15.45 - PONTO POR PONTO
16.40 - HOSPITAL CENTRAL
17.25 - BRINCA BRINCANDO
18.30 - RUA SÉSAMO
19.00 - JOGO DE CARTAS
19.30 - TELEJORNAL
20.00 - BOLSA DIA A DIA
20.05 - O TEMPO
20.08 - BOLETIM AGRÁRIO
20.15 - DESCOBRIR OS DESCOBRIMENTOS
20.25 - VALE TUDO
21.15 - CAMINHOS DE PORTUGAL
21.30 - MISSÃO IMPOSSÍVEL
22.35 - TELEMUNDO
22.55 - CHEFE, MAS POUCO
23.25 - 24 HORAS
23.15 - REMATE
00.05 - PELA NOITE DENTRO
"O Chão Assassino"

RTP-2

15.25 - AGORA, ESCOLHA!
16.55 - 3,2,1 CONTACT
17.20 - UM BILHETE PARA O MUNDO
17.50 - O MEU PÉ DE LARANJA LIMA
18.40 - HAJA MÚSICA
19.30 - CLÁSSICOS DA TV
20.10 - MAGAZINE MUSICAL
20.25 - AS CIDADES E AS TERRAS
20.45 - OBRAS PRIMAS DA PINTURA
21.00 - JORNAL DAS NOVE
21.30 - D. BEIJA
23.00 - ACERTO DE CONTAS
23.30 - ROTAÇÕES

BLAUPUNKT
Seleccionou para si...
RTP 1
JUSTIÇA CEGA
RTP 2
OS HENDERSON
PIP
BLAUPUNKT
Grupo BOSCH
Um pequeno ponto faz a diferença

«O cavaquismo tem-se revelado, por si só, uma verdadeira cratera política.»

José Vacondeus, «A Capital», 10.01.90

A PERGUNTA DO DIA

Roberto Carneiro
ministro da Educação

Porque é que o acesso ao ensino superior foi, este ano, tão demorado?

«As razões são publicamente conhecidas e prendem-se com a greve dos professores do ensino superior por ocasião da reforma do sistema remuneratório da função pública. Essa conflitualidade levou a um adiamento de três meses e 20 dias na conclusão das provas específicas de acesso, com dolorosas e injustas consequências para os alunos candidatos.

Ultrapassada essa fase difícil não deve haver lugar a recriminações. O direito à greve é inquestionável e totalmente legítimo numa sociedade democrática, assim como o direito de aprender.

Através de uma excelente coordenação entre serviços e estabelecimentos de ensino foi possível antecipar em cerca de mês e meio o prazo normal de colocações e minimizar os prejuízos. Isto significa que, na ausência de perturbações imprevisíveis, os alunos teriam sido colocados em finais de Setembro.

Temos pela, primeira vez, quase 40 mil alunos novos no ensino superior, e 84 por cento nas suas duas primeiras preferencias vocacionais. Há que trabalhar muito e em conjunto para lhes fazer sentir que são benvindos na escola ou faculdade em que iniciam uma etapa decisiva do seu processo formativo e que podem fazer na Universidade ou no Instituto Politécnico uma experiência alegre e bem sucedida.»

Sexta-feira no

Diário de Lisboa

Artigo de Fernando Piteira Santos

A crise do Comunismo

A situação dos militares em Portugal

ENTREVISTA

Francisco Pinto Balsemão é o líder de um dos projectos de televisão privada para Portugal. A liberalização tarda e o ex-primeiro-ministro receia que ela só venha a emitir em 1991

«O meu projecto de televisão é o melhor»

D.L. - A abertura da televisão à iniciativa privada é uma questão que tarda em resolver-se...

P.B. - A pergunta deve ser colocada em primeiro lugar ao poder político. Tem havido alguns atrasos devidos ao calendário eleitoral. Receio que se esteja a fazer coincidir a abertura da televisão privada com as eleições legislativas de 1991. Temo que ela não esteja no ar já durante a campanha eleitoral. Este adiamento representa um grave atrazo, tendo em conta o que se passa na Europa e a evolução das novas tecnologias.

D.L. - Como é que vai a SIC - Sociedade Independente de Comunicação?

P.B. - A sociedade está concebida há bastante tempo, concretamente desde 1986. O nosso projecto de televisão tem vindo a ser aprefeiçoado, nomeadamente em virtude da evolução tecnológica. Em termos financeiros é um projecto bastante sólido. O mesmo acontece em termos de conteúdo. Há uma certa garantia de qualidade que resulta também do modo como está constituido o capital social da empresa. Temos envolvidas empresas com provas dadas em Portugal, desde a Imprensa à publicidade, da edição de livros à edição de discos.

D.L. - Quantos canais de televisão perconiza para Portugal?

P.B. - Tecnicamente são possíveis quatro canais. Os dois da RTP mais dois privados. Nós defendemos desde há alguns anos que o serviço público deve ter apenas um canal e dois o sector privado, um dos quais o segundo canal da RTP. Caso contrário, julgamos que deverão existir dois canais públicos mais dois privados.

D.L. - O que pensa da composição da Alta Autoridade para a Comunicação Social?

P.B. - A sua composição tem uma lógica política. Depende muito das pessoas escolhidas e da independência que tiverem no processo de licenciamento das novas estações de televisão.

D.L. - E do projecto do Partido Socialista sobre o exercício da actividade televisiva que está em discussão na Assembleia da República?

P.B. - Penso que tem aspectos válidos, mas há outros de que discordamos, nomeadamente no que diz respeito à existência de canais locais e regionais...

D.L. - Porquê?

P.B. - Porque o mercado português não suporta tantos canais. Por outro lado, as exigências de produção nacional são excessivas, tendo em conta as possibilidades que as empresas revelam. O que não quer dizer que não deva ser explorada e estimulada a produção portuguesa.

D.L. - E se, finalmente, não lhe atribuirem qualquer canal de televisão?

P.B. - Continuamos interessados na produção de programas...

D.L. - Emitir do estrangeiro é uma possibilidade?

P.B. - O mercado português é muito pequeno... De qualquer modo, não admito a possibilidade de perder. Penso que o projecto SIC é o melhor. Penso que é aquele que oferece maiores garantias de independência e qualidade.

A.J.T.

meteorologia

O corvo do tédio

O que nos falta, além das muitas e variadas coisas, é ter, de vez em quando, um bocado de tédio. Não o imenso tédio do séc. XIX, sem fim, a monotonia burguesa sem saída que criou vazios, primeiro, rupturas, em seguida, e, segundo George Steiner, o espírito revolucionário. Não, não sou saudosista de séculos desconhecidos.

Mas nós, lisboetas que vivemos esta terrível lufa-lufa (palavra gentil para a antecâmara do Inferno), merecemos amplamente um cheirinho de tédio: precisamos de ser compensados das deslocações matinais, nocturnas e outras, dolorosas todas, dos telefonemas inoportunos, das chamadas não conseguidas, da correspondência feita de impressos, de contas e contrafés, da comunicação difícil em geral, dos meios-almoços de pé e contra a parede, dos buracos antológicos nas vias, dos retrovisores do carro partidos dia sim, dia não, dos cansaços antes de começarmos a trabalhar, de tudo isto baptizado *stress*. Até nos fins-de-semana tal *stress* resiste: aproveitamos os dias ditos livres para nos concentrarmos nos afazeres não acabados nos dias ditos úteis, enxerta-se-lhe ainda a mágoa, se o sujeito for sportinguista.

Venha, pois, o mágico tédio, o nada que fazer nem que pensar, além do sentir vegetativo, venha o *dolce far niente*, o tempo de ninguém e de coisa nenhuma, o intervalo sem assunto, sem pressa, sem obrigações, sem horário, sem acção, sem iniciativa.

Encontrei um músico meu conhecido. Bebemos rapidamente, ao acaso do encontro, um descafeinado e um cafeinado. Ele estava entre uma aula e o ensaio, e correu à procura de transporte. Mas foi uma falsa saída; voltou, e disse: — Sabe onde é que eu gostava de estar? Dois dias numa pousada a olhar a neve da janela.

Belo tédio, onde estás? Belo enfado, quando virás?

E um corvo, da família dos corvos de Edgar Poe, dessa neve imaginada da janela sonhada, respondeu: — Nunca mais, nunca mais.

Jorge Listopad

A MOSCA VOLTA A PICAR NO

Diário de Lisboa

ÀS SEXTAS-FEIRAS

A.M.A. Auto Monumental do Areeiro S.A.

CONCESSIONÁRIOS

AUTOMÓVEIS — PEÇAS — SERVIÇOS — OFICINA
Av. Padre Manuel da Nóbrega, 8 • Telefs. 894185/6/7/8
1000 LISBOA
Telex 63403 AMACAR • Telefax 80 47 75

SUPLEMENTO
LITERÁRIO
SUPLEMENTOS DAS QUINTAS-FEIRAS DO Diário de Lisboa 11 JANEIRO 1990 NÃO SE PODE VENDER EM SEPARADO

«A Gazeta de Lisboa», pág. 3; Um actor perante a estatística, pág. 4; Entrevista com o Conde de Siruela, editor, pág. 6; Jalalu-Din-Rumi, poeta persa, pág. 7; Inédito de António Ramos Rosa, pág. 8.

MÁGICO FOLHETIM

DOIS centenários motivam este breve trabalho sobre a *via real* do jornalismo e da literatura no século XIX e princípios do século XX: a morte de Júlio César Machado (1835-1890), em 12 de Janeiro, e a de Camilo (1825-1890), em 1 de Junho. Dois suicídios.

Encontraram-se em 1850 «num cubículo da Rua do Oiro», redigia este o *Anátema*. «Um dia, sentou-se Júlio à minha banca, pediu-me papel, e escreveu ali mesmo a continuação do romance *Estrela d'Alva*, conversando ao mesmo tempo, em variados assuntos académicos, desde a escola realista da novela francesa até ao nariz aquilino da minha vizinha».

Este capítulo dos *Esboços de Apreciações Literárias* (1865) celebra o amigo que lhe oferecia dinheiro quando preso ou prefaciava Ana Plácido. Mais que isso, dá-nos a entrever uma possível releitura do folhetim — lugar e género maiores da literatura de Oitocentos — segundo estes dois vultos.

Folhetim-crónica

Por um lado, o folhetim-crónica, que se esgotava num dia e versava todas as matérias: a récita da véspera no S. Carlos, um livro recém-publicado, a falta de assunto, etc. Júlio César, que juntava à «clara e fluente linguagem» um cabedal de viagens europeias («O folhetim não tem pátria, é orbívago. O folhetinista legítimo é um escritor nómada.» 1) e, virtude natural nele, «bondade de coração», diz Camilo, representa a primeira faceta, herdada , n'*A Revolução de Setembro*, de A.P. Lopes de Mendonça (1826-1865).

Ests Lopes de Mendonça, já contista e notável ensaísta literário (1843, 1849 2), faz também a passagem ao folhetim-romance com *Memórias de Um Doido* (1849-50), firmando o que, nessa década de 40, atraiu Garrett e (parte das) *Viagens na Minha Terra* (a *Revista Universal Lisbonense de Castilho*, 1843), *O Bobo*, de Herculano (no *Panorama*, 1843) e alguns mais, caso de Andrade Corvo (*Um Ano na Corte*, 1849-51).

Outros nomes ilustres que marcaram a época e o folhetim, mais conhecidos como romancistas ou como poetas, podem ver-se representados em A.A. Teixeira de Vasconcelos (1817-1878 3) e em Luís Augusto Palmeirim (1825-1893 4), respectivamente. Não vá sem esquecer *o* jornalista do século, António Rodrigues Sampaio (1806-1882), temível qual o remexido Camilo que, a partir do Porto 5, se impõe na modalidade da crónica, mas que se destaca pela autonomia que concedeu ao romance em folhetim, ainda no rodapé dos jornais e jogando no sequencial *Continua*. Se filiações quisessemos encontrar, aí estavam Pinheiro Chagas (bom nos romances históricos) e Júlio Dinis (p. ex., *Uma Família de Ingleses*, título originário no *Jornal do Porto*, 1867). É assim, inadmissível estudar Camilo sem a mediação do folhetim, que, sendo género *in fieri*, tinha também as suas imposições.

Um século meio ignorado

As mudanças políticas em nada alteravam essa fome de leitura do comprador de jornais, afecto a determinados nomes e ao sucesso financeiro de certas folhas. Dia 29 de Outubro de 1911, o *Diário de Notícias* oferecia três folhetins (!) e a República lá seguia. Questões de gosto (que era mister não subverter), as temáticas — largamente de importação francesa, cuja influência também não tocaremos —, guerrilhas entre jornais que descambavam em surras ao ar livre... eis um conjunto de motivos que mereciam tratamento especial. Quando Vitorino Nemésio escreve que «Talvez mais de metade da produção literária portuguesa do século passado ficou nas colectâneas de jornais sob essa forma» 6 folhetinesca, como diremos que se conhece a literatura (e a História, e a sociedade) portuguesa de Oitocentos? Como não reequacionar tudo à luz da miríade de estrelas de diferentes grandezas?

Não arriscarei a localização do *primeiro* folhetim em Portugal, nem a origem da palavra, só recolhida em 1873 no *Grande Dicionário Português ou Tesouro da Língua Portuguesa*, de Frei Domingos Vieira. O regresso do género na década de 80 justificava trabalho à parte: José Augusto França (com os seus folhetins no *Diário de Lisboa* e em livro), Augusto Abelaira, Álvaro Guerra, Hélia Correia e a dupla Mário de Carvalho / Clara Pinto Correia (que, no mesmo *Diário de Notícias*, relembraram Eça / Ramalho e *O Mistério da Estrada de Sintra* (1870), com a diferença de que este chegou a ser levado a sério e moveu a administração pública...) foram alguns dos seus cultores.

Apostarei, essencialmente, num esforço de *poética do género*, recorrendo ao que os directamente interessados e actores do processo defenderam. Uma proposta, pois, metafolhetinesca, deixando para trabalhos mais particulares a reflexão sobre os autores, a que se interligam Lisboa e Porto, cujos ambientes julgamos entrever aqui e ali.

Não esquecer, enfim, que o correio dos leitores pôde exercitar-se em espaço tão invejado (*Diário de Notícias* de 17-2-1865), que o folhetim-poema antecipou muita secção literária e que alguns folhetins-contos tanto podiam ir a dois ou três números seguidos como, no mesmo dia, ocupar duas páginas seguidas, também caso de algum romance que, por já cansar (como as telenovelas), exige mais papel (ou tempo) no episódio derradeiro.

cont. na pág. 2

literário

cont. da pág. 1

Adaptados ao rés-do-chão das folhas, para melhor recorte e colecção em capas especiais — que se adquiriam aos agentes ou na administração do próprio jornal — seria de estudar, ainda, o modo como antecipadamente se anunciavam os novos folhetins ou como se adquiriam os direitos para a tradução de êxitos frescos no *Petit Parisien* e afins.

No tocante à província, levantam-se problemas de simples reprodução dos jornais de Lisboa e Porto, com notáveis excepções (Évora, p. ex.). E, claro, a tradição dos três mais antigos matutinos do Porto subverte uma das regras: o trânsito era quase sempre do jornal ao livro e não o contrário. Sirvam estes tópicos para algumas inquietações e um mínimo de paixão por algo que nos toca mais do que pensamos.

Continua

O êxito diário das telenovelas, o lucro fabuloso de filmes de multiplicadas aventuras e complexa intriga que pedem uma sequência, o Simplesmente Maria da radionovela anos 70, a banda desenhada e a fotonovela — eis as expressões mais recentes de uma construção romanesca tocada pela magia do glorioso folhetim de Oitocentos.

Dissolvido numa estrutura de continuidade feita expectactiva, é evidente a ligação do folhetim a uma época nervosa, que, hoje, pode assumir formas angustiantes, requerendo, assim, novos meios de contacto ao sempre privilegiado destinatário. Um escândalo político-social alimenta por meses os diferentes meios comunicacionais, que tanto se referem ao caso de meia em meia hora (ou menos) como diferem, e concentram, a história em duas horas de filme ou de leitura. Os processos pouco divergem.

Dizer, pois, que temos essa *realidade* do género (pois, enquanto género histórico, só a espaços é agora tentado) na massa do sangue parece evidente. Avançando esta tese, pretende-se rever, nomeadamente, a literatura do século XIX, coligando grandes e pequenos vultos, que se iluminam sob novos ângulos, reunidos no (e partindo do) primeiro *mass media* moderno: o jornal, com a variante da revista, dos folhetos e fascículos. Sucedendo ao púlpito e paralelo ao assento parlamentar, que prolonga, analisa e democratiza, o jornalismo começa por, esbatendo a carga política, chamar a si nomes ilustres, fazendo dos rodapés um misto de crónica, romance, secção de escândalos ou reportagem...

Paixões

Dizem muitos que ainda não saímos do século XIX. Era fácil, com efeito, saudar as actuais mutações a Leste com poemas de... Tomás Ribeiro ou de Rodrigues Cordeiro. A Polónia ou a Hungria, bem como certos líderes carismáticos — Bem, Kossuth... — mereceram a solidariedade dos nossos intelectuais ou da humilde imprensa operária. As grandes causas diluíam diferenças e as escolas de Coimbra, Lisboa ou Porto podiam enviar lídimos representantes a formoso banquete fora de portas lisboetas, como o que, meia dúzia de anos após a Questão Coimbrã, reuniu Antero, Ramalho, Júlio César Machado e outros.[7]

Eça descascava em Santos Nazareth, Pinheiro Chagas e Júlio César no seu *Distrito de Évora*: naquele, o folhetim era «horrivelmente insípido»; em Chagas, eram «ridiculamente pretensiosos»; neste, «bocejadoramente alambicados». Espaço, pois, de ajustes de contas, mas também de começos só ainda ditos auspiciosos, como o do próprio Eça na *Gazeta de Portugal*. Acertadamente, reconhecia que «Em tempos de paz, de teatros, de passeios, quem reina é o folhetim: é adorado, é querido, é beijado, é suspirado, é cantado, é dançado: uns dormem abraçados a ele, outros decoram-no, outros forram a alcova, fazendo dele estojo precioso».[8].

Seria preciso dizer mais sobre a importância, enquanto fenómeno histórico-cultural — e não só literário — do nosso género? O mais assombroso, todavia, é a quase nula importância que, nas revisões de Oitocentos, se dá a este género em constantes metamorfoses, como adaptando-se e corroendo os tempos. Impondo, do mesmo pé, estratégias discursivas próprias, de que ainda não saímos.

J.C., Folhetinex Maximus

Assim, as «mil condições que se prendem aos outros géneros» exigidas pelo folhetim — e que Júlio César sintetiza em «composição, diálogo, narrativa e crítica» — concorrem num projecto que, mais à frente, e referindo-se à particular modalidade do folhetim-crónica, quer significar a utilidade da literatura sob esta forma:

«Porque há diferentes maneiras de ser útil.

Apanhar um segredo à natureza, explicar por uma lei o fenómeno que a confirma, achar uma explicação engenhosa das ciências exactas, alguma nova prática de agricultura, um novo aparelho mecânico, é útil, e toda a gente sabe e diz que o é.

Mas estudar os costumes, achar meio de os melhorar preservando a sociedade de alguns males e ridículos, e não recorrer para isso senão à erudição, ao gosto, à filosofia; estar como sentinela vigilante entre o mundo que escreve e o mundo que lê; zelar as artes, a dignidade e elevação das letras; a nobreza dos talentos e dos caracteres; ser, sem vaidade, oráculo do merecimento alheio, pregoeiro dos acontecimentos importantes, dando-lhes justiça que é às vezes a maior das misericórdias, por ser o mais sagrado, o mais regateado dos direitos; empregar o tempo em adquirir conhecimentos positivos, tirar induções, explorar factos, raciocinar, acompanhando-se sempre dos dotes do estilo, o que significa boa ordem nas ideias, colorido na expressão, linguagem que todos entendam, e, ao mesmo tempo, a concisão que convém ao discretar, a singularidade picante a que uns chamam espírito, outros graça, que é às vezes o distintivo do juízo, e a nobre energia que só consegue dar a consciência da verdade, isso também é útil: e, quando é feito nessa elevação de proporções, isso é o folhetim.«[9]

Vê-se por esta incontornável, se bem que longa, citação um aspecto da poética mínima do género. Ideias hoje reinantes, como a do efémero, do vazio ou da moda; do propósito fútil como de um novo universalismo que mal pise as coisas; deste Portugalete sem notícias de monta e casos dignos de registo; mas, sobretudo, da forte presença do folhetinista enquanto condutor de almas — estas ideias são velhas; e é preferível dá-las na pena de alguns conversadores que fui rastreando n'*A Revolução de Setembro* dos anos 60.

Neste sentido, um hoje obscuro J.C. Rodrigues da Costa apresentava-nos o seguinte quadro: «Falemos com franqueza: a época é toda do folhetim e só para o folhetim.

Percorramos todos os jornais, compulsemos os últimos livros, ouçamos o último drama! O que encontramos sob a égide de uninome, ora ainda esperançoso, da república das letras? Aqui a frivolidade, ali a imitação, de um lado um mimoso brinquedo de fantasia, do outro uma espirituosíssima... revista da semana, e nada mais! Que fazem todas essas robustas inteligências que abrilhantam a literatura nacional? Intimida-as o estudo do passado? Desanima-as o excesso de trabalho em assunto talvez ainda mal apreciado entre nós?» (5-4-1865)

Sisudez que parece ter sido respondida, no mesmo espaço, a 29 de Junho e pelo *folhetinex maximus* Júlio César: «O folhetinista português é talvez o primeiro escritor do século. Meio moralista e meio cortesão, só lhe é permitido ocupar-se dos assuntos que o público aceitou: não havendo assunto quase nunca, cumpre-lhe tratar semanalmente de coisa nenhuma. (...) Não é um sacerdócio nem mesmo uma missão, como se dizia outrora da poesia e do jornal, é um empregozinho honesto que quadra lindamente a um homem de boa-fé!»

Narcótico

Esta citação parece desmentir a pretensa utilidade anteriormente convocada pelo mesmo autor. Era esquecer a componente irónica dos jogos em que eles se compraziam, avessos, na prática, à profundidade: «Escrever com ideias é uma sediça banalidade; a glória de encher papel sem elas pretence de direito ao folhetim, (...) que é, finalmente, o primeiro narcótico conhecido... abaixo de uma polémica sobre a liberdade de ensino.

(...)Descuidado por índole e brincalhão por necessidade, o folhetim esquiva-se às pompas da biografia e às lamúrias do necrológio. A sua missão é ver tudo cor-derosa para refrescar o espírito dos leitores (...) O folhetim deve ser antípoda da gravidade. (...)

A divisa deste género de escritor deve ser admirar o belo e fugir do útil. (...)

O folhetinista não tem pretensões a ser coerente. (...)

Se o folhetim tem alguma qualidade boa é a de não ser eterno.» (Luís Augusto Palmeirim, 8-7-1862)

Os canibais

Um dos vectores da ironia romântica é a regular e fácil auto-ironia que fecha, p.ex., as *Memórias de Um Doido ou se lê neste excerto, ainda de Júlio César, no primeiro folhetim de 1865 (6 de Janeiro): «O leitor está-me lendo vestido de novo. Bem o vejo! Eu também estreei alguma coisa com o ano novo, — não escrever folhetins quando me doer um dedo, quando estiver enfastiado, quando preferir passear, ou quando receie... lê-lo depois.»*

Esta presença de um sujeito que fala, em tom ameno, a um interlocutor quase conhecido de vista (em especial, às leitoras), é no contexto romântico, reforçada na escrita folhetinesca; torna-se aqui presença ofuscante. Em síntese, e tomando como exemplo Os Canibais (na Revista de Coimbra, 1865-6, sob a designação *A Estátua Viva* e sem o oitavo e último capítulo que transforma o sentido e... o título), de Álvaro do Carvalhal, observe-se como esse narrador (que o filme de Manoel de Oliveira também deu protagonista)

a) discute o seu processo enunciativo (é assim? vou vem? como se faz um texto? e que texto quero?);

b) analisa a própria história;

c) opina sobre os acontecimentos, intervalando constantemente a narração;

d) interpela o narratário e torna o leitor cúmplice no seu fazer e compreender;

e) se apresenta pouco digno de confiança, degradando, parodicamente, o seu estatuto e o papel que era suposto desempenhar («ri-me por detrás dos bastidores», diz);

f) cria expectativas em final de capítulo, precipitando(-se no) o seguinte, deixando-nos sempre aquém no conhecimento físico e psicológico das personagens (irão estas além de figuras tipicizadas?, perguntamos-nos), bem como na respectiva gramática da acção;

g) exprime claramente uma lição moral (aqui, conto recuperando o sentido de fábula).

Os Canibais, ensaio e programa da literatura do seu tempo, reúne em si, igualmente, as expressões de um parente então na moda — o melodrama —, pela teatralização dos diálogos, jogos de efeitos e golpes de teatro ou na descrição dos espaços cénico e corporal. Acrescente-se a importância decisiva como nas telenovelas, das personagens secundárias.

Para quem, por vezes tão levianamente, opõe Eça a Camilo ou desconsidera este enquanto artista numas obras e folhetinista coitado nas restantes, lembro uma carta de Eça a Ramalho, de 28-11-1878, tratando d'*Os Maias* e seus «incidentes curtos muito adaptáveis ao folhetim». Quem diria?

NOTAS

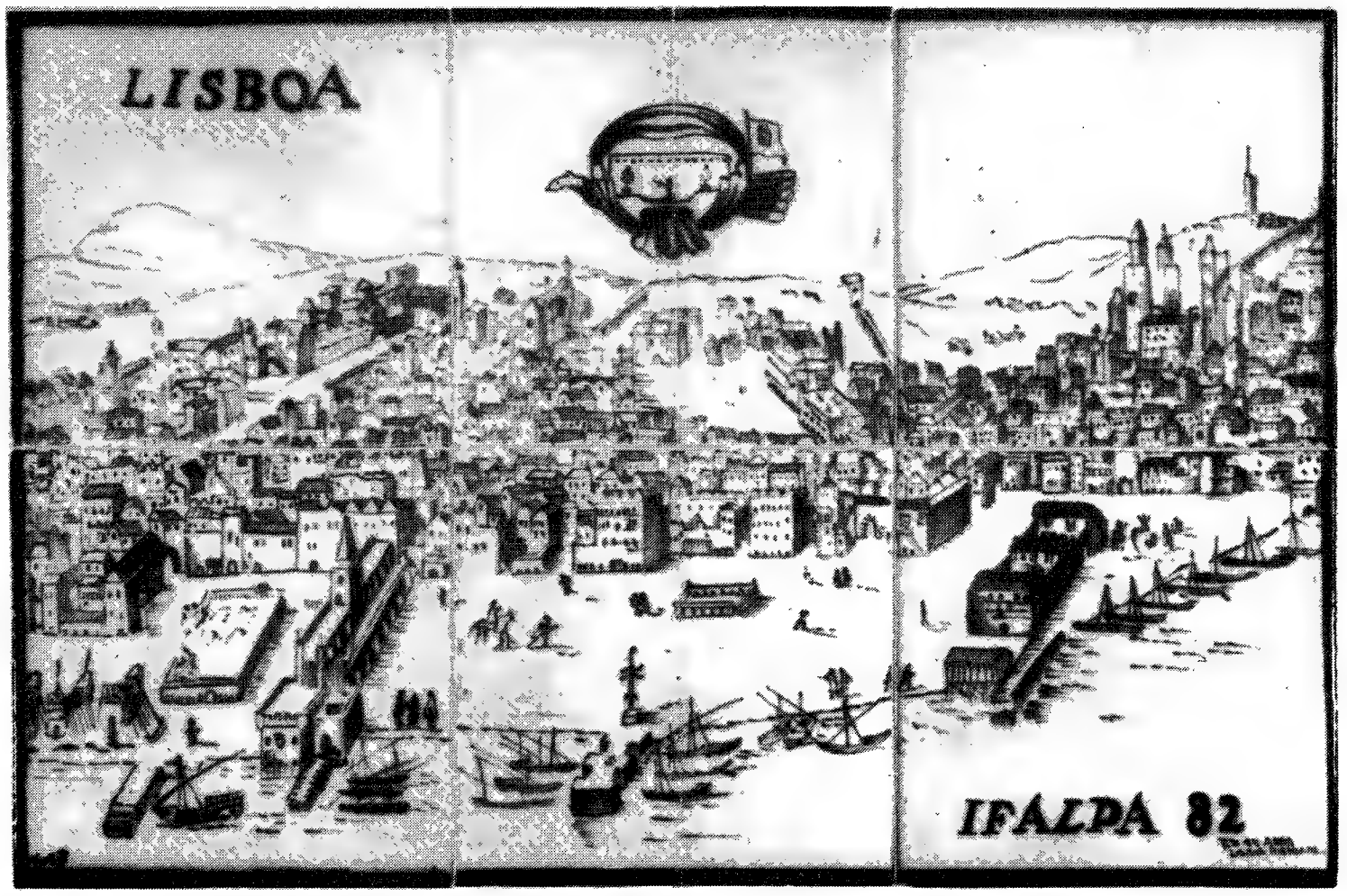
1. «Folhetinista Viajante». In: *A Revolução de Setembro,* 22-3-1864.
2. De 1843 são as ainda ingénuas *Scenas da Vida Contemporanea,* onde já se apela à abolição da pena de morte (1867). De 1849 são os *Ensaios de Critica e Litteratura,* que, além de um balanço nacional, recenseiam a geração de 40.
3. *O Prato de Arroz Doce* (1862) é dos melhores documentos sobre os meses agitados da Patuleia (1846-7). A Ermida de Castromino (1870) alia o enredo inverosímil da segunda metade a um início espantoso: o capital protagonizando a acção em sociedade mercantil nascente.
4. Saiu com o Outono *Galeria de Figuras Portuguesas* (1879), na Editora Perspectivas & Realidades. Já agora, era de lançar *Portugal e os seus Detractores* (1877).
5. Se os anos lisboetas de 1850-2 estão bem retratados em *Aquele Tempo* (1875?), de J.C. Machado — também nesta editora, finalmente em edição autónoma, ainda ao cuidado de Vítor Wladimiro Ferreira —, *O Porto do Romantismo* (1932) já é título de Artur de Magalhães Basto. Ainda para aqueles anos, portuenses e mais para *A Queda dum Anjo,* ver Ricardo Jorge com *Camilo e António Ayres,* s/d.
6. Ver «Júlio César Machado e os Folhetinistas». *Ondas Médias,* Bertrand, s/d (1945). Com justeza dissera antes: «No fundo, bem no fundo do leitor folhetinesco, jaz o animal de escândalo. A aventura alheia é um suprimento do nosso marasmo cómodo. Preferimos a paz podre, mas sabemos que a guerra é a lei; e ver pelos jornais que há vidas beligerantes gera uma espécie de tranquilização sobre o regular e íntegro funcionamento do universo...

Creio que é esta a atitude radical do consumidor de aventuras e que é sobre o seu pressuposto que assenta o folhetim e o folhetinesco.»
7. Ver V.W. Ferreira, «Fora de Portas: uma carta de Ramalho Ortigão». In: *Revista da Biblioteca Nacional,* S. 2, Vol. 3, n.º 1, Jan.-Abr. 1988.
8. *Da colaboração no Distrito de Évora,* III, Livros do Brasil, s/d, p. 281.
9. Cito de *Aquelle Tempo,* in *Claúdio* (2.ª ed., 1875?), pp. 171 e 177-8.

Ernesto Rodrigues

literário

Primórdios da Imprensa em Portugal um exemplo – «A Gazeta de Lisboa»



O quotidiana espelha-se de uma forma imediata e viva no jornal; no entanto, para que uma publicação possa ser considerada jornal é necessário que três características fundamentais se concretizem: o encadeamento de assuntos, a periodicidade e conteúdos específicos. Pode-se dizer que o jornalismo nasce em Portugal como noutros países pela conjugação de diferentes factores, sendo um determinante: a existência de um público mais ou menos vasto, ávido da notícia, desejoso de ser informado. O próprio progresso da tipografia e da melhoria das comunicações concorrem para a publicação do jornal. Contudo, esta não aparece de imediato com a invenção da Imprensa de caracteres móveis. Sabemos que, durante mais de um século, as publicações que satisfazem parcialmente a avidez deste público são folhas impressas, *Relações* ou *Notícias Avulsas* que esporadicamente relatam algum acontecimento de âmbito nacional ou estrangeiro.

Filipe III, tomando consciência das repercussões que tais escritos provocam, irá limitar a sua publicação por carta régia de 26 de Janeiro de 1627.(1).

Durante largo tempo se considerou que *Relação Universal do Que Sucedeu em Portugal e mais Províncias do Ocidente e Oriente* de Manuel Severim de Faria (2) escritor com o nome suposto de Francisco de Abreu, para o primeiro jornal português.

Este homem pugnou no séc. XVII pela informação:» Quando que as suas notas de viajante viessem a aproveitar outras pessoas que seguissem a mesma rota, Severim de Faria captou uma noção moderna: a de que a Cultura adquirida não é um bem próprio, mas um ensinamento posto à disposição dos outros«(3).

No entanto, embora estas relações oferecessem as notícias do presente, não denunciavam uma periodiciade ou mesmo continuidade na sua publicação e divulgação. Será sim a *Gazeta em Que se Relatam as Novas Todas Que Houve Nesta Corte e Que Vieram de Várias Partes no Mês de Novembro de 1641 (4),* que revelará estas características. Os temas tratados visavam tanto os acontecimentos ocorridos noutras paragens como o que se vai passando no país: as procissões, os desastres, os acontecimentos sociais.

O público continuaria a exigir a novidade e apesar de o poder régio, tentar e mesmo restringir a acção das Gazetas, estas começam a fazer-se sentir como elemento presente no quotidiano da população. É assim que esta sabe que: «O Conde da Caftanheira, que eftaua prefo numa torre de Setuual pedio a elRey noffo Senhor que lhe mudaffe a prizão por quãto eftaua indifpofto: & elRey noffo Senhor ufando de fua natural benignidade e mãdou trazer para o Caftelo de Lisboa.«(5).

A restrição à acção das gazetas, e aos conteúdos das mesmas, é algo que se passa não só em Portugal mas também noutros países da Europa, como por exemplo em Inglaterra. Entre nós tal aconteceu a partir de 1642, passando-se a publicar somente as notícias referentes ao que se passa fora do país, defendendo-se assim o Secretismo da informação.

Desde a última edição da *Gazeta e Que se Relatam as Novas Todas Que houve nesta Corte* (...), em 1647, até 1663, apareceram algumas folhas noticiosas avulsas que iam narrando os diferentes efeitos da guerra de independência (6).

O *Mercurio Portuguez* surge pois em 1663, especialmente vocacionado para influenciar o público *Com as Novas da Guerra entre Portugal e Caftella,* como indica o seu subtítulo (7). É redigido por António de Souza de Macedo, cuja acção diplomática se faz sentir em diferentes momentos da vida política portuguesa. Desenvolve a sua carreira diplomática em Inglaterra onde acompanha, como secretário de D. Antão de Almeida e de D. Francisco de Andrade Leitão esforçando-se pela concretização do apoio deste país a Portugal durante a Restauração. António de Souza de Macedo preparou o casamento de D. Catarina filha de D. João IV com Carlos II de Inglaterra, sendo posteriormente enviado como embaixador de Portugal junto dos Estudos Gerais da Holanda, em 1662 é nomeado secretário de Estado no governo do Conde de Castelo Melhor (8). «Evocando o mensageiro dos deuses, a designação de *mercúrio* foi adoptada por publicações de vários países europeus, como Holanda, Alemanha, França, onde se tornou um nome comum.» (9).

O *Mercurio Portuguez,* para além de facultar informações sobre a guerra entre Portugal e Espanha, oferecia ao seu público notícias sobre os diferentes acontecimentos que se davam no país e no estrangeiro. Saía quase todos os meses, apresentando por vezes suplementos que relatavam o que de imediato poderia interessar à opinião pública. Contudo, à semelhança do que acontecia em França, já surgiam nesta publicação artigos que denunciavam uma clara intenção política.

Não nos devemos esquecer que António de Souza de Macedo foi o autor em 1645 de *Lusitania liberata ab injusto Casteanorum dominio* e que, como defensor acérrimo da independência política de Portugal, sempre lutou pelas suas ideias no seu periódico que cessa a publicação em 1667.

Surge em seguida, e de uma forma efémera, a *Gazeta* com dois únicos números referentes a Agosto e Outubro de 1704. Em 1715 aparece a *Gazeta de Lisboa* que será a folha oficial do reino. Quem a redigirá por mais de quarenta anos será José de Freire de Monterroyo Mascarenhas.

A periodicidade desta publicação é semanal, surgindo paralelamente outros periódicos dignos de interesse como a *Gazeta de Lisboa Ocidental* (10), alguns jornais manuscritos, como o *Folheto de Lisboa* (11), e o *Mercurio Histórico de Lisboa* (12).

Em Janeiro de 1760 suspendeu-se a publicação da *Gazeta de Lisboa* sob a égide de José Freire de Monterroio Mascarenhas, sendo em 29 de Fevereiro do mesmo ano autorizada a sua publicação pelas oficinas da secretaria de Estado da Repartição dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, ficando a ser conhecida pela «*Gazeta dos oficiais de secretaria*» (14).

Apesar das suas características especificas pela regularidade da sua publicação, a *Gazeta de Lisboa* possibilita-nos traçar um quadro bastante aproximado da vida cultural do nosso país no século XVIII: «A Gazeta de Lisboa permite reconstituir os tempos e caminhos que levaram as notícias a chegar à Capital, sendo por isso uma fonte de valor inestimável.» (15).

Encontramos notícias tão diferentes no seu conteúdo como anúncios de vendas de livros ou como a do Terramoto em Lisboa, publicada a 1 de Janeiro de 1756:

«(...) Cresceu a violência do Terramoto de modo, que deixou atonitos, e confternados mais aos que fe viam nas fuas, que aos que eftavam em fuas cafas vendo os movimentos, que faziam as cafas, as Igrejas, e as Torres; a grande do Caftelo, que he muito alta, e de grossura extraordinária as fuas paredes, pedecem tam grandes balanços, que facudiu de fi as fuas ameyas, e lançou de fi tanta poeira, que formou huma nuvem: a de *Santa Maria* fez o mefmo, expulfando de fi a pedra do remate do feu zimborio, deixando arruinada huma parte delle. O convento de S. Francisco teve um lanço do Claustro demolido, atriufe-lhe a abobada da Igreja, inclinou-fe o feu frontefpicio para a parte da rua (de maneira, que cahiu a coroa da cabeça da Imagem da N. Senhora, que nelle fe venera) e tornou a porfe no feu lugar: a torre fe abriu pelo campanario, e defpegou o zimborio, que também tornou a pôrfe no feu proprio.» (...) Os Religiosos defampararem o Convento; a gente que eftava na fua Igrejas, que foram mais de vinte, como fe foffe huma cama movida do vento, e fe atemorizou de maneira, que poftrada por terra pediu com piedofos clamores mifericordia ao Ceo, e nefta postura eftiveram todas até fentirem o eftrondo do zimborio da mefma Torre que em hum dos feus balanços o arrojou no cham. (...) Muitas cortinas das muralhas fe fepararam dos feus Terraplenos, e fe tornarem a unir com elles, deixando fempre viftigios da fua feparaçam. Huma das fuas guaritas fe partiu orizontalmente pelo meyo, e a metade fuperior fe voltou mais para o Poente, fuftentando-lhe mais altos. Junto à Igreja da Santia cahiu parte dehuma canhoeira. De todas as cazas da Villa humas nam abriram, cahiram algumas, e os tectos de outras. As edificadas ha menos annos padeceram mais aberturas, que as velhas.»

O próprio apoio de Inglaterra a Portugal na altura do Terramoto é noticiado:

«A noticia que fe recebeu do lamentavel eftrago, que fez na cidade de *Lisboa* hum terrivel Terramoto no 1 de Novembro do anno paífado, cauzou nefta Corte, e em toda a noffa naçam hum fentimento univerfal. O commercio que fe coftumava fazer entre efte Reyno, e o de Portugal, ficou como fufpendido, e fe recufarem abfolutamente receber as letras de Cambio paffadas em Lisboa para Londres. Sua Mag. ficou fenfivelmente penetrado do deploravel eftado e que ficaram reduzidos os habitantes da dita Cidade, e de outros daquelle Domi-

cont. na pág. 4

cont. da pág. 3

nio e declarou querer concorrer com 50 libras eftrelinas (450 U cruzados) da fua propria bolfa para fe diftribuirem pelos mais neceffitados, e efcreveu hũa carta de pezame muy fentida a S. M. Fideffima que deu a Monfr. Touunshend (secretario da Embayxada defte Reyno na Corte de Hefpanha que aqui tinha vindo com a occaziam da morte de fua Mãe) para que lho entregaffe, e informaffe ao mefmo Monarca das medidas que aqui fe tomam para confolar quẽto for poffivel os feus subditos na trifte conjuntura em que fe acham; e o encarregou tambem de algumas novas inftrucções para Monfr. Hay, que ali refide como Conful da Naçam Britanica.»

(29 de Janeiro de 1756)

Também a situação na corte Portuguesa é relatada:

«A Corte continua a fua affistencia no novo Palacio, que fez fabricar de madeira junto à Igreja de N. S. da Ajuda no Citio de Bellem onde Suas Mageftades Fideliffimas, e toda a Augufta Familia logrão a perfeita faude, que defejão os feus vaffalos.»

(7 de Abril de 1757)

As notícias do estrangeiro são tanto de carácter social ou cultural ou mesmo económico. Referem-se não só os acontecimentos das diferentes capitais estrangeiras, como de outras cidades:

«Da cidade de Leam fe efcreveu, que o commercio ali fendo cada dia menos; e fem embargo de haver chegado huma grande quantidade de feda de todas as fontes, que fez abaixar o exorbitante preço, a que tinha fobido efta efpécie de mercadoria, fe nam acha mais adiantado; porque depois que as Potenciais da Europa deram em fazer pragmaticas; e em querer fervir-fe fó das manufacturas dos feus paízes, nam tem confumo os ricos eftofos, que fe faziam nas fuas fábricas. Que o Magiftrado tinha defendido os jogos, que coftumava haver nas cafas de café, atendendo ao prejuizo do comercio, deque tem refultado forem jãa menos as quebras por falta de crédito; por fer certo, que muitos bons negociantes, em que dominava o vicio do jogo, fe arruináram, e nam cuidavam como deviam no feu negócio.»

Paris, 1 de Mayo

(4 de Junho de 1750)

Os eventos sociais nas Cortes Europeias são ainda amplamente noticiadas, referindo-se mesmo os festejos que as comunidades de estrangeiros em Lisboa efectuavam:

«A Naçam Franceza, eftabelecida nefta cidade, havendo recebido a fufpirada noticia do feliz fuceffo, com que a Sereniffima Senhora Delphine deu à luz dentro em cinco minutos no dia 19 de Setembro hum Principe, a quem o Rey Chriftianif, feu avô nomeou logo Duque de Borgonha fez cantar em acçam de graças na Quarta feyra 20 do Corrente, na fua Capela nacional de S. Luis, pelos melhores Mufias de inftrumentos, e vozes defta corte, com a expofiçam do Santiffimo Sacramento, huma Miffa folene, e no fim dela o Te Deum; a que affiftiu Mons. Francifco Desvermay.»

(19 de Outubro de 1751)

As necessidades do público são satisfeitas pela informação dos artigos postos à sua disposição. A título de exemplo: «António Maria Neno, morador na rua nova de Jesus, onde eftá a fábrica de aguardente, fez avifo atodos os curiofos de flores, de que agora lhe chegaram de Hollanda Raízes, e cebolas de todas as coftas, e coves; fingelas, e dobradas: como junquilhos, narcisos, jacintos, anemonas, tulipas, ranunculos e borbuletas. Tem por cima da porta um painel comdous vafos de flores.

Joam Bautiffa Fravega, que mora na horta fica defronte da rua da amizade, e chegou ha pouco de França, e Hollanda, fez igual avifo aos curiofos; pois tambem vende raizes, e cebolas de flores por preço acomodado, e fementes de todas as caftas de hortaliça.»

(21 de Setembro de 1751)

Os próprios títulos das obras disponíveis à venda são noticiados, bem como a referência aos despachos do governo do marquês de Pombal e até as diferentes falências, de modo a advertir a opinião pública:

«Na junta do comercio fe aprefentou por falido de credito Joaquim Alexandre, que que comerciava em Trigos, e antes fora commifferio da Carreira do Brasil, morador nefta cidade à carreira dos cavalos.

Pela mefma junta fa ham de arrematar as fazendas feguintes. Huma Quinta com cazas nobres, e outras pertenças no olival de Chellas; o qual foi do falido Ignacio Gomes de Brito. As paredes, e materiais preparados na calçada da Eftreida para humas cazas a que deu principio o falido Antonio Ribeiro Neves. Hum officio de solicitador do fisco pertencente ao mefmo; como tambem huma Fazenda na banda de alena, de que tudo fe acharà noticia, mais exacta em caza do Efcrivam da Confervatoria da mefma Junta Mauricio de Almeida e Silva, morador de Rilhefoles.»

(24 de Novembro de 1757)

A 22 de Julho de 1760 o poeta Pedro António Correia Garção inicia a sua republicação, cessando esta a 8 de Julho de 1768 por ordem emanada do governo de marquês de Pombal.

O século XVIII é por excelência e século do grande despertar do público para a notícia, e do seu consumo mais ou menos imediato. Várias são as publicações jornalísticas sob a forma não só de jornal, que se dedicam a campos específicos de informação como a difusão literária, política, histórica, humanística. Encontramos ainda neste período os primeiros jornais que iniciam o jornalismo literário. (16)

Mas a isto voltaremos noutra ocasião. Para já tentámos desvendar um pouco do dia-a-dia numa publicação semanal setecentista.

Notas:

(01) — Correspondência do Desembargo do Paço de 1627 a 1628, fl. 19.

(02) — A primeira saiu de Março de 1625 a Setembro de 1626 e foi impressa pela 1.ª vez em Lisboa, em 1626, depois em Braga em 1627. A segunda relação é de Março de 1626 a Agosto de 1627 e foi impressa em Évora em 1628.

(03) — Sobre esta personalidade ver Joaquim Veríssimo Serrão, Viagens em Portugal de Manuel Serevim de Faria 1604-1609-1625. Lisboa, 1974, ps. 16-17. Ver igualmente deste autor A Historiografia Portuguesa, vol. II, Lisboa, 1973, ps. 80-96.

(04) — Publicada em Lisboa, oficina de Lourenço de Anvers, o privilégio real foi concedido a Manuel Galhegas por alvará de 14 de Novembro de 1641, foi publicada até Setembro de 1647.

(05) — *Gazeta em Que se Relatam as Novas Todas Que Houve Nesta Corte e Que Vieram de Várias Partes no Mês de Novembro de 1641*, 14 de Novembro de 1641, 14 de Novembro de 1641 p.l.

(06) — Ver conde de Ericeira, História de Portugal Restaurado, Lisboa, Oficina de João Galrão, 1679.

(07) — Publicada em Lisboa, na oficina de Henrique Valente de Oliveira.

(08) — Sobre este autor ver: Edgar Prestage, O dr. António de Sousa Macedo, Residente de Portugal em Londres, Lisboa, 1916. «The Diplomatic Relations of Portugal with France, England and Holand from 1640 to 1668, Londres, 1925.

(09) — José Tengarrinha, História da Imprensa Periódica Portuguesa, Lisboa, 1989, p. 39.

(10) — Aparece de 6 de Janeiro de 1718 a 31 de Agosto de 1741 e foi igualmente redigida por Freire de Montemoyo Mascarenhas.

(11) — Redigido pelo padre Luís Montez Maroso de 2 de Janeiro de 1740 até 3 de Outubro de 1750.

(12) — Publicado semanalmente em 1743-1745, B.N.L. Cod. 554.

(13) — Ver para mais informações o *Index das publicações saídas desde 1724*, B.N.L. cod. 1457.

(14) — José Tengarrinha, op. cit. p. 44.

(15) — Joaquim Veríssimo Serrão, *História de Portugal (1640-1750), 5, Lisboa, Verbo, 1980, p. 364.*

(16) — Ver a propósito Augusto Xavier da Silva Pereira, Dicionário Jornalistico Português, Reservados da Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa, cit. José Tengarrinha, op. cit., p. 326.

Ana Paula Menino

REGRESSAR DO FUTURO (I)

FOLHETIM DO DIARIO DE NOTICIAS

UM ACTOR PERANTE A ESTATISTICA

Quem não tem batido as mãos algumas vezes para manifestar em palmas os enthusiasmos do seu espirito ao ver sobre o palco Izidoro, um dos nossos mais estimaveis artistas dramaticos reproduzir com inimitavel verdade os mil e um variados typos que constituem a vasta galeria social? Pois aquelle artista que alli vêem com a *sans façon* do verdadeiro talento é um homem methodico, systematico, que não despreza as cifras, e tem amor ás datas. Do seu livro de apontamentos acaba elle de extrair, a curiosa estatistica da sua vida que hoje offerecemos aos leitores do *Diario de Noticias*. N'ella se admiram as longas fadigas do homem que presa a arte pela arte, e as mil transformações que soffre um bom actor. Não nos diz o sr. Izidoro quantas vezes morreu, quantas foi marido trahido, amante piegas, duellista consummado, poeta e jornalista, mas refere-nos que foi imperador, tyranno e pae de sua mulher! Ouçamol-o:

De 30 de novembro de 1849, primeira noite que representei em theatro publico de Lisboa, até 31 de dezembro de 1864, tenho representado em 2221 noites de recita, contando por duas recitas as noites em que representei em dois theatros, que foram mez. Estas recitas foram dadas nos theatros de Lisboa, a saber: em S. Carlos 4, D. Maria 103, Gymnasio 1338, antigo Salitre 101, Variedades 346, D. Fernando 7, Rua dos Condes 3, Café-Concerto 3, salas particulares em noites de soirées 2, theatros particulares 3. Porto, theatro de S. João 69. Em 17 theatros publicos e em 2 particulares de provincia 48. São as peças em que tenho entrado 332 (conto por duas peças aquellas em que fiz dois papeis, que são 10, e conto por uma só aquellas em que fiz quatro papeis, que são duas,) a saber: peças em 1 acto 198. (N'este numero conto as scenas comicas e poesias.) Em 2 actos 37, em 3 actos 67, em 4 actos 16, em 5 actos 14, que fazem ao todo 607. D'estas peças as 10 que mais representações tiveram foram: S. Antonio, de Braz Martins, 113 (entrando eu), Corôa de Carlos Magno, de J. A. d'Oliveira, 104. Loteria do Diabo, de J. A. d'Oliveira e F. Palha, 82 (entrando eu). Juiz eleito de L. A. d'Araujo (entrando eu). Por um triz, de E. Garrido, 70. Andador das Almas, de F. Palha, 65 (entrando eu). Cada um no seu logar, *por mim* 64. Olho vivo, de J. A. d'Oliveira, 60. Agiota em miniatura, de A. Abranches, 56. Para França por Tavira, de A. C. de Vasconcellos, 51.

São as peças em que tenho entrado: originaes 110, traducções 66, imitações 141, em francez 2, proverbio 1. Tiradas dos romances Judeu Errante 1, D. Quixote 1. Os 10 auctores que mais contribuiram para este numero foram: D. José d'Almada, J. S. Mendes Leal, Junior, F. Palha, A. C. de Vasconcellos, José Romano, Julio Cesar Machado, Joaquim Augusto d'Oliveira, J. M. Braz Martins, Romão Antonio Martins e este seu criado.

Occupei no theatro posições distinctas que me valeram o respeito dos meus concidadãos: fui *uma vez* Cesar Romano; *duas* sultão; *uma* rei; *duas* tyranno (propriamente dito); *tres* Lucifer; *uma* duque; *trez* marquez; *duas* conde; *duas* visconde; *quatro* barão; *uma vez* marechal; *uma* brigadeiro; *uma* coronel: *uma vez* major; *uma* capitão; *uma* alferes; *cinco vezes* sargento; *duas* cabo de esquadra. *Tres vezes* fui soldado e *uma só vez* recruta! Fui clarim *uma vez*; *uma* regedor; *tres* cabo de policia. *Seis* tabellião; *duas* agiota (propriamente dito, perdôem-me). *Tres vezes* fui actor (é caso intrincado!); *tres vezes* fui barbeiro; *duas vezes* fui Neptuno do Loreto; *tres* marujo; *seis* escudeiro de magica. *Seis vezes* fui saloio; *outras tantas* gago (já estou bom). Já *sete vezes* fui rapaz tolo (deixei de o ser no dia seguinte); *quatro vezes* fui rapaz serio; e *tres vezes* fui Izidoro. (Inda não deixei de o ser.)

Além d'estes personagens distinctos, representei mais, sem distincção, *cento noventa e nove* papeis, que eu classifico da seguinte maneira:

Fui pae velho *trinta e uma vezes*; velho (sem ser pae) *cincoenta e cinco*; galan amoroso de drama *sete vezes*; dito dito de farça *sete*; dito central *duas*; dito comico *quarenta e sete*. Fui centro dramatico *dezesete vezes*; e criado de servir *trinta e duas*. Lembro-me tambem que fui marido zeloso, com justa causa ou sem ella, *dezeseis vezes!*

Das actrizes, com quem fui mais vezes casado, foi a sr.ª Emilia Candida; não obstante, fui tambem *seu pae* algumas vezes.

Em todo este tempo só deixou de haver espectaculo, por eu estar doente, duas vezes, e ambas accidentalmente: de uma, nove dias; e de outra, seis.

Por todas estas boas obras tenho recebido dos differentes theatros em que representei 6:279$800 rs.; 4:594$000 de ordenados, e 1:685$000 de beneficios, a saber:

De S. Carlos (ordenado) 2$400; de S. João, do Porto (ordenado) 24$000; de D. Maria (ordenados) 759$200; dois beneficios (vendidos) 144$000; comedorias no Porto 32$000; do Gymnasio (ordenados) 1:466$800; beneficios (dois vendidos e sete feitos) 631$000; comedorias no Porto 40$800; de Variedades (ordenados) 1:924$000 (d'esta conta ficaram-me a dever 193$000 réis!!!); beneficios (tres vendidos e quatro feitos) 840$000; de D. Fernando (ordenado) 3$600; da rua dos Condes (ordenado) 2$400; do Antigo Salitre (ordenados) 98$000; beneficios (tres bocados) réis 54$000; provincias (ordenados e comedorias) 242$000 réis.

Ganhei mais 2:241 velas (coisa que um padre cura não ganha em toda a sua vida!)

Sem contar os presentes que tenho recebido em alguns dos meus *beneficios*, nem o dinheiro a mais, que sempre recebi em todos elles; e nem o presente com que ultimamente me brindou a sociedade do Gymnasio.

Paço das Escolas Geraes, em 30 de janeiro de 1865.

IZIDORO SABINO FERREIRA.

literário

Folhetim

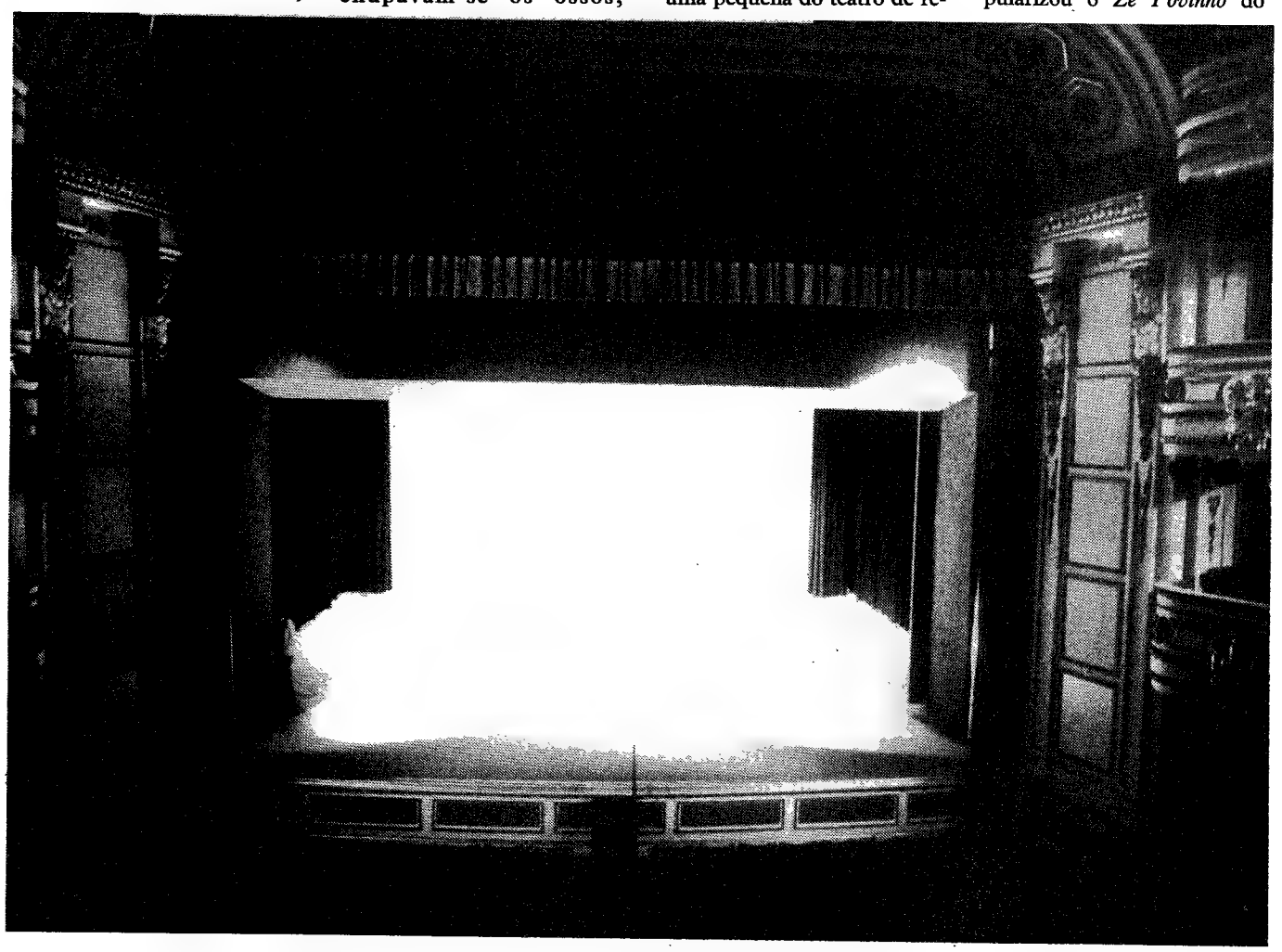
REVISTA DE DEZ ANOS DE TEATRO EM PORTUGAL – (1880-1890)

Que seca! Isto, em boa verdade, é uma choldra! Uma choldra! Razão tem o Eça de Queiroz para o dizer e escrever. Vive regalado ao que me consta, lá, pelas Inglaterras — espera, parece que está em Paris — e só passa por cá uma vez por outra, entretendo-se a escrever aqueles romances apimentados que tratam esta gente como ela merece: Uma choldra. Quando o souber por aí, vou arranjar uma apresentação, coisa chique à porta da Baltresqui ou da Havaneza, e hei-de contar-lhe estas coisas da redacção do jornal. Uma novela, um conto, um romance sobre jornais e jornalistas cá da capital é sucesso pela certa. Ah! Que se o filho vai ser divertido! E depois quero ver a cara deste redactor- chefe. Se não fosse cunhado dum protegido do José Luciano bem queria ver se o partido lhe dava este lugar.

Agora, também já quer artigos com o seu quê de comemorativo. Não percebo bem o que deu a esta gente toda. Começou a década com as comemorações camonianas. Festas e festinhas, bandas, balões, discursos e a canalha republicana a afiar o dente e a exibir-se. Já consta para aí que vão comemorar a descoberta da Índia, a do Brasil, o centenário de Santo António, sei lá que mais! Ele são as exposições lá fora para uns quantos andarem a passear e cá o Zé Povo — sim porque lá confundir-me com o Povinho é coisa que não quero — é quem paga...

Como se isso tudo não bastasse, agora, este redactor-chefe dá-lhe para exigir um artigo, coisa curta e objectiva diz o homem, sobre o teatro nos últimos dez anos, isto é, de 1881 a este de 1890 que agora começa.

Isto vai de ananases!!! Será que a criatura sabe o que pede? Só o que há de teatros em Lisboa dá para atrapalhar. Ele é o S. Carlos com as óperas e as cantoras italianas, ele é o Teatro da Rua dos Condes onde nem sei se me divirto mais com as revistas e as mágicas no palco se com o espectáculo da assistência, ele são os teatros que se armam nas feiras de Alcântara, de Belém e na das Amoreiras — lugar bom, mesmo calhado para uma grande feira — ; ele é o Teatro D. Fernando lá para as Janelas Verdes, o dos Recreios, nos Restauradores, o da Alegria na Praça da Alegria onde em tempos já passados ficava a célebre padeira com o não menos estimado pato com arroz de que falou num dos seus folhetins o meu colega Júlio César Machado... Ele é o teatro do Rato, o do Ginásio, o do Príncipe Real, o Variedades e, claro, o D. Maria II aqui mesmo à beira, no Rossio. Como me rio quando o Luís Palmeirim, artista da pena quando trata das figuras características e excêntricas lisbonenses me conta histórias do tempo em que o construíam; quanto mais cavavam mais água brotava e lá lhe chamavam o Teatro do Agrião; depois, com todas aquelas confusões de comissários do Governo, guerras a favor e contra a Emília das Neves, quando, volta e meia, não rebentava uma pateada originando muito murro, cabeças rachadas, bengalas a chover pelos costados, bons jogos de soco... E, nos teatros populares, as famílias que se apertavam lá em cima nas torrinhas, levavam os seus farnéis que os espectáculos eram, muita vez, longos de mais de cinco horas; limpava-se até ao osso as perninhas de frango, chupavam-se os ossos,



falta de assistência aos espectáculos, os críticos e os ministros, a política cultural da Regeneração, tudo dava para que chamassem ao nosso Teatro Nacional o *Argel do Rossio*. E nos outros teatros! Aquilo é que eram tempos do outro mundo. Esta gente não conhecia maneiras de gente civilizada, apenas começava a copiar modas de Paris, a ler a sua revistazita e a sua folha de jornal, a aprender a vestir-se, a perfumar-se, a pentear-se, a ter maneiras... Com o meio do século ainda fazia furor o lançar-se folhas de papel colorido — verde, rosa, azul, vermelho e amarelo — sobre a assistência e onde poetas de renome ou simples curiosos imprimiam versos de exaltação do talento e da beleza das actrizes, tomando partido por uma enquanto outras tinham também a sua corte de admiradores; e nas noites do benefício das mais populares, o que por ali ia de cestas de flores, de prendas ricas, jóias até, de largada de pombos saboreavam-se pastéis, «aviava-se» bacalhau cozinhado de mil maneiras, peixe frito, costeletas, um nunca acabar de petiscos... Quanta vez os destroços dessas patuscadas, bem regadas com vinho de Torres, vinham parar à plateia provocando trocas de palavreado, que esta gente não sabe falar de outra maneira. E quando a assistência, principalmente a dos teatros de feira e dos barirros populares, comentava a acção!?E interrogava, discutia e insultava os artistas quando estes interpretavam papéis de maus fígados? Nem no Teatro Nacional se escapou à fúria do espectador, agredido pela veracidade com que o Teodorico vestia a pele de um pai tirano e, irado, se levantou do lugar e arremessou, brutalmente, o seu molho de chaves à cabeça do actor. Isso, sim, é que eram tempos em que o teatro tumultuava com os poetas e valentaços que tinham feito a Patuleia e animavam as salas por onde passavam.

Hoje, tudo é diferente, mais calmo e bem cinzento, mal se diz o que se pensa, elogia-se a torto e a direito, cumprimenta-se com muita vénia enfim, vai-se vivendo, cansado disto e desta gente. Não há dúvidas que vamos de mal a pior. Esta gente já não tem fibra e o que mais quer é a bela mesa francesa, bons conhecimentos para ter bons lugares, a sua aventurazita com uma pequena do teatro de revista, a sua passeata de «touriste» a Paris para o indispensável banho de luz, o belo cavaco no café, e o namorozito, legal ou adúltero, no sobe e desce do Chiado.

E, enfim, lá vou compor as colunas do *Folhetim*. Nestes últimos dez anos há muito que dizer mas também há que separar as águas. Aqui, por um lado, há o recordar os bons momentos dos palcos de revista com as raparigas a mostrar as pernas cobertas com meias e, para falso escândalo de muita boa gente, a puxar a sua cigarrada e a provocar na plateia o que resta da boémia e do janotismo. E depois, apesar de não me parecer bem, lá bem no íntimo fica sempre uma dúvida, os autores dos textos de revista não têm respeito por ninguém e atacam tudo e todos: o que o Júlio Rocha escreveu sobre o Fontes Pereira de Melo n'*Os pontos nos ii* e sobre o Conselheiro Arrobas (aqui para nós figura bem patusca) em *Um rei pequeno* e *À roda da política;* e o António Menezes, belo rapaz que se assinava Argus e morreu bem cedo e também desancou no Fontes que é de rebentar a rir, se bem me lembro tocava cavaquinho, e que n'*O António Maria* lhe chamou o «Bismark de papelão»; este Argus tinha muita piada; apanhava as coisas no ar, dava-lhes uma volta e saía risota pela certa. Como ele popularizou o *Zé Povinho* do Bordalo e o transformou, logo, em «compére» das suas revistas. E já que se fala disto das revistas o facto é que a morte do Menezes facilitou a vida ao Sousa Bastos que reina aí nos palcos do Condes desde que a Pepa Ruiz, então o seu bem mais querido, lhe abrilhantava o *Tim tim por tim tim;* já nem sei se li ou se ouvi algum desses apaixonados do teatro aquela piada, muito boa, que dizia dessa revista, que era a Pepa Ruiz em três actos e vinte e nove pares de meias justas! Aquilo é que foi uma fartura para os olhos e um sucesso de binóculos. Se fosse hoje a Pepa já não arranjava contrato; há para aí uma miúda que deu a volta ao miolo do Bastos. Chama-se Palmira Martinez, é filha de espanhóis e, não tarda muito, arranca como primeira figura e, se calhar, consegue o que a Pepa nunca conseguiu: passa a chamar-se Bastos. Juntamente com o Bastos e o Argus o outro nome a registar é o do Francisco Jacobetty que morreu meses atrás e que muito nos divertiu e fez cantarolar com as coplas do *Micróbio*. E que certo estava! Isto é mesmo um país de micróbios desde aquela gente do Parlamento, que ninguém conhece, aos homens do ministério que são uma espécie de caricatura do chefe, até à pouco do Fontes, agora o José Luciano... Ah, já me esquecia! Aquela actrizita, a Emília Eduarda (mais uma Emília!!!) foi de vez para o Porto e lá escreveu e levou à cena a primeira revista do ano assinada por uma mulher. E se me permitem um desabafo ele aí vai. Como continua a haver bastante público para este tipo de espectáculo façam-se votos para que a música que alegra os quadros seja composta especialmente para as peças evitando-se que passemos a vida a escutar trechos de óperas e de operetas que todos conhecemos mas com versos bastante frescalhotes...

Deixo de parte todos esses outros teatros e já tendo referido apreço pelas revistas do ano que importámos de Paris mas que estamos tornando, cada vez mais, um produto bem lisbonense, podemos recordar alguns dos artistas estrangeiros que nos visitaram: a Celestina de Paladini que não reeditou o sucesso que tivera anos antes; em 1882, esteve connosco a Sarah Bernhardt que teve o seu êxito no Ginásio, êxito que não renovou quando em 1888 esteve no Nacional e o público não encheu a sala; agora, ovações entusiásticas, teve o Coquelin; quase se receava que o Nacional viesse abaixo com tanta palma... Pena fez-me a Mme Favart, de quem Victor Hugo tanto gostava e que, decadente e velha, fez um fiasco completo.

Por um lado até está bem; esta mania que temos de pagar a preço de ouro tudo o que nos vem lá de fora é uma seca. Então são os franceses que nos conhecem? São eles que sabem o que nos convém? Cobram-se como marajás da Índia ou como reis do trigo e da cerveja dos norte-americanos e não estão para se ralar muito com os portugaletes, cafres aqui neste Portugal «à beira-mar plantado» como escreveu o Tomás Ribeiro que volta e meia está ministro... Verdade se diga que este Teatro Nacional dá para tudo e para todos. Nestes anos mais próximos tocaram lá o nosso Artur Napoleão, um talento de mão-cheia, aquele russo de uma fealdade estranha que se chama Anton Rubinstein mas, também, uma orquestra de zíngaros que os duques de Palmela podres de chique, de dinheiro e de arte, convidaram para vir ao nosso país, e,

cont. na pág. 12

literário

Jacob Irugo Martinez, editor

O CHARME DISCRETO DA ARISTOCRACIA

Um aristocrata autêntico, de pura linhagem, daqueles que não precisa provar nada . É aquilo que é. Tem nome comprido e um título doado pela mãe, a duquesa de Alba . É Jacobo Martinez de Irujo Fitz-James Stuart e, para abreviar, conde de Siruela. Ilustre membro da nobreza espanhola, dirige uma editora, de características singulares, e a revista "El Paseante" que apresenta uma imagem muito elaborada, em sintonia com o estilo da década de oitenta, sem que isso signifique predilecção pelo superficial e o fútil. Recebeu-nos no seu gabinete, em Madrid, alguns minutos depois da hora combinada. Foi o tempo que demorámos a beber a Coca-Cola, oferecida por uma colaboradora atenciosa. "Adoro Portugal, apesar de tudo parece-me um país bem conservado. Estou a pensar nos bonitos castelos de Sintra, região onde já tenho passado férias". Vindo de quem nasceu num palácio repleto de tesouros artísticos, este comentário soa -nos a uma música encantatória.

Em 1981 publicou "La muerte del rey Arturo", um romance do século XIII, livro belíssimo, distinguido com o Prémio Nacional da edição. Perante tamanho estímulo, Jacobo Martinez decidiu fundar uma editora especializada na literatura medieval, antecipando-se ao fluxo modista que marcou a década, sobretudo após o estrondoso sucesso do filme "Excalibur" e da obra "O Nome da Rosa" de Umberto Eco. Tratava-se, sem dúvida, de uma iniciativa arrriscada, do salto no escuro que acabaria por ser coroado de um inesperado êxito. O elevado preço, cerca de 25 mil escudos em dinheiro português, não impediu que os 515 exemplares desaparecessem rapidamente do mercado. "Parti da suposição de que a Idade Média interessava a um considerável número de gente, portanto havia que redescobri-la. De modo nenhum corresponde a algo de anacrónico, pois contem ingredientes estéticos modernos". A par da série fundamentalmente artúrica, a editora Siruela encarregou-se ainda de divulgar a versão castelhana da magnífica colecção do italiano Franco Maria Ricci .

Um livro mudou a vida deste Alba que foi pintor precoce, mau estudante, *hippy*, viajeiro incansável, enfant-terrible, o rebelde de uma familia com 500 anos de história. Que na década de setenta desestabilizava a imagem da aristocracia, a que pertence, com os cabelos compridos e o desalinho da indumentária. Que não cabia nas páginas das revistas mundanas, em particular na *Hola* tão preocupada com a compostura dos seus colunáveis. "Sempre evitei entrar nessa mitologia dulcerona, não frequento as festas da alta sociedade". Que ignora os ditames da moda´, declarando-se "um desastre a vestir". Que, com 35 anos, continua a ter um ar de menino imberbe e traquinas. Afável, cabelo liso e sedoso, estatura elegante, traços finos, o conde de Siruela é um homem atraente. Para ele o título representa apenas uma recordação, algo que herdou como se fosse um anel ou uns botões de punho. "Acho normalíssimo", e sorri.

Na busca do fantástico

- Porquê a aposta na literatura fantástica?

- Aqui em Espanha tínhamos uma tradição do género que se perdeu. De resto, Mendez Pelayo atribuia à nossa literatura uma feição vincadamente realista, basendo-se no rumo que ela tomou nos dois últimos séculos. Como o risco me diverte resolvi explorar esse campo que abarca todos os tempos e lugares.

- Seguiu a linha do italiano José Maria Ricci que se traduz em qualidade, tiragens reduzidas e na difusão de aurores marginais.

- Exactamente. Propus-me dar a conhecer autores que falam do extraordinário e da dúvida, onde a alucinação se confunde com a realidade, e cujo imaginário simbólico descreve muitos dos problemas universais.

- Essa componente fantástica encontra-se em certos escritores galegoss

- Creio que se deve à intervenção da memória celta. Os celtas tinham o culto da natureza e do mistério, situam-se num mundo de brumas propício ao desevolvimento do místico e do esotérico.

- Que aspectos definem a jovem literatura espanhola?

- Não é uma questão de idade. A modernidade não passa por aí, avalia-se de acordo com outros critérios. Vou fazer uma antologia em que entram jovens como Félix de Azua, Jesus Ferrero, Javier Marias e... Rosa Chacel que tem 92 anos.

- Mas a revista "El Paseante" retrata a década oitenta..

- Classifico-a como uma publicação contemporânea e interdisciplinar que presta atenção à imagem. Face ao puritanismo dos anos sessenta e setenta veicula uma cultura sem fronteiras nem hierarquias.

-Elitista?

-Previlegia apenas a qualidade. O autor de um sapato ou de um cadeira, desde que seja bom, merece-me tanto respeito como um filósofo. Quanto a mim o lado positivo foi a derrocada dos maniqueísmos e preconceitos das décadas anteriores.

A banalização da cultura

- Não se corre o risco de cair no tal pensamento débil , referido por Finkielkraut, ou na trivialização da cultura?

- A revista não desfralda a bandeira do post-modermismo. Concordo que nos anos oitenta imperou a ideia do dinheiro, tendo mesmo contaminado os meios artísticos e intelectuais. Ao proclamar-se que a vanguarda coincide com o mercado, o paradoxo do estatuto social assume, no artista, um cariz paranoico. Assistiu-se, por outro lado, ao triunfo dos valores jovens, na maioria das vezes totalmente fabricados, enquanto se esquece a gente madura. Com efeito, banalizou-se e distorceu-se o conceito de novo, em detrimento de uma continuidade que abrange passado, presente e futuro. De facto, isto afigura-se-me preocupante e negativo.

- Analisemos o positivo.

- Foi positiva a queda dos mitos ideológicos e politicos. Ou seja a morte dos "maitres à penser" que também têve repercursões no terreno da literatura. Não se justifica a história do comprometido, o que uma pessoa escreve nada tem a ver com a maneira como se comporta.

- Só que agora domina o cinismo absoluto.

-Vejamos o que nos reservam os noventa, em matéria de mudanças e novidades, os oitenta já se consumiram. Desconfio que serão mais ecológicos. Todavia, advogo a preservação de um pensamento móbil e ligado á realidade. As melhores ideias gastam-se e convertem-se no pior dos malefícios.

-A falência dos yuppies naquele fatídico dia de 19 de Outubro demonstrou o efémero dos valores que perseguiam. Terá sido o fim de uma raça?

-Com o dinheiro pode-se ascender a um lugar de destaque na sociedade e ter tranquilidade económica. Pode alimentar o ego, mas não anula a angústia da falta de tempo. Estou convicto de que a reivindicação do tempo vai ser uma das batalhas dos anos noventa. Os países europeus caminham para sistemas de capitalismo duro, gerem-se por metas de rendimento e eficácia e deixam um terço da população mundial marginalizada.

-Coloca-se na esquerda?

-Sou democrata. Em princípio acho que todas as utopias foram necessárias, embora tivessem acabado na guilhotina. Não acredito na pureza das revoluções, o que não significa que esteticamente não me agradem. Tenho, no entanto, tendência para me manter à distância. Uma certa ideia de justiça não é privativo da esquerda, vem do cristianismo. Tanto o marxismo como o cristianismo prometem o paraíso, com a diferença de que um aponta para o céu e o outro para a terra. São grandes construções utópicas que correspondem a ilusões metafísicas muito perigosas. Uma dupla mentira.

-Legitimam o direito de destruir, indo ao extremo máximo, aqueles que se lhe opõem.

-A política é uma arte empírica, no fundo reduz-se à frase lapidar de Maquiavel: os fins justificam os meios. Isto parece-me deselegante e grosseiro. Prefiro a literatura, a filosofia e a pintura que tentam explicar a vida interior. No interior residem os sentimentos, os sonhos, os desejos, a imaginação.

-Ouvi falar das suas relações com a pintura, do seu passado de pintor precoce.

- Aos dez anos pintava, e expunha, coisas com muita côr. Dentro do abstracto. Actualmente limito-me a fazer as capas de "El Paseante", o desenho gráfico encanta-me. Fui o inventor do logotipo da revista que se resume ao esboço de um sinal de trânsito.

Excelentes pintores

- Como encara o panorama da pintura espanhola contemporânea?

- Considero que temos excelentes pintores realistas, expressionistas e abstractos. No plano do realismo, António Lopez é um mestre, do melhor que há no mundo. Convem também não esquecer a grandeza de Tapiés. Gosto bastante de José Maria Sicilia e do barroco Perez Villalta que ultrapassa, de longe, os italianos.

- Barceló?

- Confesso que não me provoca qualquer entusiasmo.

- E escritores?

- Aprecio Sanchez Ferlocio e Juan Benet, dos anos cinquenta. Entre os da jovem geração, Julio Llamazares e Juan Jose Millás.

-Haverá uma verdadeira identidade espanhola?

- Somos um país artificial, com fossos abismais a separar-nos. Os andaluzes não tem nada em comum com os catalães, os asturianos ou os bascos. Há uma identidade porém muito esquizofrénica.

-Associam-se, normalmente, os espanhóis a orgulho, temperamento e raça.

- Talvez sejam mais bruscos e primitivos do que os portugueses..e menos educados.

-Registaram-se mudanças na sociedade espanhola, após a morte de Franco. Na verdade delata um anseio de se modernizar, de recuperar o tempo perdido.

- Muda-se sempre para pior e melhor. Nunca vejo o mundo a preto e branco, seria uma atitude deveras simplista. Melhorou no ponto de vista económico e social, na medida em que se configura um cenário de crescimento e desenvolvimento. Kundera garante que nem as ditaduras prestam nem as democracias porque estas são demasiado cómodas. Para o florescimento da arte e da cultura o estado ideal é uma ditadura em decadência. Efectivamente, no declínio do franquismo havia uma vitalidade imensa. Contudo é inegável que nos convertemos num país mais civilizado, os signos externos confirmam-no.

Lourdes Féria

literário

RELANCE SOBRE VALALU--DIN-RUMI, POETA E MÍSTICO

Da literatura persa, tão fecunda e tão opulenta, pouco ou nada se fala entre nós.» Assim inicia, Gomes Monteiro, o estudo biográfico de Omar Khayyam, introdutório à sua versão de *Robaiyat*, imprensa, em Lisboa, em 1927.

De então para cá, que eu saiba, o quase mutismo português (extensivo, não obstante em menor grau, aos outros países), em relação a um dos maiores filões poéticos da humanidade, não foi quebrado.

Omar Khayyam é o autor persa mais lido no Ocidente devido, sobretudo, à impecável transcrição de *Robaiyat*, levada a termo por Edward Fitzgerald, e publicada pela primeira vez em 1909, ocupando imediatamente um lugar entre os clássicos de língua inglesa.

Saadi, Firdusi e Hafiz, por exemplo, embora mais ou menos divulgados, não encontraram, ainda, num idioma ocidental, tradutores à sua altura e, principalmente, Jalalu-Din-Rumi. (1)

★

Jalalu-Din-Rumi, o maior poeta místico iraniano, nasceu em Balkh, no Norte da Pérsia, província de Khorasan, em 1207. A cidade, nessa época, florescia sob a tutela de Muhammad, o grande Shah de Khwarizm, cujo império se estendia desde os Montes Urais até ao Golfo Pérsico, e desde o Índico até quase às margens do Eufrates.

A família, a que o poeta pertencia, habitou em Balkh por muitas gerações; era altamente respeitada e, de acordo com os biógrafos, havia, na sua linhagem, uma notável sucessão de juristas e teólogos.

Em 1219, quando Jalalu-Din-Rumi contava doze anos, seu pai, Baha'u'-Din-Walad, partiu, de repente, de Balkh, com toda a família, juntamente com milhares de outros fugitivos, a fim de escapar ás terríveis hordas mongóis que, entretanto, tinham devastado Khorasan e se aproximavam da cidade. E viajou para Baghdad e, de Baghdad, para Meca; depois passou a Damasco e, finalmente, estabeleceu-se em Rum (Turquia).

Em Zarandah, cerca de quarenta milhas a sudoeste de Konia, o clã fixou residência e, aqui, Jalalu-Din-Rumi casou; em 1226 nascia o seu filho Sultan Walad; neste mesmo ano Baha'u'-Din mudou-se, com os familiares, para Konia, onde faleceu em 1230, legando o prestígio de eminente teólogo, grande professor e pregador, venerado pelos seus alunos e pelo monarca reinante, de quem era director espiritual.

Entrementes, Burhnu'l-Din Muhaqqiq de Tirmidh, um antigo discípulo de Baha'u'-Din, em Balkh, chegou a Konia. Sob a sua influência, o poeta, agora com vinte e cinco anos, tornou-se num adepto entusiasta da disciplina e da doutrina dos Sufis, homens e mulheres, que perseguem, coadjuvados por técnicas de ascese, a união com Deus. Durante uma década, devotou-se inteiramente à imitação desde *Pir* (Mestre) e realizou todos os estados da vida mística até que, em 1240, ele próprio assumiu a dignidade de *Pir*, fundando a Confraria de Mevlevi e atraindo, com a sua personalidade e ensinamentos, discípulos cada vez mais numerosos. Esta Confraria era, e é, formada por derviches rodopiantes, que evocam, no turbilhão da sua dança litúrgica, o evolucionar dos astros no Cosmos.

O percurso do iniciado Jalalu-Din-Rumi, segundo a descrição do filho, Sultan Walad, divide-se em três períodos, assinalados pela intimidade mística com três representantes do «Homem Perfeito», isto é, com três seres humanos cuja santidade reflecte os atributos divinos, possibilitando ao amante a vidência de si mesmo através da luz de Deus. O amante, então, descobre

que ele e o Amado não são dois, mas um só.

Estas experiências de união espiritual consistem no fulcro da teosofia de Rumi e inspiram, directa e indirectamente, toda a sua poesia que, como toda a poesia verdadeira, não constitui, da fé, um ornamento, mas a linguagem exacta.

E a experiência de união espiritual, mais importante para o poeta, talvez tenha sido a ocorrida com Shamsu'-Din de Tabriz, derviche errante *(wali)*, que, em 1244, desembarcou em Konia. Jalalu-Din surpreendeu, nesse estrangeiro, a imagem do Divino Bem Amado, que havia tanto tempo procurava. Levou-o para sua casa e tornaram-se inseparáveis. Sultan Walad compara a absorvente comunhão de seu pai, com este «santo oculto», com a celebrada viagem de Moisés na companhia de Khadir (Alcorão, capítulo XVIII, versículos 64 a 80), o sábio que os Sufis acatam como o supremo hierofante e guia dos peregrinos em demanda de Deus. Deus que, numa das proposições do Sufismo, é imanente, porque se manifesta na limitação de todas as formas e fenómenos e, simultaneamente, transcendente, porque integra a única Realidade Absoluta acima e por de trás de todas as aparências.

Um dia, de súbito, Shamsu'-Din desapareceu, magoado pelos ciúmes e maus tratos dos discípulos do poeta; tal separação provocou neste uma torrente de tristeza, que originou 2500 poemas, num total de 36 360 dísticos. Esta obra monumental intitula-se *Diwan-e-Shams-e-Tabrizi*.

A outra grande obra de Rumi, além de *Robaiyat* (1600 quadros) é o poema épico *Mathnawi, inspirado pelo discípulo Husamu'l-Din Hassan ibn Muhammad ibn Hassan ibn Akhi Turk, que, após a sua morte, em 1273, lhe sucedeu como Pir* na Confraria de Mevlevi. Compõe-se de seis volumes e contém 25 000 dísticos e é considerada uma das maiores enciclopédias do misticismo islâmico.

Jalalu-Din-Rumi encarava a morte como um estado evolutivo da vida. Portanto, nunca se entristecia com o passamento de ninguém; e, ao som da sua hora, expirou com maviosa serenidade, nimbado pela «suave alegria da morte.»

A poesia é manancial da visão intuitiva do Absoluto, da significação divina do amor humano e, em simultâneo (mediante a gnose islâmica, na esteira dos antecessores, sufis, como Firdusi, Abu Said, Nizami e, especialmente, Sanai e Farid-ud-Din Attar), remete para a mensagem intectual do Cosmos e para a transmutação alquímica da alma.

Mestre Rumi possuía, no mais alto grau, a poesia como veículo da verdade e, ao mesmo tempo, era possúido por ela, como o escravo mais humilde pelo amor de Deus.

Mhuammad Rashid Barahona

(1)São dignas de nota, todavia, quanto a Rumi, as traduções francesas de Eva de Vitray-Meyerovitch, *Odes Mystiques*, Paris, Klincksieck; e *Le Livre du Dedans*, Paris, Sindbad, 1975; e a tradução inglesa *The Mathnavi*, de Reynold A. Nicholson, Cambridge University Printing House, 1977.

O PODER QUE IMPEDE DEUS

Uma noite, Ibrahim, no trono, à luz da vela,
Ouviu grande clamor de gritos plo telhado
E passos, que quebravam as telhas com ruído.

«A quem pertencerão, disse para consigo,
Tais passos tão pesados?» E chegou-se à janela
Donde gritou bem alto: «Quem faz aí barulho?»

Responderam os guardas, medrosos, em coro:
«Somos nós, que fazemos a ronda, à procura.»

«E, que procurais vós?» Disse ele. Eles disseram:
«Procuramos os nossos camelos em fuga.»

Ele disse: «Mas, onde é que se viu procurar,
Camelos, no telhado dum palácio?

Eles disseram: «Seguimos só o teu exemplo:
A união com Deus, tu buscas alcançar,
Enquanto estás sentado, hirto, no teu trono.»

Jalalu-Din-Rumi
(versão de M.R.B.)

MORTE OU INÍCIO DA IMORTALIDADE

Na procissão do meu enterro, não julgueis
Que me aflige, do mundo, ver-me separado.

E não choreis por mim nem griteis: pobre dele!
Esse pranto é inútil: eu escapei ao diabo.

E não digais adeus no meu enterro:
Adeus não significa nada para quem
Voa ao encontro do seu Bem-Amado.

E, quando me descerem para a cova,
O vosso coração não torneis triste,
Porque assim não vereis o Paraíso
Onde repouso em paz e beatitude.

Tal como baixo à terra, hei-de subir:
A Lua e o Sol também se põem
Só algum tempo até nascer de novo.

Onde está a semente que, lançada
Ao campo, não brotou e não deu fruto?
Por que desesperais, então, com o destino?

A vós só vos pareço um grão de pó
Que, ao cair, se junta à terra escura.
Mas, na verdade, a minha alma voadora
Contempla sete céus a baixa altura.

JALALU-DIN-RUMI
(versão de M.R.B.)

revista de poesia

FIAMA: TRÊS ROSTOS

«Não, a literatura também se vive. Sou filho de leitor. Sou leitor, eu. Foi com essa literatura que eu vi a morte. A da mãe dele, que eu vi num dicionário, que morreu, e que está descrita nos poemas dele». **Poe ou o Corvo,** *Fiama H. Pais Brandão*

I

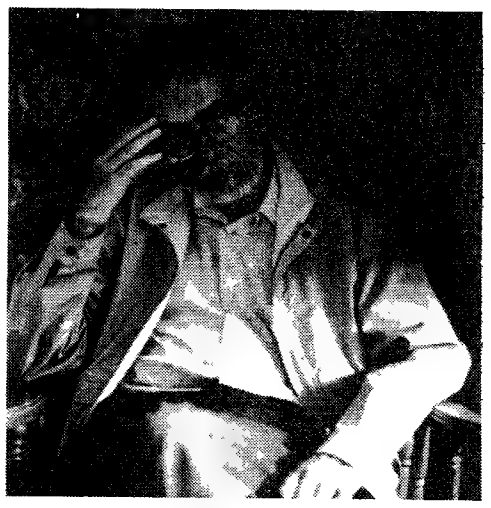
Na *Divina Comédia,* Dante convoca um considerável número de personagens ilustres para o *nobile castello.* É Curtius quem mo lembra no seu *Opus Magnum,* quando, ao falar de cânone medieval, enumera, em quase meia página, a lista desses habitantes notáveis, onde, par a par, vamos encontrar «latinos, gregos e árabes», para além de Virgílio, nomes como Aristóteles, Platão, Averróis, Terêncio, Plauto ou o do poeta Simónides. Não encontraremos, por exemplo, este nome entre aqueles que vivem no último livro de Fiama Hasse Pais Brandão, embora, a propósito do livro, o nome nos ocorra, mas a ele voltaremos (como voltaremos a Platão, que não é por Fiama explicitamente nomeado). Outras inúmeras vozes ressoam, outras inúmeras figuras, espíritos deslocados, de tão diversas proveniências, se atravessam neste universo de sombras, conviventes do mesmo teatro do mundo. Da literatura, ela mesma, os autores (Hölderlin, Lamartine, Strindberg, Bocage, Petrarca) e os seus actores (Fedra ou Lereno, pastor do Lis). Dos músicos, os compositores (Messiaen ou Bruckner) e os seus executantes. Ainda figuras da mitologia greco-latina, ou de outras mitologias, figuras bíblicas, etc., aqui vamos encontrar. E, tal como na *Divina Comédia,* também Virgílio, poeta entre os poetas, aqui aparece: Vir — // gílio mostra as vozes pias sem os corpos contorcionistas». A evocação em *Três Rostos* justamente num magnífico «plágio da Comédia»: O «Tour Estranho» (p.33). As vozes dos autores consagram a autora que com elas coabita na casa dos sons, ou seja, a Casa da Literatura: «A que era própria dos sons. Casa / límpida, // para ressoarem os Livros» (p. 18). A autora invoca «permanentemente os Autores» (p. 21), rendelhes homengem (veja-se *Homenagem à literatura* e o reconhecimento a Sócrates, Sá de Miranda, António Ferreira, Guerra Junqueiro, Cesário, Pascoaes, Carlos de Oliveira) e confessa a dívida contemplando a própria imagem / voz nas imagens /vozes dos Autores. Da reminiscência livresca («evocações // livrescas // na pupila da memória») à sapiencial reciprocidade dos Nomes. É o que nos diz, noutro lugar, o depoimento sobre um dos Autores. Não resisto a transcrevcer uma passagem desse texto, autêntico fragmento de uma Arte Poética. Refiro-me a um texto em que, falando de Sophia, a autora acaba por falar dela mesma, Fiama:

«Por mim, no poema acabei hipostasiando os termos do dilema: união hipostática de coisa e nome e imagem, mesma substância. Matéria para o tacto, onda sonora para o ouvido, onda cromática para os olhos; três entidades e um só Ser verdadeiro. Simplesmente os nomes mais portáteis do que as coisas, mais leves, são miniaturas, *frágeis mnemónicas.* Terceiros entre os meus olhos e as coisas. O Evangelho de Lucas já o dissera antes de Hegel. E trinta anos depois sou com Fílon. Vejo só o meu passado. Escrevo sobre verme. Pintar verbalmente a partir do ar que engulo. Desde uma determinada acumulação, numa determinada idade, não podemos engolir ar sem palavras — música ou fonema. Toda a respiração da maturidade é feita de O+P.P por palavra, tal como, com escândalo, traduziu Erasmo *Ao princípio era a palavra,* colocando-a na terra, não para ser orgulhosamente roubada a Deus, mas, talvez, recusada aos senhores da Terra e entregue aos Poetas e aos Teósofos (da sophia divina), como consolo da ausência do Nome» (*A Phala,* edição especial *Um Século de Poesia,* p. 28). Fiama começara por nos dizer que se aproveitara da autora, assim como dos outros. Do aproveitamento dos autores, enquanto matéria (memória) que in-

cont. na pág. 9

o exercício lírico

Apontamento sobre a minha poesia



Não sei por que comecei a escrever poesia. Não foi decerto para transmitir uma mensagem ou por uma necessidade de comunicação nem tão-pouco para exprimir ou testemunhar uma experiência. Era, sem dúvida, um irreprimível impulso que me impelia a escrever os meus primeiros versos. Não sei, porém, determinar a natureza desse impulso. Creio que já então a poesia era para mim, ainda que embrionariamente, uma defrontação com o desconhecido. Lia apaixonadamente os poetas de Orpheu, da Presença e do Novo Cancioneiro, mas também alguns poetas estrangeiros, como Juan Jamón Jiménez, Paul Éluard e Carlos Drummond de Andrade. A pouco e pouco se ia definindo a minha consciência do mundo, ao mesmo tempo que se formava a minha consciência poética. Todavia, o acto poético continuava a ser uma realização obscura em que o poeta era, de algum modo, um ignorante. A teorização poética que então, ou um pouco mais tarde, comecei a elaborar, não se sobrepôs a esse impulso criativo, que creio ter sempre determinado a minha poesia. Na minha primeira fase poética (a que compreende **O Grito Claro** e **Viagem Através Duma Nebulosa,** o primeiro destes livros uma edição de autor, de 1958, incluído no segundo), cuja tendência alguns críticos situaram entre o surrealismo e o neo-realismo, a temática resultava de uma consciencialização do mundo social e político e também da realidade cósmica (como, por exemplo, no poema «Viagem através de uma nebulosa», incluído no livro do mesmo nome). Estes poemas testemunhavam a insuportável condição que eu então sofria, tal como a maioria dos portugueses, sob o regime fascista. A revolta contra a repressão marcava esses poemas, mas essa revolta transcendia a condição social e política, porque era também uma tomada de consciência da condição humana. Sem dúvida que os poemas de **Viagem Através Duma Nebulosa** são o testemunho de uma experiência humana cuja intensidade insuportável encontrou uma forma de libertação poética. Todavia, essa libertação não anulava os limites que cerceavam a liberdade, a que como homem e poeta aspirava. Poemas como «O Boi da Paciência» e «O Tempo Concreto» exemplificavam esta consciência radical da repressão que impedia que a liberdade se pudesse tornar uma realização humana. «Teoricamente livre para navegar entre estrelas, minha vida tem limites assassinos.» Mais tarde, ainda antes do 25 de Abril, a minha poesia tomaria um novo rumo, em que me tornei cada vez mais consciente do acto poético. Por essa altura, comecei a ler os poetas espanhóis da geração de 27, com particular interesse por Vicente Aleixandre, Jorge Guillen e Pedro Salinas. Foi nesse período também, que me apaixonei por muitos poetas hispano-americanos, para além dos mais divulgados como Octavio Paz e Pablo Neruda. Interessei-me sobretudo pelos mexicanos, José Gorostiza, Carlos Pellicer e Xavier Villaurrutia, e pelo argentino Roberto Juarroz. A partir de 1962, data em que vim pela terceira vez para Lisboa para aí me instalar definitivamente, comecei a frequentar a Biblioteca Americana, tendo «descoberto» dois grandes poetas norte-americanos que marcaram a minha poesia: Wallace Stevens e Theodore Roethke. Devido à influência destes poetas, à experiência da alienação social e política sucedeu a experiência da própria realidade poética. Isto não significa que a minha poesia se tenha tornado simplesmente um acto linguístico, uma vez que ela passou a ser uma poesia dos elementos ou, por outros termos, da natureza sacralizada. Por isso, não se encontra nela um plano transcendente, é a própria imanência natural que define o seu horizonte permanente. «À sombra do cavalo, o ócio aprende a ser/ aquilo mesmo que é, um estar feito de luz,/ uma razão de ser sem se saber mais nada/ do que a razão das pedras do que a visão das árvores.» Todavia, a imanência é também uma defrontação com o desconhecido e uma perpétua interrogação do real. O erotismo e o sagrado encontram-se aí intimamente ligados, como em toda a arte. Por isso, repito, posso definir a minha poesia como uma sacralização pagã da natureza. Naturalmente, há outros aspectos que eu não posso abordar neste apontamento. Se nela a plenitude e a presença revelam que um encontro se efectuou a partir das raízes do ser, a verdade é que o deserto, a ausência , o vazio, a carência, etc, são também constantes que caracterizam uma das vertentes da minha poesia, que não é a menos importante. Para terminar, parece-me que a minha poesia, desde a primeira fase, tem sido sempre movida por uma constante aspiração à liberdade. A consciência da condição trágica do homem não a impediu de atingir momentos de plenitude e de harmonia, que estão patentes em livros como **Ciclo do Cavalo, Volante Verde** e **Acordes.** Daqui, porém, não se pode concluir que a positividade da minha obra poética seja absoluta. Na arte, a vitória nunca é definitiva e é sempre uma ambiguidade radical que prevalece. As sombras envolvem a luz, a carência cerceia a plenitude e a presença, o fulgor é intermitente, a soberania da palavra é instaurada sobre um abismo. Seja como for, o amor da luz e do silêncio mantêm viva a palavra como possibilidade de uma existência outra, mais livre e mais humana.

António Ramos Rosa

LUZ E OBSCURIDADE

Não sendo nunca senão sopro ou murmúrio
de uma subtil riqueza, um voo imóvel
sobre altos fundos, elíptica voz
branca, e que só fala
quando, relâmpago, na sombra se retira
a flor velada do silêncio.
Ainda outra vez, mas a primeira vez,
ó rosto abolido, ó árvore deslumbrante!
De tão pura leveza tu me ligas
ao centro mais obscuro de mim
onde se irisa o espaço e vibra a dor.
Ritmo, o grande embalo, a escuta nua.
Ritmo, que de nada nasce pouco a pouco
e que sem ser figura é perfeição nativa,
fábula e risos, vegetação liberta.
Em plena luz a grande flor secreta
ainda velada no seu fragrante véu.
O breve é o aberto, o instante azul,
em que as sementes e as lágrimas
se confundem,
infortúnio e felicidade conjugados
na opulenta ligeireza do jardim.
Cego é ainda na sua luz submerso
o olhar da palavra em seus meandros
e hesitante, mas soberano já
nos cintilantes signos.
A cadeia é frágil mas subtil a engrenagem
que o fogo irriga abrindo a clara esfera.
E ainda que desvio, a sequência respira
nas pausas em que a noite já cintila
nas altas margens de um desejo ardente
que em sombras desiguais uma secreta íris
ordena, fluindo, em paralelas linhas.

António Ramos Rosa

revista de poesia

cont. da pág. 8

forma a vida literária nos recorda este fragmento. Para além disso, surge-me, e por isso dele me apoderei, como pretexto de abertura à leitura que faço de *Três Rostos*.

1. «Três entidades e um só ser verdadeiro». Não deixando de ter presente o sentido e a verdade poética que a frase contém quando aplicada à obra de Fiama, não posso deixar de a endossar à mais imediata apreensão do livro, aquela que me advém da leitura do título e da configuração formal de que nele se faz eco. Três Rostos: as três faces do livro, a tríade que exprime a unidade.

2. «Toda a respiração da maturidade...» se manifesta nos três fôlegos, nas três modulações que o livro nos apresenta. Sentimo-lo, nós leitores, o seguro esplendor dessa maturidade da voz. No interior do livro se reflecte sobre a maturidade cronológica. É a confissão na «apoteose da idade» (p. 31), é o poema que se chama *Idade* (P. 63)) e são as referências ao «meio- / dia de outrora». Ouvimos, além disso, a autora em contido depoimento sobre esta escrita: «Agora que tenho meio século de idade, já me lembro tanto e muito do passado mais distante. Assim estou a escrever m u i t o s o b r e e u - passadamente» (*Phala*, n.º 15). Regressamos ao texto e vamos encontrar os mecanismos da enunciação a assentarem dominantemente num desfolhar de memórias que é, pela voz enunciadora, privilegiado: «O desfolhar habitual das memórias / é agora mais geral e tmbém mais súbito» (p. 8). Em diversos momentos essa voz nos explicita o reenvio à rememoração: «lembro-me» (p. 16), «recordo» (p. 85), «lembrei» (p. 73), ou ao escrever «sobre eu-passadamente» «quando falei» (p. 8), «quanto gritei» (p. 19), «quando repensei» (p. 22). Mas o que acaba por nos chamar mais a atenção nesse fazer coincidir mecanismos de enunciaçãao e mecanismos da memória é a própria insistência com que no texto o termo 'memória' se encontra referido («desejo de mudar memórias e factos», p. 688, «a memória em nudez», p. 12; «pupíla da memória». p. 47, «mesa d memória», p. 98, «linha de memórias», p. 103; «fieira das memórias», p. 105, «o último tempo da memória», p. 106). Essa insistência adquire relevância na medida em que o livro se nos apresenta como uma espécie de *Ars Memoriae*. Por isso nos ocorria o nome do poeta Simónides de Céos, a quem é atribuída a invenção da *mnemotecnia*. O livro coloca-nos face à representação de um saber cósmico, de certo modo à semelhança do que acontecia com as mnemotecnias renascentistas. Esta nossa aproximação ganha tanto mais força quando recordamos ainda os princípios de uma arte poética expressos no texto atrás citado.

3. «Simplesmente os nomes (..) são miniaturas, frágeis mnemónicas». *Três Rostos* tem um poema que dá pelo nome de *Mnemónica*. (p. 105). Mnemónica é a matéria convocada à memória e incorporada ao poema: «Sê breve, eterna matéria, neste poema».

Fiz atrás referência ao título do livro, anotando a evidência decodificadora que faz revelar a homologia entre o referido título e a estruturação do texto. Explicitemos as três faces: *Âmago II (Nova Natureza)*, 1985-87. *Poemas Revistos*, 1985-887. *Arómatas e Ecos*. Note-se o propósito individualizador que, do ponto de vista gráfico, faz corresponder o início de cada um destes blocos a um literal rosto de página, fazendo com que, no interior do mesmo livro, o nome da autora apareça, também ele, três vezes. E, no entanto, a apresentação no rosto exterior do número três como que procede à unificação, operando a integração das interiores tensões e dissemelhanças. Em diversas tradições, simbologias várias vêem no três o número perfeito, aquele que exprime a união do céu e da terra, o número que exprime a totalidade, o acabamento. Não intentando procurar encontrar interpretações para a sintaxe emblemática, por que é disposto o textos, por exemplo numa «linha hermética», que a autora toma como referência, consideremos nessa disposição triádica, antes de mais, a sua importância enquanto suporte arquitectural (que não poderá deixar de ter consequências, ao nível das interpretações). Assim, na leitura, iremos percorrer o texto, considerando as três partes nas diferenças e nas complementaridades que naturalmente repercutem e se impõem em seus ritmos próprios.

II

«Este sujeito actual
da suavidade. Aquele
que escreve a leitura.
O que é propiciador
das palavras» (p. 26).

Do circunstancial aparecimento de um novo livro de poesia; sobre o acontecido a autora se pronuncia e repete que se tem repetido. Em texto formulado como resposta, diz o âmago da sua poética: «Da pequena vida e do conhecimento circunstancial ao Conhecimento» (*Phala*, n.º 15). Através da memória que se socorre por seu turno da «sapieência comum dos sentidos» (p. 29), a autora perscruta o «infinitamente mínimo». Maravilhosa sageza que faz com que, através do verso que nomeia e mnemonicamente transporta o real, o poeta penetre no íntimo do universo. Por isso se pode ler esta poesia com o mesmo encantamento que a alguém poderá p oduzir a leitura de versos s grados. Maravilha-nos o to a sageza que o pronunci o to das palavras propicia. D conhecimento do mundo e a explicação do universo — essa magna intenção propõe-nos uma equivalência aos relatos ou hinos cosmogónicos. «Nenhuma ideia mais elementar / do que a desta cosmogonia». Estes são os versos que abrem o livro. Versos do primeiro poema que dá o tom ao conhecimento proposto. Parte-se de uma superfície, reflexo ou sombra (elíptica da cadeira), de um objecto, mínimo, do microcosmos. Do objecto «assente no chão que absorve / a cor», para lá da elementar fixidez com que no poema é percepcionado, sublinho dois traços que me conduzem na leitura deste universo. Primeiro: a relação de casual contiguidade entre objecto e universo (por um lado, o prolongamento de uma «coincidência»: — a «curvatura» do Sol; e, por outro lado, o «acaso» da absorção da cor pelo solo). Segundo: a relação de pertença (de contiguidade, por conseguinte), do objecto relativamente ao sujeito: «Minha cadeira efémera». Podemos, a partir deste poema, a partir das linhas que aí sublinhamos, fazer derivar alguns princípios elementarmente condutores para uma leitura do livro:

a) Da visão cosmogónica que no livro se nos oferece («louvor da harmonia vasta», p. 60), sobressai fortemente relevada a figura da autora, figura imóvel no centro («sou / uma figura que ambiciona / a gnose», p. 14), ser demiúrgico que procura a revelação no procurar ordenar e harmonizar o universo («porque não confundir para sempre / os objectos próximos / nesta emoção simples e igual como o seu nome?», p. 60).

b) O conhecimento dos objectos próximos, a «cadeira efémera» ou o bule (pp. 35 e 37), os animais ou os elementos vegetais, é revelado, sobretudo, no jogo de luzes e sombras, como a figueira «a que nascia no conhecimento / da luz e da sombra / os seus bens dava aos neófitos».

c) A evocação dos objectos é fortemente percepcionada pelo plano da visualidade — como as sombras na caverna de Platão. Ganha igualmente grande intensidade por via da presença dos sons ou ainda através da intervenção da memória olfactiva (daí a importância de um título como *Arómatas e Ecos* para a terceira parte).

d) Este universo de rememoração vai-nos situar o ser demiúrgico que procura o conhecimento imanente das coisas num cenário que podemos latamente traçar entre a casa e a quinta, cenário, onde, em grande medida, nos é dado ouvir a voz da Autora, onde nos é revelada a Poesia: «Nem perco a memória da arte antiga de fiar / aprendida na minha infância numa quinta / citadina fértil em fauna e flora. / E louvo a sua fertilidade anual / que me faz saber repartir as tarefas / segundo o seu tempo, o seu lugar e a sua substância» (p. 68).

III

1. Digamos que é entre a casa e a quinta que se delineia o espaço/ tempo da cosmogonia («*O Sítio*» é o «lugar no tempo», p. 20). Na casa, os objectos assinalam a passagem do tempo («*Relógio de Pé Alto, na Escada*», p. 27; «*O Segundo Recanto na mesma Sala do Relógio*», p. 39), e ligam-se à pequena vida material, isto é, à autora. Na primeira parte, esses objectos estão particularmente pegados a uma «evocação livresca», à existência literária, aquela que introduz / institui a Autora como demiurga. Assim, temos: a) os objectos, enquanto objectos propiciadores dessa tarefa, objectos que lhe dão o nome: papéis, candeeiro (p. 25), as mesas (p. 28, p. 39); b) ainda nesta primeira parte, uma referência a um dos mais pregnantes *topoi* da experiência literária, da experiência poética, o da casa hölderliana, a do silêncio (p. 18). Na primeira parte, as referências à casa, dando-nos o seu interior, contribuem para reforçar o autocentramento na figura do autor. Na segunda e na terceira partes, pelo contrário, a quase totalidade dos reenvios nos conduzem ao exterior, a uma mais próxima ligação com a terra: «No patamar inferior degraus / nos guiam para a Terra». Pode-se, então, ouvir o vento de Junho que «regougava nas esquinas da casa». Descrevem-se espaços de transição, os quais levarão o sujeito poético a uma plena inserção na natureza: o caramachão, o tanque (p. 57), o terraço (p. 60), o portão, grades verdes (p. 63), grades em volta do jardim (p. 64). O último dos *Poemas Revistos* intitula-se «Meio-dia»: Aí lemos: «É hoje mais fácil distinguir / o interior e o exterior da casa / do que quando a única onda / de luz liquefeita preenchia / os espaços e os pormenores comuns / no átrio onde vivíamos imersos / numa só qualidade da matéria viva» (o primeiro poema deste bloco intitulava-se justamente a casa).

2. «Arómatas» (p. 91), o último poema do bloco a que vai buscar o nome, revela-nos o caminho da quinta (microcosmos do universo). Chegamos lá seguindo a voz do jardineiro (o poema apresenta-se como um pequeno fragmento de arte poética — o que se deseja que o poema seja: um receptáculo para as palavras cantadas pela voz). É a voz que nos leva ao conhecimento do mundo miniaturizado na quinta — «seguindo a voz / conheceríamos virtudes, males, / colheríamos a folha para triaga e bálsamo». Além da referência ao podador (p. 11) e ao caseiro (p. 66) e da manifesta apresentação do lugar, a «quinta citadina fértil em fauna e flora» (p. 68), destaco a presença de um elemento que integra o cenário da quinta: o poço. Para este elemento nos reenviam, desde o título, dois belíssimos poemas que entre si dialogam: «Ou como já vos disse noutro poema, / numa das faces do poço / ela embebia na treva o seu rosto e os olhos / e dava a sua alma ao Eco / encostando os lábios às paredes» (p. 82) — isto lemos no primeiro poema de *Arómatas* que tem aposto o título: «Junto ao Poço II»; o diálogo referido é com o poema 14 da primeira parte: «Quando Choro Junto ao Poço Antigo da Quinta». Não cabendo aqui a análise a que, relativamente aos dois textos, desejaria proceder, sublinho alguns traços genéricos que me permitirão avançar numa também visão geral do livro. Destacamos o tom fabular — revisitação ou reinvenção de um pequeno relato mítico (Hortelã e Eco) que os poemas nos propõem, inserindo-os num mais vasto conjunto de textos similares: «Já houve poetas fátuos como eu / amadores de fábulas» (p. 45). Poderíamos agrupar esses textos, colocando de um lado aqueles que se desenrolam à volta do ecoar dos sons (por exemplo, sobre a rola e as pinhas, p. 86) e, por outro lado, aqueles que desenvolvem o seu relato a partir de uma figuração das sombras: exemplo «A Sombra de Dois Cães» (p. 69) ou a história das violetas e açucenas (p. 65). O poço aparecendo concretamente referenciado e delimitado pelo deíctico, «este poço», reenviando, por conseguinte, à Autora, participante do relato («o som desceu-lhe ao coração ne- / gro, quando gritei como um vulto»), aparece igualmente como signo que opera, de modo particularmente expressivo, a suspensão da referencialidade imediata, enquanto poço da quinta, para se apresentar investido de poeticidade como signo que, no relato, claramente visibiliza o seu estatuto ficcional: «Hermafrodita, ele atraiu a palma / e o eco. E, na raiz, mil pedras ra- / ras caídas do ovo cosmogónico». Estes dois poemas colocam-nos, ainda, face a uma das mais importantes zonas tratadas na obra de Fiama: a que nos dá a ver a «Natureza descrita» e as relações de contiguidade entre a natureza e o seu lírico. Num poema deste livro, há dois versos que nos referem» — os seres tão diversos de três reinos, / o gato negro, a pedra e eu no mundo» (p. 86). É indiscutivelmente no reino vegetal que o eu lírico mais próximo se encontra do «mundo». Reino que se apresenta justamente como um dos mais presentes no universo da rememoração; um dos mais próximos, dos mais imediatamente convocáveis. Tornamos aos versos que, noutro momento da leitura, evocámos: aqueles que nos falam do desfolhar das memórias que «é / agora mais geral e também mais súbito. / Mas falaria de árvores, de plátanos, / com relativa evidência» (p. 8). Diversa feição assume a presença vegetal nas diversas partes que constituem o livro. Encontramo-nos, assim, face a uma curiosa diversidade de incidência em variados tipos de vegetação, conforme avançamos no texto. As árvores em *Âmago II* (árvores, pp. 8, 13, 17, abeto, p. 12, pinheiro, p. 28), os arbustos e as folhas nos *Poemas Revistos* e, por fim, em *Arómatas e Ecos*, outras mais pequenas folhas e outros mais rasteiros tipos de vegetação (hortelã, madressilva, funcho, coentros, alfazema, fetos secos, rosas miúdas, boquilobos multicolores) uma das mais fundas memórias, a memória olfactiva, está intimamente ligada ao mundo vegetal, revelando-se específico modo de conhecimento. E é evidentemente em Arómatas, onde, de modo mais explícito, vemos tomar forma esse modo de conhecimento. Todos os poemas deste bloco revelam os perfumes, os odores, relevando suas virtudes.

3. Referímos atrás a presença dos sons e das sombras como modos privilegiados de evocação dos objectos neste universo poético. No poema que nos reenvia à *Comédia* de Dante, um verso nos torna esta associação bstante visível: «Preces de espectros *off*».

Carlos Mendes de Sousa
Assírio & Alvim, Lisboa, 1989.

(fim da primeira parte)

antologia

OUTRO DIA

A água do rio cintila.
Um pedacinho do rio,
entrevisto,
apanhado do canto
de uma janela.

Ajuda,
bairro pobre,
casas feias...
Um pedacinho do rio cintila,
longe e fundo.

No ar sobe,
longe também,
ligeiro fumo, branco,
em serpentina.

Nasce e sobe,
nasce e sobe...

É curioso
aquele rolinho de fumo!
Mal aponta,
perde a linha...

Por baixo dele,
contra o monte informe,
mal visível,
cintila ininterruptamente
a borda, ou linha extrema
do rio.

Breve, gracioso
quadrinho líquido:
um palmo de água
e o jorro do fumo,
contínuo,
repetido...

Da esquerda assomam
e passam, lentamente,
nuvens baças
de fumo solto.
Mas, na água,
fixo sempre,
aquele risco de luz!

O fumozinho branco
reaparece quando pode...

Ó meus olhos, felizes!
Aquela cintilação,
o jogo do fumo,
tudo vos é oferecido...

Todo o rio cintila, agora,
encheu-se de faíscas.
É tão belo
que me enternece!

João Falco
(Irene Lisboa),
***Um Dia e Outro Dia*, 1936.**

leituras e ideias

EM BUSCA DE UM MUNDO MELHOR KARL R. POPPER

«A minha interpretação, inovadora e optimista, põe a tónica... na actividade de todos os seres vivos. Todos os organismos funcionam como solucionadores de problemas a tempo inteiro». (p.26) Com palavras como estas, Popper dá-nos a entender em que medida foi ao longo da sua obra ampliando o alcance das suas ideias, que inicialmente pareciam limitar-se simplesmente a questões relativas à teoria do conhecimento científico. Numa época em que o protesto contra as consequências nefastas do desenvolvimento das ciências se tornou num lugar comum dos programas de partidos políticos e de organizações sociais, o optimismo e dinamismo intelectual deste pensador, a sua tolerância face aos erros cometidos pelos homens e a sua fé no valor ético da ciência e da «verdade objectiva», continuam a fascinar os seus leitores e adeptos. Aliás, não é difícil de entender que assim seja. Popper pertence àquele tipo de pensadores, como pertencia também B. Russel, por ele tão admirado, que fazem ponto de honra em expor as suas ideias do modo mais claro e explícito possível. Embora não se transforme em ideias simples e fáceis de conceber, este seu estilo tem o mérito de cativar a atenção, o interesse e a curiosidade do leitor desde a primeira à última página. É isto precisamente o que se passa nesta colectânea de conferências e outros escritos. O livro tem a vantagem de reunir textos pequenos cuja temática variada percorre as várias frentes de trabalho da reflexão de Karl R. Popper. O seu optimismo teimoso, a sua concepção da crítica como método científico, a sua luta persistente contra todo o género de relativismo, utilitarismo e autoritarismo, a sua teoria do saber conjectural e a sua defesa da atitude socrática perante o saber, que insiste na necessidade do homem estar constantemente consciente da sua humildade e ignorância, encontram-se aqui contempladas e argumentadas com tanta elegância como a sua polémica teoria dos Mundos 1, 2 e 3 e a sua concepção, neles baseada, de conhecimento, realidade e cultura. O livro está dividido em três partes. Na primeira é explicada a diferença, que no pensamento de Popper desempenha um papel fundamental, entre certeza e verdade. A falibilidade do conhecimento humano é hoje algo mais do que óbvio. Alcançar neste campo uma certeza absoluta, e até mesmo uma que não reivindique tão elevada insígnia, foi um ideal que se revelou ser uma ilusão. Popper escolhe como lema para a sua posição as palavcras de Xenófanes: **«A verdade certa jamais homem algum a soube ou saberá... Mas com o correr do tempo descobrimos, procurando, o melhor.» Este «melhor» é para Popper a verdade objectiva que, tendo um valor ético intrínseco, só pode ser descoberta pelo homem com a ajuda da sua fantasia e imaginação, do método do ensaio e do erro e da discussão crítica. A segunda parte é dedicada a uma temática mais ligada às teorias sociais e à história. É de salientar a primeira conferência sobre «O primeiro livro da Europa» que denota uma elaboração e uma perspicácia pura e simplesmente extraordinárias. A terceira parte contém artigos sobre temas válidos que, além da visão popperiana da Filosofia, nos fornece interessantes pormenores sobre a evolução intelectual do pensador. A tradução é boa e a primeira edição esgotou. Uma segunda, revista e ampliada, encontra-se em preparação.** (Editorial Fragmentos, 1989, 235 págs., trad. Teresa Curvelo) — 1

Manuel José S. Loureiro

TEORIA DA INTERPRETAÇÃO

No Outono de 1973, Paul Ricoeur foi a Fort Worth dar uma série de lições integradas na comemoração centenária da Texas Christian University. A série tinha o título «Discurso e o excesso de significação» e constituiu prétexto para um seminário sobre a interpretação de textos que culminou num simpósio sobre a linguagem que se realizou em 1975 e onde Ricoeur desenvolveu o seu texto inicial numa teoria sistemática e compreensiva que tenta explicar a unidade da linguagem humana em vista dos diversos usos a que é sujeita.

Os textos, editados pelas Ed. 70, sob o título então reformulado por Ricoeur para «Teoria da Interpretação», são a versão ampliada das suas conferências na TCU.

Os quatro ensaios que constituem este volume: *Linguagem como Discurso, A Fala e a Escrita, Metáfora e Símbolo* e *Explicação e Compreensão*, podem — nas palavras do próprio autor — ser lidos ou como ensaios separados ou como aproximações graduais de solução para um problema singular, o de compreender a linguagem ao nível de produções como poemas, narrativas ou ensaios, quer sejam literários ou filosóficos. O problema central que está em jogo é, para além das obras, o da própria linguagem como *obra*.

O tópico do primeiro ensaio é o da linguagem como *discurso*, e na medida em que a hermenêutica é interpretação orientada para textos e os textos são, entre outras coisas, exemplos de linguagem escrita, nenhuma teoria da interpretação é possível que não se prenda com o problema da escrita. É a partir deste enfoque que uma segunda questão colocada diz respeito à amplitude das mudanças que afectam o discurso quando já não é falado, mas escrito. A teoria do texto que surge desta discussão é então articulada com a questão da *plurivocidade*, que se estende para lá das noções de polissemia e de ambiguidade e envolve obras inteiras de discurso, como a poesia, narrativa e ensaios.

O problema da plurivocidade, discutido no terceiro ensaio, fornece a transição decisiva para o problema da interpretação, regido pela dialéctica da explicação e da compreensão, horizonte comum a estes ensaios.

Ricoeur resume e interroga no início do quarto ensaio: «*O último problema a ser tratado nesta série de ensaios diz respeito ao âmbito de atitudes que um leitor pode desenvolver quando confrontado com um texto. Nos ensaios anteriores, o ênfase pôs-se no locutor, no escritor ou no autor, e as questões abordadas eram: o que é que se pretende dizer quando alguém fala? Quando alguém escreve? Quando alguém diz mais do que efectivamente diz? Agora, interrogamonos: o que é compreender um discurso quando tal discurso é um texto ou uma obra literária? Como deciframos o discurso escrito?*»

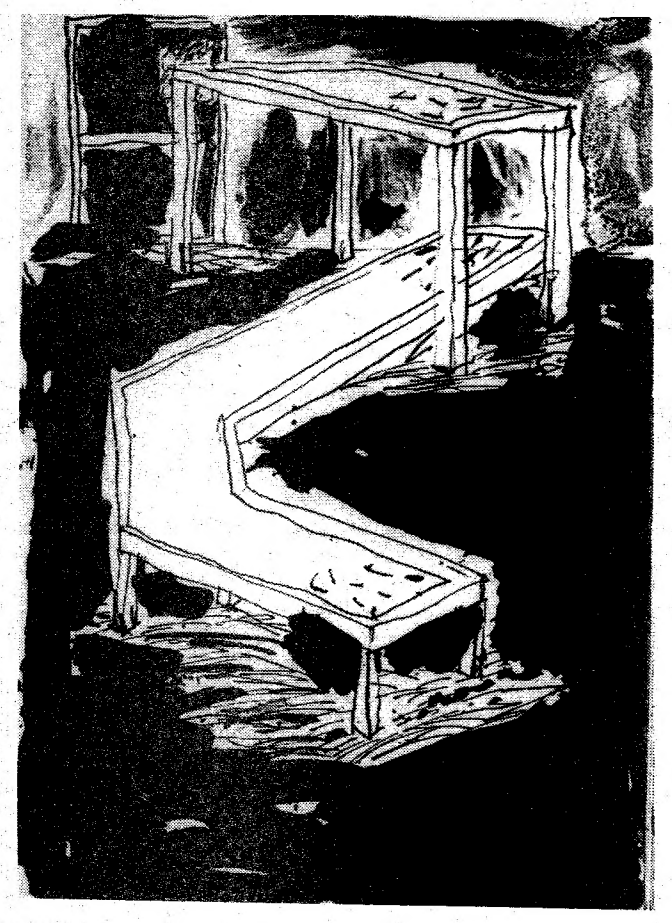
Encontramos nestes textos, só recentementge publicados, uma clara síntese do projecto hermenêutico de Ricoeur e da articulação das suas categorias centrais: o discurso como relação entre evento e significação, noção de texto, mundo da obra, distanciação e apropriação.

Pena é que, no decorrer da leitura, tropecemos constantemente com exasperantes «gralhas» que denotam, no mínimo, uma descuidada revisão do texto.

(Ed. 70, tradução de Artur Mourão, 1987, 110 págs.)

Helena Ribeiro

RESISTÊNCIA À TEORIA



Paul de Man retorna à Europa. No momento em que a emigração mental para a América tem os escritórios abertos, ele regressa a casa. Nascido na Bélgica em 1919, sobrinho de Henri de Man, influente político dos anos 30, emigra em 1947 para os Estados Unidos. Ora, a sua presença na universidade americana passava-se no reino das sombras, e toda a luz era atraída pelo *New Criticism*, tecnicamente assegurado das suas metodologias literárias, pedagogicamente preocupado em transmitir, em tudo humano, demasiado humano. Quando Paul de Man começa a vir à luz é porque o pensamento europeu aí se tinha incrustado, nomeadamente com a *déconstruction* de Jacques Derrida. De tal iluminação os resultados não se fizeram esperar e o homem De Man foi inquirido mesmo nos recessos mais ocultos daquilo que ficara no tempo, retornando a memória inquietante do *Unheimlich* que ele próprio parecia não poder suportar. A crítica americana, que hoje nos jornais deixa a ser tribunal para ser esquadra, procura exorcizar a *polis* académica, especulando sobre os artigos que De Man publicara no jornal colaboracionista *Le Soir* entre 1940 e 1942. Sabe-se agora que o dossier é pouco probatório. Afinal, descobre-se menos que De Man foi colaboracionista do que não tem lugar na América. Derrida ateando as brasas sob a cinza da memória, aceita-o, arrisca-se dá-lhe um lugar. Mas também esse lugar é demasiado apertado para De Man. Para Derrida tudo se passaria em torno da desconstrução, de que Man seria a versão americana e se calhar a própria desconstrução. Mas isso implica que De Man seria o representante de um «erro» americano — a leitura de gramatologia como «método literário».

O que é bem paradoxal. Na verdade Paul de Man foi o último grande intelectual europeu exilado. Toda a sua obra o demonstra, desde *Blindness and Insight*, cuja figura tutelar é Heidegger, com a sua ontologia da obra de arte, mas também do homem essa eterna vítima do tempo da memória, para quem permanecer é a derradeira falta, falta por ser impossível permanecer e culpa por querer permanecer. O livro *Resistência à Teoria* é mais um sinal dessa situação de exílio, continuando a sua geografia de uma Europa imaginária cujo mistério, dizia Tierno Galván, é «ser teoria». Percebe-se a necessidade de investigar De Man: o assunto é político, embora se trate de uma política da leitura como se evidencia nas *Allegories of Reading*, onde Nietzsche e Rousseau são lidos até serem pulverizados, desaparecerem dos mapas construídos pelas leituras canónicas. Toda a resistência vem da escrita que perde as ilusões sobre a sua faculdade pedagógica e instrumental, e nos ensaios compendiados neste livro, Hans Robert Jauss, Mikhail Bakhtin e Walter Benjamin são os aliados de uma tal política de leitura. Será por acaso que, ao ler Benjamin, ele se centra sobre a «tarefa de tradutor»? O tradutor, essa figura que desde há muito inquieta as categorias estéticas: por um momento autor, sem ser autor; amador das carnalidades retóricas da escrita, que afinal é de outrém; apositor de nome que é um pálido reflexo do nome do Autor. O tradutor perturba a propriedade da escrita, insinua a traição no Outro, é traído pela impropriedade da linguagem. O desvelamento da impropriedade fundamental das nossas categorias fez de Benjamin um exilado na Europa, faz de De Man um exilado na América.

A lição de Paul de Man consiste em ter mostrado essa impropriedade da escrita, ter posto a claro que a teoria sendo um efeito de escrita, provoca resistência e acima de tudo que, em si mesma, ela é resistência. Esperar dela o fim do exílio seria tão impossível como escapar à nossa finitude. Mas se não podemos escapar, é possível esquecer, não fazer da memória um exercício de hiperlucidez, aceitar a nebulosidade da vida e, talvez só aí esteja a nova inocência que Nietzsche procura. A incência de De Man funda-se na *inumanidade* no homem, mas diznos ele: «O inumano não é uma espécie de mistério qualquer, ou uma espécie de segredo; o inumano é: estruturas linguísticas, o jogo de tensões linguísticas, acontecimentos linguísticos que ocorrem, possibilidades que são imanentes à linguagem — independentemente de qualquer intento, de qualquer aspiração ou de qualquer desejo que possamos ter». (126) O que torna De Man estranho e estrangeiro é esta falta de pathos, a secura do seu pensamento, e é no humor com que desarma a sentimentalidade das «boas almas» que um dia viremos a conhecer a sua espécie de *Resistência à Teoria*.

(Edições 70, 1989, tradução de Teresa Louro Pérez)

José A. Bragança de Miranda

1 9 9 0

Livros de que vai ouvir falar

FICÇÃO PORTUGUESA E ESTRANGEIRA

Mário de Carvalho
CONTOS DA SÉTIMA ESFERA

Ana Teresa Pereira
AS PERSONAGENS

Bohumil Hrabal
COMBOIOS RIGOROSAMENTE VIGIADOS

Jorge Ibarguengoitia
OS CONSPIRADORES

Mia Couto
CADA HOMEM É UMA RAÇA

F. Sionil José
PO-ON

Naguib Mahfouz
A PEQUENA RUA

Javier Tomeo
O CASTELO DA CARTA CIFRADA

Juan Jose Saer
A OCASIÃO

e ainda:
livros inéditos de *Almeida Faria, Mário de Carvalho, Maria Isabel Barreno, José Viale Moutinho, Isabel Cristina Pires, Olga Gonçalves...*

POESIA

José Guardado Moreira
OS PRIMEIROS ANOS

António Magalhães
A FLAUTA NA FALANGE

Maria Graciete Besse
ESPELHOS , AUSENCIAS

José Fernando Guimarães
AI A SOMBRA : O DIZER

Manuel Gusmão
A CENA EM FOGO, O FOGO FULGOR

CAMINHO DE BOLSO
Ficção Científica

Zinovi Yuricv
O SONO PARADOXAL

Garry Kilworth
ROCHEDO NUVEM

Damon Knight
DE BOAS INTENÇÕES...

Ian Watson
O LIVRO DO RIO

Peter Wahlöö
EXTERMÍNIO NO 31º ANDAR

Douglas Hill
A GRANDE BARAFUNDA DE FRAXILY

Stanislaw Lem
A MÁSCARA

Philip K. Dick
OS SIMULACROS

Policial

Ruth Rendell
A MULHER COM VÉU

Maj Sjowall e Per Wahlöö
O HOMEM QUE SE DESFEZ EM FUMO

Eric Ambler
EPITÁFIO PARA UM ESPIÃO

António Silveira
MORTO EM COMBATE

Tony Hillerman
SKINWALKERS

Henrique Nicolau
UMA VIDA EM BELEZA

Manuel Vázquez Montalbán
OS MARES DO SUL

Donald E. Westlake
ALGUÉM ME DEVE DINHEIRO

Maria Antònia Oliver
ESTUDO EM LILÁS

OBRAS COMPLETAS

José Saramago
OS APONTAMENTOS

João José Cochofel
OPINIÕES COM DATA

Fernando Lopes Graça
TALIA, EUTERPE E TERPSICORE
CANÇÃO POPULAR PORTUGUESA

Bernardo Santareno
OBRAS COMPLETAS (VOLUME 5)

ENSAIO

Thomas McKeown
AS ORIGENS DA DOENÇA HUMANA

Maria Augusta de Sousa
QUATRO ANOS DE EXPERIÊNCIA PEDAGÓGICA

Armando Castro
ESTRUTURA DOMINIAL
EM PORTUGAL NO SÉC. XVI

Aaron I. Gurevitch
A CULTURA POPULAR MEDIEVAL

Ana Paula Ferreira
ALVES REDOL E O NEO-REALISMO PORTUGUES

Iossif Grigulevitch
HISTÓRIA DA INQUISIÇAO

Rogério Fernandes
O ENSINO DAS PRIMEIRAS LETRAS
NO PORTUGAL DO ANTIGO REGIME

Fernando Alvarez
PORTUGAL NA MONARQUIA HISPÂNICA

Victor Farias
HEIDDEGER E O NAZISMO

Alexandre Pinheiro Torres
ENSAIOS II

Helena Carvalhão Buescu
INCIDÊNCIAS DO OLHAR

Óscar Lopes
CIFRAS DO TEMPO

José Barata-Moura
A REALIZAÇAO DA RAZAO

João Maria Freitas Branco
DIALECTICA, CIENCIA E NATUREZA

Eduardo Chitas e Hernâni Resende
FILOSOFIA, HISTORIA, CONHECIMENTO

Irina Sventsiskaia
OS PRIMEIROS CRISTAOS

T. F. Earle
A MUSA RENASCIDA

Dominique Bosseur, Jean-Yves Bosseur
REVOLUÇOES MUSICAIS. A MUSICA DEPOIS DE 1945

José Ramos Tinhorão
HISTORIA SOCIAL DA MUSICA POPULAR BRASILEIRA

Rui Afonso
O CASO SOUSA MENDES

Albie Sachs
A AMENA VINGANÇA
DO COMBATENTE DA LIBERDADE

edições especiais:
Silva Passos
BILHETE POSTAL ILUSTRADO
NA HISTÓRIA URBANA DE LISBOA

Helder Pacheco
OS DIAS COMUNS

José Viale Moutinho
CAMILO CASTELO-BRANCO
— MEMÓRIAS FOTOGRÁFICAS

desporto e tempos livres:
José Neto
A OBSERVAÇÃO NO FUTEBOL

António Cartaxo
PALAVRAS EM JOGO

António Ferreira e Pedro Paulo Sampaio
A ABERTURA PORTUGUESA

Martin Gardner
O GRANDE CIRCO MATEMÁTICO

Paul Magriel
VAMOS JOGAR O GAMÃO

LITERATURA INFANTIL-JUVENIL

Alice Vieira
URSULA, A MAIOR

Carlos Correia, Maria Alberta Menéres e Natércia Rocha
O MISTÉRIO DO BOTA DE OURO
O MISTÉRIO DAS PORTAS MAL FECHADAS

Ana Maria Magalhães e Isabel Alçada
UMA AVENTURA NAS ILHAS DE CABO-VERDE
OS CORREDORES DO TEMPO
ABOLIÇÃO DA ESCRAVATURA
O OURO MÁGICO

Catarina da Fonseca
ADEUS, AL CAPONE

Roald Dahl
CHARLIE E A FÁBRICA DE CHOCOLATE
JORGE E O REMÉDIO MARAVILHOSO

Lym Becerra de Jenkins
A PRISÃO HONROSA

Lynne Reid Bank
O INDIO NO ARMÁRIO

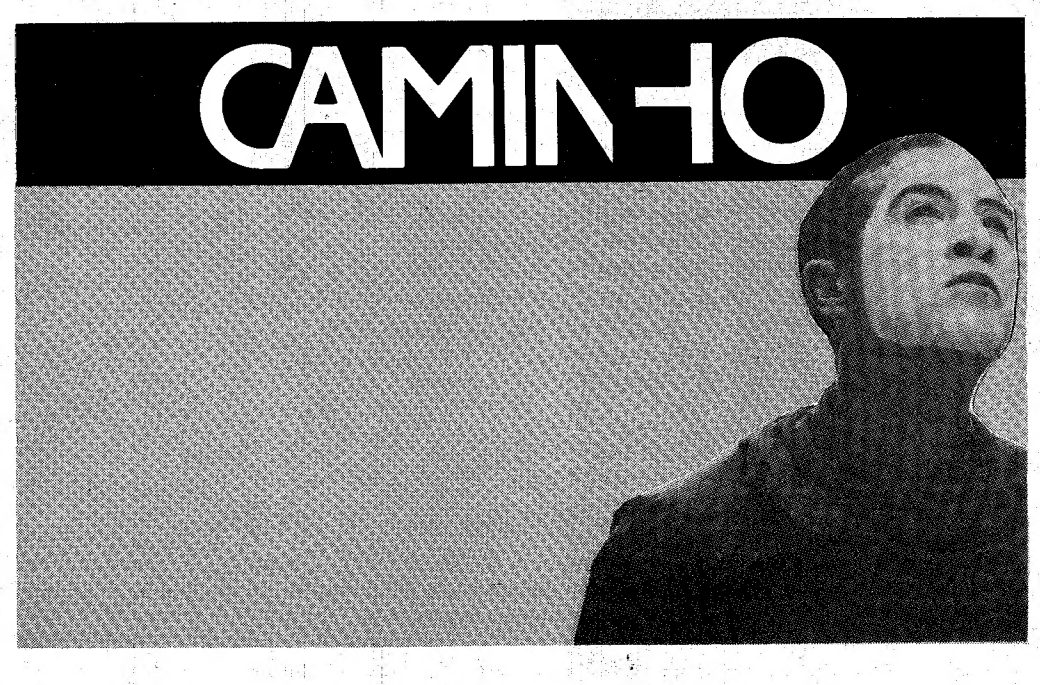
Scott O'Dell
RIBEIROS PARA O RIO , RIO PARA O MAR

Geoffrey Trease
SETAS CONTRA OS BAROES

Anthony Horowitz
OS MALTESERS DO FALCAO

António Torrado
TOCA E FOGE OU A FLAUTA SEM MAGICA

Fernando Bento Gomes
UM SORRISO NA MÃO,
DOIS DESGOSTOS A VOAR...



o prazer de ter bons livros para ler

CDL a distribuição

cont. da pág. 5

até, um nigromante hipnotizador que se intitulava Conde de Dás. Cá por mim, se mandasse, não queria habilidades dessas no D. Maria II.

Também o Nacional não escapou às comemorações. Quem é que se lembra do **Camões** do Cipriano Jardim? Puf, graças a Deus ninguém! E das comemorações do centenário de Pombal em 1882? Não fora ter-se levado à cena **A sobrinha do marquês** de Garrett e só os republicanos, com a sua fúria anticlerical, apoiada muito em surdina por gente que devia ter vergonha, se lembrariam de tal déspota!!! Não fora o aparecimento da **Sociedade dos Artistas Dramáticos portugueses** que tomou conta do Nacional em 1881 e renovou o contrato em 1889 e a sala continuaria como era até aí: plateia de pateadas, com a sua piada nos bailes de entrudo pela graça e o picante das aventuras de mascarados e mascaradas, pouco público, montagens paupérrimas, falta de cenários, constantes sátiras no **António Maria** do Bordalo Pinheiro e o que se desejava era, como o Francisco Palha fez no Cemitério Oriental com o jazigo para os artistas, fechar de vez o Nacional como sucedia de Junho a Outubro quando o público seu frequentador ia a banhos ou para as suas quintas nos arredores... Agora com a Companhia, em que brilham o Brazão e os Rosa, fia mais fino: já foram por duas vezes ao Brasil arrancar as pesadas «loiras» à brasileirada.

De resto, uma récita de gala, com flores aquando da visita de Afonso XII de Espanha, anémico saliente-se; recheou-se o D. Maria com objectos, móveis e tapeçarias dos palácios reais e de casas particulares; enfim, não se esteve mal. De resto a Companhia ao longo dos anos esteve, até, bastante bem, representando Dumas e atrevendo-se a Shakespeare em cuja tradução, diz-se à boca pequena, Sua Majestade el-rei D. Luís participou e que teve o Brazão no papel de Otelo. Os cenários e o pano de boca do Manini tem encantado a assistência. Sente-se ali estudo, bom gosto, o chique de se anunciar o espectáculo com as três pancadas de Molière. Tudo isto tem feito o entusiasmo do público, o que já tardava...

O Bulhão Pato, coitado, já antes de desancado pelo Eça saíra mal com a tradução do **Ruy Blas** do Victor Hugo apesar de a montagem e o guarda-roupa terem sido um luxo; o homem do Monte Caparica não se convence que o tempo das tiradas românticas já se sumiu. Quero salientar, no entanto, que vamos ter homem de teatro. Os próximos anos confirmarão se o Henrique Lopes de Mendonça, muito cá da rapaziada, vai em frente depois da estreia com o delicioso poema em verso, e em um acto, **A Noiva** e, agora, que se anuncia a peça histórica **D. Afonso VI** em ensaios no Nacional e que já conheço pois o Lopes Mendonça leu alguns passos do seu texto aos amigos e gente dos jornais. Aliás, está bem dentro

das novas linhas de interesse pois o público cada vez se entusiasma mais com as peças históricas. Pode ser que isso ajude a despertar o nervo da nação para bem de Deus e do Rei.

Quanto a artistas não há quem não critique a Carolina Falco que para os seus benefícios escolhe, sempre, peças do seu filho Augusto de Lacerda; por outro lado destaque-se a Libânia, a querida Libaniazinha que com os seus sete anos tem feito um sucesso louco em todas as suas interpretações. A rapaziada dos jornais vaticina-lhe um futuro de estalo. A ver vamos como será nos anos noventa.

E, neste balanço, também há a procissão dos mortos. O António Pedro lá se foi em Julho de oitenta e nove e a Sociedade do Teatro Nacional portou-se à altura cobrindo de crepes a sua fachada. Quem haverá por aí que se lembre da cena, espantosa, em que o António Pedro morria no palco na peça **Um romance parisiense?** Que cena! Que actor! Que saudades!!! Mas se o António Pedro desapareceu com o final da década, logo em 1883 tinha sido a vez da Emília das Neves. Talento robusto que, diga-se, para o fim tinha profundas falhas de memória e que se era pateada via a intervenção da autoridade que levava os culpados para a prisão. Também o que se poderia esperar? Ela própria era uma autoridade auferindo proventos muito superiores aos de um ministro... O Soares dos Reis esculpiu o lindo busto em mármore da actriz que está no Nacional; sim senhor, depois de tanta disputa e querelas, fica o eco dos anos em que ela foi a talentosa e «linda Emília». Aqui para nós quem não se portou lá muito bem foi o D. Luís da Câmara Leme que, durante anos e anos, manteve um romance com a Emília das Neves — e esta testou quanto tinha ao seu adorado? —, logo de seguida casa com a Ana de Albuquerque, actrizita do Nacional que escreve uma versalhada muito enjoativa...

Pronto, já conversei comigo mesmo e, agora, puxo da pena e da lauda e atiro-me ao **Folhetim** dos anos 1880-1890 no teatro lisbonense. Que seca!

Vítor Vladimiro Ferreira,
dia de Reis, 1990

literário

Os antigos lidos de novo (3)

POETAS EM ANOS DE PROSA

Quando o senhor Almeida Garrett, peregrinando entre Lisboa e Santarém, chegou à ponte da Asseca, após essas terríveis provações que haviam sido o desembarque em Vila Nova da Rainha e a travessia do pinhal da Azambuja a dorso de muar até um oásis chamado Cartaxo, veio-lhe à memória a obra de um autóctone chamado Énio-Manuel de Figueiredo. Entre a vasta produção desse prolixo autor de «treze volumes e grandes!» de peças de teatro relativamente representáveis com «um diálogo mais vivo» e «um estilo mais animado», Garrett detém-se maravilhado no título de uma delas: «Poeta em anos de prosa». Desabafa ele o seu entusiasmo deste modo: «Oh Figueiredo, Figueiredo, que grande homem não foste tu, pois imaginaste este título que só ele em si é um volume!».

Risco grande é, portanto, este de alinhavar uma croniqueta que esteja à altura de tal título, sobretudo por irem estes anos tão prosaicos, de tão trivial positivismo, que qualquer poeta vem a ser náufrago, esbracejando nos vagalhões palavrosos em que se materializam os projectos do progresso.

Se é verdade que todos os tempos são diferentes, não o é menos exibirem todos eles algumas inquietantes semelhanças que é costume perderem-se na memória dos homens, de tal modo que a experiência do saber raro se transforma no saber da experiência.

Já D. Francisco Manuel de Melo, numa das suas **Cartas Familiares,** mandadas de Roma quando ali se encontrava em serviço diplomático, aludia com magoada contundência ao que os viventes vinham esquecendo dos avisos dos sábios que inventariavam as realidades deste mundo: «Mas era já tal a cegueira com que os avaliava o apetite que, não bastando aos brados dos prudentes, foi tão contumaz a malícia, que nos induziu a experiemntar os danos de aquele primeiro engano. Desta atrozíssima porfia procedeu a dureza de quantos, apesar de conhecerem a vaidade dos tesouros, a falácia das grandezas, a traição das prosperidades, trabalham por gostar a doçura daquelas aparências, até que nelas se perdem e consigo o tempo, o nome, a glória e a disculpa.»

Mas voltando ao fascínio de Garrett pelo título de Ênio-Manuel, não se me dá de com ele repetir as preocupadas perguntas: «Pois este é século para poetas? ou temos nós poetas para este século?» À primeira delas ousarei responder com um claro não, acrescentando não me ocorrer — tirante alguns fugidios instantes em que a História quebra as suas prosaicas amarras — que tenha havido «século para poetas». À segunda responderei que temos tido felizmente os poetas bastantes para que deles nos tenham ficado na memória nomes e obras, e que tenhamos que confessar o nosso lamentável olvido de um só dos ministros que, no seu tempo, tentaram governar o senhor Almeida Garrett e os restantes escritores seus contemporâneos. Não é que os poetas sejam gente particularmente vingativa, mas dá gosto ver como eles, no meio da sua distracção, se aguentam face às estocadas prosaicas e aos vastos mantos de aquecimento que o tempo sistematicamente desdobra com as armadilhas que não deixa de preparar, fazendo luzir «a vaidade dos tesouros», ofuscando com «a falácia das grandezas» ou mascarando «a traição das prosperidades».

Juntarei às questões que Garrett formulou na sua passagem pela ponte da Asseca, uma outra que aferroa a minha curiosidade: haverá anos mais prosaicos que outros? Irrespondível pergunta para quem não tem o gosto das irrespondíveis estatísticas, mas que se pode contestar com a maliciosa paráfrase da resposta orwelliana: todos os anos são prosaicos, mas uns são mais prosaicos que outros.

Claro que, mesmo a milhares de quilómetros, Lisboa já não pode ser exactamente aquilo que viam os olhos fictícios do céptico **blasé** Fradique Mendes: »...uma cidade **aliteratada, afadistada, catita e conselheira,** onde «a náusea suprema vem da politiquice e dos politiquetes». Lisboa, Fornos de Algodres, o Faial, o País, são agora de direito aquilo que já eram de facto — Europa.

Mas se não é, pois, legítima a caricatura que Eça pôs na boca do seu Fradique é porque a literatice, a fadistice, o catitismo e o conselheirismo se revestem sempre com as últimas modas, ao gosto dos frescos proventos e dos hábitos rançosos que os poetas criticam por imposição da sua irrecuperável natureza.

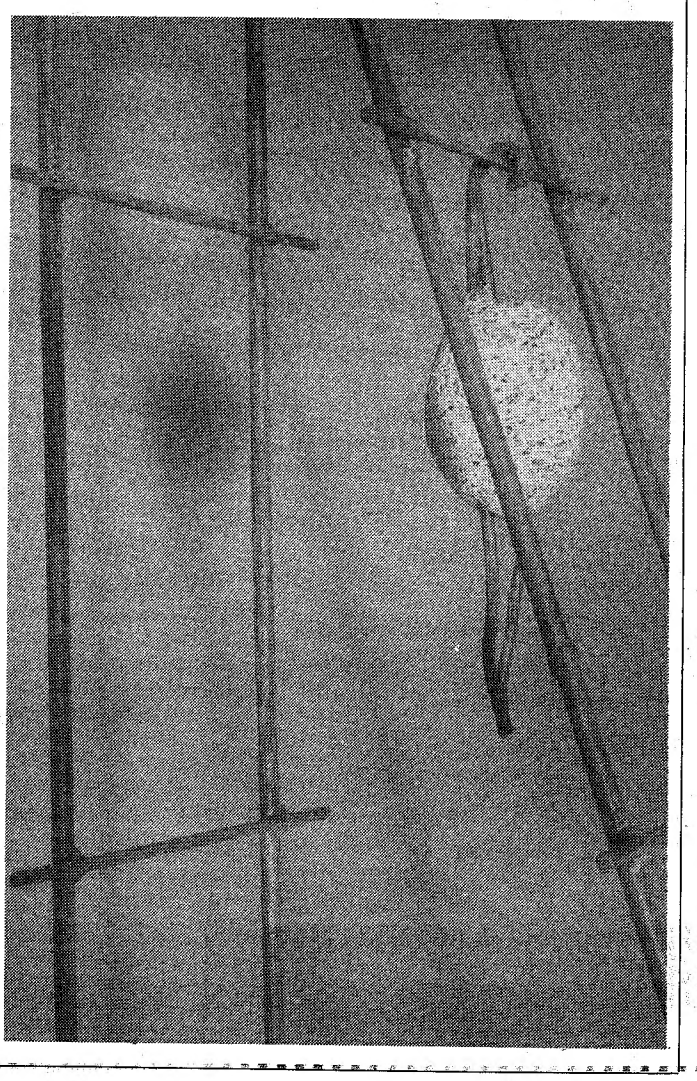
Mas quem sou eu — um dos tais...— para agitar diante dos mais respeitáveis narizes estas perenidades tantas vezes condenadas pelos contemporâneos bem pensantes?

Apetece-me evocar a palavra do padre António Vieira que, queixando-se de ver tantos pregadores da palavra de Deus, não via os frutos de tanta pregação: «Quero começar por pregar-me a mim. A mim será, e também a vós; a mim para aprender a pregar; a vós que aprendais a ouvir.»
(EMÉ que ele era também, a seu modo, um poeta em anos de prosa.

Álvaro Guerra

VESTÍGIOS DE JOSÉ BARRIAS

Galeria EMI-Valentim de Carvalho



Não sei que mão traga a linguagem,
quando os barcos desocupam a memória, e a demência espanta as algas.
As paredes cantam a inocência desordenada.
Só a água é veloz sob o mês de maio.
Então, digo: casa, e a palavra *casa* agoniza ao fundo da escada que a mãe desce devagar para o jardim. As pessoas invadem os campos em movimento, e eu estou orfão no fim da europa como uma ilha bebeda.

Jorge Fallorca